



**ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO**

**Museu do Douro, Museu de Território  
Metas atingidas e desafios futuros**

Dissertação de Mestrado em Gestão do Património Cultural e Desenvolvimento Local

**Bárbara Andreia Teixeira Amaro**

**Lamego, 2019**



**ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO**

**Museu do Douro, Museu de Território  
Metas atingidas e desafios futuros**

Dissertação de Mestrado em Gestão do Património Cultural e Desenvolvimento Local

**Bárbara Andreia Teixeira Amaro**  
**Orientação da Professora Doutora Isabel Vieira**  
**Coorientação da Professora Doutora Didiana Fernandes**

Dissertação apresentada à Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego do Instituto Politécnico de Viseu para obtenção do grau de Mestre em Gestão do Património Cultural e Desenvolvimento Local

**Lamego, 2019**

## **DEDICATÓRIA**

*Este trabalho, à semelhança do trabalho que realizo todos os dias no Museu do Douro, é dedicado ao Meu Douro. É também uma homenagem ao avô, construtor de muros, cuidador de videiras e educador de mim. Esta homenagem estende-se a todos os avós, todos os construtores deste território, desta obra monumental e coletiva de milhares de artistas anónimos.*

## SUMÁRIO ANALÍTICO

A longa História do colecionismo, que esteve na génese da Museologia, foi acompanhada de uma evolução ao nível das funções desempenhadas pela instituição museológica, que são de ordem Científica, Educativa, Cultural e Turística. Hoje, os Museus são espaços multifacetados, pluridisciplinares, ao serviço da Humanidade, mas sobretudo com um papel ativo no desenvolvimento da comunidade onde estão inseridos.

O Museu do Douro, filho da Nova Museologia – o movimento de renovação teórica e das práticas museológicas iniciado nos anos 60 –, foi o primeiro Museu de Território em Portugal. Esta renovação implicou a criação de novos moldes e estratégias de ação, adaptados ao caso específico que constitui cada projeto, pelo que se multiplicam os estudos de caso sobre estas temáticas.

O presente estudo lança um olhar sobre as ações desenvolvidas pelo Museu do Douro na última década, que visaram simultaneamente a conceção e apresentação de um percurso expositivo representativo da Região de referência, o delineamento de uma estratégia de valorização e preservação do património nela disperso e o lançamento de atividades culturais e de animação que alavanquem novas dinâmicas e desenvolvimento territorial.

Poderá servir de base para estudos futuros que proponham medir os vários níveis de impactos gerados por este Museu no seu Território e na perceção que o exterior tem dele.

**Palavras-chave:** Museologia, desenvolvimento, Museu do Douro, Nova Museologia, Museu de Território, estudo de caso.

## ABSTRACT

The long history of collecting, which gave rise to Museology, was accompanied by an evolution in terms of the functions performed by the museological institution, which are of a Scientific, Educational, Cultural and Touristic nature. Today, Museums are multifaceted, multidisciplinary spaces at the service of Humanity, but above all with an active role in the development of the community in which they operate.

The *Museu do Douro*, son of the New Museology - the movement of renewal in museological theories and practices that began in the 1960s -, was the first Territory Museum in Portugal. This renewal implied the creation of new molds and strategies of action, adapted to the specific case that constitutes each project, reason why the case studies on these themes abound.

The present study looks at the actions developed by the *Museu do Douro* over the last decade, which aimed simultaneously at the conception and presentation of an expository route representative of the region, the outlining of a strategy of valorization and preservation of the dispersed heritage, and the launching of cultural and animation activities that leverage new dynamics and territorial development.

It could serve as a basis for future studies that propose to measure the various levels of impacts generated by this Museum in its Territory and the perception that the outside has of it.

**Key words:** Museology, development, *Museu do Douro*, New Museology, Territory Museum, case study.

# ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO .....	- 11 -
Capítulo I – A HISTÓRIA DA MUSEOLOGIA .....	- 21 -
I.1 – As primeiras coleções .....	- 23 -
I.2 – Os Museus em Portugal .....	- 27 -
I.3 – Uma Nova Museologia .....	- 29 -
I.3.1 – O Museu como fator de desenvolvimento .....	- 31 -
I.3.2 – A invenção do termo “ecomuseu” .....	- 32 -
I.3.3 – Os primeiros museus sem coleção .....	- 33 -
I.3.4 – A Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1972.....	- 34 -
I.3.5 – Exemplos de Ecomuseus, Museus Comunitários e Museus Locais.....	- 36 -
I.4 – Os Museus de Hoje .....	- 40 -
I.4.1 – Museologia Social.....	- 46 -
I.4.2 – Os Museus e a Educação.....	- 47 -
I.4.3 – O Museu Participativo .....	- 48 -
I.4.4 – O Museu e o Turismo Cultural .....	- 50 -
I.4.5 – Avaliação da atuação do Museu.....	- 52 -
Capítulo II – A REGIÃO DEMARCADA DO DOURO.....	- 54 -
II.1 – A História da primeira Região Vitivinícola Demarcada e Regulamentada do Mundo...-	58 -
II.2 – Caracterização do Território .....	- 64 -
II.2.1 – Qualidade de Vida .....	- 66 -
II.2.2 – Atividade Empresarial .....	- 71 -
II.2.3 – Património .....	- 72 -
II.2.4 – Turismo.....	- 75 -
II.2.5. Análise SWOT.....	- 80 -
Capítulo III – O MUSEU DO DOURO .....	- 82 -
III.1. Criação e Evolução.....	- 83 -
III.1.1. Gestão e Financiamento .....	- 86 -
III.1.2. O edifício sede.....	- 94 -
III.1.3. Núcleos Museológicos e Rede de Museus do Douro .....	- 97 -
III.2 – Caracterização formal do Museu do Douro .....	- 99 -
Capítulo IV – ANÁLISE DA ATIVIDADE DO MUSEU DO DOURO 2008 2018.....	- 101 -
IV.1 - Exposições .....	- 102 -
IV.1.1 – Exposições Permanentes .....	- 103 -
IV.1.2 – Exposições Temporárias .....	- 105 -

IV.1.3 – Exposições Itinerantes.....	- 108 -
IV.2 – Publicações .....	- 110 -
IV.3 – Ação Cultural .....	- 111 -
IV.3.1 – Comemorações.....	- 111 -
IV.3.2 – Encontros, Conferências e Tertúlias .....	- 113 -
IV.3.3 – Animação Cultural .....	- 115 -
IV.3.4 – Presenças Institucionais e Divulgação .....	- 120 -
IV.3.5 – Formações .....	- 121 -
IV.3.6 – Parcerias Institucionais e Colaborações .....	- 123 -
IV.4 – Serviços de Museologia .....	- 125 -
IV.4.1 – Museologia.....	- 126 -
IV.4.2 – Centro de Informação.....	- 130 -
IV.4.3 – Conservação e Restauro .....	- 134 -
IV.4.4 – Rede de Museus e Núcleos Museológicos .....	- 140 -
IV.5 – Serviço Educativo .....	- 144 -
IV.5.1 – Projetos Anuais com Escolas .....	- 145 -
IV.5.2 – Programa de Oficinas Anuais e Atividades Sazonais .....	- 148 -
IV.5.3 – Outros Projetos e Ações Educativas .....	- 149 -
IV.6 – Comunicação e presença <i>online</i> .....	- 150 -
IV.7 – Públicos e Prémios.....	- 151 -
Capítulo V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	- 157 -
Capítulo VI – CONCLUSÃO .....	- 163 -
BIBLIOGRAFIA.....	- 165 -
OUTRAS FONTES CONSULTADAS .....	- 173 -
APÊNDICES.....	- 174 -
Apêndice 1 – Concelhos e Freguesias da RDD.....	- 174 -
Apêndice 2 – Descrição das Exposições Temporárias exibidas no MD .....	- 176 -
Apêndice 3 – Itinerâncias realizadas.....	- 182 -
Apêndice 4 – Publicações .....	- 184 -
Apêndice 5 – Encontros de temática patrimonial/cultural e outros.....	- 186 -
Apêndice 6 – Ações de Animação Cultural .....	- 187 -
Apêndice 7 – Presenças Institucionais e comunicações.....	- 189 -
Apêndice 8 – Formações.....	- 192 -
Apêndice 9 – Projeto Identificar para Conservar .....	- 193 -
Apêndice 10 – Lista dos membros da MuD no final de 2018.....	- 194 -
Apêndice 11 – Descrição das Atividades e Projetos do SE .....	- 195 -

ANEXOS.....	- 197 -
Anexo 1 – Lei de Criação do Museu do Douro (Lei n.º 125/97) .....	- 197 -
Anexo 2 – Lei de Criação da Fundação Museu do Douro (Decreto-Lei n.º 70/2006) .....	- 199 -
Anexo 3 – Lista de Fundadores da FMD até 2018 (conforme <i>site</i> do MD).....	- 206 -
Anexo 4 – Primeira alteração dos Estatutos da FMD (Decreto-Lei n.º 16/2015) .....	- 208 -
Anexo 5 – Folheto informativo “A Casa da Companhia” .....	- 216 -

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - RDD e delimitações concelhias.....	- 55 -
Figura 2 - Área do ADV na RDD (24.600 hectares).....	- 55 -
Figura 3 - A RDD e os limites da NUT Douro .....	- 56 -
Figura 4 - Marco Pombalino da Quinta do Crasto .....	- 59 -
Figura 5 - A Demarcação Pombalina (1756-1761) .....	- 60 -
Figura 6 - A Demarcação Mariana (1788-1793).....	- 61 -
Figura 7 - Atual configuração da RDD .....	- 62 -
Figura 8 - As sub-regiões da RDD .....	- 64 -
Figura 9 - Principais Eixos Rodoviários da Região .....	- 67 -
Figura 10 - Linha do Comboio na RDD e ramais desativados.....	- 68 -
Figura 11 - Texto de João de Araújo Correia, em placa na entrada do MD.....	- 83 -
Figura 12 - Organograma da Fundação Museu do Douro .....	- 90 -
Figura 13 - A Casa da Companhia .....	- 94 -
Figura 14 - A Casa da Companhia em 2008 .....	- 95 -
Figura 15 - Logo da Rede de Museus do Douro .....	- 98 -
Figura 16 - Culturas <i>in vitro</i> .....	- 103 -
Figura 17 - Exposição <i>Douro: Matéria e Espírito</i> .....	- 104 -
Figura 18 - Número de itinerâncias realizadas por concelho da RDD entre 2008 e 2018 .....	- 108 -
Figura 19 - Instalações do Entre Margens em Vila Real, Lamego e Peso da Régua .....	- 116 -
Figura 20 - Sons do Douro .....	- 117 -
Figura 21 - Locais de realização das Formações.....	- 121 -
Figura 22 - Folhetos promocionais das parcerias com Serralves e Museu do Côa e com a CP.-	- 124 -
Figura 23 - Folheto informativo do MD (2009).....	- 125 -
Figura 24 - <i>Print</i> do interface para consulta das coleções do MD .....	- 127 -
Figura 25 - Mesas interpretativas nos miradouros do Granjão e do Vale do Rio Torto.....	- 129 -
Figura 26 - Processo de limpeza de documentação do Arquivo .....	- 130 -
Figura 27 - O Arquivo da CGAVAD à chegada ao MD .....	- 131 -
Figura 28 - <i>Print</i> do interface para consulta do Arquivo do MD .....	- 133 -
Figura 29 - Tratamento por anóxia na Biblioteca Macedo Pinto (Tabuaço).....	- 135 -
Figura 30 - Retrato de Pedro Verdial, Coleção SCMPR.....	- 136 -
Figura 31 - Apresentação do Projeto <i>Quo Vadis?</i> .....	- 137 -
Figura 32 - Sacrário intervencionado no âmbito do Projeto Identificar para Conservar.....	- 138 -
Figura 33 - Preservar em Azoto .....	- 138 -
Figura 34 - Dispersão Geográfica das ações do Serviço de Conservação e Restauro.....	- 139 -
Figura 35 - Localização dos 47 membros da MuD no final de 2018 .....	- 143 -
Figura 36 - Mostras Finais dos projetos Matéria <=> Ficção (2015) e Ficção => Matéria (2016).....	- 146 -
Figura 37 - Oficinas da Primavera no Museu do Douro .....	- 148 -

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Fontes Consultadas .....	- 17 -
Quadro 2 - Categorias e Unidades de Sentido Extraídas.....	- 19 -
Quadro 3 - A População da RDD e do ADV entre 2001 e 2017.....	- 66 -
Quadro 4 - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional do Douro entre 2008 e 2017 .....	- 70 -
Quadro 5 - Indicadores de desempenho turístico para a Região Norte e a RDD .....	- 77 -
Quadro 6 - Análise SWOT para a RDD.....	- 81 -
Quadro 7 - Estruturas de Custos e Receitas da FMD entre 2008 e 2018 .....	- 92 -
Quadro 8 - Exposições temporárias apresentadas no MD.....	- 106 -
Quadro 9 - Atividades realizadas por Datas Comemorativas.....	- 112 -
Quadro 10 - Encontros e Conferências do Museu do Douro.....	- 114 -
Quadro 11 - Outros Encontros realizados no MD.....	- 114 -
Quadro 12 - Atividades no âmbito do Programa Douro Vivo .....	- 115 -
Quadro 13 - Ações no âmbito do Programa Entre Margens .....	- 117 -
Quadro 14 - Programas de animação cultural realizados pelo MD entre 2008 e 2018 .....	- 119 -
Quadro 15 - Presenças Institucionais .....	- 120 -
Quadro 16 - Formações ministradas.....	- 122 -
Quadro 17 - Estágios orientados .....	- 122 -
Quadro 18 - Fundos que constituíam o Arquivo do MD no final de 2018.....	- 132 -
Quadro 19 - Registo de utilizadores do Centro de Informação do MD.....	- 133 -
Quadro 20 - Intervenções de Conservação e Restauro entre 2009 e 2018 .....	- 135 -
Quadro 21 - Cronologia das atividades da MuD.....	- 141 -
Quadro 22 - Calendarização das fases dos Projetos Anuais com Escolas do SE .....	- 145 -
Quadro 23 – Projetos Anuais com Escolas, números de participantes e atividades.....	- 146 -
Quadro 24 - Participantes por Programas e Atividades .....	- 148 -
Quadro 25 - Participantes de outros Projetos .....	- 149 -
Quadro 26 - Total de participantes e ações do SE.....	- 149 -
Quadro 27 - Número de utilizadores do <i>site</i> e Facebook do MD.....	- 150 -
Quadro 28 - Análise Quantitativa das ações do MD .....	- 157 -

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos Custos e Receitas da FMD entre 2008 e 2018 .....	- 92 -
Gráfico 2 - Resultados Financeiros da FMD entre 2008 e 2018 .....	- 93 -
Gráfico 3 - Distribuição do volume de visitantes de 2018 por meses .....	- 100 -
Gráfico 4 - Exposições temporárias apresentadas no MD entre 2008 e 2018.....	- 107 -
Gráfico 5 - Número de itinerâncias realizadas por ano .....	- 109 -
Gráfico 6 - Publicações do MD por ano e por tipo .....	- 110 -
Gráfico 7 - Cronologia da incorporação de Fundos Documentais no MD.....	- 132 -
Gráfico 8 - Número de ações por Projeto do SE .....	- 147 -
Gráfico 9 - Número total de participantes por projeto do SE.....	- 147 -
Gráfico 10 - Número de visitantes do <i>site</i> do MD até 2014.....	- 150 -
Gráfico 11 - Evolução do número de visitantes do edifício-sede do MD .....	- 151 -
Gráfico 12 - Evolução da percentagem de visitantes nacionais e estrangeiros .....	- 152 -
Gráfico 13 - Distribuição do número de visitantes de 2018 por mês .....	- 152 -
Gráfico 14 - Distribuição dos visitantes do MD em 2018 por tipo .....	- 153 -
Gráfico 15 - Número de alunos em visitas escolares por ano .....	- 153 -
Gráfico 16 - Visitantes por Concelho da RDD e quantos beneficiaram de entrada gratuita .....	- 154 -
Gráfico 17 - Evolução nos programas do MD com a CP e com a Réccua S.A.....	- 155 -
Gráfico 18 - Análise de públicos totais anuais do MD.....	- 155 -

## INTRODUÇÃO

A realização de um estudo pressupõe sempre a abertura de novos caminhos e desvendar de realidades até ali menos evidentes. À medida que se percorrem as fontes e a luz incide sobre a realidade em análise, a compreensão do investigador sobre o tema aumenta e as questões de partida sofrem ajustamentos, para se tornarem mais válidas e incisivas.

Este estudo tem como tema as potencialidades e a ação desenvolvida pelo Museu do Douro, primeiro Museu de Território em Portugal, na sua primeira década de funcionamento pleno, isto é, em sede própria. Num tempo em que os museus já provaram o seu valor nas áreas da formação e educação dos cidadãos, da consciencialização e proteção de valores patrimoniais e do desenvolvimento social e económico de toda uma região, a medição dos seus impactos mais diretos revela-se uma tarefa complexa mas vital.

Abundam os estudos de caso que divulgam o exemplo único que cada unidade museológica constitui e partilham as boas-práticas que se descobrem, pelo que quisemos mostrar o contributo dado pelo Museu do Douro para o enriquecimento do panorama museológico internacional. O facto de ter sido criado por Decreto-Lei da Assembleia da República, quando a maioria dos museus nasce por iniciativa local, veio afirmar desde o início a relevância e validade do projeto a nível nacional.

Os objetivos são revelar as áreas em que a ação deste museu se fez sentir, sintetizar todas as ações e fluxos gerados e demonstrar a relevância que foi granjeando, quer ao nível das relações e parcerias com outras instituições (públicas e privadas, das áreas da cultura, da educação e da gestão patrimonial), quer ao nível do contacto com o(s) seu(s) público(s).

A escolha deste tema tem raízes profundamente pessoais, assentes primeiro numa infância passada neste território, que cativa aqueles que o sabem olhar e sentir e, depois, num percurso profissional já de dez anos dentro da instituição visada pelo estudo. Esta proximidade, por um lado, é algo comprometedora da isenção mas, por outro, proporciona uma visão privilegiada e um sentido de responsabilidade acrescido ao olhar para a atuação conjunta da instituição e tentar perceber onde ainda há lugar para crescimento.

Estando à partida decidida a realização de um trabalho que enriquecesse o conhecimento sobre o Museu do Douro, revelou-se a impossibilidade de produzir uma investigação sólida

na ausência de uma síntese estruturada e transversal das ações emitidas. Mais do que um relatório detalhado de cada iniciativa levada a cabo, pretende-se criar uma sugestão de organização-síntese, reunindo algumas ideias e suscitando uma reflexão construtiva.

Um Museu de Território em Portugal caracteriza-se normalmente por ser um retrato da sua comunidade de referência, organizado segundo uma estrutura polinuclear, garantindo uma cobertura territorial abrangente e dinâmica, mas de que forma concreta se manifesta a ação do Museu *no e para o* seu território? Em que é que a sua existência enriquece não só a experiência do turista de passagem, mas a vida social e intelectual da comunidade local?

Ao falar de Museu de Território torna-se, assim, imprescindível delimitar concretamente a área de influência em questão. Neste caso, o Museu do Douro tem estabelecida pela sua Lei de criação<sup>1</sup> a sua afetação ao território geográfico associado às Denominações de Origem dos Vinhos do Porto e do Douro. Esta atribuição prende-se a referências contemporâneas da área atualmente abrangida por estas denominações, bem como às referências históricas seculares ligadas à primeira Demarcação e Regulamentação vitícola em todo o mundo, com origem no século XVIII.

Para compreender melhor os critérios relevantes na análise da atividade museológica, a abordagem inicial deste trabalho consiste numa revisão da literatura acerca da forma como evoluíram ao longo dos séculos os museus, a sua organização institucional e o seu papel na sociedade. Recorremos a publicações de diversos teóricos da área da Museologia, como José Amado Mendes, António Nabais, Judite Primo, Hugues de Varine e diversos trabalhos sobre museus que seguem e reinventam os princípios da Nova Museologia.

Esse primeiro Capítulo acompanha a evolução histórica dos conceitos e funções ligados à instituição museológica, as suas atribuições contemporâneas e o seu papel complexo e multifacetado nas sociedades de hoje. Abordam-se conceitos que norteiam a classificação e caracterização dos museus a um nível formal, institucional e de serviço ao público, e contempla-se o conceito de “Museu Integral” – uma instituição destinada a fornecer à comunidade onde se insere uma visão global do seu ambiente natural e da sua herança cultural, enquanto torna esses elementos inteligíveis também para os visitantes externos à região. Inclui também áreas tão diversas como os princípios subjacentes a cada ação

---

<sup>1</sup> Lei da Assembleia da República, n.º 125/97 de 2 de dezembro.

educativa, a sustentabilidade e as normas que regulam cada ação de conservação ou restauro, as ideologias e postura discursiva na elaboração de textos e exposições, entre todas as outras vertentes de ação cultural dos museus.

No Capítulo II enquadra-se o Museu do Douro no contexto do seu território. Além de uma resenha histórica que descreve a ocupação humana e as atividades agrícolas, económicas e sociais que foram dinamizando a região, demonstra-se de que forma as últimas décadas marcaram a evolução da qualidade de vida, as atividades económicas e empresariais, a gestão do património e o fenómeno do turismo – parâmetros de análise sugeridos em alguma da documentação consultada. Recorremos a dados estatísticos (INE e PORDATA), relatórios de entidades que atuam na região, como a Estrutura de Missão Douro/Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, e também a teses e trabalhos de investigação sobre o território. Sem apresentar uma descrição exaustiva do passado da Região do Douro ou do património nela disperso, a análise foca o Douro de hoje: uma realidade relativamente recente mas somatório de uma evolução histórica milenar.

O Capítulo III apresenta a instituição na qual se centra este estudo: o Museu do Douro. Recorrendo a documentação institucional como a legislação relacionada ou os relatórios de atividades anuais, descrevem-se as várias etapas desde a criação do Museu até à abertura do seu edifício-sede, ponto a partir do qual se inicia a observação cuidada das ações e atividades encetadas. A descrição formal do Museu é baseada nos critérios de análise sugeridos por Neves, Santos e Lima em “O Panorama Museológico em Portugal” (2013).

De seguida, seleccionámos as fontes que pudessem fornecer um relato detalhado e fidedigno das ações realizadas pelos diversos Serviços do Museu, desde 20 de dezembro de 2008 (data de abertura da sede do Museu do Douro) até ao final de 2018, fazendo um total de dez anos de funcionamento. Nesta década, o Museu foi influenciado por fatores relacionados com a conjuntura económica nacional e internacional e, a nível interno, a sua estrutura funcional também sofreu alguns ajustes, nomeadamente ao nível da gestão de recursos, da sustentabilidade e ecologia das iniciativas e da realização de ações em rede, que permitem uma atuação em escala, com maior abrangência e eficácia.

A metodologia que orientou o tratamento das fontes encontra-se descrita na parte final deste ponto introdutório. Procurámos, sempre que possível, dados sobre as ações encetadas, sobre o número de pessoas envolvidas e sobre a abrangência geográfica

conseguida. Mais do que as ações concretas e dados quantitativos, enfatiza-se o caráter qualitativo, de continuidade no tempo e de criação de dinâmicas diversificadas que cada área de atuação pode encerrar.

Na elaboração deste Capítulo IV recorreremos primeiramente aos Relatórios de Atividades e Contas da Fundação Museu do Douro e à informação relativa a atividades e eventos disponível *online* (no *site* ou redes sociais do Museu). Recorreremos ainda a documentação interna, como relatórios de atividade elaborados por cada Serviço do Museu e conversas informais com alguns dos colaboradores, a fim de esclarecer alguns pormenores relativos à informação recolhida. Por último, levámos a cabo uma pesquisa na imprensa regional e nacional acerca das atividades mais divulgadas do Museu.

O Capítulo V é dedicado à discussão dos dados apresentados no capítulo anterior, à luz dos conceitos específicos trabalhados na revisão da literatura e na descrição do espírito e Missão do Museu do Douro. A observação é feita com base nos principais parâmetros de ação dos museus e nos indicadores da sua relevância sugeridos pelos teóricos em que se baseia a parte inicial do trabalho.

No capítulo final refletimos nos aspetos práticos que julgamos merecer alguma atenção e empenho no sentido de solucionar as lacunas encontradas e melhorar áreas que acrescentem valor e dimensão ao trabalho do Museu. Apresentam-se também as limitações encontradas na tentativa de fornecer um quadro o mais abrangente e atualizado possível desta realidade que se quis explorar.

Estamos convictos de que este estudo fornece uma base sólida para futuros ensaios que se proponham medir impactos e dinâmicas geradas pelo Museu do Douro no seu território.

Passamos a expor a metodologia de investigação seguida na elaboração deste trabalho.

## **METODOLOGIA**

A exposição da metodologia é fundamental, uma vez que a validação de um conhecimento como científico carece da identificação das operações mentais e técnicas – isto é, o método – que possibilitam a sua verificação. Gil (2008:8) define “método” como “o caminho para se chegar a determinado fim”.

Este trabalho constitui um estudo de caso, no sentido em que proporciona um exemplo único de uma entidade real em situação real, para ilustrar temas e conceitos que, de outra forma, seriam apenas teorias ou princípios abstratos (Cohen, Manion & Morrison, 2007).

Tendo em conta os objetivos, o conteúdo e o contexto da investigação seguiu-se uma abordagem qualitativa – a mais adequada para a compreensão de fenómenos sociais, no ambiente em que ocorrem e do qual fazem parte (Kripka, Scheller & Bonotto, 2015).

Segundo as autoras, em investigações qualitativas o investigador pode valer-se normalmente de três tipos de instrumentos de recolha de dados ou fontes de informação: inquérito (por questionário ou entrevista), observação e análise documental. É este último o meio a que recorreremos (quase exclusivamente) na elaboração deste trabalho. Consiste num “procedimento para a compreensão da realidade social e produção de conhecimento por meio da análise de variados tipos de documentos” que não sofreram tratamento analítico nem se encontram sistematizados (Kripka *et al.*, 2015:55).

“O documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (Cellard, 2012:295). Através dele, o investigador “mergulha” no campo de estudo e fica a conhecer a realidade pela perspetiva dos autores, acrescentando depois a sua própria interpretação, segundo a sua área de especialização (Kripka *et al.*, 2015). Assim, o fator determinante do sucesso deste caminho é a capacidade do pesquisador em selecionar e interpretar os dados, revelando as interações e significados contidos nas fontes utilizadas.

Além de documentos manuscritos ou impressos, a tecnologia pôs à nossa disposição documentos como fotografias ou vídeos.

A análise de documentos pode ser “desmontada” em duas etapas: na primeira, a preocupação principal é a procura de fontes e a recolha dos documentos necessários para a pesquisa; na segunda fase, assume relevo o conteúdo dos documentos reunidos. Tem lugar a organização do material e a sua análise detalhada (Pimentel, 2001).

Neste ponto, Kripka *et al.* (2015) enfatizam a importância de não confundir pesquisa documental com pesquisa bibliográfica. Embora ambas se sustentem em documentos, para a primeira as fontes não sofreram nenhum tratamento, são fontes primárias; ao passo que

na segunda se recorre a fontes secundárias, de caráter normalmente científico e que abrangem toda a bibliografia já publicada sobre o tema em análise.

As duas etapas do processo de análise documental caracterizam-se do seguinte modo:

1. Recolha de Documentos: A proveniência dos documentos pode ser muito diversificada e depende diretamente da própria natureza do estudo. Fontes documentais comuns são os institutos de estatística, bibliotecas e arquivos, bancos de dados, imprensa, entre outras. Nesta fase de localização e recolha de documentos é crucial avaliar a pertinência, credibilidade e representatividade dos mesmos (Cellard, 2012).

A presente análise documental abrange a ação do Museu do Douro no período de 2008 a 2018. Procurou-se registos da própria instituição, sabendo que, pela sua natureza de instituição cultural de utilidade pública e, mais recentemente, Fundação Pública, a maioria destes registos estariam acessíveis livremente. Foram objeto central de interesse os Relatórios de Atividades e Contas da Fundação Museu do Douro, do período referido e também de anos anteriores, a fim de contextualizar e relativizar alguns aspetos, como a situação financeira ou a diversidade e frequência programática.

Esta fonte de informação classifica-se, quanto à sua natureza, como uma fonte primária, uma vez que constitui um documento produzido durante o período em análise, sem o intuito principal de fornecer dados à investigação em curso (Cohen *et al.*, 2007). Outra fonte primária é o testemunho dado pelos participantes nos eventos em questão; nesta ordem incluímos os esclarecimentos adicionais obtidos junto dos colaboradores de cada Serviço do Museu. Fontes secundárias são aquelas que não têm uma relação direta com o evento analisado e cujo autor elabora a sua narrativa a partir do testemunho de outros (documentos ou participantes). É o caso de citações ou enciclopédias (Cohen *et al.*, 2007).

Kripka *et al.* (2015) baseiam-se em Flick (2009) para fazer ainda uma outra distinção: entre documentos solicitados para a pesquisa e não solicitados.

O Quadro 1 apresenta as fontes utilizadas no decorrer desta pesquisa, classificadas segundo a sua natureza.

Fonte	Localização	Autor	Natureza	Objetivo
Decretos-Lei (n.º 125/97; n.º 70/2006 e n.º 16/2015)	Diário da República ( <i>Online</i> )		Fonte primária; não solicitada	Extração de informação institucional e formal sobre o MD e a FMD
Relatórios de Atividades e Contas da FMD	<i>Online</i> (site do MD)	FMD	Fonte primária; não solicitada	Extração de informação sobre o MD e das categorias de análise da investigação
Relatório de exposições e itinerâncias	SM	SM	Fonte primária; não solicitada	Validar informação obtida na análise aos RAC acerca de exposições, datas e temática
Relatórios Serviço de Cons. e Restauo	SCR	Técnico de C. e Rest.	Fonte primária; não solicitada	Completar informação obtida na análise aos RAC acerca do serviço
Relatórios Serviço Educativo, Publicações	SE	SE	Fonte primária; não solicitada	Completar informação obtida na análise aos RAC, acerca das atividades e públicos
Mailing interno do MD (divulgação de eventos e convites)	Servidor do MD		Fonte primária; não solicitada	Completar informação obtida na análise aos RAC acerca da ação cultural e eventos
Manuais de Conservação Preventiva e Gestão de Coleções do MD	<i>Online</i> (site do MD)	FMD	Fonte primária; não solicitada	Completar informação obtida na análise aos RAC acerca dos SM
Atas de reuniões da MuD	<i>Online</i> (site do MD)	MuD	Fonte primária; não solicitada	Completar informação obtida na análise aos RAC acerca da Rede de Museus
Candidaturas e Relatórios de Projetos	Serviço de comunicação do MD	FMD	Fonte primária; não solicitada	Completar informação obtida na análise aos RAC acerca dos projetos de ação cultural
Resumos do Software de gestão <i>PRIMAVERA</i>	Serviço Financeiro do MD		Fonte primária; solicitada	Validar e completar informação relacionada com números de utilizadores e públicos do MD
Dados-resumo dos <i>softwares Archeevo e DocBase</i>	Serviço de Museologia do MD		Fonte primária; solicitada	Obter informações acerca das coleções e arquivos do MD
Dados-resumo do <i>software</i> controlador da utilização do <i>site</i> e redes sociais do MD	Serviço de comunicação do MD		Fonte primária; solicitada	Completar informação obtida na análise aos RAC acerca da comunicação
Revista <i>Tribuna Douro</i>	Em papel e <i>online</i>		Fonte secundária; não solicitada	Completar informação obtida na análise aos RAC acerca da ação cultural
Jornal <i>Viva Douro</i>	Em papel e <i>online</i>		Fonte secundária; não solicitada	Completar informação obtida na análise aos RAC acerca da ação cultural
Programas culturais dos municípios da RDD	<i>Online</i>	Municípios da Região	Fonte secundária; não solicitada	Completar informação obtida na análise aos RAC acerca das atividades de animação cultural
Legenda: <b>MD:</b> Museu do Douro; <b>FMD:</b> Fundação Museu do Douro; <b>RAC:</b> Rel. de Atividades e Contas; <b>SM:</b> Serv. de Museologia; <b>SCR:</b> Serv. de Conservação e Restauo; <b>SE:</b> Serviço Educativo				

Quadro 1 - Fontes Consultadas  
Elaboração própria

Os Relatórios de Atividades forneceram a primeira proposta de categorias de análise. Estes são elaborados anualmente pela Fundação Museu do Douro e fornecem de forma organizada (por temas/serviços e cronologicamente), as ações mais relevantes da Organização. No entanto, dada a sua finalidade de “dar contas” das principais ações aos *stakeholders* e parceiros do Museu, apresentam-se, por vezes, demasiado concisos e houve ao longo dos anos alguma inconsistência ao nível da estrutura e destaques dos relatórios.

Para completar a informação contida naqueles registos, usámos uma fonte suplementar para cada categoria. Recorremos aos registos e relatórios elaborados por cada Serviço do Museu – documentos internos que não estão normalmente disponíveis para consulta livre.

2. Análise dos documentos: Esta fase consiste na redução de grandes quantidades de informação a proporções facilmente compreensíveis e manipuláveis (Cohen *et al.*, 2007).

Para isso recorre-se, entre outras, à Análise de Conteúdo (AC) ou à Análise Textual Discursiva (ATD), técnicas que têm fronteiras algo esbatidas. Kripka *et al.* explicam que, na AC os processos de análise têm como objetivo sistematizar o conteúdo e significados da mensagem, por meio de deduções lógicas e justificadas (2015). Já a ATD produz novas leituras dos fenómenos observados. É composta por um processo de desconstrução do conteúdo, seguida da reconstrução e síntese – processos também referidos por Cellard, que diz que “o pesquisador desconstrói, tritura o seu material à vontade” (2012:304).

As fases do processo de ATD consistem em unitarização ou fragmentação dos dados, transformando-os em *unidades de significado/sentido*. Estas são depois codificadas, sendo-lhes atribuída uma denominação abreviada, a fim de facilitar a associação entre as várias unidades de sentido e as categorias construídas em cada documento. De seguida, a categorização reúne em conjuntos as unidades de sentido que possuem algo em comum, num processo de organização e síntese. Esta categorização pode ser por meio dedutivo (as categorias estão construídas *a priori*) ou indutivo, emergindo da análise do investigador, partindo de ideias particulares em direção à ideia geral (Kripka *et al.*, 2015). Como resume Pimentel, “o próprio material dirigiu o estabelecimento dos temas que viriam a compor as categorias de análise”, o que confirma a natureza indutiva do nosso método (2001:187).

Kripka *et al.* (2015) citam Ludke e André (2012:44): “quando a exploração de novas fontes leva à redundância de informação ou a um acréscimo muito pequeno, [...] é um bom sinal para concluir o estudo”.

A informação extraída dos documentos foi inserida em quadros, com referências qualitativas e quantitativas dos termos recorrentes. O Quadro 2 demonstra as unidades de sentido que, como estabelece Kripka *et al.* (2015), devem ter as seguintes propriedades: validade, homogeneidade, amplitude e precisão, exaustão e exclusão mútua.

<b>Categorias</b>	<b>Unidades de Sentido</b>	<b>Temas</b>	<b>Descrição dos temas</b>
Exposições	Permanentes	1	-
	Temporárias	2	De produção própria, de produção externa
	Itinerantes	2	Número de exposições e número de itinerâncias
Publicações		6	Catálogos, monografias, folhetos, publicações do SE, SE digital e vídeos
Ação cultural	Comemorações	2	Datas comemorativas e datas comemorativas do MD
	Encontros, Conferências e Tertúlias	3	De temática museológica, ligados à programação do MD, outros
	Animação Cultural	6	Programas <i>Douro Vivo</i> , <i>Entre Margens</i> , <i>Sons do Douro</i> , <i>Douro Inclusivo</i> , <i>CRIVO</i> , outros
	Presenças institucionais e divulgação	5	Feiras Nac., Feiras Internac., Encontros, Comunicações e Produção de texto
	Formação	3	Formações pelo MD, formações externas, orientação de estágios
	Parcerias Institucionais	1	-
Serviços de Museologia	Museologia	1	Gestão de coleções
	Centro de Informação	2	Arquivo e Biblioteca
	Conservação e Restauro	3	Projetos “ <i>Quo Vadis?</i> ”, “Identificar para Conservar” e “Preservar em Azoto”
	Rede de Museus e Núcleos Museológicos	2	Rede de Museus e Núcleos Museológicos
Serviço Educativo	Projetos Anuais com Escolas	1	-
	Programa de oficinas anuais	5	As estações no MD, percursos, rogas, 1 <sup>a</sup> semana do mês, 2+1
	Outros projetos	4	BIOS-EDP, itinerâncias, outros
Comunicação	Presença <i>online</i>	2	Visitas ao site e redes sociais
Públicos	Números de visitantes	1	-
	Tipos de visitantes	8	Escolares, estudantes, da região, crianças, estrangeiros, programas de visita, guias/intérpretes, outros
Prémios		1	-

Quadro 2 - Categorias e Unidades de Sentido Extraídas  
Elaboração própria

Os processos de redução dos dados permitiram simplificar a informação recolhida, após o que se tornou necessário procurar uma forma de a tornar inteligível, isto é, fazer a sua apresentação, de modo a permitir a obtenção de conclusões.

A conclusão deste trabalho foi elaborada através de uma análise comparativa, recorrendo às técnicas da Análise de Conteúdo: após a obtenção dos elementos fundamentais e dos indicadores (quantitativos e qualitativos) relevantes, estes são confrontados com as conclusões exploradas no Capítulo da revisão da literatura, onde se fundamentam os princípios teóricos que norteiam o tema que estamos a explorar.

Feito todo este trabalho, estaremos em posição de compreender as principais vantagens e limitações dos métodos utilizados, porque nenhuma metodologia será jamais perfeita.

Como vantagens, assinalamos:

- Evita-se influências sobre a informação, como acontece quando há a presença ou intervenção do investigador sobre a realidade observada (Cellard, 2012; Gil, 2008);
- Documentos são fontes de informação estável ao longo e após longos períodos de tempo (Gil, 2008; Kripka *et al.*, 2015);
- Comportam baixo custo financeiro (Gil, 2008; Kripka *et al.*, 2015);
- Podem ratificar informações obtidas por outros meios de investigação (Kripka *et al.*, 2015);
- Permitem observar numa linha temporal e com continuidade fenómenos e comportamentos de um determinado evento (Kripka *et al.*, 2015);
- Evitam o dispêndio de tempo e os constrangimentos associados à consulta de pessoas (Gil, 2008).

As limitações mais referidas são:

- Documentos são amostras não-representativas dos fenómenos estudados, por vezes não traduzem informações reais e carecem de objetividade (Guba & Lincoln, 1981 cit. por Kripka *et al.*, 2015);
- O documento é um instrumento que o investigador não domina completamente e ao qual não pode pedir esclarecimentos adicionais (Cellard, 2012).

## Capítulo I – A HISTÓRIA DA MUSEOLOGIA

O termo “museologia” é, desde os anos 50, comumente aplicado para referir tudo o que tenha a ver com a instituição museu: teoria e práticas, história, sistemas de pesquisa, estudos e ações de conservação e restauro, exposições, papel educativo e responsabilidade social (Desvallées & Mairesse, 2010).

É essa a aceção que iremos considerar neste trabalho, onde não cabe a discussão teórica da terminologia; no entanto, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) estabelece que Museologia não é mais do que estudos sobre museus; para nos referirmos à prática, o termo mais exato será Museografia (Desvallées & Mairesse, 2010).<sup>2</sup>

O ICOM, no seu ato de criação em 1946, começou por definir museu da seguinte forma:

*... todas as coleções abertas ao público, de material artístico, técnico, científico, histórico ou arqueológico, incluindo jardins zoológicos e botânicos, mas excluindo bibliotecas, exceto na medida em que mantenham salas de exposição permanente.*<sup>3</sup>

Ao longo do tempo foram sendo acrescentadas novas atribuições e desde 2007 vigora a sétima versão desta definição, que diz:

*O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.*<sup>4</sup>

O facto de em sete décadas ter havido sete definições oficiais já é demonstrativo da evolução empreendida pela instituição museológica, nomeadamente ao nível das tarefas que executa e da sua dedicação ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento.

A museologia começou por ser capricho de um grupo restrito de amadores, tendo depois evoluído em formalidade metodológica e rigor científico. Ultrapassou a esfera do interesse e vaidade privados, para ser serviço público, agente de civilização, de ensino e de pesquisa (Godoy & Moretoni, 2017).

---

<sup>2</sup> Para esclarecer esta questão, ver artigo de Stránský: “Museologia – ciência ou apenas trabalho prático?”. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/10/5>.

<sup>3</sup> [http://archives.icom.museum/hist\\_def\\_eng.html](http://archives.icom.museum/hist_def_eng.html). Consultado em 5 de janeiro de 2019. Tradução nossa.

<sup>4</sup> <http://icom-portugal.org/recursos/definicoes/>. Consultado em 5 de janeiro de 2019.

Um elemento-chave na imagem e discurso da instituição museológica é a exposição, onde se dá o encontro entre objeto e visitante. Para Rivière, considerado generalizadamente o pai da museologia moderna, “*l’exposition est le moyen par excellence du musée, l’instrument de son langage particulier*”<sup>5</sup> (1989:265).

Com o alargamento da noção de património para lá dos bens de valor intrínseco ou artístico, a museologia passou a trabalhar com objetos de toda a natureza, testemunhos da evolução e engenho humanos. Isto exigiu que fosse buscar técnicas a campos de saber tão diversificados como as ciências naturais, as ciências exatas e até as ciências humanas, para melhor cumprir a dupla missão de assegurar a preservação dos objetos e de estabelecer um contacto inteligível com o público que os visita.

Os museus de hoje são instituições com uma orgânica complexa e pluridisciplinar. São

*um espaço de lazer e de entretenimento público; um sistema de comunicação com aqueles que o frequentam; um ambiente pedagógico onde se transmitem e adquirem conhecimentos diversificados [...]; um espaço de investigação científica e de criação cultural; um repositório de materiais de valor patrimonial elevado* (Rocha-Trindade, 1993:89).

Por fim, os museus nunca foram lugares neutros; o seu papel político e as suas ideologias têm implicações na História e a sua escolha de preservar algumas coisas em detrimento de outras origina definições de valor (Duarte, 2013). São também fenómenos sociais e observar a “aura” que ostentaram ao longo dos séculos fornece um retrato valioso de contextos históricos e sociais: as concepções sobre o lugar do Homem no Universo, os privilégios e as liberdades adquiridas, o acesso ao conhecimento e à instrução. Isto faz do museu “uma instituição que completa o processo histórico geral da humanidade, fornecendo-lhe elementos diferentes dos expressos pela história escrita” (Fernandez, 1993:47; Abreu, 2012).

Observemos de seguida, de forma cronológica – mas não exaustiva – como evoluiu a natureza dos objetos de interesse museológico, os espaços que os recebem e expõem e o acesso dos públicos aos acervos. Veremos também, em simultâneo, as transformações ao nível do papel civilizacional e social dos museus, e como é que os sucessivos regimes governamentais encararam o seu potencial ao serviço das populações.

---

<sup>5</sup>“A exposição é o meio por excelência do museu, o instrumento da sua linguagem particular”. (tradução nossa)

## I.1 – As primeiras coleções

O homem do Paleolítico colecionava conchas, pedras e ossos de animais. Pensa-se que o fazia por reconhecer neles uma simbologia mística, ou simplesmente por uma questão de subsistência, para que no futuro não faltasse algo que poderia ser útil (Ribeiro, 1993).

Na Grécia Antiga, os templos onde se guardavam peças preciosas, para agrado e homenagem aos deuses, já podiam ser visitados. Filósofos e estudiosos reuniam-se nesses “Templos das Musas” – ou *mouseion* – para contemplar e refletir (Mendes, 1999).

Os Romanos começaram a exibir também os troféus das suas vitórias militares, provenientes dos territórios conquistados. Foram os primeiros a revelar preocupações com a preservação dos bens, nomeadamente com a sua exposição à luz solar (Ribeiro, 1993).

O mais antigo museu do mundo será o *Ennigaldi-Nanna*, datado de cerca de 530 a.C. e descoberto durante as escavações arqueológicas num palácio da Babilónia. Revelou uma notável coleção, devidamente organizada e etiquetada, de artefactos tão antigos para a época como é a queda do Império Romano para os nossos dias.<sup>6</sup>

O termo *mouseion* seria adotado cerca de 280 a.C. para denominar o sofisticado centro de investigação fundado em Alexandria (onde se inseria a famosa Biblioteca).<sup>7</sup> Surge assim, desde tempos tão remotos, o museu associado a uma instituição de investigação e ensino, mais do que mero local de contemplação artística.

Historicamente, Clero e Aristocracia foram os detentores dos melhores tesouros e as suas coleções deram origem a alguns dos grandes museus do mundo. É o caso do Museu do Vaticano (1506)<sup>8</sup>, as coleções dos Médici em Florença<sup>9</sup> e o Ashmolean<sup>10</sup>, primeiro museu público da Grã-Bretanha (1683).

No século XVII, às coleções de arte juntaram-se as curiosidades exóticas provenientes das descobertas geográficas e científicas, em afirmação do poder dos Estados Coloniais. Com o

---

<sup>6</sup> <http://museums.eu/highlight/details/105317/the-worlds-oldest-museums>. Consultado em 11 de novembro de 2018.

<sup>7</sup> <https://www.britannica.com/topic/Alexandrian-Museum>. Consultado em 6 de novembro de 2018.

<sup>8</sup> <http://www.museivaticani.va/content/museivaticani/en/musei-del-papa/storia.html#giulio-ii>. Consultado em 12 de novembro de 2018.

<sup>9</sup> <http://musefirenze.it/attivita/alla-scoperta-della-firenze-medicea/>. Consultado em 12 de novembro de 2018.

<sup>10</sup> <https://www.ashmolean.org/history-ashmolean>. Consultado em 12 de novembro de 2018.

Iluminismo começou-se também a valorizar as demonstrações e aparelhos da Ciência e da Técnica. Assim, em finais do século XVIII, as tipologias museológicas eram: Arte, História Natural e Ciência e Técnica, onde se exibiam inúmeros exemplares, em salas repletas e caóticas (Nabais & Carvalho, 1993).

O contexto da Independência dos Estados Unidos da América (1776) e da Revolução Francesa (1789) marcou uma mudança em todos os setores. Quando muitos palácios e bens reais foram nacionalizados e a sua visita passou de privilégio de alguns a direito de todos, nasceu a noção de Património e a Museologia Moderna (Mendes, 1999).

No início do século XIX difundiu-se o reconhecimento do valor da arte contemporânea. O primeiro museu deste tipo abriu em Paris, em 1818, no *Musée du Luxembourg*, que passou a ser conhecido como “*le musée des artistes vivants*”, ou museu de artistas vivos.<sup>11</sup>

Também no século XIX o interesse pela Antropologia levou à realização das Grandes Exposições Universais e outros certames, a exaltar os aspetos tradicionais de cada região, ameaçados pela crescente industrialização. Começou a valorização do património cultural popular, com impactos significativos no panorama museológico mundial: os museus passaram a ser mais, mas em escala mais reduzida e de temáticas muito diversificadas (Mendes, 1999; Montanari, 2013).

Neste movimento destacaram-se os museus a céu-aberto Escandinavos, como o Museu de Skansen (1891): primeiro museu ao ar-livre do mundo, que ainda hoje demonstra modos de viver seculares, habitações tradicionais e festividades de cada região da Suécia.<sup>12</sup> Serviu de inspiração e modelo à renovação museológica dos anos 60 do século XX, que veremos adiante (Montanari, 2013).

Nos EUA, onde não existiam tesouros históricos pertencentes à aristocracia e ao clero, como acontecia na Europa, o surgimento dos museus deu-se graças às doações de obras de arte por magnatas abastados. É o caso da *National Gallery of Art*, em Washington (1937).<sup>13</sup> Mais jovens e inovadores, os museus norte-americanos começaram a assumir o papel de intérpretes das obras expostas para os seus visitantes.

---

<sup>11</sup> <https://en.museeduluxembourg.fr/node/157>. Consultado em 9 de janeiro de 2019.

<sup>12</sup> <http://www.skansen.se/en/welcome-to-skansen>. Consultado em 4 de dezembro de 2018.

<sup>13</sup> <https://www.nga.gov/about.html>. Consultado em 20 de janeiro de 2019.

No período entre as duas Guerras Mundiais emerge o papel educativo e social dos museus. As exposições e a comunicação foram revistas com o intuito de atrair públicos mais vastos. Criaram-se espaços mais sóbrios e valorizou-se o arranjo das obras, em vez da apresentação de uma variedade exaustiva de exemplares (Nabais & Carvalho, 1993; Ribeiro, 1993).

Grandes arquitetos foram chamados a criar museus de raiz, redefinindo o papel da arquitetura em edifícios museológicos. O Museu de Arte Ocidental de Tóquio, de Le Corbusier (1959)<sup>14</sup>, o Guggenheim em Nova Iorque, de Frank Lloyd Wright (1959)<sup>15</sup> e o Cullinan Hall do Museu de Houston, de Mies van der Rohe (1958)<sup>16</sup> são da primeira geração de “museus-espetáculo”, de arquitetura arrojada, destinados às massas e à recreação, ícones da identidade da cidade onde se localizam (Godoy & Moretoni, 2017).

O Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MOMA) serviu de exemplo a museus em todo o mundo, ao apostar tanto na aquisição de obras que enriquecessem o seu acervo, como na organização sistemática de exposições temporárias, conferências, simpósios, etc.<sup>17</sup> Tornou-se normal ir ao museu não só para ver exposições, mas também para assistir a um espetáculo, fazer uma refeição no restaurante ou compras na loja (Ribeiro, 1993).

Em 1946 criou-se o ICOM, ligado à UNESCO<sup>18</sup>, com vista à divulgação do respeito pelos bens materiais e imateriais da Humanidade e a sua partilha para enriquecimento de todos, particularmente dos profissionais da museologia dispersos geograficamente.

O seu primeiro diretor, Georges Henri Rivière, quis difundir uma visão renovada do museu enquanto laboratório de investigação e pesquisa, onde o objeto fala por si mesmo, colocado em situação real, num ambiente neutro. Sem ser verdadeiramente autor de nenhum princípio de museologia, produziu uma síntese sistemática útil aos profissionais de museus até aos dias de hoje (Duclos, 2005).

Os movimentos sociais dos anos 60 questionaram e provocaram a mudança em todos os setores, incluindo as instituições museológicas e a Museologia Moderna, assente no

---

<sup>14</sup> <http://archeyes.com/national-museum-western-art-tokyo-le-corbusier/>. Consultado em 28 de outubro de 2018.

<sup>15</sup> <https://www.guggenheim.org/the-frank-lloyd-wright-building>. Consultado em 28 de outubro de 2018.

<sup>16</sup> <https://www.mfah.org/about/mfah-architectural-history/>. Consultado em 28 de outubro de 2018.

<sup>17</sup> <https://www.moma.org/about/who-we-are/moma-history>. Consultado em 28 de outubro de 2018.

<sup>18</sup> <http://icom-portugal.org/icom-portugal-quem-somos/>. Consultado em 28 de outubro de 2018.

conhecimento científico e nos discursos dos Estados-Nação coloniais (Duarte, 2013). Em resposta a este abalo nas suas fundamentações, os museus tornaram-se instituições mais atentas às necessidades e dinâmicas das sociedades do seu tempo.

Entretanto, a abertura de museus deixou de ser responsabilidade exclusiva do poder público e passou para as mãos de associações, empresas e fundações. Isto, aliado à descoberta do potencial turístico que encerram, originou instituições mais “amigas do visitante”, com uma linguagem apelativa e audiovisuais que complementam a informação de forma interessante e interativa. Aliou-se à cultura o lazer, como forma de atrair e fidelizar diferentes segmentos de público.

As últimas décadas do século XX registaram, além da diversificação das tipologias existentes, um aumento sem precedentes no número de museus, na sua qualidade e número de visitantes. O *site* da UNESCO indica que o número de museus no mundo passou de 22.000 em 1975, para 55.000 no presente.<sup>19</sup> Segundo o PORDATA (2019), em Portugal existiriam no ano 2000, 198 museus e em 2018 esse número era de 430.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> <https://en.unesco.org/themes/museums>. Consultado em 4 de novembro de 2018.

<sup>20</sup> Ao procurarmos números de Museus é comum encontrarmos dados muito díspares, o que tem a ver, antes de mais, com a definição de Museu considerada por cada estudo.

## I.2 – Os Museus em Portugal

Em Portugal, como no resto do mundo, foi mais ou menos ao sabor das convoluções políticas que se foi fazendo a evolução museológica: a criação de novos museus coincide com as mudanças de governo e a sua vontade declarada de investir no enriquecimento educativo e cultural da Nação.

Os primeiros museus dignos desse nome contaram com o impulso visionário do Marquês de Pombal, que os pensou para educação da realeza e da sociedade estudantil de Coimbra. O Real Museu da Ajuda e os Museus da Universidade de Coimbra reuniam “sob o mesmo tecto, o ‘agradavel’, o ‘util’ e a ‘instrucção’ ” (Ramos, 1993:23).

O Liberalismo e o Romantismo seu contemporâneo trouxeram, no século XIX, ideais de instrução pública e gosto pelo belo. Em 1836 já se trabalhava o conceito de Museu Regional em cada capital de distrito, para depósito de património e saber-fazer tradicional, e também das riquezas pertencentes às extintas ordens religiosas (Mendes, 1999).

É com obras desta proveniência, reunidas e oferecidas à apreciação de todos, que se abre o primeiro museu público de arte do país: o Museu Portuense de Pinturas e Estampas, que a Primeira República rebatizará, em 1911, como Museu Soares dos Reis.<sup>21</sup> O projeto de regulamento anunciava já princípios inovadores, ao estabelecer que o Museu recolheria “proveitosamente a sentença do homem velho, o pensamento do menino, o juizo do litterato, o dito do homem do mundo e os propositos do povo” (Ribeiro, 1876:51).

Estas iniciativas levam Ramos a afirmar que “o grande legado do liberalismo para o movimento museal [...] foi, sem dúvida, a afirmação da ideia de **museu público**. [...] Às elites que usufruíram dos ‘tesouros’, ‘gabinetes’ e ‘galerias’ sucede o Homem” (1993:35).

A Regeneração e o Fontismo, na segunda metade do século XIX, investiram no carácter industrial e tecnológico que o ensino ia assumindo e essas tendências refletiram-se na criação dos museus industriais e museus tecnológicos (Ramos, 1993).

Apesar de todos os sucessos alcançados, haveria quem lamentasse a incapacidade ou desinteresse numa execução competente e na divulgação das riquezas existentes no país. É

---

<sup>21</sup> [http://www.museusoaresdosreis.gov.pt/pt-PT/menu\\_historia/HighlightList.aspx](http://www.museusoaresdosreis.gov.pt/pt-PT/menu_historia/HighlightList.aspx). Consultado em 26 de outubro de 2018.

o caso dos textos do Marquês de Sousa Holstein, sobre a falta de especialização temática das coleções, o número insuficiente de funcionários que, de resto, careciam de competências específicas, e a indignidade das instalações – “barracões decorados com o nome de *salas*, onde estão dependuradas as télas que possuímos” (1875:27).

Derrubada a Monarquia, cujo último grande contributo à museologia foi a criação do Museu dos Coches Reais, em 1905, por iniciativa da Rainha D. Amélia<sup>22</sup>, a nova República iria legislar e regionalizar, no sentido de valorizar o património artístico e histórico preservado e reforçar o papel educativo de museus, arquivos e bibliotecas (Ramos, 1993).

O Estado Novo iria enfatizar estas medidas, apostando não só na preservação mas também no restauro de muitos símbolos de riqueza e orgulho nacional, como castelos e sés. Procedeu à classificação dos museus e património em Nacional, Regional ou Municipal e criou, para exaltação do ideal pitoresco da vida do povo português, o Museu de Arte Popular (Ramos, 1993). Afirmou-se assim a dicotomia “arte erudita” e “arte popular”, também ela digna e valiosa, com casa própria.

Entretanto, nasciam por iniciativa de diversos municípios e dos primeiros Grupos de Amigos de Museus, os museus regionais idealizados desde meados do século anterior (Ramos, 1993).

Após o 25 de abril as práticas alteraram-se significativamente, foram evoluindo e bebendo todas as influências do exterior, ao mesmo tempo que se desenvolveu alguma investigação científica e formação específica em Museologia nas Universidades. Os museus passaram a ser lugares de expressão de liberdade e democracia e a sua vocação de conservação e salvaguarda de património passou a ser de facto complementada com a sua nova vocação social. Uma tendência que se ia insinuando por todo o mundo e que marcou o nascimento da Nova Museologia.

---

<sup>22</sup> <http://museudoscoches.gov.pt/pt/museu/>. Consultado em 27 de outubro de 2018.

### **I.3 – Uma Nova Museologia**

O movimento da Nova Museologia revolucionou paradigmas estabelecidos durante séculos, num processo gradual, decorrente de fatores políticos e sociais, que começou a manifestar-se durante os anos 60. No entanto, alguns autores, como Mairesse (2000), demonstram que este fenómeno de renovação teórica e metodológica tem raízes em eventos anteriores, que despertaram a consciência do poder político e social detido pelos museus. Relembramos a este respeito que, em Portugal, se começaram a idealizar os primeiros museus regionais em 1836.

Os profissionais de instituições museológicas ditas tradicionais opuseram-se-lhe fortemente. Estas “museologias indisciplinadas”, como lhes chamaram Chagas e Gouveia (2014:16), foram consideradas pelos mais conservadores uma espécie de “anti-museus”, tal era o grau de rompimento dos cânones estabelecidos para a ação museológica (Debary, 2000; Varine, 2005).

Nos anos 60, em Portugal como no resto do mundo, mudavam-se as mentalidades. O nosso país começava a querer libertar-se das imposições ditatoriais e, a nível internacional, os movimentos pela independência das nações colonizadas em África e pelo fim das ditaduras na América Latina reforçaram as identidades nacionais e locais e o seu desejo de escapar à assimilação (ou dominação) cultural “branca”; geraram-se reações contra a *standardização* cultural, que homogeneíza identidades e espaços naturais e começaram as preocupações ambientalistas (Duarte, 2013; Varine 2005).

Neste contexto, subsistiam os monumentos, superprotegidos mas separados da população. O movimento “*La Jaconde au métro*” foi um de muitos a denunciar o carácter ainda elitista dos museus e a reivindicar novos moldes de apresentação da arte ou, em extremo, a dispersão das coleções pelos locais quotidianos das pessoas – *a Gioconda ao metropolitano* (Carvalho, 2016; Duarte, 2013; Varine, 2005).

Face a tal contestação, os museus assumiram o compromisso de, por um lado, repensar as suas práticas e suportes teóricos, e por outro, apoiar a efetiva democratização da cultura. Em Portugal, o Decreto-Lei 46758 de 18 de dezembro de 1965 reconheceu aos museus a dupla missão: científica/artística como fora até ali, e agora também educativa/social. O artigo dita que uma coleção já não faz de um lugar um museu e que “se o museu não for

mais do que uma instituição com finalidade conservadora, poderá então qualificar-se de necrópole.”<sup>23</sup> No mesmo ano, a criação da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) seria um elo de ligação entre profissionais de museus, para reflexão e atuação sobre os desafios que se põem às instituições museológicas e à sociedade a que pertencem.<sup>24</sup>

Hugues de Varine, então diretor do ICOM e um dos principais pensadores do “movimento revolucionário do museu”, ajudou a que o objeto museológico fosse promovido a “arma revolucionária” e de desenvolvimento para uma população ou território (Debary, 2000:74).

Segundo Varine (2013), o movimento da Nova Museologia fundou-se em quatro momentos-chave, que culminaram na criação do Movimento Internacional para a Nova Museologia (MINOM) em 1985, durante o 2º Encontro Internacional de Nova Museologia, que decorreu em Lisboa. Esses momentos são:

- a introdução do termo “desenvolvimento” na definição oficial de Museu do ICOM, em 1971;
- a invenção do termo “ecomuseu”;
- a criação dos primeiros museus sem coleção, como o de Le Creusot;
- e a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972.

---

<sup>23</sup> <https://dre.tretas.org/dre/105325/decreto-lei-46758-de-18-de-dezembro#text>. Consultado em 27 de outubro de 2018.

<sup>24</sup> <https://apmuseologia.org/about/>. Consultado em 27 de outubro de 2018.

### **I.3.1 – O Museu como fator de desenvolvimento**

Ao longo da História cresceu a consciência dos museus enquanto espaços ao serviço da comunidade e, face à problemática da perda de património natural, monumental e cultural, reforça-se o seu valor de ferramenta que cria sensibilidade e respeito por estes bens. Mendes (2013) chega mesmo a afirmar que não há região que tenha registado desenvolvimento sem haver ação cultural a montante.

Varine, diretor do ICOM de 1965 a 1974, concebeu o museu como instrumento onde o indivíduo encontra as referências para completar o seu desenvolvimento enquanto ser humano e membro de uma sociedade (Júnior, Trampe & Santos, 2012; Pinheiro, Moura & Antunes, 2016).

A noção de desenvolvimento é complexa: deixou de ser sinónimo de crescimento económico e foi apodado de “sustentável” e de “humano”, para enfatizar a sua natureza qualitativa em aspetos sociais e culturais. Os processos museológicos alavancam desenvolvimento a um nível interno – de bem-estar da população e conhecimento da identidade local; e a nível externo, porque geram potencial turístico e visibilidade, atraindo fluxos exógenos que serão investidos no local (Primo, 2006).

Tal como o desenvolvimento é um processo contínuo, também o novo museu é um processo. Não é uma estrutura acabada, mas “um ser vivo [...] em constante movimento para se adaptar às mudanças que acontecem [...] em seu ambiente” (Varine, 2014a:29). Isto significa que ele não pode ficar limitado a um edifício e sem qualquer ligação à comunidade, nem pode ser apenas um produto para apresentar aos turistas. Ele contará com o envolvimento da comunidade e, quando a geração que o criou se retirar, ficará dependente da geração que o herdar, que lhe imprimirá as mentalidades contemporâneas. Esta é a sua maior fragilidade: se esta ligação à comunidade se perder, o museu deixa de ser processo; torna-se instituição, em vez de ser vivo.

Por ser de difícil gestão e sobrevivência, é benéfico que este museu desenvolva um trabalho em rede com instituições locais (outros museus, bibliotecas, municípios ou associações), que proporcione colaboração entre profissionais e voluntários, e que permita o surgimento de líderes locais, que assegurem a continuidade do espírito do museu (Maggi, 2005; Montanari, 2013).

### I.3.2 – A invenção do termo “ecomuseu”

Foi no contexto da conferência Geral do ICOM de 1971 e da afetação da ideia de desenvolvimento às funções museológicas, que Hugues de Varine sugeriu um novo termo – ecomuseu – para designar o encontro entre a instituição museológica e as questões de ecologia (ambiental, humana e social) que se iam levantando (2005).

Esta nova tipologia tem lógica comunitária e territorialidade intrínseca; ela prevê o envolvimento da população e o desenvolvimento sustentável, baseado na conservação e interpretação do património *in situ* (Duarte, 2013; Heritage Saskatchewan, 2015).

Rivière descreveu muitas vezes o papel do ecomuseu recorrendo a metáforas:

*It is a mirror in which the local population views itself to discover its own image, in which it seeks an explanation of the territory to which it is attached [...]. It is a mirror that the local population holds up to its visitors so that it may be better understood and so that its industry, customs and identity may command respect*<sup>25</sup> (1985, p.182).

*Un instrument qu'un pouvoir et qu'une population conçoivent, fabriquent et exploitent ensemble. Ce pouvoir, avec les experts, les facilités, les ressources qu'il fournit. Cette population, selon ses aspirations, ses savoirs [...]*<sup>26</sup> (cit. por Duclos, 2005:149).

O ecomuseu, ou museu ecológico, está consagrado ao ambiente natural e cultural que o Homem integra e às relações específicas que se estabelecem entre estes dois sujeitos (Duclos, 2005). Ali, o Homem, mais do que visitante, é ator; e o património, conservado e interpretado *in situ*, reflete o reconhecimento do seu carácter territorial e de que a memória se enraíza em espaços materiais (Yu, 2005). Foi esta compreensão que deu origem aos “museus sem coleção”.

---

<sup>25</sup> É um espelho no qual a população local se vê, para descobrir a sua própria imagem, na qual procura uma explicação do território ao qual está ligada [...]. É um espelho que a população local apresenta aos seus visitantes para que possa ser mais bem entendida e para que a sua indústria, costumes e identidade possam inspirar respeito. (tradução nossa)

<sup>26</sup> Um instrumento que um poder e uma população concebem, fabricam e exploram em conjunto. Este poder, com os especialistas, instalações e recursos que fornece. Esta população, conforme as suas aspirações, os seus saberes. (tradução nossa)

### I.3.3 – Os primeiros museus sem coleção

As divergências entre o museu tradicional e os novos museus podem ser resumidas da seguinte forma: se num museu tradicional os vértices de ação são o edifício, a coleção e a museologia enquanto especialidade técnica, nas novas instituições museológicas, o foco está dissolvido entre território, património e população. Elas respeitam o “espírito do lugar”, através de uma abordagem holística aos espaços e às comunidades, valorizando objetos, sítios, construções e saberes-fazer tradicionais. No novo museu os bens patrimoniais continuam a “viver” (Heritage Saskatchewan, 2015).

Os museus a céu-aberto Escandinavos, de que falamos anteriormente, os museus de bairro nos EUA, como o *Anacostia Community Museum* (1967)<sup>27</sup>, os museus locais e escolares no México, nomeadamente a *Casa del Museo* (1973), são experiências de museologia de cariz comunitário, onde os trabalhos desenvolvidos não são obras académicas, mas mostras apresentadas na linguagem corrente usada pela comunidade (García, 1975).

Varine (2014a) reconhece ter-se inspirado nestes exemplos para conceber aquele que viria a ser o maior modelo desta tipologia: o *Ecomusée Creusot-Montceau* (1972), cujo território de influência era uma zona em declínio económico e perda de população, devido ao processo de desindustrialização. Este museu abriu caminho à valorização do património industrial e à salvaguarda de legados que, de outra forma, desapareceriam (Mendes, 2013).

Le Creusot teve desde logo reputação de ser um novo tipo de museu, pela forma como abordou o património material e imaterial, contando com a adesão fervorosa da comunidade (Duarte, 2013). O projeto, inicialmente recusado pelo Ministério competente, por se tratar de um “museu impossível”, segundo o critério de que não pode existir museu sem coleção, recorreu a um enquadramento fora dos quadros tradicionais da museologia e ficou sob a tutela do Ministério do Ambiente, então criado (Debary, 2000:75).

Ali, “*la communauté toute entière constitue un musée vivant [...] Le musée n'a pas de visiteurs, il a des habitants*”<sup>28</sup> (Rivière, 1973, cit. por Duclos, 2005:143).

---

<sup>27</sup> <http://anacostia.si.edu/About/History>. Consultado em 6 de janeiro de 2019.

<sup>28</sup> A comunidade inteira constitui um museu vivo [...]. O museu não tem visitantes, tem habitantes. (tradução nossa)

### **I.3.4 – A Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1972**

À medida que os museus se renovavam e respondiam à demanda por se tornarem mais relevantes para a sociedade, a UNESCO convocou a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972. Profissionais de museus de vários países abordaram ali questões que definiram as bases de consolidação definitiva da Nova Museologia, visando principalmente os países da América Latina, onde a ética museológica colonialista não olhava às especificidades culturais e vinha a revelar-se desadequada (Júnior *et al.*, 2012; Varine, 2005, 2014a).

A este respeito note-se que, já em finais do século XIX, Reclus (1830-1905), geógrafo europeu, tentava desmontar a posição de superioridade cultural ocidental sobre as demais e a imposição do pensamento europeu como modelo universal – o Eurocentrismo. A sua obra suscita interpretações contraditórias da parte dos estudiosos mas muitos defendem que o autor criticou antecipadamente o colonialismo e imperialismo vigentes, ao anunciar que o mundo é um globo “cujo centro está em todo o lugar” (1876:7, cit. por Ferretti, 2013).

Desta reunião emergiram dois conceitos inovadores: o de Museu Integral e o de Museu Integrado. Integral, “porque aborda aspectos além dos tradicionais, de modo a melhor atender às necessidades das pessoas e promover uma vitalidade cultural das sociedades”. Integrado, porque se constitui como um “elemento orgânico de uma estrutura social e cultural maior, como um elo de uma corrente e não mais como uma fortaleza ou ilha” (Júnior *et al.*, 2012:103).

As ideias produzidas por esta Mesa Redonda, embora revolucionárias, não envolviam realmente a criação de novos museus, mas provocar a reflexão e mudança nas exposições e atividades futuras de museus já existentes (Júnior *et al.*, 2012).

Em 1984, mais de 10 anos após Santiago, realizou-se no Québec o que ficou conhecido como o “primeiro encontro de ecomuseus”, onde se reforçou que o papel social dos museus deveria ganhar relevância e até subordinar as restantes funções tradicionais de conservação e exposição (Duarte, 2013). No mesmo ano, a Declaração de Oaxtepec (México) estabelece o trinómio património-território-população como base para a ação museológica e fala, pela primeira vez, em “ecodesenvolvimento” (Primo, 2007).

Para favorecer a ligação entre as pessoas que se dedicavam a fazer uma museologia mais ativa e interativa, foi criado em 1985, o MINOM, ligado ao ICOM. Este passo consagrou efetivamente o movimento da Nova Museologia, como já havíamos referido.

Seguir-se-ia a Declaração de Caracas (1992), que reforçou a necessidade de os museus serem lugares de preservação e de comunicação, e em 2013, no Rio de Janeiro, o encontro do MINOM deliberou na “museologia com base nos afetos”, chamando o protagonismo para as vozes que contam as narrativas na primeira pessoa (Leite, 2014).

Todas estas experiências tornaram os museus instituições da comunidade para a comunidade, verdadeiros elementos de identidade com ação difundida por todo o território. (Varine, 2014a).

Em jeito de resumo dos “efeitos” da Nova Museologia, baseamo-nos em Varine para afirmar que só ela é capaz de permitir a existência de processos museológicos

*in places which were not, until now, on the museological maps, places where museums in the ordinary sense would not have been considered possible or acceptable, only a few years ago*<sup>29</sup> (1996:26).

A Nova Museologia é processo contínuo, nunca terminado. No entanto, a proliferação de iniciativas ditas de cariz ecomuseológico, demasiadamente coladas ao exemplo de Le Creusot, sem se reinventarem nem adaptarem às suas próprias circunstâncias, dão a ideia de que a Nova Museologia é apenas um sinónimo das tipologias que inaugurou. Cristalizou-se em alguns países uma ideia redutora deste fenómeno que, idealmente, deveria estar em constante renovação (Duarte, 2013; Varine, 2014b).

---

<sup>29</sup> ...em lugares que não apareciam, até agora, nos mapas museológicos, lugares onde os museus, em sentido comum, não teriam sido considerados possíveis ou aceitáveis, há apenas alguns anos. (tradução nossa)

### I.3.5 – Exemplos de Ecomuseus, Museus Comunitários e Museus Locais

As manifestações da Nova Museologia estão um pouco por todo o mundo: são os museus a céu aberto escandinavos, os ecomuseus no Québec, os programas de desenvolvimento comunitário no Brasil e os museus locais em Portugal, entre outros (Varine, 2014a).

Tal é a variedade de experiências que se torna difícil calcular quantos museus deste tipo existem. Cada um é único, adaptado à realidade circunstancial criada pela interação entre o Homem e o meio, e muitos trabalhos vão sendo publicados, permitindo a partilha de conhecimentos e dos fatores de sucesso.

É o caso das experiências conduzidas em Saskatchewan, no Canadá, que forneceram uma definição de ecomuseu que, na sua simplicidade, parece resumir tudo:

*What is an ecomuseum? “Combining the nature and heritage perspectives to foster a sustainable community”*<sup>30</sup> (Heritage Saskatchewan, 2015:8).

Na China, os “Princípios de Liuzhi” sugerem diretrizes que devem regular a abordagem museológica às questões da cultura e do património e das comunidades que os emitem. Válidos não só para a realidade Chinesa, estes princípios representam o respeito que se deve manter face à fragilidade dos bens que se pretende preservar (Trentino Cultura, 2005).

Em Portugal é relevante o trabalho “Participação: Partilhando a Responsabilidade” (2016), coordenado por A. Carvalho, que divulga experiências comunitárias e participativas.

As manifestações portuguesas da Nova Museologia são mais conhecidas como Museus Locais ou Museus de Região: recebem o nome da cidade onde se instalam e ensinam às pessoas os recursos económicos, tecnológicos, turísticos e culturais dos seus territórios, contribuindo ativamente para o desenvolvimento e gerando riqueza, pela criação de postos de trabalho, reabilitação de atividades artesanais e promoção do turismo (Nabais, 1985, 1993a). Costumam valer-se de múltiplos núcleos, para uma cobertura museológica mais dinâmica, que inclui monumentos, sítios ao ar livre e extensões naturais. Também valorizam as manifestações culturais que precisam de ser “praticadas” para continuarem a

---

<sup>30</sup> O que é um ecomuseu? É combinar as perspetivas da natureza e do património para promover uma comunidade sustentável. (tradução nossa)

existir, como as tradições orais ou habilidades artesanais. Acima de tudo, identificam o discurso do local e validam o sistema de identidades que emerge das interações humanas com o seu ambiente específico (Montanari, 2013).

Em Portugal esta vocação vem de longe, mas foi a partir dos anos 70 que se observou um “fenómeno” de museus locais, resultado do esforço combinado de autarquias e associações culturais de defesa do património e da memória coletiva (Nabais, 1993b; Primo, 2006).

A qualidade das iniciativas é reconhecida por diversos autores, que referem Portugal como um dos países que mais fervorosamente abraçou os princípios da Nova Museologia (Maggi, 2005; Primo, 2006; Varine, 1996, 2005, 2014a). Apontamos alguns museus que têm merecido destaque pela inovação e sucesso dos projetos realizados.

Inaugurado em 1894 como Museu Municipal da Figueira da Foz, o Museu Municipal Dr. Santos Rocha evoluiu ao sabor das necessidades do seu tempo. De coleção arqueológica e etnográfica de referência, adotou os ideais de democratização do acesso à cultura, tendo o cuidado em chamar a si a comunidade local. Os núcleos museológicos do Mar e do Sal são exemplos de ação disseminada pelo território e divulgação das práticas tradicionais e da identidade local (Loureiro, 2014). Em 1994 foi eleito “Melhor Museu”, pela APOM.

Meio século mais jovem, o Museu da Cidade de Lisboa foi modelo do espírito dos museus de região, que devem ser “a reconstituição da fisionomia e do carácter de cada povoação” (Sequeira, 1923:300, cit. por Nabais, 1993b). Mais recentemente, procurou acompanhar as dinâmicas de crescimento da própria cidade, ao projetar uma forma de permitir o seu crescimento ilimitado e a apresentação harmoniosa dos acervos do passado com os que virão a integrar o Museu do futuro (Faria, 2010).

O primeiro com o nome “ecomuseu” seria o Ecomuseu Municipal do Seixal, inaugurado em 1982.<sup>31</sup> Para Varine (2014a), é o projeto mais significativo de museu como ferramenta de desenvolvimento a nível internacional, pois impediu que aquela cidade se transformasse num dormitório à medida que as indústrias tradicionais entravam em declínio.

O Museu Rural e do Vinho do Concelho do Cartaxo testemunha a ligação secular do Homem às atividades enológicas, onde o Museu é o próprio concelho e é “um processo

---

<sup>31</sup> <http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ecomuseu-municipal-do-seixal>. Consultado em 10 de setembro de 2019.

dinâmico, aberto e contínuo para uma identidade local” (Antunes, Varela & Nabais, 2008:5).

Mértola é uma verdadeira “vila-museu” onde as atividades museológicas são motor de um projeto de desenvolvimento que faz com que pareça possível “construir o futuro de Mértola a partir do seu passado” (Martínez, Rafael & Torres, 2016:78).

O Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal é relevante no plano cultural, mas também no desenvolvimento económico-social da região.<sup>32</sup> Este e o Museu do Trabalho Michel Giacometti são exemplares no levantamento e preservação de património material e imaterial da região e foram já alvo de vários estudos (Cardoso, 2016).

O Museu do Casal de Monte Redondo está muito próximo da sua comunidade rural e funciona, além de museu, como um espaço associativo para a comunidade (Leite, 2014). O “ecofestival” que promove teve a sua 4ª edição em 2017. É um festival realizado em torno de um Museu, que anima a localidade e permite a partilha de memórias, artes e cultura.<sup>33</sup>

O Museu do Traje de São Brás de Alportel acolhe visitantes e turistas mas quer, em primeiro lugar, tornar-se útil e indispensável à sua comunidade. Ali trabalham-se questões do ponto de vista da sustentabilidade e incentiva-se o empreendedorismo. Por cada turista, este museu recebe seis utilizadores locais dos serviços (Leite, 2014; Sancho, 2016).

O Museu da Ruralidade de Entradas – Castro Verde mobiliza frequentemente a aldeia em iniciativas de partilha e diálogo entre os membros mais velhos e mais jovens da comunidade (Leite, 2014).

Em Vilarinho da Castanheira, Carrazeda de Ansiães, o Museu da Memória Rural trabalha as temáticas relativas à cultura rural e ao património imaterial, num projeto polinucleado, de museologia social e participativa.<sup>34</sup> Em 2018 lançaram a “Revista da Memória Rural”, publicação de cariz técnico e científico com interesse para a região e para investigadores.<sup>35</sup>

---

<sup>32</sup> <http://maeds.amrs.pt/maeds.html>. Consultado em 13 de setembro de 2019.

<sup>33</sup> <https://www.dn.pt/lusa/interior/ecofestival-em-torno-do-museu-do-casal-anima-monte-redondo-em-leiria-8661491.html>. Consultado em 13 de setembro de 2019.

<sup>34</sup> <https://museudamemoriarural.pt/um-territorio-musealizado/>. Consultado em 28 de fevereiro de 2019.

<sup>35</sup> <https://museudamemoriarural.pt/revista-memoria-rural-numero-1-2018/>. Consultado em 13 de setembro de 2019.

O Ecomuseu de Barroso, nascido para valorização dos recursos locais: a população e o seu património natural e cultural, incorpora todas as boas práticas que fazem a essência do “ecomuseu”. É norteado por princípios de sustentabilidade e desenvolvimento, procurando associar à revitalização agrícola do território o incentivo a atividades de ecoturismo, tendo em vista a melhoria das condições de vida e fixação da população (Teixeira, 2005).

Cada um dedicado ao seu concelho, destacamos também o trabalho desenvolvido pelo Museu Municipal de Vila Franca de Xira<sup>36</sup>, no sentido da preservação da memória local, com uma iniciativa que mereceu a menção honrosa da APOM; o Museu da Terra de Miranda, dedicado a esta terra de forte identidade e que recentemente tem reforçado os laços culturais comuns com as terras de Zamora, em projetos de cooperação transfronteiriça<sup>37</sup>; o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, “O Museu de Todos”, cujas atividades e exposições são concebidas e construídas com a comunidade, tendo em vista a inclusão e acessibilidade<sup>38</sup>; o Museu Mineiro de São Pedro da Cova, instalado na Casa da Malta, antigo espaço de descanso dos operários<sup>39</sup>.

Todos estes exemplos, embora mostrem as especificidades históricas e culturais do local, tratam de atividades (agrícolas, piscatórias, etc.) comuns ao percurso da Humanidade e a sua visita desperta memórias emocionais no visitante. Estes museus constituem tipologias híbridas, adaptados à especificidade de cada local, mas com o objetivo comum de combater problemas emergentes em todas as comunidades rurais ou industriais: a perda de população, o aumento do desemprego e a falta de bem-estar social (Montanari, 2013).

---

<sup>36</sup> <https://www.tsf.pt/portugal/cultura/interior/uma-exposicao-de-se-lhe-tirar-o-chapeu-10988557.html>. Consultado em 13 de setembro de 2019.

<sup>37</sup> <https://www.dn.pt/lusa/interior/miranda-do-douro-e-zamora-juntas-em-projeto-iberico-para-preservar-patrimonio-musical-10951556.html>. Consultado em 13 de setembro de 2019.

<sup>38</sup> <http://www.museubatalha.com/apresentacao-do-museu>. Consultado em 13 de setembro de 2019.

<sup>39</sup> <http://turismo.cm-gondomar.pt/museus-e-espacos-culturais/>. Consultado em 24 de janeiro de 2019.

## I.4 – Os Museus de Hoje

A Nova Museologia não é um processo terminado, no entanto, é verdade que ela se limitou ao procurar formar a sua sustentação teórica nos moldes da Museologia tradicional e se acomodou aos moldes clássicos de gestão e rentabilidade, passando a reconhecer a importância das coleções materiais, dos trabalhos de conservação, gestão do património e pesquisa científica, bem como do turismo e desenvolvimento económico (Mairesse, 2000).

Aos que falam no “fracasso do ecomuseu”, Varine (2014b:245) sugere outras perspetivas, como: o ecomuseu desapareceu porque **cumpriu a sua missão** e transformou-se noutra ação; ou **institucionalizou-se** como um museu tradicional; ou **adaptou-se** à dinâmica da nova geração, que o herdou. (destacado nosso)

A verdade é que os museus tradicionais adotaram progressivamente os princípios da Nova Museologia: tornaram-se socialmente responsáveis, inclusivos, ao serviço dos públicos. As suas funções passaram a incluir experiências, diálogo, diversão e interação – com objetos e com outras pessoas (Carvalho, 2016; Chagas & Gouveia, 2014; Duarte, 2013).

Primo (2006:41) resume as questões decorrentes da museologia contemporânea e da museologia como fator de desenvolvimento, em cinco esferas:

1. o alargamento da noção de património;
2. a participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas;
3. as questões de interdisciplinaridade;
4. a utilização das novas tecnologias de informação;
5. a museografia como meio autónomo de comunicação.

### **1. Alargamento da noção de património e a redefinição de “objeto museológico”**

A noção de património é, antes de mais, uma construção social e um processo de atribuição de significados. Em cada época o património teve uma conotação diferente e nem é desejável que seja de outra forma, isto é, que se cristalice o conceito e os bens, separando-os das comunidades que os herdaram e habitam (Souza & Crippa, 2011).

Não cabe neste trabalho retratar a evolução do termo Património, mas consideramos que a última “revolução” neste domínio foi em 1964, quando a Carta de Veneza reconheceu que ele engloba mais do que edifícios históricos e bens raros, passando a incluir o valor cultural contido em sítios urbanos ou rurais, enquanto testemunhos de civilização (Primo, 2007).

A tomada de consciência de que muitos vínculos culturais e identidades comunitárias estão simbolicamente contidos em património edificado tanto quanto em saberes-fazer tradicionais ou formas de falar (entre outros) conduziu à valorização de sítios patrimoniais e monumentos industriais, pelo seu papel histórico de pivô à volta do qual se formaram comunidades e modos de vida (Mendes, 2013; Nabais, 1993a; Ramos, 1993).

Para valorizar os novos objetos museológicos desenvolveram-se técnicas de interpretação que transformaram a museologia num meio de comunicação e educação (Primo, 2006).

Relacionadas com isto estão as questões da posse de artefactos provenientes dos territórios colonizados e a ética das atividades museológicas desenvolvidas em torno dos mesmos. Quis-se corrigir a apropriação indevida de coleções e muitos governos, com mediação da UNESCO, negociaram já a repatriação desses bens.<sup>40</sup> Estas atitudes despertam nas pessoas a consciência do seu direito de propriedade sobre o seu património (Varine, 2014a).

Por sua vez, desafiaram-se as versões e narrativas históricas vigentes, que são uma construção histórica e social, uma representação sobre a realidade que pode e deve ser desmontada e questionada. Cabe ao museu proporcionar essa reflexão, dar voz a diferentes sujeitos e partilhar testemunhos (Duarte, 2013).

Estes “documentos imateriais” receberam reconhecimento oficial em 2003, na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que atribui “um lugar central aos detentores do património [...] nos processos de representação e transmissão do conhecimento” (Cardoso, 2016:96; Primo, 2007).

Por outro lado, a crescente valorização e estudo das manifestações culturais e do património imaterial tem levado à conclusão de que todo o bem cultural é sempre simultaneamente material e imaterial. Um bem-património (material) é enriquecido pelo significado único que adquire e, por seu lado, uma manifestação imaterial está sempre

---

<sup>40</sup> <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/restitution-of-cultural-property/successful-restitutions-in-the-world/>. Consultado em 26 de novembro de 2018.

ligada a um lugar, modo de vestir, etc. O património só se explica na relação entre a sua vertente material e imaterial e a divisão entre ambas não é mais do que uma construção discursiva (Souza & Crippa, 2011).

## **2. Participação da comunidade**

Juntamente com as questões relacionadas com “o que preservar?”, impuseram-se outras sobre quem tem o direito de definir o que será preservado. As comunidades, legítimas detentoras dos direitos sobre o seu património, passaram a receber maior atenção, enquanto *stakeholders* e participantes nas ações museológicas (Montanari, 2013).

Cada autor sugere diferentes graus de envolvimento e participação da comunidade (Pinheiro *et al.*, 2016; Davis, 2005; Rivière, 1985; Varine-Bohan, 1976). Em qualquer dos casos, o museu passou a ser mais responsivo, o verdadeiro espelho idealizado por Rivière, como referido anteriormente.

Segundo Varine-Bohan (1976), a colaboração e participação coletiva são também a única forma de endereçar alguns dos maiores desafios dos novos museus, que são a grande necessidade de meios disponíveis dispersos pelo território, a necessidade de pessoal em número considerável e que domine diversas disciplinas, e ainda o problema intelectual de como fazer a seleção do que se irá patrimonializar e do que se relegará ao esquecimento.

## **3. Interdisciplinaridade**

Tal como é tendência na maioria das ciências sociais, também a museologia tem vindo a ser enriquecida por saberes partilhados por outros campos de estudo. Pela diversificação dos papéis que lhe são atribuídos, a museologia já não fica apenas nas mãos de uma pessoa enquanto fonte de autoridade e saber especializado.

Hoje valoriza-se uma abordagem holística às realidades, que são complexas e impossíveis de compartimentar e analisar sob um único prisma de observação tradicional. Os museus contam com equipas multidisciplinares, das áreas da Educação, Sociologia, Antropologia, História, Gestão, Tecnologia, Comunicação, Marketing, entre outras (Júnior *et al.*, 2012).

A interdisciplinaridade é esta colaboração entre diversas disciplinas. Também desejável é a transdisciplinaridade – quando existe um pensamento organizador dos vários contributos de diferentes disciplinas (Duclos, 2005; Pinheiro *et al.*, 2016).

#### **4. Novas técnicas museológicas e recurso a tecnologia**

Com o alargamento da noção de bem patrimonial e a multiplicação de tipologias museológicas emergiu a necessidade de definir abordagens mais inovadoras perante os novos objetos museológicos e as exigências de entretenimento do público.

Esta transformação beneficiou muito do desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, que munuiu as exposições de elementos capazes de fornecer informação adicional de uma forma atrativa e interativa, como filmes, fotografia, dramatização e outras. O “proibido tocar” vai desaparecendo, substituído por um convite à manipulação dos objetos que traz um conhecimento de conceitos e ideias que a simples visualização não poderia transmitir.

Indo ainda mais longe, hoje existem raros mas interessantes exemplos de museus sem objetos, onde se recria, recorrendo a dramatizações ao vivo, projeções, luzes e sons, o ambiente da casa de uma personalidade histórica, como é o caso da *Benjamin Franklin House*, em Londres.<sup>41</sup> Ou os que se dedicam às manifestações imateriais de culturas e povos, às suas vozes, memórias e gestos, como o projetado *Museum of Intangible Culture in the Indian Ocean*.<sup>42</sup>

As possibilidades oferecidas pela internet e pela tecnologia incluem ações com forte impacto e divulgação pública, como a digitalização e informatização de acervos e arquivos (Primo, 2006). Projetos o Mu.SA<sup>43</sup> têm vindo a comprovar que uma das chaves para o sucesso e validade dos museus é a aposta nas tecnologias digitais.

No entanto, Varine-Bohan (1976) alerta para o uso excessivo da tecnologia, quando nada substitui o valor documental de um objeto de três dimensões. Ele demonstra que, se por um

---

<sup>41</sup> <https://benjaminfranklinhouse.org/>. Consultado em 28 de novembro de 2018.

<sup>42</sup> <https://museumgeographies.wordpress.com/2014/09/02/across-the-indian-ocean-imagining-a-museum-of-intangible-culture/#more-318>. Consultado em 28 de novembro de 2018.

<sup>43</sup> Museum Sector Alliance – “Museum of the Future: Insights and reflections from 10 international museums”, 2016.

lado, o homem de hoje desvaloriza o objeto e vive rodeado de imagens e cópias, baratas e acessíveis, por outro, existe uma procura crescente por parques naturais e botânicos... o turismo de evasão para países “autênticos” mostra que é no objeto real que está a “cura”.

## **5. A Museografia como comunicação**

A diversificação e aumento do público que visita os museus é um aspeto não só desejável, como necessário para satisfazer metas, demonstrar relevância e garantir a sustentabilidade. Investir nesse objetivo exigiu uma mudança no sentido de se tornarem (ainda mais) inclusivos e acessíveis, capazes de despertar o interesse e motivar uma visita.

Além da diversificação dos formatos, o trabalho de interpretação tornou-se vital. Tilden, “pai” da interpretação, explica que esta ferramenta é crucial para promover nas pessoas o interesse pela preservação dos bens, bem como o trabalho do guia da exposição, que interpreta e cria a ligação emocional que torna a experiência única e memorável (1977).

Alguns especialistas falam de uma “patrimoniomania”, em que tudo parece estar em vias de ser classificado e o património se invoca para justificar todo o tipo de ações. O património liga o presente ao passado e ao futuro, dá uma sensação de continuidade e a sua dimensão simbólica ultrapassa em muito a sua materialidade, e é por isso que suscita debates quando é preservado e quando é destruído. A escolha entre uma coisa e outra é sempre subjetiva e é urgente que se definam critérios de classificação (Gil, 1993; Mendes, 2013; Varine-Bohan, 1976).

O uso e abuso da palavra “património” e a sua objetificação levam ao seu descrédito e banalização (Montanari, 2013). Por significar muitas vezes retirar do uso o que deveria fazer parte do quotidiano, em vez de ser salvação, a patrimonialização afinal traz consigo “sinais de morte” (Guerreiro, 2016). Almeida alerta para a importância de não reduzir os monumentos a materializações da memória mas em mantê-los vivos e presentes no quotidiano das suas comunidades (1993).

Na impossibilidade de “coleccionar o mundo”, Carvalho sugere que o critério passe pela adequação das coleções à missão institucional do museu, e que sejam entendidas não como

um fim em si, mas como meio através do qual podemos abordar questões históricas, sociais, humanas, ideológicas, religiosas, etc. (2016:57).

Para Varine (2014b), as tipologias museológicas do futuro são três:

- Museus-Espetáculo: para turistas, públicos cultos e escolares; espaços dispendiosos, enormes e que não se destinam à visita mas ao consumo. “Ao final, serão todos parecidos” (2014b:246);

- Museus-Coleção: destinados a pesquisas avançadas e a público especializado; cada um será único e ligar-se-ão em redes;

- Museus Comunitários: saídos da comunidade e do território, integrais e vivos, destinados a uma população, não ao público; alguns podem nem sequer vir a chamar-se “museus”.

Estas três tipologias respondem às exigências e necessidades específicas de cada setor da sociedade e, para garantir a sua sustentabilidade, Varine (2013) sugere ações como:

- A interrupção imediata da criação irresponsável de novos museus, porque os que já existem foram criados sob o compromisso de serem instituições permanentes e a sistemática fundação de novos museus por associações ou pequenos grupos de pessoas vem muitas vezes a revelar-se insustentável, ficando depois dependente de apoios públicos;

- Um diagnóstico exaustivo da ação e do património afeto aos museus, que constitui ainda apenas “a ponta do iceberg do património”;

- A organização de objetivos e de planos de trabalho para um desempenho mais eficaz e a criação de redes – ou mesmo fusões – entre museus.

Podemos dizer que as transformações que fizeram dos museus de hoje instituições tão relevantes no panorama educativo, cultural, turístico e social de um lugar se deveram às pressões a que foram submetidos. Na conjuntura de crise que marcou as últimas décadas foi forçosa uma mudança de estratégia: muitos deles tiveram que justificar a sua existência e os investimentos recebidos, melhorando a sua sustentabilidade económica e cativando um número crescente de públicos. “O museu passou a estar menos voltado para si próprio e mais voltado para o público” (Mendes, 1999:678).

### **I.4.1 – Museologia Social**

A consciência da museologia enquanto agente poderoso na mudança e consciencialização social estabeleceu-se definitivamente com os movimentos sociais dos anos 60, alimentados pelas tensões e revoltas latentes na sociedade (Leite, 2014). Mas, segundo Chagas e Gouveia (2014), o termo “museologia social” terá surgido apenas no início dos anos 90, traduzindo o esforço que as instituições museológicas vinham aplicando no sentido de se adequar aos condicionalismos das sociedades contemporâneas.

Citando Leite, o

*diálogo entre o indivíduo e o grupo é a raiz da função social da museologia. Assim, esta nova museologia, ao invés de se centrar no objeto patrimonial, centra-se na relação que os objetos patrimoniais permitem criar entre os indivíduos (2014:204).*

Perante o argumento de que a designação “museologia social” é redundante – porque toda a museologia (como toda a atividade humana) existe em sociedade e, como tal, é social –, Chagas e Gouveia (2014) explicam que esta recebe o nome por assumir abertamente os compromissos sociais, que ditam que o museu não esteja isolado de outras instituições como escolas, bibliotecas ou associações culturais.

Na atualidade ainda é necessário questionar se a museologia está a responder e a dar um contributo efetivo para a melhoria destas situações, em sintonia com os ritmos da sociedade e do mundo. Na opinião de Leite (2014), o facto de os museus serem ainda, e apesar de todos os esforços em contrário, lugares de poder, faz com que este movimento seja, embora de riqueza teórica elevada, até pelos estudos universitários que o abordam, pobre em experiências práticas e em inovação efetiva.

#### **I.4.2 – Os Museus e a Educação**

*Tudo o que se faz num museu tem valor educativo, mesmo na ausência de toda a intenção deliberada* (Harrisson, 1948-49, cit. por Mendes, 1999).

A Educação sempre esteve ligada à missão dos museus; o que mudou a longo dos tempos foi a própria conceção do significado de Educação, que deixou de ser “educação formal” ou escolarização, para ser “educação ao longo da vida”, em valores humanos e cívicos (Júnior *et al.*, 2012; Mendes, 2013).

Foram os museus Americanos, com as suas conceções sobre o papel educativo dos museus, que inspiraram a criação dos primeiros Serviços Educativos na Europa, nos anos 20 do século XX e, desde então, têm sido um grande elemento dinamizador da instituição museológica e um elo de proximidade com as populações (Mairesse, 2000).

Não é só para as escolas que os Serviços Educativos desenvolvem estratégias de comunicação; eles pretendem cativar toda a população, com produtos e materiais adaptados aos vários segmentos, como é o caso de crianças, imigrantes e minorias. Por isso, além de o educador do museu dever ter formação em diversas áreas (ciências humanas, de comunicação, educação, novas tecnologias, etc.), a função educativa deve ser assumida por todos os colaboradores, como intermediários entre as coleções e o público, entre o museu e a comunidade (Mendes, 1999, 2013).

Para reforçar a importância da componente educativa na formação de cidadãos completos e responsáveis, o Conselho da Europa elaborou uma recomendação relativa à “Pedagogia do Património”, entendida como

*toda a acção pedagógica fundamentada sobre o património cultural. Acções que [...] integrem os métodos de ensino activo e criem disciplinas específicas que estabeleçam uma parceria entre ensino e cultura, e recorram aos métodos de comunicação e de expressão variadas* (UNESCO, 1998 cit. por Primo, 2007).

As últimas décadas têm trazido a atenção para a educação intercultural, como veículo promotor de capacidades de comunicação entre os indivíduos e o mundo que os rodeia, abertura ao outro, respeito pela diferença... tudo o que seja contrário à discriminação ou segregação.

### **I.4.3 – O Museu Participativo**

Foram vários os motivos que, desde a “vaga participativa” trazida pela Nova Museologia, levaram os museus a envolver públicos e comunidades na sua gestão e produção de atividades. Esta ação tem benefícios para a instituição – ao nível da captação e diversificação de públicos, da produção de visões mais abrangentes da realidade e da sua sustentabilidade –, mas também para as pessoas, que vêem a educação e a cultura potenciar o seu desenvolvimento pessoal e a sua noção de cidadania (Carvalho & Falanga, 2016).

Quando há participação o público é co-criador de conhecimentos e protagonista em ações, as vozes e interpretações múltiplas trazem uma componente afetiva/emocional que antes não existia. Não se perde o rigor científico, “mas reconhece-se o valor de outros saberes empíricos para o enriquecimento do discurso” (Carvalho & Falanga, 2016:37).

Há diferentes modelos e níveis de participação, consoante a comunidade controla e executa os projetos ou é mero órgão de consulta e informante. O processo de avaliação dos impactos deve ser feito por comparação da organização antes e depois da iniciativa e não em comparação com outras organizações (Carvalho & Falanga, 2016).

As principais fragilidades das iniciativas participativas têm a ver com o facto de faltar o financiamento necessário para que os projetos deixem de ser apenas pontuais e a curto-prazo, e haver normalmente apenas uma pessoa encarregue dos trabalhos com a comunidade, em vez de a instituição ser envolvida como um todo; de resto, falta formação em competências para lidar com diferentes grupos e comunidades. Além disso, a estratégia de captação de públicos e potencial turístico não é muitas vezes compatível com a maioria dos projetos que envolvem a comunidade e a pressão que se coloca aos projetos para obtenção de resultados é, na maioria das vezes, contraproducente (Carvalho & Falanga, 2016; Lynch, 2011).

A partilha de experiências em iniciativas participativas permite uma compreensão melhor das particularidades deste modelo de trabalho, que demora mais tempo a implementar e a dar frutos mas que, quando bem executado, obtém resultados excecionais em que o todo é maior e melhor do que a soma das partes (Gouveia, 2016).

Estes temas têm motivado vários estudos e debates. Destacamos o trabalho de Lynch (2011), “*Whose cake is it anyway?*”, que apresenta o museu como um bolo, detido pelos membros do *staff*, enquanto os membros da comunidade formam fila para obterem cada um a sua porção. “Mas de quem é o bolo, afinal?”

Nesta imagem verifica-se que, apesar dos princípios participativos que se quer impor, o público surge afinal no mesmo papel passivo. Fica demonstrado que “ter lugar à mesa” ou “ter voz” não é sinónimo de participação.

Lynch (2011) observa que, regra geral, embora todos os museus analisados apresentem boas práticas participativas, é nos museus mais pequenos que elas são mais bem-sucedidas. Ela acredita que esses processos de trabalho podem ser escalados e adaptados a organizações maiores e mais complexas, podendo começar por uma alteração nos discursos, para que deixem de apresentar o museu como ferramenta para “ajudar” ou “permitir”, perpetuando o papel passivo dos “beneficiários” da comunidade.

As tecnologias permitem uma participação mais informal e espontânea e algo tão simples como o livro de visitas do Museu representa uma possibilidade de participação que, na maioria das vezes, as pessoas desperdiçam ao escrever simplesmente “X esteve cá”. Para o convite à participação ser aceite, deve despertar nas pessoas sentimento e respeito e mostrar que a sua opinião é levada a sério.

Destacamos dois casos de sucesso: a iniciativa levada a cabo a cada dez anos pelo *Minneapolis Institute of Art*, em que todas as pessoas da comunidade são convidadas a participar com uma peça na exposição dedicada especificamente a mostrar a diversidade de génios artísticos da cidade. O único critério é a obra caber no espaço de um pé cúbico (aproximadamente 30 cm);<sup>44</sup>

E o Museu de Copenhaga que, além de documentar o passado histórico da cidade, recebe as contribuições dos cidadãos que queiram participar no desenvolvimento do seu museu.<sup>45</sup> A exposição “*Becoming a Copenhagener*” reconhece os contributos deixados ao longo da história pela comunidade imigrante para a formação da identidade da capital dinamarquesa.

---

<sup>44</sup> <http://archive.artsimia.org/foot-in-the-door-4/index.html>. Consultado em 3 de março de 2019.

<sup>45</sup> <https://cphmuseum.kk.dk/en/indhold/home>. Consultado em 8 de janeiro de 2019.

#### **I.4.4 – O Museu e o Turismo Cultural**

Ao longo do século XX, o Turismo amadureceu como atividade económica, culminando na criação da OMT (Organização Mundial do Turismo) em 1974, para promoção da atividade turística responsável, sustentável e acessível. Seguiu-se a especialização da oferta e requalificação dos produtos, incluindo museus.

O Turismo é uma das indústrias em maior crescimento e alavanca um conjunto de efeitos positivos nas áreas que nele investem, sejam urbanas ou rurais. Além disso, é a única atividade dentro do segmento dos serviços com peso na balança comercial porque, ao contrário dos outros, não opera apenas no mercado interno (SaeR, 2005; Brambilla, 2015).

Esta responsabilidade é reforçada pelos dados que atribuem ao turismo 10% do PIB Mundial, 7% do comércio global e um em cada dez empregos (UNWTO, 2018).

A OMT indica que no primeiro semestre de 2019 o turismo internacional cresceu 4% em relação ao ano anterior, mantendo a tendência de crescimento pelo décimo ano consecutivo.<sup>46</sup> Dos vários segmentos, foi o do Turismo Cultural o que mais cresceu, dentro do qual os museus exercem uma forte atração, ao permitirem conhecer a História e a identidade de um lugar. Isto estabelece o binómio Turismo-Museu como uma relação de interdependência. Se, por um lado, o Turismo beneficia da atração exercida pelos museus, estes também necessitam dos fluxos de visitantes gerados pelo turismo para aumentarem o seu número de utilizadores e reforçar a sua relevância (Godoy & Moretoni, 2017).

De um modo geral, considera-se “atração” como a capacidade que um lugar ou equipamento têm de motivar uma deslocação para se conhecer. Para isto concorre o bem em si e também os serviços que o rodeiam, como as infraestruturas, o poder da imagem que tem, o ambiente e os comportamentos sociais no local. Nesta medida, o Turismo é uma “oferta de sociedade”, dependente do enquadramento social onde existe (SaeR, 2005:206).

Pelos desafios que hoje se colocam aos museus no sentido de se tornarem mais inclusivos e relevantes localmente, surgem questões acerca do realismo das expectativas de que estes possam simultaneamente ser para os locais e para os turistas. Varine considera as duas

---

<sup>46</sup> <https://www.ambitur.pt/omt-turismo-internacional-aumentou-4-no-primeiro-semester-de-2019/>. Consultado em 10 de dezembro de 2019.

facetos incompatíveis e é por isso que as separa quando enumera as três tipologias museológicas do futuro (enunciadas no final do ponto I.4).

Num esforço para conciliar estes dois interesses, os museus aliam a vertente de ensino e pesquisa à fruição e ao deleite. Na “economia da experiência”, os museus-espetáculo, de arquitetura arrojada e programação sedutora, oferecem vivências singulares e memoráveis aos visitantes. São lugares onde se consome “cultura e entretenimento pelo prazer momentâneo da aquisição”. Estes museus não são modelos nem são demónios, são “casos”, e de grande sucesso (Abreu, 2012:65; Godoy & Moretoni, 2017; Richards, 2010).

O aumento e diversificação de valências e visitantes levaram a que cada vez mais se veja a palavra “utilizadores” em vez de “visitantes”, para referir aqueles que se deslocam a um museu para desfrutar das exposições, da loja, do restaurante ou das iniciativas culturais.

Ora, o aumento de pessoas que viajam a par da crescente heterogeneidade entre as mesmas, são precisamente os dois indicadores que Godoy e Moretoni (2017) referem para classificar o turismo de massas. Este tipo de turismo coloca desafios de várias naturezas nos locais de destino. No caso de uma instituição museológica, o aumento do número de turistas/visitantes não significa simplesmente o aumento dos lucros de bilheteira, significa também necessidade de adaptação da capacidade de carga do local, contratação de mais funcionários, medidas extraordinárias de limpeza, segurança, manutenção e conservação, melhorias da experiência de visita e adaptação a um perfil mais diferenciado de público.

Outro risco associado a estes movimentos tem a ver com ações de apropriação de cultura para comercialização de produtos. Alguns autores alertam para o perigo de a criação e divulgação de representações culturais poder desaguar na “objetificação, turistificação e mercadorização cultural” (Cardoso, 2016:97; Brambilla, 2015; Godoy & Moretoni, 2017). É essencial o equilíbrio entre comunidade e turismo, entre autenticidade e qualidade.

O crescimento notável do turismo internacional também não está isento de efeitos negativos sobre o ambiente, pelo que é necessário assegurar a sustentabilidade social e ambiental deste crescimento. A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2017 Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento e promoveu ideias como a maximização dos benefícios sociais e económicos do turismo, bem como a redução do impacto nas comunidades recetoras e no ambiente (UNWTO, 2018).

#### **I.4.5 – Avaliação da atuação do Museu**

Se durante muito tempo os museus mediram o seu sucesso pelo número de visitantes ou de exposições realizadas, o evento da Nova Museologia, com a diversidade de funções que assume, exigiu que se considerassem indicadores mais complexos, que se definissem novos critérios de avaliação e mecanismos para comprovar a eficácia da ação do museu junto da comunidade (Duarte, 2013).

“Um museu é tanto melhor quanto mais for usado” (Kington, 1940:101 cit. por Mendes, 2013), mas os novos indicadores devem cobrir, além desta análise quantitativa, uma análise qualitativa. Indicadores quantitativos são o número de visitantes por época, número de aquisições e de exposições realizadas, a percentagem de coleções totalmente documentadas ou o número de visitas educativas realizadas. Para a análise qualitativa, mais do que analisar dados, avalia-se resultados, nas suas diversas manifestações, como o impacto que o museu tem na vida da comunidade. Facilmente se percebe a dificuldade de medir estes indicadores.

Uma forma de aferição da eficácia de um Museu é sugerida por Weil (2002, cit. por Gonçalves, 2007), segundo quatro indicadores: ter uma missão claramente definida, exequível e que se perpetue no tempo; ter recursos financeiros, físicos e humanos próprios; ter eficácia global (se faz a diferença e produz impacto) e ser eficiente (usar os recursos racional e equilibradamente).

Varine (2013) sugere a monitorização das atividades desenvolvidas pelo museu através de um sistema de avaliação que envolva os atores e os beneficiários dos serviços/produtos, mas que conte também com a assistência de um especialista/académico para uma perspectiva equilibrada e independente. Os parâmetros a analisar serão: o cultural (gestão do património do território); o social (impacto na vida da comunidade e coesão social); e económico (avaliação dos investimentos, criação de emprego e cadeias de produção, e avaliação da qualidade dos produtos).

Davis (2005) sugere entrevistas à comunidade para perceber de que forma as pessoas se referem ao museu e como o seu envolvimento ativo com ele influencia a sua vida social e intelectual. Sugere ainda práticas que revelem a ênfase que se dá ao que é local, que

passam por ações de formação das pessoas da comunidade em técnicas de interpretação, tendo em vista a melhoria da experiência de visita ao museu.

Terminamos o primeiro Capítulo com estas reflexões sobre a avaliação da ação dos Museus, uma vez que de seguida passaremos a olhar para o caso específico que motivou este estudo, o Museu do Douro (MD).

Fica claro perante as sugestões de avaliação enumeradas que não existe um modelo definido para aferição da eficácia ou impacto da ação museológica, mas abundam as partilhas de experiências e de princípios a seguir e será com base nesta enumeração que faremos a nossa análise final da atuação do MD ao longo da sua primeira década de funcionamento em edifício próprio.

Julgamos desta forma ter fornecido um retrato esclarecedor da mudança operada pelos museus ao longo dos séculos. Uma mudança que, mais do que institucional ou orgânica, teve a ver com os princípios subjacentes às ações desenvolvidas e oferecidas ao público e ao desejo de tomar um papel cada vez mais ativo e relevante para a civilização, a tolerância e o desenvolvimento humano.

De seguida apresentaremos a Região que acolheu o primeiro Museu de Território nacional, fruto da sua longa história e forte identidade.

## Capítulo II – A REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

*No Douro, em encostas que até ali só davam mato bravio, começou, no século XVII, a levantar-se a escadaria de geios ou socalcos destinados a sustentar a terra [...] – a mais vasta e imponente obra humana do território português (Ribeiro, 1945:109).*

O conceito de Demarcação foi introduzido no Douro no século XVIII, por iniciativa do Marquês de Pombal, no entanto, a configuração que hoje tem a Região Demarcada do Douro (RDD) data do Decreto de Ferreira do Amaral, de 27 de novembro de 1908<sup>47</sup>, onde se listam as freguesias aptas à produção de Vinhos do Porto, segundo critérios relacionados com as condições edafoclimáticas do meio, isto é, solo e clima.<sup>48</sup>

Este território de influência do MD, ao contrário do que parece ser a regra nos museus enunciados anteriormente, não se limita ao espaço de um Município ou localidade. Os estudos analisados no decorrer desta investigação reconhecem a dificuldade de falar deste território, uma vez que ele nunca constituiu uma área político-administrativa independente. A confusão aumenta por ser comum na literatura usar-se como sinónimos as designações “Douro”, “Região Demarcada do Douro” e “Alto Douro Vinhateiro” (ADV). Estes termos, apesar de relacionados, constituem realidades diferentes.

Para efeitos deste trabalho consideramos a RDD, área demarcada e regulamentada para produção das Denominações de Origem Porto e Douro, cujos limites se podem observar na Figura 1, assim como as delimitações concelhias.

---

<sup>47</sup> <https://www.ivdp.pt/consumidor/historia>. Consultado em 14 de setembro de 2019.

<sup>48</sup> Para resolver o problema da dispersão e multiplicação ao longo do tempo dos Decretos sobre a RDD, elaborou-se o Decreto-Lei n.º 254/98, onde se compilam todas as normas à produção das Denominações de Origem da RDD (<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/438066/details/maximized>. Consultado em 16 de setembro de 2019).

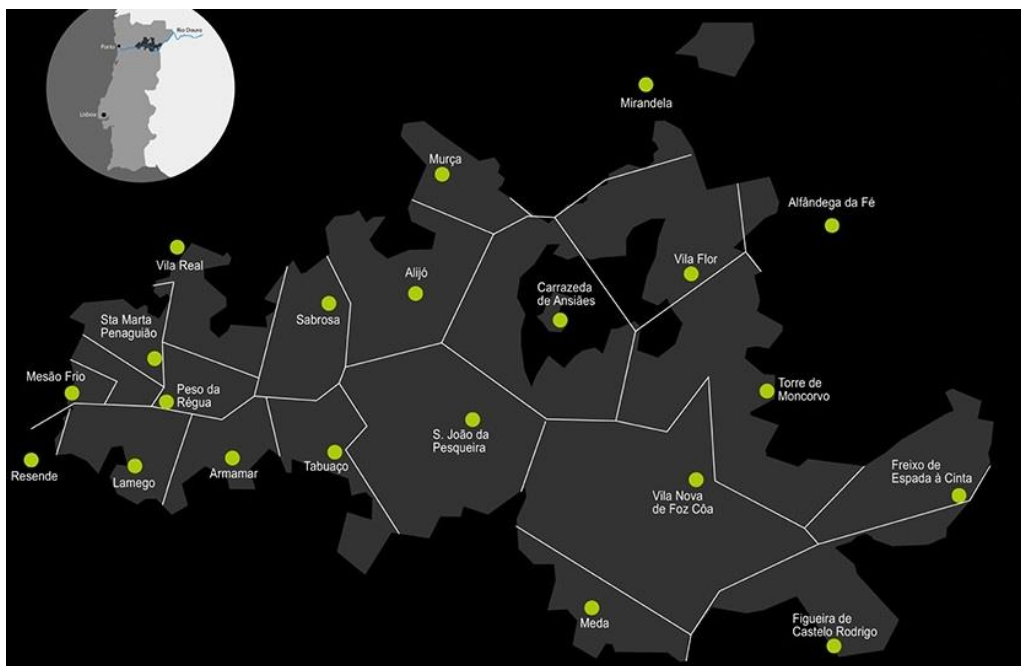


Figura 1 - RDD e delimitações concelhias

Fonte: <http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro>

O ADV, termo historicamente associado ao *país vinhateiro*, a terra-quente do Cima Douro (Soeiro, 2006b), foi a designação adotada para identificar o território classificado como Património Mundial pela UNESCO, que, como mostra a Figura 2, é uma pequena fração da RDD – cerca de 10% (Bernardo, 2018). Integra áreas de 13 dos 21 concelhos da RDD.<sup>49</sup>



Figura 2 - Área do ADV na RDD (24.600 hectares)

Fonte: <http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro>

<sup>49</sup> Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real (Andresen & Rebelo, 2013:C1|03).

Em termos político-administrativos, a região existia como parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro e foi só com a implementação das Unidades Territoriais (NUTs) em 1986 que se originou nova definição para fins estatísticos, passando a região Douro a existir pela primeira vez como circunscrição independente (Bernardo, 2018). No entanto, a Figura 3 mostra a diferença significativa entre os concelhos limítrofes da RDD e da NUT Douro (versão de 2013).

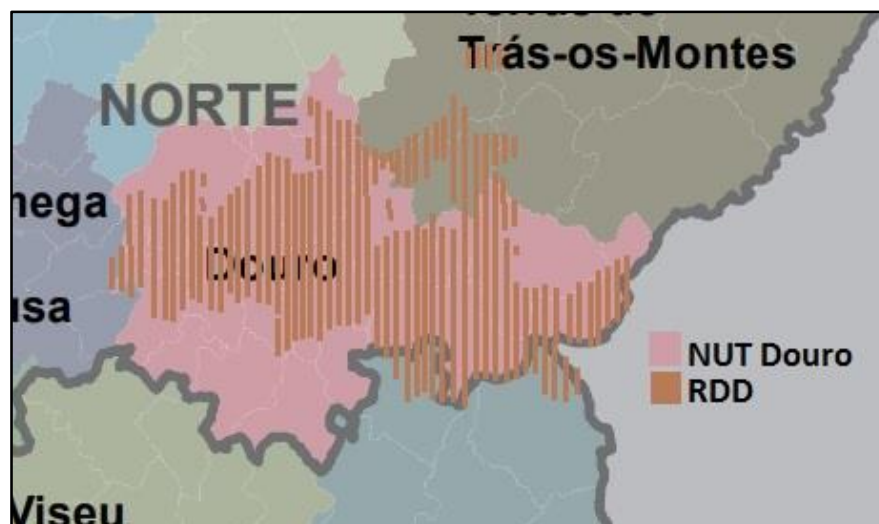


Figura 3 - A RDD e os limites da NUT Douro

Elaboração própria com base em

[https://www.compete2020.gov.pt/admin/images/NUTS2013\\_\(1\).pdf](https://www.compete2020.gov.pt/admin/images/NUTS2013_(1).pdf)

A RDD compreende uma área de 250.000 hectares, distribuídos por freguesias pertencentes a 21 concelhos, de 4 distritos – Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu.<sup>50</sup>

Na divisão territorial das NUTS II, temos a maioria do território da RDD na Região Norte, à exceção dos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e Mêda, pertencentes à Região Centro. Dentro da Região Norte, se reduzirmos ao nível das NUTS III (ou Comunidades Intermunicipais), encontramos na CIM Douro, a maioria dos 21 concelhos, à exceção dos dois já referidos, que pertencem à CIM Beiras e Serra da Estrela<sup>51</sup>, mais os de Mirandela, Vila Flor e Alfândega da Fé, pertencentes a Terras de Trás-os-Montes, e Resende, pertencente à NUT Tâmega e Sousa<sup>52</sup>. Por outro lado, dentro da CIM Douro encontramos

<sup>50</sup> A lista completa de Concelhos e Freguesias pode ser consultada no Apêndice 1.

<sup>51</sup> <https://beira.pt/diretorio/comunidade-intermunicipal-das-beira-e-serra-da-estrela/>. Consultado em 5 de abril de 2019.

<sup>52</sup> <https://www.cimtamegaesousa.pt/#/>. Consultado a 16 de setembro de 2019.

concelhos que não pertencem à RDD, como é o caso de Tarouca e Penedono, por exemplo.<sup>53</sup>

Ao nível da administração das Regiões de Turismo, atualmente elas correspondem às NUT II, estando a região em questão inserida na Região Norte.

Para uma melhor compreensão dos fatores de coesão deste território, cuja Demarcação primordial começou a ser elaborada em 1757, passamos a apresentar uma resenha histórica para a primeira região detentora de uma Denominação de Origem em todo o Mundo. Foi essa demarcação e a rigorosa regulação imposta que cimentaram a identificação do Alto-Douro como um território com vocação económica e cultural específica, dependente das vicissitudes da vitivinicultura e comércio dos vinhos e em forte articulação com o Porto (Sousa, 2007).

Na RDD, a realidade dominante é o trabalho: as vinhas e as instalações para a produção de vinho. E, apesar da longa e apertada regulação sobre o setor produtivo, que tornou a RDD uma região sempre imposta sobretudo por forças externas, nela também se produziram traços de identidade fortíssimos, ora partilhados na generalidade do território, ora específicos de certas localidades e geradoras de bairrismos e rivalidades. É na relação que estabelecem entre si que se define verdadeiramente o que é o Alto Douro (Parkhurst, 1996).

Admitindo que “são os grupos de lugares que formam as regiões” (1996:121), e que as regiões são “cenário institucional para a interação social” (1996:133), compreendemos que as localidades que constituem a RDD são espaços sociais que “produzem a sua região, tanto quanto são produzidos por ela” (Parkhurst, 1996:121).

---

<sup>53</sup> <http://www.ccdr-n.pt/regiao-norte/apresentacao>. Consultado em 5 de abril de 2019.

## II.1 – A História da primeira Região Vitivinícola Demarcada e Regulamentada do Mundo

Foi por Alvará Régio de 10 de setembro de 1756 que Sebastião José de Carvalho e Melo, Ministro do Rei D. José I e futuro Marquês de Pombal, instituiu a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (CGAVAD), para vigiar o cumprimento das regras que se queriam estabelecer para a produção e comércio dos vinhos durienses. Nos anos seguintes procedeu-se à delimitação das duas margens do Rio Douro aptas para a produção de vinhos de qualidade, então designados Vinhos de Feitoria (Carrera, 2002).

Desde então, embora tenha sofrido alterações significativas nos seus limites geográficos, a RDD, ou *Paiz Vinhateiro*, exibe traços de coesão identitária e territorial, nomeadamente no sistema de relações sociais e culturais dos povoados ao longo do encaixe profundo do rio Douro e seus afluentes, que apresentam um contraste paisagístico evidente relativamente às terras vizinhas de Trás-os-Montes, Minho e Beiras. No entanto, mesmo no seu interior, a RDD apresenta variações entre montanha e zona ribeirinha, entre margem norte e margem sul, entre Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior (Pereira, 2006).

Qualquer narrativa histórica que se elabore acerca da região será sempre, já o reconheceu Pereira, “uma interpretação provisória [...], parcial e parcelar”, uma vez que se foram perdendo no tempo importantes documentos e testemunhos sobre o tema (2006:103).

A ocupação humana dos vales do Douro e seus afluentes é antiquíssima. São notáveis, pela profusão e qualidade, as gravuras rupestres do Vale do Côa – Monumento Nacional (1997) e Património Mundial (1998).<sup>54</sup> Além destes vestígios do Paleolítico Superior, abundam também os do Neolítico, Calcolítico e da Idade do Ferro (Pereira, 2006).

Quanto aos primórdios do cultivo da vinha, embora existam indícios da sua presença há já mais de 3 mil anos, eles não estão ainda devidamente fundamentados. O desenvolvimento da “trilogia cultural da agricultura mediterrânica” – vinha, oliveira e cereal – deveu-se à Romanização, no primeiro século da nossa Era (Pereira, 2006:106).

---

<sup>54</sup> <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/portugal/sitios-pre-historicos-de-arte-rupestre-do-vale-do-rio-coa-e-de-siega-verde/>. Consultado em 19 de abril de 2019.

Este território foi sendo palco de encontros e fusões entre povos e culturas. Perduram na tradição popular as lendas que misturam elementos do fantástico árabe, celta e cristão, mas as sucessivas ocupações não quebraram a vocação vinhateira existente (Pereira, 2006).

A fundação do Reino de Portugal e a crescente relevância das comunidades religiosas Cistercienses<sup>55</sup>, no século XII, promoveram na região uma intensificação do povoamento e da agricultura, já vocacionada para a exportação (Barros, 2012; Pereira, 2006).

A qualidade dos então conhecidos como “vinhos de Lamego” foi celebrada na “Descrição do terreno ao redor de Lamego – duas léguas [1531-1532]” de Rui Fernandes. Este documento enaltece a abundância e diversidade de produções da região, num tempo em que os interesses da produção de vinho eram refreados pelas necessidades de subsistência e a vinha competia com as áreas de pomares e de cultivo de cereais (Barros, 2012).

O primeiro registo documental com referência a “vinho do Porto”<sup>56</sup> é de 1675, para vinhos com destino à Holanda. Entre 1678 e 1720 o volume exportado passou de 400 pipas<sup>57</sup> para cerca de 20.000 (Pereira, 2006). Para este fenómeno terá contribuído o Tratado de Methuen (1703), que beneficiou fiscalmente as exportações de Vinhos do Porto para Inglaterra, principal mercado consumidor nos dois séculos seguintes (Bernardo, 2018).

Esta conjuntura favorável levou à multiplicação de fraudes e adulterações e a conflitos entre o setor do comércio e da produção, tornando necessária a intervenção do Estado, em 1756. Para assinalar a área produtora de vinhos de qualidade foram colocados 335 marcos graníticos, vulgarmente designados de Marcos Pombalinos, como o da Figura 4.

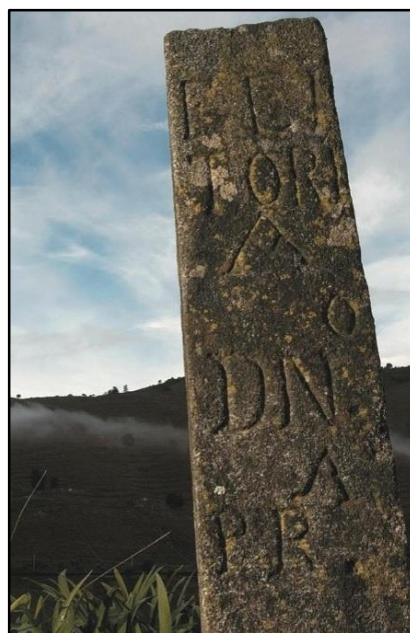


Figura 4 - Marco Pombalino da Quinta do Crasto  
Fonte: Museu do Douro

<sup>55</sup> Note-se que, embora os Mosteiros Cistercienses de São João de Tarouca, São Pedro das Águias e Santa Maria de Salzedas se localizem fora da Região Demarcada, possuíam grandes propriedades dentro da zona de melhor qualidade e muitas das Quintas por eles fundadas ainda subsistem (Barros, 2012).

<sup>56</sup> Este “Vinho do Porto” era “seco e aromático, na sua pureza primitiva, preparado com uvas bem maduras, com maceração prolongada e fermentação completa, com qualidades para ser envelhecido”, ao qual se adicionava, por vezes, aguardente, para aguentar as longas viagens (Pereira, 2006:108).

<sup>57</sup> No Douro, a pipa é uma unidade de medida correspondente a cerca de 550 litros.

A Demarcação Pombalina compreendia cerca de 40 mil hectares, desde o limite oeste atual da RDD, nos concelhos de Mesão Frio e Resende, até um pouco além do vale do rio Pinhão, como mostra a Figura 5 (Carrera, 2002; Pereira, 2006).



Figura 5 - A Demarcação Pombalina (1756-1761)

Fonte: <http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro>

Embora a demarcação geográfica já não fosse pioneira – existindo desde 1716 e 1737 para o *Chianti* (Itália) e *Tokay* (Hungria) respetivamente –, o modelo Pombalino inovou ao introduzir na história mundial a “ideia moderna de «denominação de origem controlada»”, ao criar mecanismos de regulação e fiscalização da produção (Pereira, 2006:112).

Estas medidas vieram reforçar a há muito conhecida aptidão excepcional do Alto Douro para a produção vitícola, pelo que se foram progressivamente abandonando culturas como o cereal ou o sumagre, e desenvolvendo as indústrias ligadas à vitivinicultura, como a cestaria, a tanoaria ou a arte de pedreiro. Ao mesmo tempo, reforçava-se a relação privilegiada das localidades ribeirinhas, como a Régua e o Pinhão, com o Porto, centro consumidor e exportador dos produtos da região (Pereira, 2006).

Retirado o Marquês de Pombal, no fim do reinado de D. José I, as reformas Marianas estenderiam o limite da RDD até ao vale do rio Tua, compreendendo entre 60 a 80 mil hectares, como mostra a Figura 6 (Pereira, 2006).



Figura 6 - A Demarcação Mariana (1788-1793)

Fonte: <http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro>

Em 1792, a demolição do Cachão da Valeira – grande cascata que impossibilitava a navegação entre o Cima Corgo e a região a montante – veio criar condições para o alargamento da área vitícola aos concelhos do Douro Superior. Lento ao início, esse alargamento tornou-se galopante na segunda metade do século XIX, como reação à devastação sofrida na região vinhateira primordial face aos ataques do oídio (1852) e da filoxera (1863), que reduziria uma parte significativa das vinhas a mortórios (Carrera, 2002; Pereira, 2006).

Encontrados os métodos eficazes de combate às pragas vitícolas<sup>58</sup>, a par do lançamento da linha do caminho-de-ferro a partir dos anos 80 do século XIX, a região viveu um período de modernização das práticas de cultivo da vinha, que alteraram significativamente a paisagem, dando-lhe a configuração geométrica, de socacos largos e retilíneos, que hoje conhecemos (Carrera, 2002; Pereira, 2006).

No entanto, a instabilidade política e sucessão de regimes ora liberais, ora absolutistas, conduziu à desestruturação dos mecanismos reguladores e abolição da demarcação. Seguiram-se dificuldades de escoamento dos vinhos, queda dos preços e aumento das fraudes. Esta situação confirmava os benefícios do modelo regulador inaugurado no século XVIII (Carrera, 2002).

<sup>58</sup> Contra o oídio, revelou-se eficaz o tratamento à base de enxofre. A filoxera, inseto resistente à maioria dos tratamentos químicos, combate-se recorrendo à enxertia de castas europeias (*vitis vinifera*) sobre videiras americanas, resistentes ao ataque do inseto (Carrera, 2002).

Socialmente, viveram-se décadas de miséria, venda de terrenos ao desbarato e emigração. Geravam-se movimentos de defesa da região e dos seus vinhos, apelando à criação de medidas restritivas e protecionismo (Pereira, 2006). O governo de João Franco viria produzir alguns decretos nesse sentido e proceder à revisão da área demarcada (elaborada em 1907 e corrigida por Ferreira do Amaral em 1908), que passava a incluir os concelhos do Douro Superior e a ter uma configuração semelhante à da atualidade (Carrera, 1999).

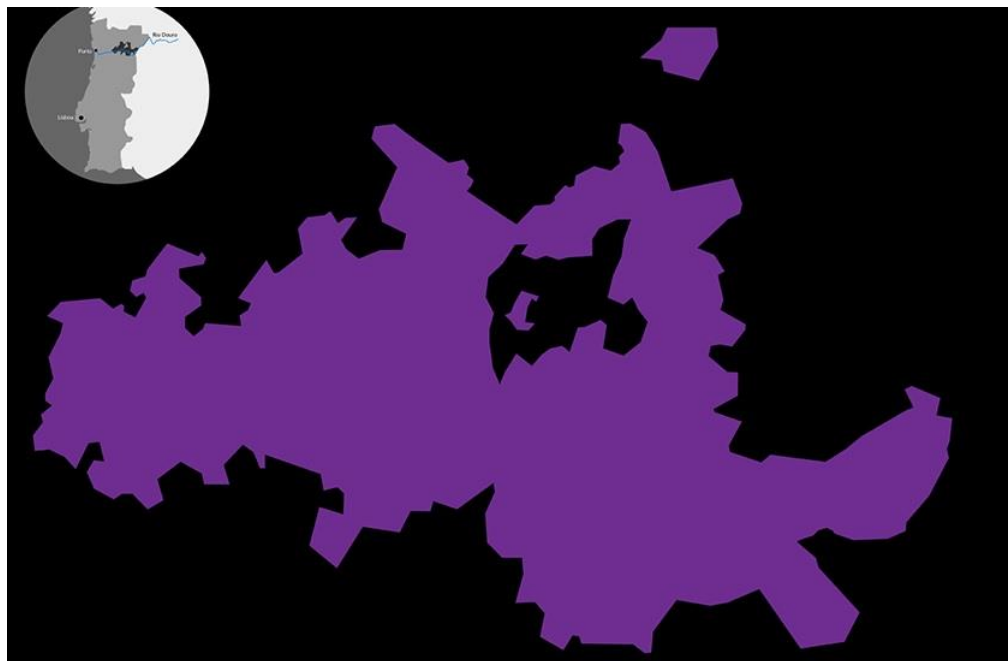


Figura 7 - Atual configuração da RDD

Fonte: <http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro>

Os movimentos em defesa da região motivaram também a revisão do modelo institucional, sendo criada a Federação dos Viticultores – Casa do Douro, em 1932, que procederia à elaboração do cadastro vitícola, a partir do qual se poria em prática o complexo sistema de Benefício, baseado no “método de pontuação” de Moreira da Fonseca.<sup>59</sup> Em 1933 criava-se o Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto (hoje Associação das Empresas de Vinho do Porto), com a função de disciplinar o comércio, e o Instituto do Vinho do Porto (hoje Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, ou IVDP) para supervisionar e conciliar os interesses das outras duas instituições (Pereira, 2006; Sousa, 2007).

---

<sup>59</sup> O Cadastro é um sistema de registo e classificação das vinhas, de acordo com os vários requisitos (naturais e culturais) que dão qualidade às uvas. O Benefício é o direito conferido a cada produtor de produzir uma determinada quantidade de vinho do Porto (<https://www.ivdp.pt/consumidor/72xkj-cultura-da-vinha>, consultado a 29 de julho de 2019).

A crise internacional que marcou os períodos das duas Guerras Mundiais e a instabilidade política vivida em Portugal (instauração da Ditadura Militar, Guerra Colonial) agravaram a “sangria humana” da região que, só entre as décadas de 60 e 70 perdeu cerca de 20% da sua população (Pereira, 2006).

As últimas décadas do século XX foram um período de renovação para toda a região. Em 1986 introduziu-se nova legislação que permitiu o envelhecimento, engarrafamento e comercialização dos vinhos a partir da região produtora, em vez da obrigatoriedade de recorrer ao entreposto de Vila Nova de Gaia (Carrera, 1999).

Além disso, a atribuição de apoios comunitários proporcionou a plantação de mais área de vinha, um aumento da mecanização (sobretudo para as tarefas mais violentas, como as surribas) e o aparecimento de uma nova organização da paisagem (patamares e vinhas ao alto). Estas transformações constituem um “exemplo paradigmático da adaptação da cultura da vinha a novas condições económicas e sociais, dominadas por redução da oferta de trabalho, maiores custos de produção e exigência de qualidade das massas vnicas” (Andresen & Rebelo, 2013:xiv). Ao mesmo tempo, assistimos à entrada de “uma nova geração de jovens enólogos e empresários capazes de criarem uma verdadeira simbiose entre viticultura, tecnologia, laboração de vinho e marketing” (Andresen & Rebelo, 2013:C2.09). Tudo isto, associado à abertura da região ao crescente interesse turístico pelas paisagens culturais vinhateiras aumentou a competitividade da RDD no panorama vitivinícola mundial e abriu novas possibilidades de desenvolvimento para o território.

## II.2 – Caracterização do Território

A RDD apresenta um microclima muito específico: as amplitudes térmicas crescem e a precipitação total diminui de jusante para montante. Os invernos são moderados e os verões tórridos<sup>60</sup>, fazendo uma unidade paisagística de cariz mediterrânico e vegetação espontânea composta de giesta, urze, zimbro, carqueja, azinheira, carvalho cerquinho, entre outros. Os mortórios entretanto recolonizados constituem verdadeiros repositórios da biodiversidade autóctone (Ribeiro, 2006). Ao nível da agricultura, a vinha ocupa lugar de destaque entre amendoeiras, oliveiras, laranjeiras e figueiras (Bernardo, 2018).

As imagens do território projetadas para o exterior tiveram sempre uma carga de pitoresco ou grandioso, que vem desde o romantismo do século XIX, reativada pelo regime fascista e multiplicada pela imagem digital massificada (Museu do Douro, 2014). Além dessa imagem “maquilhada”, fabricou-se também uma ideia da região como um todo homogéneo, na tentativa de criação e valorização de um produto cultural e turístico, que se materializa nas imagens da paisagem dominada por vinhas e as quintas vinhateiras como detentoras da tradição (Soeiro, 2006a).

No entanto, a RDD é uma área vasta e heterogénea, encerrando unidades de paisagem com identidades históricas e socioculturais distintas, que se podem observar na Figura 8.



Figura 8 - As sub-regiões da RDD

Fonte: <http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro>

<sup>60</sup> Conta-se que se assavam sardinhas pousando-as nas linhas do caminho-de-ferro (Bernardo, 2018).

Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior apresentam diferenças bioclimáticas, paisagísticas e agroecológicas significativas entre si. No Baixo Corgo, a mediterraneidade é atenuada pela maior proximidade à faixa litoral e aos contrafortes do Marão. O povoado é disperso, pontuado por algumas quintas, as explorações são geralmente pequenas e lá convivem diferentes culturas (Soeiro, 2006b).

No Cima Corgo domina o clima mediterrânico e a quinta é a unidade de produção por excelência, constituída por área de cultivo, construções vocacionadas para a produção e armazenamento dos vinhos e espaço de habitação para proprietários e pessoal (Fauvrelle, 2006). Tanto aqui como no Baixo Corgo, a vinha é onnipresente e claramente dominante, sendo a oliveira a segunda cultura, sobretudo na bordadura das vinhas (Ribeiro, 2006).

No Douro Superior é a amendoeira a protagonista e os pombais dispersos pelo território testemunham a passada importância da produção cerealífera (Ribeiro, 2006). Aqui, a continentalidade é maior, as temperaturas mais elevadas e as amplitudes térmicas maiores. A produção de vinho era insignificante e para consumo local até meados do século XIX. Nesta parte do território foi importante a presença das comunidades judaicas, fugidas de Espanha, grandes dinamizadoras do comércio e ligadas a culturas como o sumagre e a seda. A chegada do comboio facilitou a entrada de tecnologia e o escoamento de produtos, integrando definitivamente o Douro Superior na dinâmica da RDD (Rebanda, 2006).

A RDD é um território paradoxal, apontado unanimemente como detentor de um potencial único, mas constituído por algumas das freguesias e concelhos mais deprimidos do país.<sup>61</sup> A esperança de renovação reside em grande parte na estratégia definida generalizadamente para o mundo rural: a combinação entre agricultura (atividade essencial), turismo (panaceia para todas as dificuldades) e ambiente (com todo o seu potencial de atração). “Todos eles têm a capacidade de criar emprego, atrair pessoas e gerar riqueza, isto é, têm a capacidade de criar dinâmica local” (Ferreira, 2012:355).

Ao mesmo tempo, os limites entre rural e urbano vão-se esbatendo e as duas realidades deixam de ser opostas para se complementarem no processo global (Pereiro, 2018).

---

<sup>61</sup> <https://www.dn.pt/dinheiro/ha-seis-municipios-no-norte-com-rendimentos-inferiores-a-500-euros-11170149.html>. Consultado em 11 de dezembro de 2019.

## II.2.1 – Qualidade de Vida

No Douro, a densidade populacional foi sempre elevada, devido ao facto de a videira ser uma cultura exigente de mão-de-obra (Marques, 2006). No entanto, a RDD não escapou ao fenómeno de “sangria humana” verificado nas últimas décadas em Portugal. O êxodo fez-se do Interior para o Litoral ou para o estrangeiro (Bernardo, 2018; Pina, 1996/7).

Entre os Censos de 1960 e de 2001, o Douro perdeu mais de 100.000 habitantes. A perda foi mais ténue junto ao eixo formado pelas cidades de Vila Real, Régua e Lamego. Nestes concelhos, passou de 25 para 45 a percentagem de população a residir na sede concelhia, o que demonstra um reforço da urbanidade (Marques, 2006). A população residente nos 21 concelhos da RDD passou de 242.208 em 2008, para 219.975 em 2017 (INE 2019).

Entre 2008 e 2017 a densidade populacional média dos 21 concelhos da RDD passou de 65,4 para 55,8 habitantes por Km<sup>2</sup>, o que corresponde a menos de metade dos valores registados nos anos 60 (INE, 2019; PORDATA, 2019).

Associado à perda de população surge o grande envelhecimento da mesma. Nos anos 60 a média do Índice de Envelhecimento da RDD era de 23,7 idosos por cada 100 jovens (PORDATA, 2019). Entre 2008 e 2017 esse valor passou de 202,7 para 282,4 (INE, 2019).

Pela positiva, registou-se a diminuição da taxa de analfabetismo que, de 26,1% em 1981, passou em 2011 para 10,6%. Valor que, ainda assim, é o dobro da média nacional (5,2%) (PORDATA, 2019).

Estudos que medem os impactos da Classificação do ADV – Património Mundial nos 13 concelhos integrados concluem que, ao contrário do desejado, as tendências demográficas não se alteraram significativamente, nem se produziram variações em relação aos concelhos que não fazem parte da área classificada, como mostra o Quadro 3 (Paupério, Romão, Vasconcelos & Ferreira, 2014).

	2001	2011	Evolução 2001-211	2017	Evolução 2011-2017
<b>Pop. da RDD</b>	257.100	236.785	- 7,9%	219.975	- 7%
<b>Pop. do ADV</b>	180.702	168.542	- 6,7%	157.642	- 6,5%

Quadro 3 - A População da RDD e do ADV entre 2001 e 2017  
Elaboração própria com base em Andresen & Rebelo (2013) e INE (2019)

Apesar de ser uma região com grande vocação turística, que origina o produto português mais conhecido no mundo (o Vinho do Porto), a RDD tinha em 2015 um Índice de Poder de Compra dos mais baixos da Europa, com um valor médio de 68, numa escala em que o valor 100 corresponde à média nacional (PORDATA, 2019).

No que respeita às condições de acessibilidade, não vão muito distantes os tempos em que vir ao Douro constituía uma viagem penosa e longa, e mesmo as deslocações intrarregionais eram feitas através de caminhos estreitos e sinuosos. Produtos como o vinho, a amêndoa ou o azeite, foram durante séculos transportados por via fluvial, apesar de todos os perigos que esse meio encerrava (Pina, 1996/7).

O isolamento físico e simbólico da região – expresso em dizeres como “para cá do Marão mandam os que cá estão” – foi-se quebrando a partir da década de 90, com a transformação da macroestrutura viária regional, a construção de autoestradas e, mais recentemente, a abertura do túnel do Marão, em 2016. A Figura 9 mostra que hoje a região está equipada com ligações rápidas à área metropolitana do Porto e a Espanha, muito embora persistam alguns problemas ao nível das acessibilidades internas (Pina, 1996/7; Bernardo, 2018).



Figura 9 - Principais Eixos Rodoviários da Região

Fonte: <https://www.viamichelin.pt>

O lançamento do caminho-de-ferro para o Douro (e seus ramais) foi um desenvolvimento ímpar que facilitou o transporte de pessoas e mercadorias. Contando com o esforço da burguesia mercantil portuense, que queria facilitar o escoamento de produtos, a obra ficou concluída em 1887, fazendo a ligação do Porto à Régua em cerca de 5h30m, e dali até Barca d’Alva em cerca de 5 horas (Pina, 1996/7).

Este meio de transporte ganhou importância aquando da interrupção da navegabilidade do Douro para a construção das barragens, e entraria depois em declínio nos anos 80, com o desenvolvimento da rede viária, mais flexível e polivalente. Em poucos anos, além do encerramento da ligação internacional e do encurtamento da linha principal, que passou a terminar no Pocinho, foram também desativados os ramais do Sabor, Tua e Corgo, que podem observar-se na Figura 10 (Pina, 1996/7).

O interesse para a população da região associado ao reconhecido valor turístico que encerra esta via motivaram a realização de uma Petição pela completa reabertura da Linha do Douro e restabelecimento da ligação internacional.<sup>62</sup>

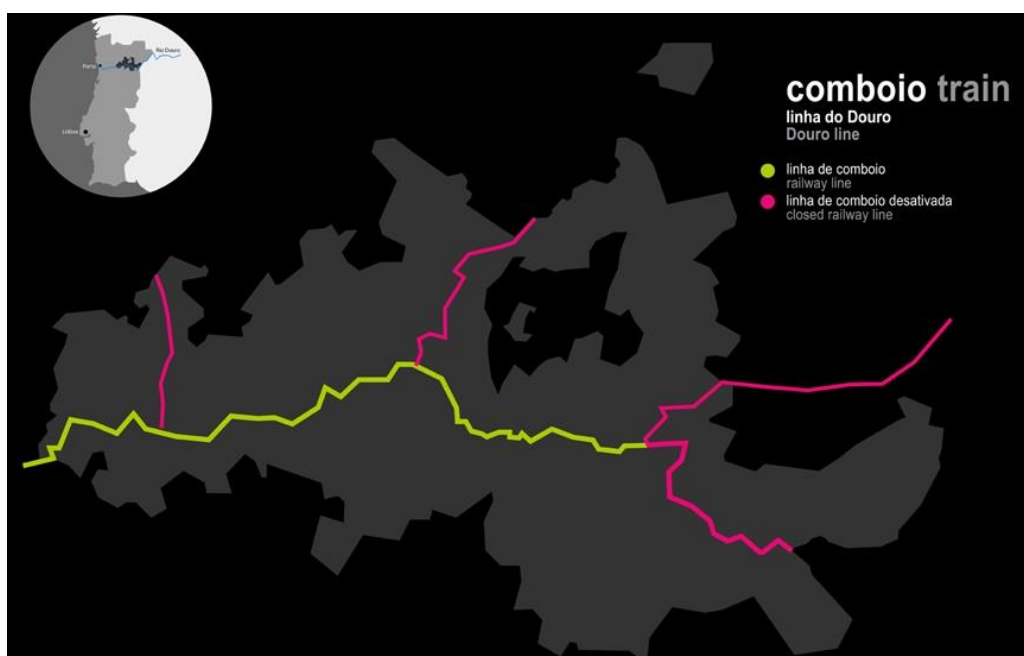


Figura 10 - Linha do Comboio na RDD e ramais desativados  
Fonte: <http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro>

Nos últimos anos, o investimento no potencial turístico da região alavancou alguma evolução positiva no âmbito das acessibilidades, como a requalificação de cais fluviais e Estradas Nacionais, como a EN222.<sup>63</sup>

No que respeita ao trânsito fluvial, interrompido temporariamente com a construção das barragens, hoje tem sobretudo valor turístico. A Via Navegável do Douro, inaugurada em 1990, com 210 km de extensão, registava em 2008 cerca de 180.000 passageiros anuais.

<sup>62</sup> <https://participacao.parlamento.pt/initiatives/742>. Consultado em 17 de setembro de 2019.

<sup>63</sup> Em 2015, eleita pela AVIS a “Melhor Estrada do Mundo Para Conduzir” (<https://observador.pt/especiais/n222-melhor-estrada-do-mundo-portuguesa/>. Consultado em 18 de setembro de 2019).

Em 2018 esse valor foi próximo de 1,3 milhões, com 102 embarcações a operar e uma oferta que varia dos passeios de algumas horas até aos cruzeiros de uma semana<sup>64</sup>.

Vila Real e Bragança também têm ligação aérea com Lisboa.

Apesar de todas as melhorias registadas, de um modo geral ainda se aponta a pobre (ou inexistente) sinalização das vias rodoviárias e a precariedade das acessibilidades intrarregionais (CCDR-N, 2011; Ferreira, 2012).

Na área da educação, as políticas centrais têm contribuído para a desertificação das zonas rurais, na medida em que ao fechar escolas primárias, substituindo-as por Centros Escolares, se arrastam não só as crianças mas também os seus pais para as cidades, acelerando o esvaziamento de muitas aldeias (Ferreira, 2012).

Ao nível do Ensino Superior, as 4 sedes de distrito da Região tem Universidade ou Politécnico. Destacamos o trabalho destas instituições, pela importância que ganharam ao nível da qualidade e diversidade da sua oferta formativa e na atração de jovens e investigadores para trabalhar e estudar sobre o território (Ferreira, 2012).

Em termos de vida cultural, vários programas (nomeadamente o Programa Polis) têm tornado as cidades mais bonitas, limpas e habitáveis. Muitas cidades e vilas da região foram requalificadas, equipadas com bibliotecas, piscinas, museus, auditórios e outros equipamentos, que lhes conferem um carácter mais urbano (Andresen & Rebelo, 2013; Marques, 2006). Destacamos a qualidade de equipamentos como o Teatro de Vila Real, o Teatro Ribeiro Conceição, em Lamego (requalificado 20 anos após o seu encerramento), o Espaço Torga, em Sabrosa e novos projetos museológicos como o Museu da Vila Velha, em Vila Real e o Museu do Côa (vencedores do Prémio de Arquitetura do Douro em 2008 e 2014, respetivamente)<sup>65</sup>.

---

64

[http://douro.apdl.pt/f?p=100:6:1973717702834:::6:P6\\_PAGINA,P0\\_BREADCRUMB\\_MENU:VIA\\_NAV\\_E-ST,ESTATI](http://douro.apdl.pt/f?p=100:6:1973717702834:::6:P6_PAGINA,P0_BREADCRUMB_MENU:VIA_NAV_E-ST,ESTATI) e

[http://douro.apdl.pt/f?p=100:6:1973717702834:::6:P6\\_PAGINA,P0\\_BREADCRUMB\\_MENU:VIA\\_NAV-CUR,VNAV001](http://douro.apdl.pt/f?p=100:6:1973717702834:::6:P6_PAGINA,P0_BREADCRUMB_MENU:VIA_NAV-CUR,VNAV001). Consultados em 18 de setembro de 2019.

<sup>65</sup> <https://www.ccdr-n.pt/servicos/missao-douro/129/museu-da-vila-velha-vence-premio-de-arquitetura-do-douro-2008> e <https://www.ccdr-n.pt/servicos/missao-douro/127/museu-do-coa-vence-premio-de-arquitetura-do-douro-2013-2014>. Consultado em 17 de novembro de 2019.

Em jeito de conclusão deste subcapítulo, apresentamos no Quadro 4 os valores obtidos pelo Douro (NUT III), no Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos anos de 2008, 2013 e 2017 (ano mais recente disponível).

<b>Indicadores</b>	<b>2008*</b>	<b>2013</b>	<b>2017</b>
<b>Competitividade</b>	Muito Baixo – 84 (3º mais baixo)	Muito Baixo – 83 (2º mais baixo)	Muito Baixo – 82 (2º mais baixo)
<b>Coesão</b>	Muito Baixo – 95 (6º mais baixo)	Baixo – 93 (7º mais baixo)	Muito Baixo – 89 (5º mais baixo)
<b>Qualidade Ambiental</b>	Muito Elevado – 107 (7º mais elevado)	Médio – 99 (15º mais elevado)	Elevado – 105 (8º mais elevado)
<b>Total Global</b>	Muito Baixo – 95 (5º mais baixo)	Muito Baixo – 92 (3º mais baixo)	Muito Baixo – 92 (3º mais baixo)
*Entre 2008 e 2013 a NUT Douro sofreu alterações. Deixou de integrar o concelho de Vila Flor (que passou para Terras de Trás-os-Montes) e passou a integrar o concelho de Murça (anteriormente Alto Trás-os-Montes)			

Quadro 4 - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional do Douro entre 2008 e 2017  
Elaboração própria com base em INE (2019)

Este índice toma a média nacional como valor de referência (100). O ranking é feito tendo em conta as 25 regiões NUT III e facilmente se observa que o Douro tem evoluído negativamente nos indicadores que respeitam a aspetos económicos e sociais, tendo um bom desempenho nas questões relacionadas com a qualidade ambiental. Ainda assim, o bom desempenho neste último aspeto não é suficiente para retirar a Região das posições mais baixas do Índice Global, sendo a terceira sub-região, a nível nacional, com o ISDR regional mais baixo.

## II.2.2 – Atividade Empresarial

Dados de 2015 apontavam no Douro (NUT III) uma economia baseada no sector terciário. No entanto, apesar de ser o sector dos serviços aquele com maior peso na região (em termos de Valor Acrescentado Bruto), é o sector primário (que representa apenas 7,2% do VAB) aquele que emprega a maioria da população (46,5%, contra 41,9% do sector terciário e 11,6% do segundo sector). Em 2015, a riqueza gerada por cada pessoa, no Douro, situou-se nos 12.539 €, face a uma média nacional de 17.359 € (Bernardo, 2018).

Segundo Marques (2006), no Douro, o despovoamento das áreas rurais é maior do que o abandono agrícola, indicando que continua a haver uma forte ligação da população com a atividade agrícola. Houve um fenómeno de terciarização na região, sendo que o emprego industrial continua a ser pouco significativo. Os problemas que hoje se apresentam têm a ver com a idade avançada e fraca escolarização dos produtores singulares, cuja qualificação profissional é quase exclusivamente prática.

Aqui, a divisão da propriedade foi e continua a ser assimétrica. Em 2011 existiam na região 45.202 hectares de vinha (18% da área da RDD), distribuídos por 34.814 viticultores, perfazendo uma média de 1,3 hectares por exploração. No entanto, 35% da área de vinha encontrava-se na posse de apenas 648 viticultores, numa média de 24,32 hectares por exploração. Estas vinhas são maioritariamente em encostas íngremes, onde a mecanização é difícil e os custos de produção mais elevados do que noutras regiões. Tem-se registado uma diminuição do rendimento real bruto dos viticultores, que não foi acompanhado pela redução dos custos de produção (Andresen & Rebelo, 2013).

Desde a classificação do ADV houve investimentos públicos e privados significativos ao nível das infraestruturas e da vitivinicultura, criando um contexto mais favorável para um desenvolvimento baseado em princípios de salvaguarda de uma paisagem cultural essencialmente vitícola (Andresen & Rebelo, 2013).

A demonstrar os sinais de valorização do tecido empresarial temos dados que indicam que em 2009 a densidade empresarial na RDD (número de empresas por km<sup>2</sup>) era de apenas 5,3 – menos de um terço da média da Região Norte (17,8). Em 2017, o valor da RDD passou para 9,12 (PORDATA, 2019).

### II.2.3 – Património

Não cabe neste trabalho fazer uma exposição do vastíssimo património que encerra a RDD, mas apenas esclarecer os critérios de Classificação do ADV. Muitas vezes redutoramente caracterizado como “paisagem” cujo valor vem de critérios de beleza ou cénicos, neste contexto a classificação contempla o meio físico e as alterações que o fator Humano produziu nele, sendo o tempo a variável fundamental (Moreira, 2017).

Património Mundial desde 14 de dezembro de 2001, o ADV compreende uma área de 24.600 hectares, bem conservados e representativos da Paisagem Cultural Evolutiva e Viva e das três unidades de paisagem que constituem a RDD. A área classificada é “viva” porque não constitui um fóssil, conservando um papel social e económico ativo, onde o processo evolutivo continua. Corresponde a cerca de 10% da área demarcada, sendo o restante da região gerido como “zona tampão” (Andresen & Rebelo, 2013).

A candidatura apresentada evidenciou os aspetos relacionados com o carácter único da relação do Homem com a Natureza, numa situação de adversidade e escassez de elementos naturais, que resultou aqui numa paisagem excepcional, que reflete a evolução tecnológica, social e económica do território no “mosaico” composto por áreas de vinha, olival, mata mediterrânica e a arquitetura vernacular de quintas, aldeias, capelas e estradas (Andresen & Rebelo, 2013; Bernardo, 2018).

Um estudo conduzido em 2004 quis perceber a perceção dos visitantes sobre os atributos da paisagem do ADV e acabou por revelar pormenores curiosos. De entre os vários modelos de paisagem existentes na região (*mosaico tradicional, vinha tradicional, modernização da vinha e renaturalização*), os inquiridos com maior conhecimento da região mostraram preferência pelo padrão de mosaico (“diversidade de culturas, compartimentação e presença de xisto nos muros de suporte e de delimitação das propriedades”), ao passo que os visitantes menos familiarizados com o Douro têm preferência pela paisagem onde a vinha é dominante. Visitantes com um perfil mais urbano preferem o padrão de paisagem mais de acordo com a imagem que é “vendida” da região, ao passo que os conhecedores reconhecem como mais autêntico o mosaico, que é de resto o padrão que os especialistas defendem que deve ser preservado (Madureira, 2005:45-46).

Uma classificação de Património Mundial acarreta sempre a expectativa de benefícios para a população residente mas também a responsabiliza como sua principal protetora e promotora numa dinâmica conjunta e integrada. Mas se, por um lado, uma classificação não priva os habitantes do local de viver a sua vida da forma expectável, em todas as dimensões que ela comporta, por outro, os compromissos de manutenção do património podem entrar em conflito com as necessidades evolutivas das populações, a sua economia e sociedade (Biagioli, Prats & Bender, 2012; Paupério *et al.*, 2014).

No caso específico do Douro, além das ameaças naturais e demográficas, existe o aumento da mecanização e as técnicas de armação do terreno a ela relacionadas. Biagioli *et al.* (2012) demonstram como a mesma conjugação de fatores que originou a singularidade do Douro (processos de produção arcaicos, grande divisão da propriedade, trabalhadores idosos, sem educação formal) é o que constitui a sua fragilidade e risco de sustentabilidade.

Os numerosos estudos acerca dos vários tipos e intensidades de impactos da classificação do ADV apontam, de um modo geral, uma evolução positiva no sentido da erradicação de lixeiras, qualificação de alguns aglomerados, reconstrução de muros de pedra seca tradicionais, recuperação de património edificado, intervenções exemplares em alguns centros de vinificação, fomento da biodiversidade e manutenção do património genético da videira. No entanto, algumas dissonâncias (ou roturas “no metabolismo e na ordem da paisagem”) continuam a carecer de rápida atuação, como as surribas e patamares, lagares e armazéns industriais, muros de betão, IPs, entre outros (Andresen & Rebelo, 2013).

A problemática surge quando os princípios de conservação não são coincidentes com as necessidades de competitividade e redução dos custos de produção que, em última análise, são o que dita as transformações na paisagem e conduzem a uma de três evoluções: abandono, conservação ou transformação (Madureira, 2005).

Como referido anteriormente, a Classificação não produziu alterações perceptíveis ao nível das tendências demográficas, mas outro nível de impacto expectável é o da procura turística. Além de alguma evolução ao nível do setor do turismo local, a evolução foi mínima nos outros sectores. Também não se alteraram significativamente as tendências da procura turística da região, seja ao nível do número de hóspedes, seja na taxa de permanência (Sousa, Monte & Fernandes, 2013).

Concluiu-se que, mais de uma década após a inscrição do ADV na Lista do Património Mundial, não havia benefícios evidentes, nem para o desenvolvimento local, nem para a população residente, ao contrário do que seria expectável (Bernardo, 2018; Paupério *et al.*, 2014). Bernardo chega mesmo a falar de “um turismo sem desenvolvimento e de um desenvolvimento com pouco turismo” (2018:32).

Por outro lado, há estudos que referem também uma

*escassa reatividade da população local, nomeadamente, um crescimento pouco significativo das infraestruturas de acolhimento e, em geral, uma distribuição dos benefícios económicos derivados do turismo entre uma porção reduzida da população, nomeadamente a envolvida em primeira linha no sector do acolhimento e da restauração, sem uma significativa recaída positiva sobre outros sectores económicos, sociais e culturais* (Bernardo, 2018:36).

## II.2.4 – Turismo

Foi nos anos 70 que se começou a promover o turismo rural, como fuga à agitação quotidiana e, simultaneamente, como estratégia de combate aos problemas de perda de população rural e da crise no setor do vinho. Essa promoção passou pela valorização dos produtos endógenos e culturais, investimento na formação dos profissionais do turismo, requalificação das infraestruturas de acolhimento e reforço das campanhas de divulgação do destino e da oferta. No entanto, ao longo do tempo tem-se reconhecido que, apesar do potencial e diversidade da oferta turística em toda a Região Norte, esta tem falhado em criar um produto turístico de qualidade (Figueiredo, 2014).

Isto faz-se preparando o destino, sabendo o que o visitante quer de um produto ou serviço e como fornecê-lo, e fomentando a valorização do território pela população local que o vive, conta a sua história e é coautora da atividade turística (Carmo, 2006).

O Enoturismo é um nicho dentro do grande segmento que é o Turismo Cultural, que consiste na visita e realização de atividades em locais, empresas ou museus onde o vinho é protagonista. Ao passo que nos países do Novo Mundo Vitivinícola (como os EUA) a cultura da vinha cresceu já pensando no potencial enoturístico dos sítios, num fenómeno simultâneo, nos países da Velha Europa, onde a história da vitivinicultura tem milénios, o enoturismo chegou de forma mais tímida e exigiu um trabalho de adaptação das pessoas e infraestruturas até aí exclusivamente vocacionadas para a produção (Brambilla, 2015).

As principais atividades turísticas na RDD consistem na visita às Quintas e a monumentos, cruzeiros fluviais e viagens de comboio, visita a Museus e Centros Interpretativos, passeios pelas aldeias vinhateiras e participação em festivais ou eventos. Mas todas estas atividades só resultarão em benefícios para todos se assentes no potencial endógeno do território e das suas gentes e tendo sempre em consideração que o Douro não é destino para um turismo de massas (Andresen & Rebelo, 2013; Bernardo, 2018; Brambilla, 2015).

Em 2008, a região foi o primeiro destino mundial a implementar o SMED (System for Measuring Excellence in Destinations), pelo Centro Mundial de Excelência de Destinos<sup>66</sup>. O desempenho turístico do Douro revelou-se excelente em critérios relacionados com a segurança, bem-estar, gastronomia, ambiente e paisagem, cultura e património. Teve um

---

<sup>66</sup> <http://ced.travel/Article/24.html>. Consultado em 30 de julho de 2019.

desempenho também positivo na informação/acolhimento, alojamento e serviços de apoio. As áreas onde a classificação foi fraca foram a governança, marketing e vendas e a circulação interna; isto poderá estar relacionado com fatores como a dificuldade de mobilidade interna na região, falta de sinalização interna turística, ausência de elementos relacionados com o vinho nas localidades, o facto de a população e os proprietários das quintas, principais anfitriões da região, não possuírem ainda a sensibilidade e o conhecimento para a atividade turística, muito diferente da viticultura, a dificuldade de uma atuação conjunta entre os vários municípios e a demora no estabelecimento de uma marca global que represente a região e lhe crie valor (Correia & Brito, 2012).

Em 2010, a National Geographic Society atribuiu ao Douro o 7º lugar e a categoria *Best Rated Places*, entre 133 destinos internacionais de turismo sustentável, pelas excelentes condições em que se encontra e tendência a mantê-las (Andresen & Rebelo, 2013).

No entanto, apesar dos indicadores de evolução ténue do turismo na região, o estudo de Sousa *et al.* (2013) demonstrou que os índices de saturação regionais (a capacidade do destino para suportar acréscimos de procura turística) no ADV eram já bastante elevados. Isto demonstra a necessidade de preparar convenientemente as infraestruturas de apoio neste destino, se as entidades competentes pretenderem aumentar a procura turística.

O Douro é considerado por muitos um “museu vivo da cultura da vinha e do vinho” (Madureira, 2005:44). As estratégias de marketing turístico do Porto e Norte de Portugal e da CIM-Douro estão presentemente centradas nos recursos do território e nos Patrimónios da Humanidade, como o ADV e os Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Côa, interligando-os com outros elementos-chave como o vinho, a paisagem, a gastronomia, a segurança, o desporto e atividades ao ar-livre (Bernardo, 2018).

No entanto, recursos de marketing como os *sites* municipais – que têm a capacidade de chegar a um público vastíssimo – continuam ainda por explorar, dedicando-se quase exclusivamente às questões de cidadania e político-administrativas concelhias. Embora todos os municípios da CIM Douro tenham nos seus *sites* um espaço reservado ao turismo, Mota e Losada (2017) encontraram falhas mais ou menos transversais a todos eles, como a falta de uma tradução personalizada dos conteúdos, negligência com o aspeto dos *sites* e frequentes erros de programação ou desatualização dos conteúdos. A maioria refere “loais de beleza ímpar”, “gastronomia genuína”, “artesanato autêntico”, mas sem referir atrações

em concreto e, em vez de um discurso que apele à visita, enaltece-se os benefícios do turismo para o desenvolvimento do concelho, numa “confusão discursiva no que toca ao público-alvo, ignorando as expetativas deste em prol do enaltecimento do turismo como atividade geradora de riqueza para o município” (2017:63).

O Quadro 5 compara o desempenho da Região Norte e da RDD em alguns indicadores turísticos, nos últimos anos.

	Capacidade de alojamento (entre 2009 e 2018)	N.º hóspedes alojados (entre 2014 e 2018)	Estada Média (em 2017)	% Hóspedes Estrangeiros
Região Norte	+ 71%	+ 61%	1,8 dias	50,8
RDD	+ 100%*	+ 61%**	1,6 dias	18,4***

\* Número de camas na RDD passou de 2906 para 5819 entre 2009 e 2018;  
 \*\* Número de hóspedes na RDD em 2018 foi 530.725;  
 \*\*\* Média dos dados disponíveis.  
 Nota: O aumento da capacidade de alojamento pode dever-se ao facto de se ter começado a considerar os empreendimentos do tipo Turismo no Espaço Rural ou Turismo de Habitação (Bernardo, 2018).

Quadro 5 - Indicadores de desempenho turístico para a Região Norte e a RDD  
 Elaboração própria com base em PORDATA, 2019

Os índices de satisfação dos visitantes da Região estão dentro da média da Região Norte, em indicadores como Imagem, Recursos Turísticos e Preço Apercebido, tendo apenas uma classificação menos favorável nas Infraestruturas de Suporte ao Turismo (CCDR-N, 2011).

Ao longo dos últimos anos o rio Douro revelou-se um importante recurso estratégico para o turismo, sendo o único rio nacional com navios-hotel a operar e com poder de atração turística internacional. Em 2018, o número total de passageiros na Via Navegável foi 1.296.031. Em navios-hotel circularam mais de 85 mil passageiros, mas é o produto “cruzeiros na mesma albufeira + noturnos” que tem a maior fatia deste valor, com 994.031 passageiros.<sup>67</sup> Considera-se que a forte dependência deste tipo de turismo é uma das razões para a região padecer de tão forte sazonalidade (Bernardo, 2018).

A maioria dos visitantes da Região percebe o Douro como um destino essencialmente relaxante, o que confirma a dicotomia de atributos entre litoral e interior, sendo o primeiro

67

[http://douro.apdl.pt/f?p=100:6:1973717702834:::6:P6\\_PAGINA,P0\\_BREADCRUMB\\_MENU:VIA\\_NAV\\_E\\_ST.ESTATI](http://douro.apdl.pt/f?p=100:6:1973717702834:::6:P6_PAGINA,P0_BREADCRUMB_MENU:VIA_NAV_E_ST.ESTATI). Consultado em 18 de setembro de 2019.

percebido como sinónimo de diversão e animação e o segundo mais ligado à tranquilidade (Carvalho, Salazar & Neves, 2011; Pereiro, 2018).

Para Marques (s/d) a imagem de um território propício ao relaxe é uma imagem positiva mas, simultaneamente, a mais básica que se pode exigir a um destino, uma vez que representa a fuga mas não necessariamente a promessa de boas e memoráveis experiências. O fortalecimento da imagem e poder de atração turística da RDD poderá depender da combinação desta “aura” de relaxamento com a expectativa de sensações entusiasmantes, de estimulação intelectual (aprendizagem) e sensorial (experiências, degustações, etc.). Este autor sugere a recuperação do conhecido conceito de tentação usado no início do século passado nas publicidades dos Vinhos do Porto, para suscitar no visitante um interesse mais hedónico e afetivo pela escolha deste território.

Ao mesmo tempo, é necessário que os projetos assumam uma natureza mais *bottom-up*, isto é, que surjam numa dinâmica próxima da população, ao invés de serem impostos de cima para baixo. Vejamos o caso do projeto “Aldeias Vinhateiras”, que contemplou 6 aldeias da região com potencial patrimonial e turístico mas onde, apesar do investimento, da melhoria do aspeto geral das aldeias e seus edifícios históricos e de um aumento inicial do número de visitantes, não houve criação assinalável de postos de trabalho, nem o envolvimento das pessoas, para que se sentissem parte do projeto. A dinâmica iniciada não foi suficiente para alterar o desânimo da população perante o esvaziamento dos povoados, a fuga dos jovens, a falta de interesse pelo trabalho agrícola e a fraca iniciativa empresarial (Medeiros, 2010; Pereiro, 2018).

Medeiros conclui que “a capacidade de desenvolvimento de um território não depende só da existência de factores favoráveis, mas também da habilidade, da energia e da capacidade de inovação das populações e entidades locais” (2010:89). A autora sustenta que os lugares devem ser primeiro pensados como espaços de vida em comunidade (em todas as suas facetas, do trabalho ao lazer) e só depois como lugares de recreio abertos a visitantes.

Os apoios e financiamentos também têm sido cruciais para permitir a alguns proprietários de casas de quinta e solares a sua renovação e adaptação para fins turísticos. Esta conversão permite a sustentabilidade e manutenção desses imóveis e, por extensão, a preservação da qualidade da paisagem e do património arquitetónico regional. Pina (2013)

destaca estas práticas como exemplares, por valorizaram os espaços rurais sem alterar ou desvirtuar a sua natureza.

Quanto ao perfil do turista que visita a região do Douro, de um modo geral, Carvalho *et al.* (2011) identificaram alto poder de compra, nível académico e cultural elevado e a procura de experiências únicas e enriquecedoras. As motivações particulares apontadas foram muito díspares, não permitindo traçar um perfil, o que responde às características do público do Turismo Cultural, que é muito heterogéneo. A maioria dos visitantes admitiu a busca de lazer, sendo que apenas 55,2% dos observados tinham como principal destino o ADV, os restantes 44,8% aproveitaram a proximidade com o seu destino principal para conhecer também. Os cinco atributos mais mencionados na avaliação da visita foram as belezas naturais, a paisagem cultural património da humanidade, o espaço ao ar livre, a simpatia das pessoas e a atmosfera de tranquilidade.

Os problemas que os primeiros estudos turísticos conduzidos na região (em finais da década de 90) identificaram mantêm-se até ao presente: a sazonalidade, a baixa ocupação, a baixa empregabilidade e o individualismo das iniciativas dos agentes regionais. Por outro lado, estamos a entrar numa segunda geração de turismo rural, onde as sinergias e cooperações entre agentes são necessárias e vantajosas, e há preocupações com a sustentabilidade e atividades “verdes” (Pereiro, 2018).

## II.2.5. Análise SWOT

Com base nos dados apresentados nos pontos anteriores, compilámos no Quadro 6 os principais elementos que constituem os Pontos Fortes e Pontos Fracos, as Oportunidades e Ameaças para a Região do Douro. Se o Património é um Recurso Endógeno, nesta análise fica evidente que, apesar da abundância de património e recursos, estes precisam ser transformados em produtos, só dessa forma se tornarão atrativos e mais-valias.

ÁREAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Qualidade de Vida Tem a ver com o desenvolvimento sustentado do território, a sua capacidade de fixar população e de assegurar o acesso a bens e serviços.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evolução recente nas infraestruturas rodoviárias;</li> <li>• Forte Identidade Regional;</li> <li>• Centros de Emprego e Formação Profissional com conhecimento da realidade da região;</li> <li>• Estabelecimentos de Ensino Superior geradores de potencial humano altamente qualificado;</li> <li>• Qualidade ambiental;</li> <li>• Produção de energia de fontes renováveis;</li> <li>• Investimentos na requalificação urbana a todos os níveis;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fracas condições de mobilidade nas comunidades rurais;</li> <li>• Perda de serviços básicos de segurança pública e saúde;</li> <li>• Falta de animação sócio-cultural;</li> <li>• Baixo nível educativo e formativo da população;</li> <li>• Desemprego elevado;</li> <li>• Contexto estrutural de baixos salários e baixo poder de compra;</li> <li>• Fortes assimetrias interterritoriais;</li> <li>• Falta de envolvimento da população em projetos e ações;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de serviços de transportes coletivos urbanos;</li> <li>• Implementação e/ou dinamização de planos de animação social;</li> <li>• O turismo como gerador de postos de trabalho e aparecimento de novos serviços a ele associados;</li> <li>• Formação e qualificação de adultos;</li> <li>• Regeneração dos tecidos populacionais e criação de condições de habitabilidade e conforto;</li> <li>• Articulação e cooperação para surgimento de projetos com raízes locais;</li> <li>• Descentralização;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efeito túnel das grandes vias de comunicação;</li> <li>• Encerramento de linhas ferroviárias;</li> <li>• Crescente envelhecimento da população e desequilíbrio das infraestruturas sociais;</li> <li>• Aumento da taxa de desemprego;</li> <li>• Produz-se um produto nobre mas persistem problemas sociais e pobreza;</li> <li>• Precariedade na manutenção do posto de trabalho, agravado pela sazonalidade do mesmo;</li> <li>• Dificuldades na fixação da população;</li> </ul>
Atividade Empresarial Tem a ver com o desenvolvimento sustentado do território, a criação de emprego e a fixação da população; a atividade empresarial, a valorização dos recursos endógenos e a dinamização da atividade turística.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilidade de mercados para produtos tradicionais dos meios rurais;</li> <li>• Recursos naturais inexplorados;</li> <li>• Importantes empresas vinícolas e forte estrutura empresarial;</li> <li>• Possibilidade de complementaridade entre as unidades produtivas e atividades turísticas;</li> <li>• Práticas agrícolas mais sustentáveis e ecológicas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Poucos núcleos empresariais que promovam qualidade e inovação;</li> <li>• Micro-empresas familiares/artesanais;</li> <li>• Custos de produção elevados e baixos rendimentos;</li> <li>• Baixo nível de mecanização;</li> <li>• Setor cooperativo em crise;</li> <li>• Falta de recursos humanos jovens e qualificados;</li> <li>• Reduzido empreendedorismo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aposta na formação, qualificação e retenção dos recursos humanos;</li> <li>• Reforçar mecanismos de cooperação empresarial e aumento da competitividade;</li> <li>• Disponibilidade de incentivos financeiros para criação ou modernização das unidades empresariais;</li> <li>• Obtenção de rendimento suplementar através das atividades associadas ao turismo;</li> <li>• Beneficiar empresas com sede na região;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dependência da região face à fileira do vinho;</li> <li>• Forte competitividade do mercado dos vinhos;</li> <li>• Declínio da pouca indústria existente;</li> <li>• Crescente oferta de mão-de-obra estrangeira barata e desfasada das qualificações pretendidas;</li> <li>• Diminuição e/ou encerramento de estabelecimentos tradicionais;</li> </ul>
Recursos Endógenos Tem a ver com o	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de produtos de qualidade certificada;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desertificação;</li> <li>• Fraco circuito de produção e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversificação de produtos locais para exportação, com</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desaparecimento de atividades artesanais e tradicionais;</li> </ul>

desenvolvimento sustentado do território, valorização dos recursos endógenos e o reforço e diversificação da atividade empresarial.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos florestais e biodiversidade;</li> <li>Património genético das castas autóctones;</li> <li>Forte identidade cultural e vasto património imaterial;</li> <li>Artesanato típico;</li> <li>Gastronomia típica regional rica e variada;</li> </ul>	<p>comercialização;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Predominância da agricultura tradicional com custos de produção elevados;</li> <li>Falta de pontos de venda de produtos regionais;</li> <li>Poluição do rio, erosão das suas margens pela navegabilidade;</li> </ul>	<p>possibilidade de certificação DOP;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Obtenção de rendimento suplementar através das atividades associadas ao turismo;</li> <li>Aumento da produção de energias renováveis;</li> <li>Preservação dos ecossistemas, galerias ripícolas e matos mediterrânicos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desflorestação e extinção de ecossistemas;</li> <li>Ausência de consciencialização coletiva da importância das questões ambientais;</li> </ul>
Património Tem a ver com o desenvolvimento sustentado do território, a criação de emprego, a conservação e valorização do património rural e a dinamização da atividade turística.	<ul style="list-style-type: none"> <li>ADV – Património Mundial;</li> <li>Imagem valorizada da vinha em socacos e mosaico paisagístico;</li> <li>Parques Naturais;</li> <li>Riqueza patrimonial Histórico-Cultural, Arqueológica, Rural e Paisagística;</li> <li>Existência de infraestruturas culturais e recreativas (Museus, Centros Interpretativos, etc.);</li> <li>Práticas tradicionais – artes e ofícios;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fraca sinalética indicativa e interpretativa;</li> <li>Escassez de eventos culturais com atratividade turística;</li> <li>Insuficiente oferta associada ao meio natural;</li> <li>Estado de degradação de património edificado;</li> <li>Desmotivação de agentes e associações culturais;</li> <li>Falta de sofisticação da oferta cultural;</li> <li>Ausência de agenda cultural da Região;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de novas rotas e itinerários;</li> <li>Utilização das TIC para divulgação;</li> <li>Criação de centros de informação e apoio aos visitantes;</li> <li>Recuperação e adaptação de edifícios de interesse patrimonial a novas valências;</li> <li>Investimento em educação ambiental, patrimonial e cidadania;</li> <li>Articulação entre agentes locais;</li> <li>Criação de agenda intermunicipal da cultura;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa consciência cívica das populações para questões patrimoniais e ambientais;</li> <li>Perda da classificação de Património Mundial;</li> <li>Degradação das zonas ribeirinhas;</li> <li>Degradação de edifícios de interesse patrimonial;</li> <li>Falha em preservar a memória e a riqueza cultural;</li> </ul>
Turismo Tem a ver com o desenvolvimento sustentado do território, a criação de emprego, fixação da população, dinamização da atividade turística, conservação e valorização do património rural e diversificação da atividade empresarial.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rio Douro – canal navegável;</li> <li>Bons eixos viários inter-regionais;</li> <li>Forte articulação com o Porto;</li> <li>Unidades hoteleiras de qualidade;</li> <li>Imagem internacional de excelência do ADV e dos seus vinhos;</li> <li>Gastronomia típica de qualidade;</li> <li>Hospitalidade;</li> <li>Parques Naturais e vasto património classificado;</li> <li>Destino seguro;</li> <li>Aumento da qualificação dos profissionais do setor;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Destino “Douro” excessivamente concentrado no ADV;</li> <li>Falta de concertação entre agentes empresariais;</li> <li>Dificuldade em reter fluxos turísticos;</li> <li>Precariedade dos acessos internos e fraca sinalética turística;</li> <li>Forte sazonalidade;</li> <li>As mais-valias do turismo não são igualmente distribuídas;</li> <li>Dificuldades em criar e fazer valer a marca “Douro”;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Previsões da OMT de crescimento da procura por experiências ligadas ao território;</li> <li>Reconhecimento do potencial da região para o Turismo e existência de apoios financeiros;</li> <li>Abundância de recursos naturais, culturais e paisagísticos permite criação de produtos diversificados;</li> <li>Animação cultural em época baixa;</li> <li>Aproveitamento das potencialidades do comboio e estradas mais panorâmicas;</li> <li>Aumentar a oferta turística para a classe média;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Efeito túnel das grandes vias fomenta apenas a passagem pela região, em vez da paragem;</li> <li>Grande dependência dos operadores turísticos externos à região;</li> <li>Pouca consciência das populações para as oportunidades do turismo;</li> <li>Insuficiente qualificação da oferta turística;</li> <li>Primazia do individualismo resulta na pulverização de atuações, em vez de uma atuação regional em rede e escala;</li> </ul>

Quadro 6 - Análise SWOT para a RDD

Elaboração própria com base em Associação Douro Histórico <sup>68</sup>

<sup>68</sup> Disponível em [http://www.dourohistorico.pt/abordagem\\_leader/index.php?action=getDetalle&id=11](http://www.dourohistorico.pt/abordagem_leader/index.php?action=getDetalle&id=11). Consultado em 1 de agosto de 2019.

### Capítulo III – O MUSEU DO DOURO

*Mais do que um ponto de chegada, o Museu do Douro deverá ser um ponto de partida*  
(Rebanda, 2006:242).

A 20 de dezembro de 2018 completaram-se dez anos desde a abertura “oficial” do Museu do Douro, isto é, a abertura do seu edifício sede, a Casa da Companhia, após trabalhos de requalificação e adaptação do edifício setecentista às suas novas funções museológicas. No entanto, por essa altura, a história do Museu já era longa.

No seguimento da proposta de Lei dos deputados António Martinho e Lino de Carvalho, em 2 de dezembro de 1997 publica-se a Lei de criação do “Museu da Região do Douro”, cuja concretização viria a assentar no projeto elaborado por Gaspar Martins Pereira.

Enquanto *Museu de Território*, o MD não encerra os bens patrimoniais e objetos de estudo num só local ou edifício. Ao mesmo tempo, aquela designação exprime a comunhão com a rotina da região e dos seus habitantes. Esta “região”, como esclareceu Hobma (2014), não precisa de ser uma delimitação administrativa formal, mas uma área cuja coerência territorial tenha raízes em fatores históricos e geográficos.

Para o INE, Museu de Território é:

*Museu cujas coleções são representativas de um território específico, mais ou menos vasto e cuja ligação a esse mesmo território se concretiza através de um conjunto de ações em articulação com a comunidade e outras instituições locais.*<sup>69</sup>

As ações de um museu deste tipo devem estimular a capacidade interpretativa do visitante e motivar uma viagem – fluxos de gente e de capitais – pelo território.

Passamos a apontar as fases da implementação deste primeiro Museu de Território em Portugal, as suas valências e serviços, após o que procederemos ao balanço das ações realizadas na primeira década de funcionamento pleno.

---

<sup>69</sup> <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4467>. Consultado em 21 de setembro de 2019.

### III.1. Criação e Evolução



Figura 11 - Texto de João de Araújo Correia, em placa na entrada do MD  
Fonte: Museu do Douro

O “Museu da Região do Douro” foi criado pela Lei n.º 125/97 de 2 de dezembro (Anexo 1), como uma estrutura polinuclear distribuída por toda a região, “em toda a sua diversidade cultural e natural” (art.2º e 3º). As suas atribuições estão listadas no art.6º:

- a) *Reunir, identificar, documentar, investigar, preservar, conservar e exhibir ao público todas as fontes históricas e antropológicas, espirituais e materiais de todo o património cultural e natural da Região do Douro, em particular o ligado à produção, promoção e comercialização dos vinhos da Região do Douro [...];*
- b) *Promover e apoiar, em qualquer tipo de suporte, no País e no estrangeiro, a publicação, edição, realização e exibição de materiais e de estudos de carácter científico e ou divulgativo da Região, do seu património, do Museu e das suas colecções;*
- c) *Promover exposições, congressos, conferências, seminários e outras actividades de carácter semelhante.*

Esta Lei, ao mesmo tempo que prometia ao Douro “um território-museu” (Soeiro, 2006a:15), levantava o desafio da possibilidade de um processo museológico sobre um património evolutivo e vivo, em constante mutação e a receber contínuas influências exteriores, consideradas descaracterizadoras.

A este respeito, Soeiro (2006a) reflete no caso paradigmático que foi a emigração, como fuga à vida de penúria e analfabetização, e posterior regresso desses emigrantes, com as suas construções e formas de estar dissonantes. Parkhurst (1996:147) fala mesmo de uma economia-política e identidade “fraturadas pela imigração e retorno” mas, apesar do ruído causado por essas dissonâncias, não podemos deixar de as considerar testemunhos das vicissitudes sociais e fluxos de mobilidade empreendidos pela população.

O projeto museológico elaborado, sendo “filho da Nova Museologia”, integrou conceitos de museu, de território e de desenvolvimento. Ele não prevê o estudo compartimentado do Homem, dos objetos ou do cenário, mas a relação entre eles. E, se não for capaz de participar na dinâmica cultural, que a todo o momento ganha novos contornos e significados, o museu fossiliza-se e torna-se mero depósito de coisas velhas, sem qualquer ligação com a contemporaneidade (Varine, 2007).

Com a Missão de apresentar o território na sua diversidade paisagística, histórica e cultural, o MD cumpre o quinto princípio da Interpretação estabelecido por Tilden (1977), segundo o qual a interpretação deve apresentar “um todo”.<sup>70</sup>

Após um trabalho inicial de identificação dos principais símbolos de identidade regional, recursos patrimoniais e medidas de intervenção museológica a aplicar, a ação do MD começou a materializar-se no terreno, nomeadamente com a abertura da exposição programática “Jardins Suspensos”, em 2003. Iniciavam-se também levantamentos do vastíssimo património regional, que dariam origem a várias publicações (Soeiro, 2006a).

Quase uma década após a criação do Museu, o Decreto-Lei 70/2006 de 23 de março (Anexo 2) criou a Fundação Museu do Douro (FMD), por considerar ser essa a forma institucional mais adequada aos objetivos do MD (art.1º).

A FMD, pessoa coletiva de Direito Privado e utilidade pública, teria sede na Casa da Companhia, edifício histórico emblemático no Peso da Régua (art.2º), e como fins

*a promoção de actividades culturais, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, criado pela Lei n.º 125/97, de 2 de Dezembro (art.3º).*

---

<sup>70</sup> O autor enfatiza a expressão “um todo” e não “o todo”, pela importância da coerência e síntese na criação da imagem que é transmitida e apreendida pelo visitante.

O Decreto de criação da FMD estabelece também, pelas características e amplitude da missão do MD, a necessidade de uma colaboração estreita entre Estado, autarquias locais, instituições culturais, setor vitivinícola e do turismo e outras entidades públicas e privadas.

Em anexo ao Decreto-Lei, os Estatutos da FMD explicitam de que é constituído o Património da Fundação (art.4º), bem como os órgãos que a formam: Conselho de Administração, Conselho de Fundadores e Conselho Fiscal (art.7º).

Em 2007, em visita a Portugal e convidado a analisar o caso do Douro e o programa do MD à luz dos conceitos de Museu de Território e da Nova Museologia, Hugues de Varine concedeu que aquele é um exemplo mais ou menos único de um museu completamente dedicado não “a uma coleção, à arte, à antropologia, à etnologia, à arqueologia ou à história industrial, mas [...] ao desenvolvimento de um território, de uma região” (2007:2).

Para o “pai do Ecomuseu”, património e cultura são o capital de um povo/território. Capital que deve ser investido, tendo em vista a obtenção de uma mais-valia: o desenvolvimento. Por ser riqueza, a gestão desse património reveste-se de grande responsabilidade e, por isso, deve ser partilhada entre especialistas, instituições e os verdadeiros atores da vida no território: a população, a quem deve ser ministrada uma educação patrimonial (ou museologia popular), que lhe dê consciência da sua herança (2007).

As expectativas para o MD foram que fosse capaz de se organizar como:

- Um centro de recursos, de documentação, constituindo um banco de dados;
- Uma central de dados, trabalhando em rede e disponível para receber contribuições e partilhá-las, sendo ponto de referência para as competências técnicas no domínio da museologia;
- Um lugar com importância económica, apoiando os promotores de iniciativas culturais ou económicas;
- Um pólo de dinamização do seu território (Varine, 2007).

O especialista conclui que “este tipo de museu é um processo a longo prazo e sustentável” (2007:8). No capítulo IV passaremos à análise das atividades e ações empreendidas pelo MD na última década e tomaremos estes pressupostos como referência para compreender se este tem cumprido com o que se idealizou.

### III.1.1. Gestão e Financiamento

A FMD contou desde a sua criação com dotações da parte do Estado (Ministério da Cultura) e do conjunto de Fundadores, entre eles os Municípios da RDD e várias entidades, públicas e privadas, relevantes a nível regional e nacional. Ao longo dos anos, mais fundadores se juntaram ao projeto e, desde 2017, o título de Fundador Honorário assinala o reconhecimento pela dedicação demonstrada por algumas pessoas ao serviço da Fundação. A lista dos Fundadores até ao final de 2018 pode ser encontrada no Anexo 3.

A FMD conta na sua lista de ativos com:

- Dotação anual do Ministério da Cultura, Autarquias e restantes Fundadores;
- Direito de uso dos imóveis Casa da Companhia, Teatrinho e Armazém 43 (por 30 anos);
- Subsídios públicos e comunitários, resultantes de candidaturas a projetos culturais;
- Bens obtidos por doação, legado ou cedência e
- Rendimentos de bens próprios ou prestação de serviços.

Salientamos que o modelo fundacional garante ao Museu do Douro uma grande independência que, por exemplo, os Museus Nacionais não têm ao nível da gestão dos seus recursos. Isto permite à gestão do MD uma maior orientação para o mercado e o turismo, como é o caso da decisão de não fechar às segundas-feiras, uma vez que o fluxo de visitantes justifica que o museu esteja aberto todos os dias. Consideramos também que o facto de dispor de fontes de financiamento públicas, privadas e de empresas atesta a validade e relevância do MD, dando uma maior projeção à sua imagem.

2006 e 2007, anos iniciais da FMD, foram dedicados ao desenvolvimento de ações de organização interna e estrutural, constituição da equipa de trabalho e lançamento das primeiras atividades para prossecução da Missão do MD.

*Nos últimos 20 anos há uma evolução, e uma evolução é sempre uma coisa positiva até aos dias de hoje. Mas acho que devemos dividir isto em duas etapas, uma antes do museu ter uma estrutura física e uma depois do museu ter essa estrutura (Arquiteto Fernando Seara, Diretor do MD em entrevista ao Jornal Viva Douro, 14/12/2017).<sup>71</sup>*

---

<sup>71</sup> <http://www.public.vivadouro.org/em-destaque/fernando-seara-gostava-que-esta-fosse-uma-regiao-mais-equilibrada-e-que-o-museu-tivesse-ai-um-forte-contributo/>. Consultado em 28 de outubro de 2019.

A 20 de dezembro de 2008 inaugurou-se a Sede do Museu do Douro, marcando o início de uma atividade mais regular e estruturada, tendo em vista o estabelecimento efetivo do Museu no seu Território. A abertura deste “equipamento de grande qualidade posto ao serviço da Região” (Relatório de Atividades e Contas 2008) alcançou grande visibilidade, associada à grande exposição inaugural, que celebrou a vida do Barão de Forrester.

Os serviços, que funcionavam em sede provisória, passaram a funcionar em pleno e houve um incremento exponencial da atividade, por se dispor agora de condições físicas de excelência.

Nestes primeiros anos de funcionamento, os esforços da gestão foram no sentido de expandir o conceito de Museu de Território, mantendo um programa de animação regular na sede, ao mesmo tempo que se marcava presença em vários pontos da região, nomeadamente com as exposições itinerantes (Relatório de Atividades e Contas 2009 e 2010).

Em simultâneo, e tendo em vista a diminuição da dependência financeira do Museu, mantiveram-se fortes campanhas de angariação de fundos, aumento das receitas próprias (vendas na loja, bilheteira, serviços de restauro, aluguer de espaços e organização de eventos), redução dos custos (racionalização dos recursos, otimização dos recursos humanos e das atividades desenvolvidas) e estabelecimento de parcerias.

O contexto externo desfavorável, sobretudo a partir de 2010, fragilizou a situação financeira e obrigou à diminuição da diversidade de atividades expositivas e de animação, nomeadamente no âmbito do grande ciclo de exposições “Rios Douro”, nas incorporações previstas no Arquivo e no programa dos Núcleos do MD.

Em 2011, a inauguração da exposição dedicada a D. Antónia Adelaide Ferreira trouxe a possibilidade de renovar a dinâmica e visibilidade do Museu. Tornava-se também necessário cumprir as insuficiências do marketing e da comunicação, que até aí haviam sido colmatadas pelos recursos internos do MD. Estes esforços, associados a um melhor cumprimento por parte dos fundadores, levaram a que esse ano marcasse uma mudança na dinâmica financeira, sendo o primeiro, desde a criação da FMD, em que os resultados do exercício foram positivos (Relatório de Atividades e Contas 2011).

Em setembro de 2012, a proposta de extinção da FMD, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 79-A/2012 de 25 de setembro, travou algumas atividades com fundadores e parceiros e deixou a Fundação numa situação de incerteza, tanto ao nível da equipa, como da relação com fornecedores, clientes e parceiros (Relatório de Atividades e Contas 2012).

Em 2013 houve uma revisão dos Estatutos da Fundação mas continuou-se o esforço de coordenar a cooperação entre fundadores públicos e privados, garante do espírito de criação do MD. O reconhecimento da ação da FMD por parte de entidades privadas, associado ao crescente envolvimento das autarquias locais, é atestado da relevância do MD para o desenvolvimento do território (Relatório de Atividades e Contas 2013).

As alterações decorrentes da mudança de estatuto da FMD ditaram a redução da dotação da Secretaria de estado da Cultura em 30%.

Em 2014 foi reavaliada a resolução de extinção da FMD enquanto entidade gestora do MD, uma vez que se demonstrou que o modelo fundacional é o “que mais se ajusta à representatividade territorial e diversidade institucional dos seus fundadores” (Relatório de Atividades e Contas 2014). Seguindo o estabelecido pela Lei-Quadro das Fundações<sup>72</sup>, a FMD passou a ser enquadrada como Fundação Pública de Direito Privado e designada Fundação Museu do Douro, F.P., mantendo-se, até resolução em contrário, a autonomia administrativa e financeira da Fundação (Decreto-Lei n.º 16/2015 de 2 de fevereiro, que pode ser encontrado no Anexo 4).

Esta mudança estatutária também acarretou mudanças orgânicas e nos órgãos sociais: o Conselho de Administração passou a Conselho Diretivo, o Conselho de Fundadores passou a Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal passou a Fiscal Único.

Em 2014 inaugurou-se a nova exposição permanente “Douro: Matéria e Espírito” (DME), “estruturada como um roteiro histórico, geográfico e patrimonial da Região Demarcada do Douro e do Alto Douro Vinhateiro” (Relatório de Atividades e Contas 2014:3). Por apresentar as ligações entre os elementos constituintes do mosaico paisagístico e histórico da região, esta exposição incorpora a essência do Museu de Território, onde o todo é maior do que a soma das partes, segundo o preconizado por Hobma (2014).

---

<sup>72</sup> Lei n.º 24/2012 de 9 de julho.

Este evento, associado à colocação de mesas interpretativas da paisagem em alguns miradouros da região, e ao início do projeto “Sons do Douro”, assinalou uma evolução ao nível do discurso e da imagem do MD no seu território.

A ação do Museu continuou, insistindo sobretudo no reforço da presença no território, na organização e difusão de conhecimento (com destaque para as publicações e melhoria do *site* do museu), e na construção conjunta entre os vários serviços do Museu de um Arquivo Documental e Visual de referência nacional e de acesso livre.

Ao longo dos últimos anos tem crescido o número de visitantes e de serviços prestados, além de ter havido um reforço da sustentabilidade, com a entrada de novos fundadores privados.

No ano de 2017 foram dados mais dois passos essenciais na valorização e qualificação do MD, com a entrada na Rede Portuguesa de Museus (20 de junho, Despacho em DR 5977/2017) e a Classificação do edifício-sede, a Casa da Companhia, como Monumento de Interesse Público (17 de outubro).

Em 2018, no âmbito do projeto “Museu do Douro INclusivo”, melhorou-se o conteúdo e a acessibilidade à exposição DME, pela disponibilização de audioguias em Português, Inglês, Francês, Espanhol, Língua Gestual Portuguesa e Língua Gestual Internacional (estando em vias de ser disponibilizada a audio-descrição para invisuais e amblíopes). Também se alargou o percurso da visita, que passou a incluir os espaços técnicos da Conservação e Restauro, dando a oportunidade ao visitante de conhecer o Museu para lá das exposições.

Também em 2018 o MD preparava-se para assumir a presidência da Rede de Museus Portugueses do Vinho no triénio seguinte, tendo-se efetivado a eleição a 11 de janeiro de 2019.<sup>73</sup>

O Organograma da Figura 12 demonstra a estrutura orgânica do Museu, que se mantém desde a mudança estatutária de 2014 até ao presente.

---

<sup>73</sup> <http://ampv.pt/noticias/museu-do-douro-preside-a-rede-de-museus-portugueses-do-vinho/>. Consultado em 15 de setembro de 2019.

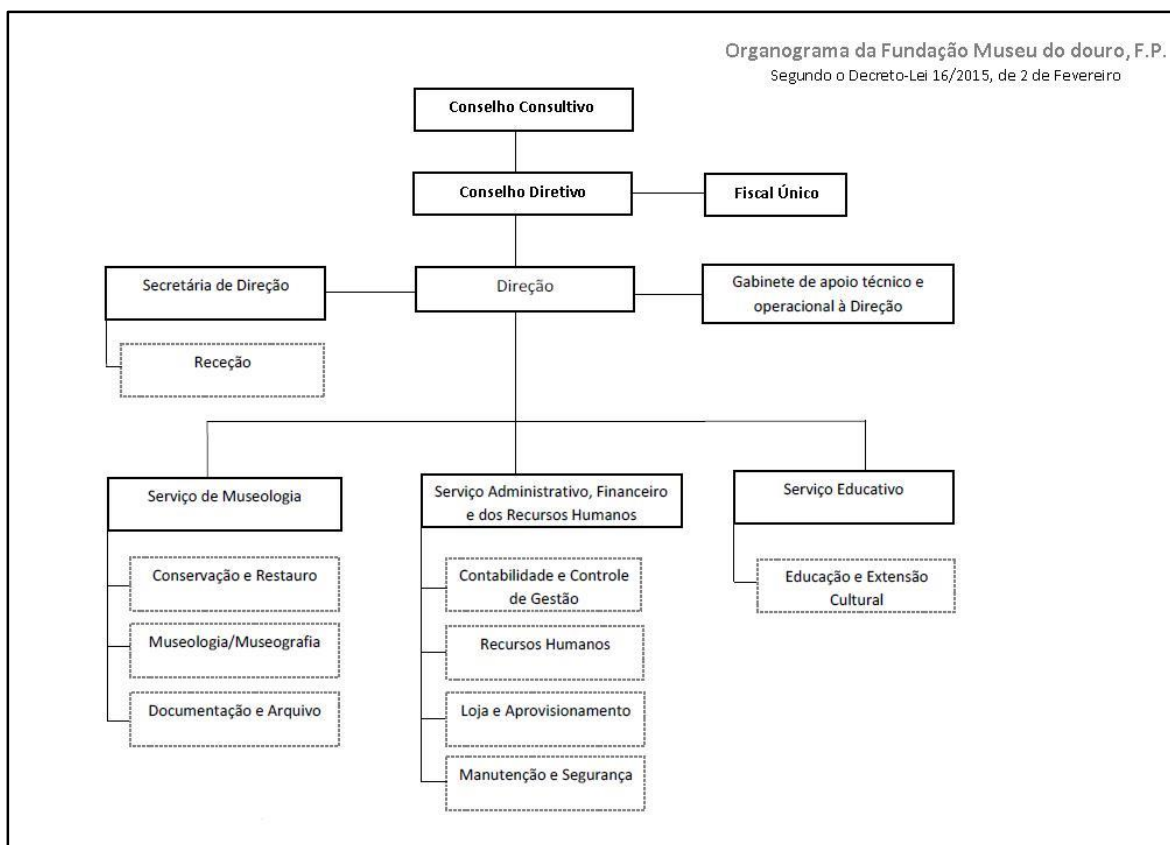


Figura 12 - Organograma da Fundação Museu do Douro  
Elaboração própria com base em documentação do MD

Embora a estrutura orgânica do MD esteja organizada por Serviços, todas as ações são desenvolvidas com a contribuição e atuação conjunta das várias áreas de especialização.

Ao nível da situação financeira, não se pretende aqui fazer uma exposição detalhada do desempenho e movimentos financeiros da FMD mas apenas demonstrar dois aspetos essenciais:

- Que um Museu de Território, pela sua Missão complexa e território de influência tão vasto, necessita receber dotações da Tutela Pública Central (Ministério da Cultura) e Local (Autarquias), e também de privados (agentes empresariais ou mecenas);
- E que a estrutura a suportar é de tal forma complexa e abrangente que as receitas geradas pela bilheteira, loja, prestação de serviços, alugueres e concessões, não bastam para garantir a autossuficiência.

Os primeiros anos de funcionamento da FMD apresentaram resultados negativos, como é de se esperar quando se implementa este tipo de estrutura. Houve um investimento avultado ao nível da requalificação do edifício sede, aquisição de equipamentos de

qualidade adequados às funções museológicas e, durante boa parte deste processo não existiram receitas próprias significativas, uma vez que não existiam ainda exposições de grande visibilidade nem estrutura para prestação de serviços.

No final de 2008 as receitas próprias constituíam apenas 1,5% do total de proveitos. Por outro lado, houve custos avultados com a aquisição de um imóvel para as Reservas do Museu e preparação da exposição permanente “Memória da Terra do Vinho”.

A partir de 2009, com as exposições e serviços a funcionar em pleno, deu-se um aumento substancial das vendas e receitas próprias, no entanto, o contexto de crise generalizada levou ao atraso no recebimento das dotações fundacionais. A necessária limitação dos programas expositivos e de animação levou a uma ligeira queda no número de visitantes e das receitas da bilheteira. Apesar da diminuição dos custos ter sido na ordem dos 20%, o resultado foi negativo.

Em 2011, pela primeira vez, as contas foram encerradas com um saldo positivo, o que é demonstrativo do esforço aplicado no ajustamento da estrutura de custos e rendimentos do MD, bem como um melhor cumprimento das dotações fundacionais, no entanto, em 2012 volta a gerar-se uma situação delicada perante a ameaça de extinção da Fundação.

No ano de 2013, o esforço empreendido ao longo dos anos anteriores voltaria a ser recompensado quando, mesmo com uma redução de 30% na dotação do Estado, a FMD conseguiu encerrar o exercício com resultados positivos.

A partir de então, e apesar de pontuais atrasos ou recebimentos parciais das dotações fundacionais, os exercícios têm encerrado com resultado positivo. Ultrapassado o processo de adaptação ao novo estatuto, o desempenho da FMD tem sido assinalável, nomeadamente ao nível das receitas próprias geradas (que, em 2016, cresceram em 42,3%), o que confirma a adequação do modelo de gestão fundacional à estrutura do MD.

“Não estando na génese das instituições sem fins lucrativos a obtenção do lucro para os seus associados, patronos ou fundadores, mas sim a concretização dos objetivos e missão para a qual foi instituída”, não deixa de ser importante “a capacidade das mesmas de gerar recursos para a sua renovação ou adaptação a novos ciclos económicos” (Relatório de Atividades e Contas 2017:62).

Apresentamos de seguida o Quadro 7, que resume a estrutura de custos e receitas da FMD e dois gráficos (Gráfico 1 e 2), ilustrativos da situação financeira no período 2008-2018, conforme o que descrevemos nos últimos parágrafos:

	Receitas				Custos		
	Próprias	Dotações	FEDER	Donativos	FSE	Pessoal	Amortizações
2008	1,5%	49,7%	41,1%	5,4%	53,3%	38,6%	6,3%
2009	9,5%	31,4%	48,8%	9,1%	48,1%	26,2%	21,8%
2010	16,7%	55,0%	19,3%	8,4%	36,1%	32,2%	27,5%
2011	14,8%	57,9%	12,2%	14,6%	30,8%	33,7%	30,5%
2012	13,2%	50,1%	31,5%	4,1%	30,5%	33,3%	30,5%
2013	11,9%	32,8%	44,4%	7,2%	51,1%	23,9%	20,1%
2014	19,0%	49,7%	31,0%	0,1%	30,2%	35,3%	29,5%
2015	24,2%	66,4%	4,9%	4,5%	15,5%	42,7%	34,7%
2016	33,0%	62,1%	0,0%	3,9%	18,2%	38,9%	31,8%
2017	32,0%	62,2%	0,0%	2,8%	23,2%	46,8%	22,9%
2018	30,4%	59,8%	5,4%	3,5%	26,7%	46,2%	20,6%

Quadro 7 - Estruturas de Custos e Receitas da FMD entre 2008 e 2018  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

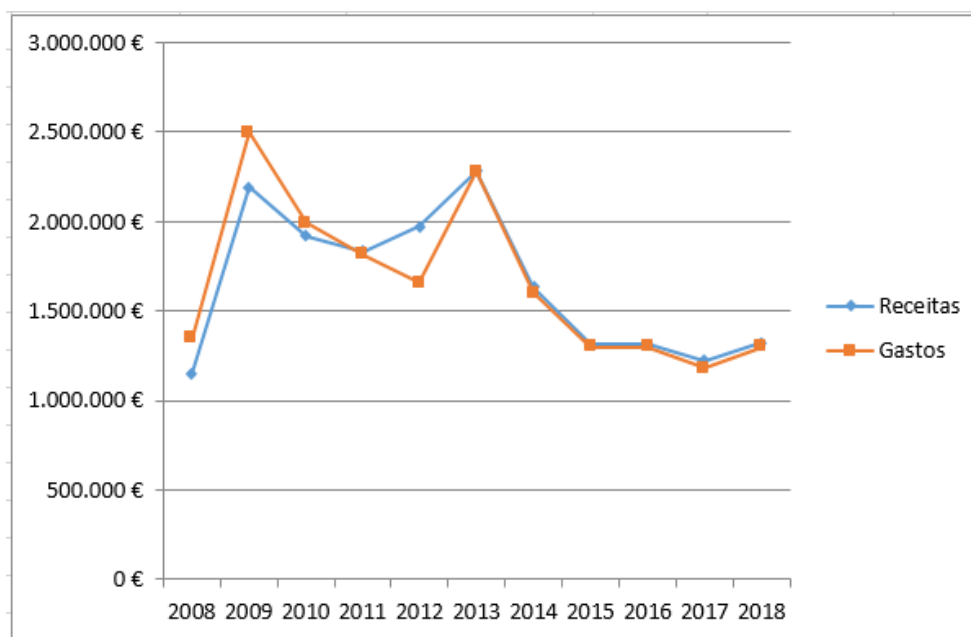


Gráfico 1 - Evolução dos Custos e Receitas da FMD entre 2008 e 2018  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD



Gráfico 2 - Resultados Financeiros da FMD entre 2008 e 2018  
 Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

Cabe ainda neste ponto uma referência a um outro órgão de gestão e divulgação significativo na organização dos programas de muitos museus: a Associação de Amigos.

A Associação dos Amigos do Museu do Douro teve um papel crucial no período que antecedeu a criação da FMD, enquanto modelo de gestão para o Museu do Douro. Foi ela que assegurou a continuidade e viabilidade dos programas expositivos e de ação cultural do Museu na sua fase mais incipiente e funcionou como um órgão de gestão no período que mediou o término da atuação da Estrutura de Projeto do Museu do Douro e a efetiva criação da FMD.

A partir desse momento, toda a programação do MD passou a estar a cargo da FMD, pelo que a Associação diminuiu gradualmente as suas atividades, não havendo ações a destacar no período que estamos a analisar.

### III.1.2. O edifício sede

Sendo uma estrutura polinuclear, o MD estabeleceu a sua Sede num edifício emblemático, situado em plena marginal do Peso da Régua, capital institucional histórica da RDD, onde se localizava, primeiro, a sede regional da Companhia Pombalina; mais tarde, a Casa do Douro e a delegação regional do Instituto do Vinho do Porto; e, hoje, a sede do IVDP.

O projeto da autoria do Arquiteto Duarte Cunha preparou o edifício do século XVIII, que podemos ver na Figura 13 e que servia de sede regional da Companhia (CGAVAD), às novas funções.



Figura 13 - A Casa da Companhia  
Fonte: Museu do Douro

Enquanto órgão regulador, o edifício servia funções administrativas e comerciais, tinha um tribunal para lidar com processos decorrentes de litígios, fraudes e adulterações, áreas de vinificação e armazenamento de vinho, bem como alojamento temporário para funcionários e viticultores que se deslocassem à Régua vindos de longe. Mais tarde, perdidos os poderes de regulação e convertida a Real Companhia Velha numa empresa vitivinícola, o edifício manteve funções de vinificação e armazenamento, até que se iniciaram as diligências para a sua aquisição por parte do Estado, aquando da criação do

MD.<sup>74</sup> Concluídos os trabalhos de recuperação do imóvel, a sede do Museu do Douro pode ser observada na Figura 14.



Figura 14 - A Casa da Companhia em 2008  
Fonte: Museu do Douro

O edifício é composto por 6 pisos, que se distribuem aproveitando o desnível natural do terreno, sendo dois deles parcialmente subterrâneos (Manual de Conservação Preventiva do MD, 2014).

A zona de acesso à rua marginal, antigo acesso da Casa ao cais de embarque, constitui o espaço da garagem do Museu, aberta aos visitantes.

O Piso -1 tem os espaços de Reservas do MD, além de um espaço de exposições temporárias – a Galeria Adriano Ramos Pinto, à qual se acede a partir do exterior.

No Piso 0, um espaço exterior de jardim/esplanada conduz à entrada principal do edifício, que dá acesso aos espaços da Receção, Loja e sala de exposições principal ou permanente. Também neste piso encontramos o Arquivo.

O Piso 1 tem a continuação do espaço de exposição permanente e todo o Serviço de Museologia, composto por Museologia, Conservação e Restauro e Centro de Informação

---

<sup>74</sup> <http://www.museudodouro.pt/museu-douro-oedificio>. Consultado em 4 de agosto de 2019.

(Biblioteca e Arquivo). Desde dezembro de 2018 o percurso expositivo do MD passou a incluir uma passagem por estes espaços e dar a conhecer os serviços técnicos do museu, numa iniciativa intitulada “O outro lado do Museu”.

A ala central do edifício, sala de exposição permanente, tem a particularidade de “possuir iluminação artificial e natural, uma vez que grande parte da cobertura é constituída por uma claraboia. Esta está revestida com um filtro de barreira UV (3M), saídas de emergência de fumo e tela *blackout* regulável por sistema elétrico” (Manual de Conservação Preventiva do MD, 2014:11).

No Piso 2 encontramos espaço de Restaurante e Wine-Bar, este último, um espaço multifacetado e que serve diversos propósitos não só ao serviço do Museu, mas em cedências a terceiros. Também aqui encontramos a Sala de Leitura, que é um espaço disponibilizado a organizações como a Confraria dos Vinhos do Douro ou a Associação dos Amigos do Douro Património Mundial, para prossecução dos seus objetivos.

Por último, no Piso 3, funcionam os serviços administrativos e a Direção do Museu.

Num edifício contemporâneo, construído ao lado da sede do MD aquando da reabilitação da Casa da Companhia e revestido com painéis de xisto, funciona o Serviço Educativo (SE), com espaço de escritório e sala multiusos.

No Anexo 5 disponibilizamos uma brochura elaborada pelo MD com informação acerca da história do imóvel.

### **III.1.3. Núcleos Museológicos e Rede de Museus do Douro**

Se, por um lado, a Lei de criação do MD estabeleceu que este seria uma estrutura polinuclear, o Decreto de criação da FMD também definiu logo ao início que o funcionamento desta entidade estaria assente num bom trabalho em rede – com o Estado, as autoridades locais, instituições regionais da cultura, o sector empresarial e, sobretudo, com outras instituições museológicas.

Uma Rede de Museus garante a cooperação, partilha de experiências e melhoria dos desempenhos e qualidade das estruturas museológicas disseminadas pelo território.

Aproveitamos aqui a oportunidade para esclarecer a diferença entre uma Rede de Museus e Núcleos Museológicos: uma estrutura polinucleada organiza-se segundo uma hierarquia com um núcleo-sede e um ou mais núcleos dele dependentes, mas constituem, para fins estatísticos, uma única unidade museológica; numa estrutura de trabalho em rede, os vários museus são unidades por si só, mais ou menos independentes e autónomos entre si (Neves *et al.*, 2013).

Este trabalho em rede prevê benefícios recíprocos, onde o MD recebe a colaboração destas entidades, ao mesmo tempo que lhes fornece os saberes e apoios técnicos para que se tornem mais relevantes e qualificadas.

Em 2005, Soeiro apresentou uma primeira visão sobre o conjunto de museus ou projetos ditos museológicos existentes na Região. Na época, três das quatro sedes de distrito tinham um museu do Estado, sendo Vila Real a exceção. Também excepcional era o caso do Museu de Lamego, devido à forte tradição histórica e cultural da cidade-sede de Bispado, sendo este o único museu nacional efetivamente dentro do território da RDD. De um modo geral, embora existisse um número significativo de museus de iniciativa municipal, de associações culturais/sociais ou de empresas, a maioria deles carecia de qualidade ou critério na seleção das peças constituintes das suas coleções, ou do tratamento técnico adequado na sua inventariação, exposição ou conservação.

Posto isto, uma das primeiras intervenções realizadas pelo MD foi no sentido de convocar encontros para preparar as bases de uma futura Rede de Museus.

Hoje, o MD coordena a Rede de Museus do Douro, ou MuD: "uma plataforma de encontro e diálogo entre as diferentes instituições museológicas, para-museológicas e de âmbito cultural, públicas e privadas, a operar na Região Demarcada do Douro".<sup>75</sup> O envolvimento de várias iniciativas num projeto cultural comum alavanca a valorização e o desenvolvimento da comunidade e da região duriense.

Esta plataforma permite aumentar a oferta cultural na região, aumentar o grau de divulgação das iniciativas, facilitar informação e entajuda técnica entre os membros que, à data da realização deste estudo, eram 49. A lista atualizada e uma breve descrição de cada um estão disponíveis em: <http://www.museudodouro.pt/membros>.



Figura 15 - Logo da Rede de Museus do Douro  
Fonte: Museu do Douro

---

<sup>75</sup> <http://www.museudodouro.pt/rede-museus-douro>. Consultado em 4 de agosto de 2019.

### III.2 – Caracterização formal do Museu do Douro

Terminamos o Capítulo de apresentação do MD com uma caracterização formal sumária, segundo o modelo usado por Neves *et al.* (2013), baseado nos critérios do IMUS (Inquérito aos Museus do INE) e da BdMuseus do Observatório das Atividades Culturais.

Variáveis de Caracterização:

1. Tutela: Mista (Fundação Pública de Direito Privado)
2. Tipo: de Território
3. Região: Douro
4. Ano de Abertura: 2008
5. Ano de Criação: 1997
6. Recursos Humanos: Responsável(eis) – Presidente do Conselho Diretivo e Diretor;  
Pessoal: quadro próprio constituído por 26 colaboradores – pessoal técnico e 3 coordenadores nas áreas da Museologia, Serviço Educativo e Financeiro;
7. Outros Recursos: Orçamento Próprio: Sim;  
Recursos Informáticos: computadores, *software* de gestão, faturação e arquivo;
8. Acervo: localizado em edifício; Tipo dominante: etnografia (90%);  
Formas de registo: Livro de Inventário Geral, registo em suporte informático (base de dados) e registo fotográfico;
9. Instalações: próprias (edifício da Panificadora e uso por 30 anos dos imóveis Casa da Companhia, Teatrinho e Armazém 43);  
Porcentagem da superfície da Sede dedicada a reservas e a exposições: 5% e 39%, respetivamente;
10. Sistemas de Segurança: sistema anti-roubo, sistema anti-incêndio, sistema de videovigilância e segurança privado;
11. Parcerias: sim;
12. Associação de Amigos: sim;
13. Logotipo:



Ao nível da relação com os visitantes, os critérios são:

1. Salas de exposição: uma sala de exposição permanente e duas salas de exposição temporária (hall da receção e Galeria Adriano Ramos Pinto);
2. Espaços públicos: receção, loja, winebar/sala polivalente, restaurante, jardim/esplanada;
3. Funcionamento: todos os dias, exceto 1 de janeiro, 1 de maio e 25 de dezembro.  
Horário de Inverno (novembro a fevereiro): aberto das 10h às 17h30;  
Horário de Verão (março a outubro): das 10h às 18h.
4. Serviço Educativo: sim
5. Atividades para visitantes: visitas guiadas, provas de vinhos (Laboratório de Sabores), palestras, ações dirigidas a público escolar (oficinas, percursos), conferências e *workshops*, espetáculos, publicações (folhetos, roteiros/guias, catálogos, monografias, newsletter eletrónica, CD/DVD, postais, mapas/cartazes);
6. Suportes de publicidade: *outdoors*, inclusão do museu em guias/agendas culturais;

Os parâmetros relacionados com os números de visitantes:

1. Classificação segundo escalão de visitantes: grande museu (mais de 20.000 visitantes anuais);
2. Controlo de visitantes: sistema de bilhética, *software* Primavera;
3. Volume de visitantes: (2018) 55.559 visitantes, distribuídos da seguinte forma:

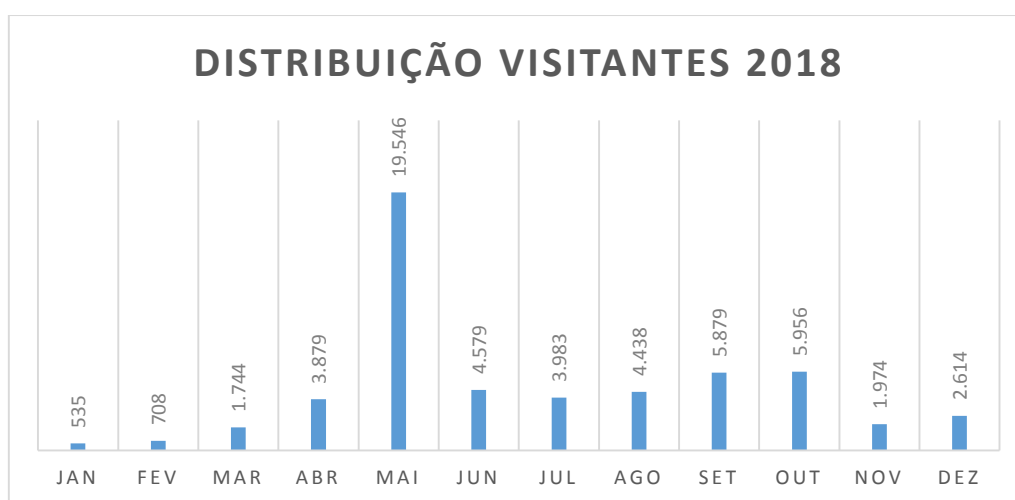


Gráfico 3 - Distribuição do volume de visitantes de 2018 por meses  
Elaboração própria com base em dados do MD

Nota: o volume de visitantes de maio deve-se ao evento da Meia Maratona (15.000 participantes)

## **Capítulo IV – ANÁLISE DA ATIVIDADE DO MUSEU DO DOURO 2008|2018**

Propomo-nos analisar todas as atividades e ações promovidas pelo MD durante a primeira década de funcionamento pleno, desde a abertura da sua Sede, a 20 de dezembro de 2008, até ao fim de 2018.

Para esta análise, recorreremos numa primeira fase à leitura dos Relatórios de Atividades e Contas da Fundação Museu do Douro, disponíveis no *site* do MD. A informação que daí extraímos foi depois enriquecida pela leitura de notícias publicadas acerca das atividades realizadas, análise a registos e correspondência (interna e externa) e às publicações do MD (convites para inaugurações/eventos e publicações de divulgação de programas culturais). Dessa leitura, apresentamos aqui por tipo de atividade e por ordem cronológica todas as ações desenvolvidas pelo MD ou em parceria com outras entidades, e que reflitam os efeitos que este Museu produziu no território ao longo da última década.

Mais do que uma simples análise de atividades e impactos, pretende-se com este trabalho demonstrar de que modo a missão do Museu de Território está a ser desenvolvida.

## **IV.1 - Exposições**

Como afirmou Rivière (1989), os espaços expositivos são, em qualquer museu, o lugar por excelência de encontro entre o visitante e o património. No MD, por ser um Museu de Território, a exposição não encerra os bens patrimoniais entre as suas quatro paredes, mas constitui uma (a)mostra representativa e ferramenta de interpretação para o património que se encontra fora de portas e disperso pela região.

No ponto 1 deste Capítulo elencamos e descrevemos, de modo sucinto, as Exposições Permanentes, Temporárias e Itinerantes que estiveram patentes durante a primeira década de funcionamento da Sede do MD. A contagem do número de visitantes por exposição é irrelevante na nossa análise, uma vez que o bilhete de ingresso no Museu é um bilhete geral, de acesso a todos os espaços expositivos. Para aferir o número de visitantes de cada exposição, o Museu procede normalmente à contagem dos bilhetes emitidos durante o período em que a mesma esteve patente.

#### IV.1.1 – Exposições Permanentes

No período em análise, o MD exibiu duas grandes exposições permanentes, dedicadas à diversidade natural e cultural do território.

**Memória da Terra do Vinho** – maio de 2008 a janeiro de 2014.

Elemento essencial do projeto inicial do MD, esteve instalada no Armazém 43, mas o estado de degradação do imóvel, associado à necessidade de atualização de conteúdos e à vontade de apresentar a exposição permanente no edifício sede, motivaram o encerramento deste espaço.

**Douro: Matéria e Espírito** – inaugurada a 14 de março de 2014. “Porta de entrada” para os visitantes na Região, esta exposição ocupa os dois pisos da sala central do edifício sede do MD e está organizada como um síntese temporal e geográfica da RDD e do seu principal produto, o vinho. Recebeu contribuições de entidades como o IVDP, a Estrutura de Missão Douro/Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Norte (EMD/CCDR-N), a EDP, a Comboios de Portugal (CP), produtores e empresas de vinhos, e outros museus da região.

A exposição foi concebida de modo a poder ser desenvolvida ao longo do tempo. Em 2015 foi criado, com a colaboração do Departamento de Genética e Biotecnologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), o núcleo dedicado às castas e à diversidade genética regional, onde se apresentam culturas de videiras *in vitro*, como se pode ver na Figura 16. Em 2017 estudaram-se os conteúdos da exposição em Língua Gestual Portuguesa, com três alunos do Curso de Multimédia da Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia (ESJAC). Em 2018 criou-se o núcleo do azeite e melhorou-se a



Figura 16 - Culturas *in vitro*  
Fonte: Relatório de Atividades 2015

acessibilidade, com a implementação de audioguias em Português, Inglês, Francês, Espanhol, Língua Gestual Portuguesa, Língua Gestual Internacional, e Audio Descrição para invisuais ou amblíopes (este último disponibilizado em 2019).

Parte integrante desta exposição é o filme “Gigantes do Douro”, realizado por André Valentim Almeida, com recurso a filmes identificados em vários arquivos que retratam os construtores da região do Douro ao longo de um século (1914-2013).

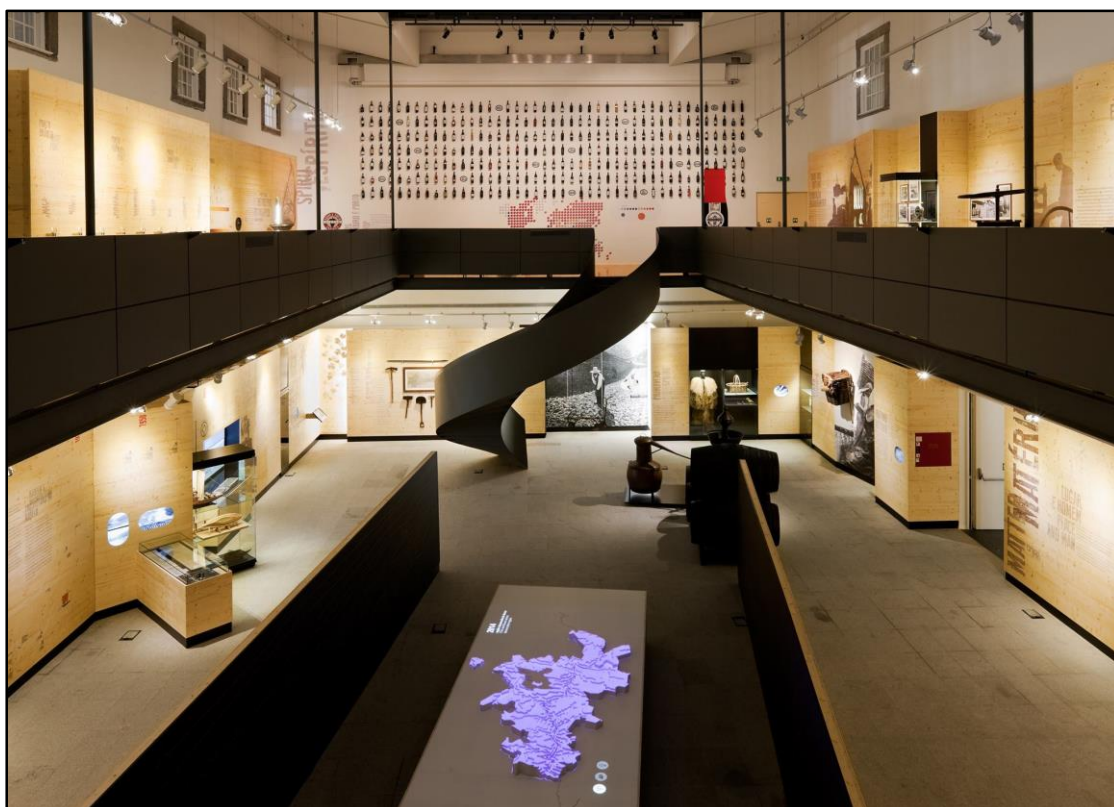


Figura 17 - Exposição *Douro: Matéria e Espírito*  
Fonte: Museu do Douro

#### IV.1.2 – Exposições Temporárias

De produção própria ou em parceria com outras instituições, as exposições temporárias privilegiam as temáticas relacionadas com a RDD. No sentido de dar também um contributo para a divulgação das artes contemporâneas e das temáticas globais entre os habitantes do território, o MD também acolhe exposições de temáticas diversas, de que são exemplo as mostras da Bienal de Gravura ou as exposições patentes na Loja que, além de espaço comercial, pretende potenciar o aparecimento de novos projetos e artistas. Algumas das exposições produzidas pelo MD seguiram depois em itinerância.

As exposições temporárias exibidas desde a inauguração da Sede do MD encontram-se elencadas no Quadro seguinte:

<b>2008</b>	<i>Barão de Forrester, razão e sentimento. Uma história do Douro (1831-1861)</i>	
	<i>Tito Roboredo (1934-1980) – Um corpo na Primavera</i>	
<b>2009</b>	<i>O Comboio Chegou a Barca d’Alva</i>	
	<i>Pinturas com Vinho, de Catarina Pinto Leite *</i>	
	<i>Metamorfoses Durienses*</i>	
	<i>O Espaço - Mostra do projeto anual com escolas do SE</i>	
	<i>Douro Sentido</i>	
	<i>José Emídio – Três Décadas de Pintura</i>	
	<i>Norte de Portugal: Visões Contemporâneas *</i>	
	<i>O Universo de Rafael Bordalo Pinheiro – da Caricatura à Cerâmica *</i>	
	<i>O Douro... nos Caminhos da Literatura *</i>	
	<i>A Cidade das Aldeias. Traços de Ruralidade no Porto Contemporâneo *</i>	
Projeto Expositivo “Rios Douro”	<i>Mestre Joaquim Lopes – Douro</i>	<i>Vislumbre de Verdade, de Manuel Casal Aguiar</i>
	<i>Faina Fluvial no Douro</i>	<i>Barco Rabelo da Casa do Douro</i>
<b>2010</b>	<i>Meu Douro – Mostra do projeto anual com escolas do SE</i>	
	<i>Imagens do Vinho do Porto: Rótulos e Cartazes</i>	
	<i>Dario Alves</i>	
	<i>Fotografia do Douro *</i>	
	<i>5ª Bienal Internacional de Gravura do Douro e homenagem a Antoni Tàpies *</i>	
	<i>Ernst Lieblich</i>	
	<i>Ode à Vinha, de Necas Nicolau de Almeida *</i>	
	<i>Máscaras Rituais do Douro e Trás-os-Montes, de Balbina Mendes *</i>	
	<i>Para um Altar, do Mestre José Rodrigues *</i>	
	<i>A Arte da Luz *</i>	
<b>2011</b>	<i>Design Emocional, de Benedita Kendall *</i>	
	<i>Gentes e lugares que se cruzam num cenário ocre..., de Clara Ramalhão*</i>	
	<i>A Rota do Vinho do Porto *</i>	
	<i>2X Espelhos e Identidades – Mostra do projeto anual com escolas do SE</i>	
	<i>Guerra Junqueiro, de Freixo para o Mundo *</i>	
	<i>Dona Antónia, uma vida singular</i>	
	<i>Por terras de Sol e de Dor *</i>	
<i>Franchini: Ideias, sensações, vivências</i>		

	<i>Águas para Almas</i> , de Henrique Vaz Duarte
	<i>Alves Redol – exposição biobibliográfica do centenário do nascimento</i> *
	<i>10 Regiões Vinhateiras Património da Humanidade</i> *
2012	<i>Pontes do Rio Douro</i>
	<i>Nós na Arte – tapeçaria de Portalegre e arte contemporânea</i> *
	<i>Bios Biografias e Identidades</i> – Mostra do projeto anual com escolas do SE
	<i>6ª Bienal Internacional de Gravura do Douro</i> e homenagem a David de Almeida*
	<i>Armada Passos - Obra Gráfica</i>
	<i>Esquissos do Douro</i> , de Álvaro Siza Vieira *
2013	<i>O Douro de Georges Dussaud</i>
	<i>Coleção de Retratos da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua</i>
	<i>Bios Segredos</i> – Mostra do projeto anual com escolas do SE
	<i>Global Print 2013</i> *
	<i>O México fotografado por Luís Buñuel</i> *
	<i>Mesão Frio: Percursos de uma identidade</i> *
2014	<i>Ser e Devir/Being and Becoming</i> *
	<i>Douro   Duero Ibérico– Rotas Património Mundial</i> *
	<i>Bios Cartas da Paisagem e da Liberdade</i> – Mostra do projeto anual do SE
	<i>Rostos do Douro</i> , de Gracinda Marques
	<i>7ª Bienal Int. de Gravura do Douro</i> e homenagem a Bartolomeu Cid dos Santos *
	<i>Memórias de um olhar, por Noel Magalhães</i>
2015	<i>Hub Structures</i> , de Carina Martins *
	<i>Sou Ponte Sou Água</i> , de Isabel Saraiva *
	<i>Bios Matéria &lt;=&gt; Ficção</i> – Mostra do projeto anual com escolas do SE
	<i>Douro, lugar de um encontro feliz</i> , de António Barreto
	<i>Memórias Douro IV</i> , de Pedro SA *
	<i>Extinção III</i> , de Armada Passos
2016	<i>Conhecer a Paisagem com os Pés no Chão</i> , de Carla Cabral *
	<i>Rota da Filigrana</i> *
	<i>Alma D'Ouro</i> , de Bela7 *
	<i>Filum &amp; Granum</i> , de Liliana Guerreiro *
	<i>Bios Ficção =&gt; Matéria</i> – Mostra do projeto anual com escolas do SE
	<i>8ª Bienal Internacional de Gravura do Douro</i> e homenagem a Júlio Pomar *
	<i>A Natureza e o Homem</i> , de Vítor Sá Machado *
	<i>Caminhos do Ferro e da Prata</i> *
2017	<i>Revisão</i> , de Eduardo Brito *
	<i>Casa da Presegueda</i> , por Ricardo Raminhos
	<i>Bios Fronteira</i> – Mostra do projeto anual com escolas do SE
	<i>Unidade e Divisão, Plataforma Ci.Clo</i> *
	<i>III Global Print: arte global, comunicação e...que mais?</i> *
	<i>António Menéres: Percursos pela Arquitetura Popular no Douro</i>
	<i>Nove Meses de Inverno e Três de Inferno</i> , de João Pedro Marnoto
2018	<i>adiVINHO</i> , de Emerenciano
	<i>O Douro à tua frente</i> , de Sobral Centeno
	<i>Bios Fronteira II</i> – Mostra do projeto anual com escolas do SE
	<i>9ª Bienal Internac. de Gravura do Douro</i> e homenagem a José de Guimarães *
	<i>Via Estreita</i> , de Carlos Cardoso
	<i>Alto Douro – visão demarcada</i> , de Dominique Pichou
	<i>Bacantes</i> , por Isabel Contreras do Botelho
* Exposições de produção externa ao MD	

Quadro 8 - Exposições temporárias apresentadas no MD  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

O MD apresentou, nestes 10 anos, 88 exposições temporárias, de duração variável, sendo a mais longa de 15 meses (*Dona Antónia, uma vida singular*).<sup>76</sup> Destas, 41 foram de produção própria e as restantes 47 de produção externa ao MD, como assinalámos.

As 8 exposições temporárias de longa duração (mais de 6 meses) ocuparam um ou os dois pisos da sala central do MD (à exceção da exposição de Rafael Bordalo Pinheiro, que ocupou os espaços do 2º piso do MD). A sala de exposições temporárias no Piso 0 (junto à Receção) acolheu 25 mostras. As exposições temporárias mais curtas (geralmente entre 1 e 3 meses de duração) ocuparam a Galeria Adriano Ramos Pinto ou os espaços do 2º Piso (Wine-Bar, Restaurante e Sala do Tribunal). Quatro foram apresentadas na Loja do Museu, duas no jardim, uma no Teatrinho e uma esteve instalada no espaço da Garagem. Cinco das Mostras do SE foram apresentadas no próprio edifício do Serviço.

O gráfico seguinte mostra o número de exposições temporárias realizadas. Verificamos que, embora tenha começado com um programa de exposições temporárias e de produção própria bastante diversificado, os constrangimentos financeiros que descrevemos no Capítulo anterior obrigaram a um ajustamento dos programas expositivos e diminuição dos recursos disponíveis para investigação e produção de novos conteúdos. Nos anos de 2017 e 2018 retomou-se algum dinamismo no programa expositivo.

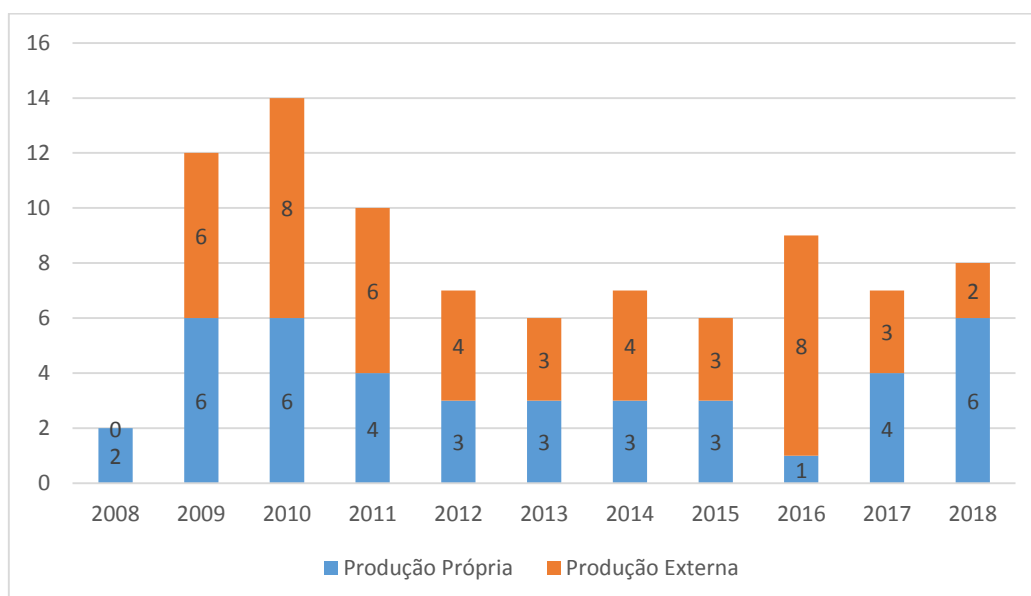


Gráfico 4 - Exposições temporárias apresentadas no MD entre 2008 e 2018  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

<sup>76</sup> Ver informação mais detalhada sobre Exposições Temporárias no Apêndice 2.

### IV.1.3 – Exposições Itinerantes

Para um Museu de Território, um dos meios mais eficazes de garantir um programa cultural disseminado é a criação de exposições itinerantes (Júnior *et al.*, 2012). O MD dispôs no período em análise de 27 exposições itinerantes, que realizaram um total de 157 itinerâncias. Dessas, 116 foram em concelhos da RDD, 6 em Lisboa, 4 no Porto, 4 em Vila Nova de Gaia, e as restantes 27 passaram por outras cidades de Portugal, Espanha, França, Brasil, EUA, Luxemburgo e Suíça.<sup>77</sup>

Apresentamos a Figura 18, onde se demonstra a presença do MD no território através da itinerância de exposições, e um gráfico do número de itinerâncias realizadas ao longo dos anos (Gráfico 5).

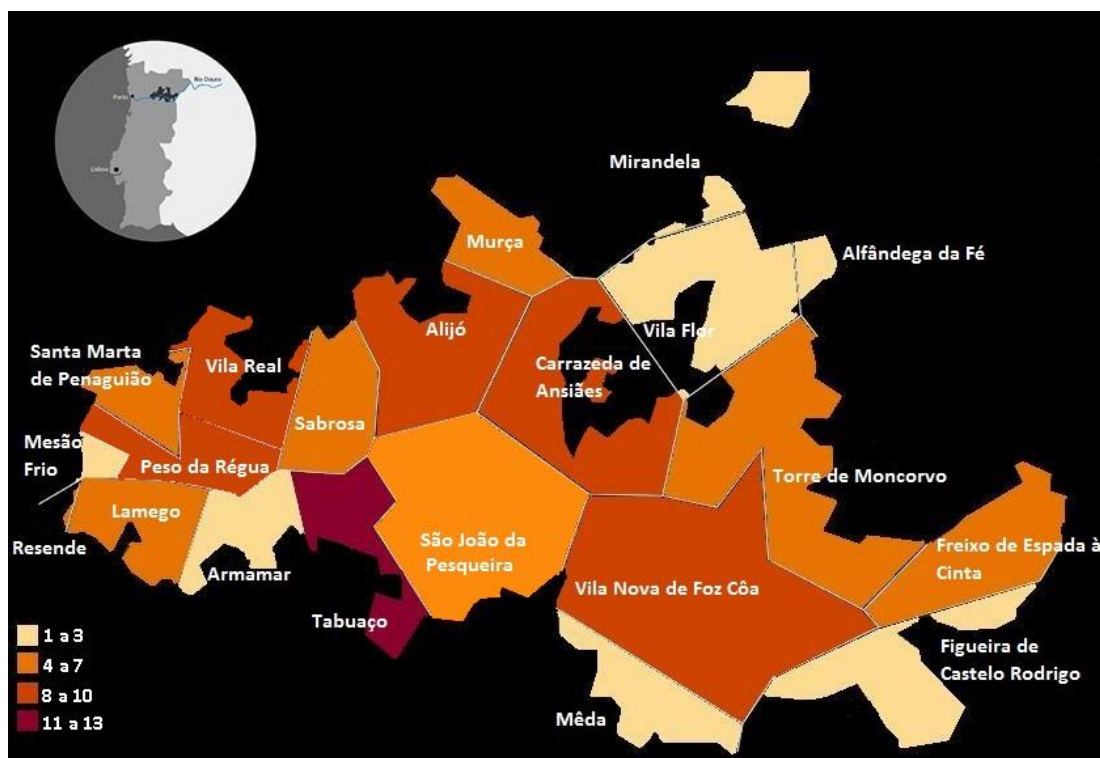


Figura 18 - Número de itinerâncias realizadas por concelho da RDD entre 2008 e 2018  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

<sup>77</sup> Ver informação mais detalhada sobre Exposições Itinerantes no Apêndice 3.

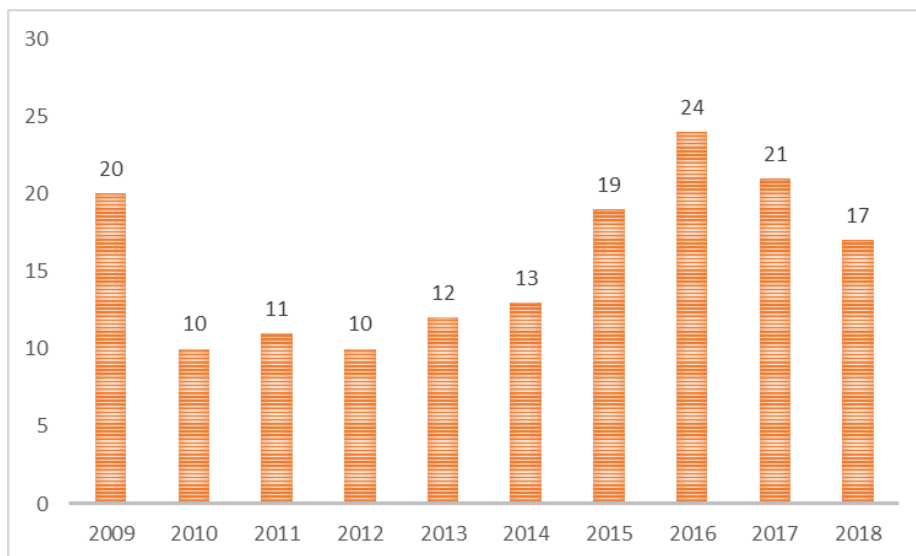


Gráfico 5 - Número de itinerâncias realizadas por ano  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

## IV.2 – Publicações

Entre trabalhos de investigação e catálogos de exposições, o MD tem lançado publicações acerca das diversas vertentes históricas e patrimoniais do território. No período em análise publicaram-se 30 catálogos/roteiros, 5 monografias/estudos do território, 8 folhetos/desdobráveis, 34 publicações do SE (21 delas em versão digital) e duas dezenas de vídeos/documentários.<sup>78</sup>

Apresentamos um gráfico-resumo desta atividade que permite observar uma produção mais ou menos regular de publicações, destacando-se o ano de 2014, com a produção de conteúdos em vídeo para a exposição permanente *Douro: Matéria e Espírito*.

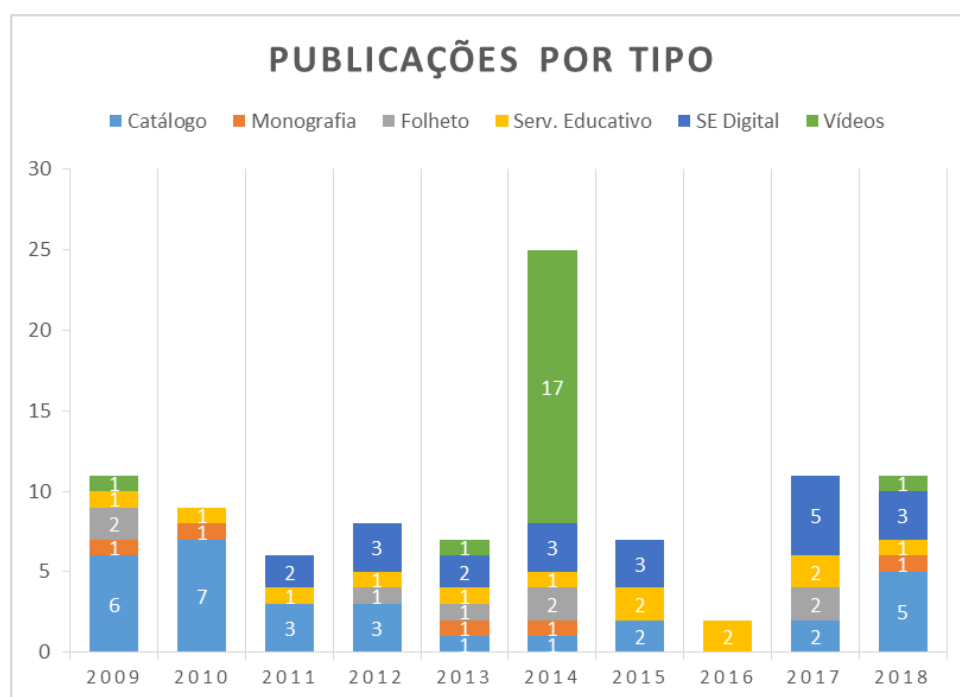


Gráfico 6 - Publicações do MD por ano e por tipo  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

<sup>78</sup> Ver informação mais detalhada sobre Publicações no Apêndice 4.

### **IV.3 – Ação Cultural**

As iniciativas de animação e ação cultural são uma forma de manter a dinâmica e relevância de uma instituição museológica, pela divulgação e sensibilização das comunidades (locais e exógenas) para a existência de valores culturais e patrimoniais e a necessidade de os preservar. Passamos a descrever as ações desenvolvidas pelo MD neste âmbito.

#### **IV.3.1 – Comemorações**

O MD tem assinalado datas comemorativas, muitas vezes em associação às iniciativas propostas por entidades como o ICOM, o ICOMOS (Concelho Internacional dos Monumentos e Sítios) ou a DGPC (Direção Geral do Património Cultural). As atividades passam normalmente por visitas gratuitas ao edifício sede, além da promoção, no âmbito da MuD, de atividades noutros equipamentos museológicos ou bens patrimoniais da região, numa atitude descentralizadora.

Anualmente, o MD tem assinalado as seguintes datas:

- **Dia Internacional dos Monumentos e Sítios** (18 de abril);
- **Dia Internacional dos Museus** (18 de maio);
- **Aniversário do ADV Património Mundial** (14 de dezembro);
- **Dia do Vinho do Porto** (1ª edição: 10 de setembro de 2014);
- **Dia do Douro** (1ª edição: 21 de outubro de 2017);

Destacamos também as datas comemorativas do Museu do Douro:

- **Dia da Fundação Museu do Douro** (23 de março) – A data foi assinalada em 2018 com entradas gratuitas e oferta de cálice de Vinho do Porto;
- **Dia do Museu do Douro** (2 de dezembro) – A assinalar o aniversário da Lei de criação do MD, em 2017 e 2018, houve inauguração de exposições temporárias e foi entregue o título de Fundador Honorário a instituições e individualidades ligadas ao Museu;

- **Dia do Duriense** (Sábados) – desde 1 de agosto de 2017, os residentes da RDD passaram a contar com entrada gratuita no MD aos Sábados. Até dezembro de 2018 registaram-se 461 entradas gratuitas nestes dias.

No global destas comemorações, o MD promoveu: 32 visitas ou inaugurações de exposições na sua Sede, 12 visitas a monumentos ou percursos pelo território, 10 mesas-redondas/debates, 11 concertos, 15 oficinas (12 delas ministradas por colaboradores do MD), 3 apresentações/entregas de prémios, 5 programas de degustação de vinhos ou outros produtos regionais, 5 lançamentos de livros e 18 outras ações, como mostra o Quadro 9.

COMEMORAÇÕES														
	visita MD/Inauguração	visitas/percursos no território	Mesa Redonda/ Debate/Tert	Concerto inserido em programa	Oficina pelo MD	Oficina	Concurso/entrega de Prémio	Degustações	Lançamento livro	Ação promocional na loja	Jantar/Almoço	Documentários/Filmes	Outros eventos públicos	
Dia Monumentos e Sítios (2009 a 2018)	7	7	2	1	5	1	0	0	0	0	1	0	1	
Dia dos Museus (2009 a 2018)	13	5	4	4	7	2	1	2	4	1	0	1	2	
Aniversário ADV (2009 a 2018)	2	0	4	3	0	0	2	1	0	0	1	0	6	
Dia do Vinho do Porto (desde 2014)	5	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2	0	2	
Dia do Douro (2017)	1			1										
Dia do MD (2017 e 2018)	3			1					1					1
Dia da FMD (2018)	1							1						
Dia do Duriense (desde 2017)														
TOTAIS	32	12	10	11	12	3	3	5	5	1	4	1	12	

Quadro 9 - Atividades realizadas por Datas Comemorativas  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

### IV.3.2 – Encontros, Conferências e Tertúlias

O MD foi organizador e promotor de diversas ações de encontro e partilha de experiências, assim como acolheu essas iniciativas por parte de outras entidades parceiras. Passamos a enumera-las de forma sistemática:

Encontros de temática Museológica: 8

- *Museu do Douro – museu para o território e para o desenvolvimento* (27 e 28 de março de 2010);
- *O papel do Museu de Território para o Desenvolvimento da Região*, palestra para autarcas e vereadores do Pelouro da Cultura da RDD (11 de dezembro de 2010);
- *Tardes de Sábado no Museu do Douro – Os Serviços Educativos do Museu do Douro no Território* (2 de abril de 2011);
- II Encontro de Museus da Vinha e do Vinho em Portugal – *Arquitetura e Museus* (2011);
- II, III e IV Encontros de Museus do Douro (2012, 2014 e 2015);
- II Encontro Nacional de Museus do Vinho (2016).

Encontros ligados à programação do MD: 12

- Conversas à Quinta “O Barão de Forrester” (2009) e “Exposição Douro: Matéria e Espírito” (2014);
- II e III Fóruns do Património Imaterial (2011 e 2014);
- Conferências da Bienal Internacional de Gravura do Douro (2012, 2014, 2016, 2018);
- Workshops com Vergílio Ferreira no âmbito da exposição “Ser e Devir” (2014);
- Seminário *Paisagem: Matéria <=> Ficção* (2014);
- Seminário *Ficção => Matéria – Videiras Vivas/Perspetiva da Genética Molecular e Biotecnologia* (2015);
- Colóquio “*Quo Vadis? – Projeto de investigação e conservação de uma pintura quinhentista portuguesa*” (2016);

Nos programas destes 20 Encontros realizaram-se 21 mesas-redondas/conferências, que incluíram 53 comunicações; realizaram-se 9 visitas ao MD e 6 oficinas, entre outras atividades, como resume o Quadro 10.

Encontros, Conferências e Tertúlias		Temática Museológica	visita MD/Inauguração	visitas/percursos no território	Mesa Redonda/ Debate/Tert	Concerto inserido em programa	Oficina	Lançamento livro	Lançamento vinho	Outros eventos públicos
Dentro do programa do MD	2010	Mesa-Redonda sobre Museu de Território "O papel do M. de Território para o desenv. da Região"			2	1				
	2011	Tardes de Sábado no Museu do Douro			1					
	2012	II Encontro Museus da Vinha e do Vinho em PT	1		1			1		
	2012	II Encontro de Museus do Douro			1					
	2014	III Encontro de Museus do Douro			1					
	2015	IV Encontro Museus do Douro			1					
	2016	II Encontro Nacional de Museus do Vinho		4	1					
	2009	Conversas à 5ª "Barão de Forrester"	1		1	1				
	2010	II Fórum Património Imaterial			1			1		
	2012	Conferências 6ª Bienal de Gravura do Douro	1		2				1	
	2014	Workshops com Virgílio Ferreira			1		6	1		
		Conversas à 5ª "Exposição DME"	1		1					
		Conferências 7ª Bienal de Gravura do Douro	1		1					
		Seminário Paisagem: Matéria <=> Ficção			1					
	2015	III Fórum Património Imaterial			1			1		1
		Seminário Matéria => Ficção - Videiras Vivas			1					
		Colóquio Quo Vadis? - projeto de investigação e conservação...	2		1					
	2016	Conferências da 8ª Bienal de Gravura do Douro	1		1					
	2018	Conferências da 9ª Bienal de Gravura do Douro	1		1					
		TOTAIS	9	4	21	2	6	4	1	1

Quadro 10 - Encontros e Conferências do Museu do Douro  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

Além destes, o MD recebeu/organizou mais 30 encontros de temática ligada ao Património ou à Cultura, e acolheu 32 eventos de temática diversificada, mediante solicitação de diversas instituições, cujo resumo apresentamos de seguida no Quadro 11.<sup>79</sup>

	visita MD/Inauguração	visitas/percursos no território	Mesa Redonda/ Debate/Tert	CONCERTOS	Oficina pelo MD	Oficina	Degustações	Lançamento livro	Jantar/Almoço	Documentários/Filmes	Outros eventos públicos	
Encontros de Temática Patrimonial/Cultural	16	54	28	2	1	3	3	5	1	1	3	5
Outros encontros	0	0	34	1	0	0	0	1	1	0	0	4
TOTAIS	16	54	62	3	1	3	3	6	2	1	3	9

Quadro 11 - Outros Encontros realizados no MD  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

<sup>79</sup> Informação mais detalhada pode ser encontrada no Apêndice 5.

### IV.3.3 – Animação Cultural

As ações de animação cultural constituem um contacto direto entre o MD e o seu Território, na medida em que podem ser usufruídos pela população local, ao mesmo tempo que divulgam a região a nível nacional e internacional.

No período que estamos a analisar, o MD foi promotor de 3 grandes programas de animação cultural, que passamos a descrever:

#### Programa Douro Vivo (2009 a 2013)

Elaborado em estreita colaboração com a EMD/CCDR-N, a Turismo do Douro e a empresa Douro Azul, para projetar a marca *Douro* a nível internacional, ao mesmo tempo que criou no território uma dinâmica cultural que abrangeu várias localidades e públicos, como se demonstra no Quadro seguinte.

Disponibilizamos apenas de dados relativos aos anos de 2012 e 2013, que indicam um público abrangido de mais de 6000 pessoas.<sup>80</sup>

		visita MD/Inauguração	visitas ao território	Mesa Red./Tertúlia	Concertos	Concurso	Degustações	Bazar loja	Entrega de prémios	Lançamento vinho	Documentário s/Filmes	Eventos diversos		
Douro Vivo	2009	Concurso de Fotografia do Douro					1							
	2009	"Douro Sentido" Passeios de barco												4
	2009	"O mundo no Douro"	2	2	1		1							1
	2010	Entrega prémio conc.FotografiaDouro							1					
	2012	Tertúlia Concerto "Conversas Plurais"			1	1								
	2012	Concertos "Oito Mãos"				5								
	2013	Exposição "Douro Pat. Mundial"	1											
	2013	"Momentos Douro"	1	1	1								1	
	2013	"A viagem do Elefante"		1	1					1				1
	2013	Concertos do Mundo				5								
	2013	Tertúlia Concerto João Negreiros			1	1								
	2013	Festival Aldeias Vinhateiras							4					4
	2013	Missão aos EUA	3		3			3						3
	2013	"Concerto para uma viagem..."				1								
TOTAIS			7	4	5	16	1	4	4	1	1	1	13	

Quadro 12 - Atividades no âmbito do Programa Douro Vivo  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

<sup>80</sup> Fonte: documentação interna da FMD, "Museu do Douro em números [2012-2017]".

## Projeto “Entre Margens” (2011 a 2013)



Figura 19 - Instalações do Entre Margens em Vila Real, Lamego e Peso da Régua  
Fonte: Museu do Douro

Este foi um projeto de intervenção artística que convidou fotógrafos nacionais e internacionais a captar os seus diversos olhares sobre o território e daí resultaram conjuntos de imagens que foram expostos nos centros históricos de várias cidades da região e fora dela. A cada ano, as inaugurações foram acompanhadas de atividades de animação, espetáculos de rua, música, dança e teatro, como mostra o Quadro 13.

No último ano do Projeto a RTP2 exibiu, nos dias 14, 21 e 28 de setembro de 2013, um filme/documentário em 3 episódios acerca do projeto e dos seus intervenientes. O público total estimado ao longo das 3 edições é de cerca de 450.000 pessoas.<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> Fonte: documentação interna da FMD, “Museu do Douro em números [2012-2017]” e Manual e Conservação Preventiva (2014).

Entre Margens							
			Exposições	Es.pet. Musical	Teatro/Dança	Conf./Atelier	Cine-concerto
2011	Porto	2	2	2	1	1	
	SMPenaguião	2	1	3		1	
	Mirandela	3	4			1	
	Vila Real	2	1	2		1	
	Peso da Régua	3	3	3		1	
	Lamego	3	2	3			
2012	Bordéus	1					
	VNGaia	3	1				
	Amarante	3	1				
	SMPenaguião	4	2	1			
	Porto	4	1	1	1		
	Vila real	4	2	1			
	Mirandela	3	1		1	1	
	Peso da Régua	3	4	2			
	Lamego	4	2			1	
2013	Lisboa	1					
	Vila Real	3	2		3	1	
	Mirandela	3	2	1	1		
	Lamego	3	2	1	1		
	SMPenaguião	3	2	1			
	Amarante	3	1				
	VNGaia	2	1				
	Porto	3	3		1	1	
	Peso da Régua	2	5	1	2		
TOTAIS		67	45	22	11	9	

Quadro 13 - Ações no âmbito do Programa Entre Margens  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

### Projeto “Sons do Douro” (iniciado em 2013)



Figura 20 - Sons do Douro  
Fonte: Museu do Douro

Este projeto artístico e cultural do MD transforma pipas e cestos vindimos em instrumentos musicais. Entre 2014 e 2016 os concertos tiveram um público estimado de 17.785 espetadores. Entre 2017 e 2018, já enquadrados pelo programa “Douro INclusivo” realizaram 94 concertos, fizeram-se parceiros e formadores de outros projetos artísticos ou

culturais; realizaram o projeto “897”, que itinerou o concerto *Estórias* ao longo do rio Douro, da Foz até à nascente. O projeto foi acompanhado pela LookCloser, para produção de um catálogo fotográfico e documentário em vídeo da passagem pelas várias localidades. “897 Km de Douro” arrecadou distinções a nível nacional e internacional: foi selecionado para o festival *Rome Independent Prisma Awards 2018* (Itália), o *In-Short Film Festival 2018* (Nigéria) e primeiro lugar no Prémio Douro Criativo, categoria de projetos já realizados no âmbito das Indústrias Criativas.

### **Programa “Douro INclusivo” (iniciado em 2017)**

Projeto que não se circunscreve ao edifício do MD mas que visa melhorar a qualidade do serviço e a acessibilidade geral, reforçar a visibilidade e aumentar o número de visitantes dos equipamentos museológicos no eixo Douro-Duero (em colaboração com a MuD). São quatro as áreas de ação:

1. Divulgação e interpretação do património na exposição permanente DME: incluiu a renovação e diversificação de conteúdos da exposição e a criação de novos núcleos;
2. Turismo acessível – Museu INclusivo: prevê a melhoria das acessibilidades físicas e adequação dos conteúdos a diferentes públicos e às suas necessidades específicas. Algumas medidas já implementadas incluem a análise das condições de segurança e autonomia para idosos ou pessoas com mobilidade reduzida, desenvolvimento de sinalética personalizada e sistemas de orientação, acesso à informação para surdos (língua gestual) ou para pessoas com deficiência visual (descrição áudio), sensibilização e formação dos técnicos de acolhimento para comunicar com os diferentes públicos e disponibilização de audioguias em várias línguas;
3. Desenvolvimento e promoção de projetos em rede – Rede MuD: capacitação dos recursos humanos, criação de parcerias, bilhetes conjuntos e complementaridade de produtos e serviços, criação conjunta de programas culturais, fomento do interesse de operadores turísticos e imprensa pelo destino Douro-Duero, promoção da aproximação entre visitantes e artistas/artesãos locais;
4. Ação cultural e envolvimento da comunidade – Sons do Douro;

### **Projeto CRIVO – Centro de Artes do Saber Fazer**

Projeto aprovado em novembro de 2018, que pretende criar um espaço das artes e artesãos da região.

Além destes programas, realizaram-se diversas ações, na sua maioria em colaboração com entidades locais ou nacionais da área da cultura e do património. Contam-se 78 concertos, 14 ações institucionais e 77 outras ações de animação que incluíram 23 visitas a espaços ou exposições do MD, 23 mesas-redondas, 31 concertos/momentos musicais, 22 degustações de produtos regionais e 38 exibições de filmes/documentários, entre outras atividades, que se encontram resumidas no Quadro 14.<sup>82</sup>

	<i>visita MD/Inauguração</i>	<i>visitas/percursos no território</i>	<i>Mesa Redonda/ Debate/Teat</i>	<i>Concerto inserido em programa</i>	<i>CONCERTOS</i>	<i>Oficina</i>	<i>Concurso/entrega de prémio</i>	<i>Degustações</i>	<i>Lançamento livro</i>	<i>Ação promocional na loja</i>	<i>Jantar/Almoço</i>	<i>Lançamento vinho</i>	<i>Documentários/Filmes</i>	<i>Outros eventos públicos</i>
Concertos	0	0	0	0	73	0	0	1	0	0	1	0	0	1
Ações de Animação Cultural	21	5	23	25	5	11	9	22	19	7	3	3	38	37
Ações Institucionais	2	0	0	1	0	0	2	0	1	0	2	0	0	11
<b>TOTAIS</b>	<b>23</b>	<b>5</b>	<b>23</b>	<b>26</b>	<b>78</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>23</b>	<b>20</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>38</b>	<b>49</b>

Quadro 14 - Programas de animação cultural realizados pelo MD entre 2008 e 2018  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

<sup>82</sup> Informação mais detalhada pode ser encontrada no Apêndice 6.

#### IV.3.4 – Presenças Institucionais e Divulgação

O MD marcou presença em Feiras, nacionais e internacionais, de temática cultural-patrimonial ou turística, participou em conferências e foi, por diversas vezes, convidado a partilhar comunicações acerca dos trabalhos desenvolvidos. O Quadro 15 mostra de forma resumida esta atividade.<sup>83</sup>

	<i>Feiras Nacionais</i>	<i>Feiras Internac.</i>	<i>Participação em encontro</i>	<i>Comunicações</i>	<i>Produção texto</i>
2009	1		4	3	
2010			5	5	1
2011	2		3		
2012	1	2	2		
2013	2	2	4	3	
2014	3	1	3		1
2015	1	5	3		
2016	1	1	11	9	2
2017	1		12	3	1
2018	1		28	7	1

Quadro 15 - Presenças Institucionais

Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

O MD esteve representado em 99 ações diferentes, para divulgação do trabalho desenvolvido e do próprio Território.

<sup>83</sup> Informação mais detalhada pode ser encontrada no Apêndice 7.



	Ministradas por colaboradores do MD	Formações Externas
2013		Vinho do Porto: Saber Servir, Vender Melhor
2014	Prog. Dinamização da Rede de Competências (11 ações)	Política de aquisição de informação/documentação de arquivo em Fund. com relevante Patr. Documental
2015	Oficina de Cuidados Conservativos	Acondicionamento de Bens Culturais e Reservas
	Higienização e acondicionamento de documentos gráficos	Acolhimento de Grupos com Mobilidade Reduzida
	Oficina de Cons. e Preservação de Material Bibliográfico	Ação de Formação Reservas Museológicas
2016	Gestão de Coleções e Inventário	
	Oficina de Cuidados Preventivos	
2017	Oficina de Preservação e Conservação Documental	Formação Museus e Turismo
2018	Oficina de Gestão de Coleções	
	Oficina de Cuidados Preventivos de Documentos Gráficos	

Quadro 16 - Formações ministradas  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

Além destas ações, o MD também recebe e orienta regularmente estágios curriculares e profissionais, os quais listamos de seguida:

	Superior	Prof./Técnico	Centro Form. Prof.
2009	3		
2010	2		
2011	1	1	
2012		7	3
2013	3	7	2
2014	2	7	1
2015	1	5	3
2016	1	5	
2017	1	3	7
2018		4	5
	14	39	21

Quadro 17 - Estágios orientados  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

As instituições de ensino emissoras foram as seguintes:

- Instituições de Ensino Superior: UTAD, FLUP, ESTGL, Instituto Politécnico de Bragança e Instituto Politécnico de Leiria;
- Instituições de Ensino Profissional/Técnico: Esc. Sec. Camilo Castelo Branco (Vila Real), Esc. Sec. Dr. João de Araújo Correia e Esc. Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo (Peso da Régua), Esc. de Desenvolvimento Rural e Escola Prof. de Arqueologia do Marco de Canaveses, Agrupamento de Esc. Prof. António Natividade (Mesão Frio), Escola Profissional de Murça e Liceu Paul Eluard (França);
- Centro de Emprego e Formação Profissional e Assoc. Nacional de Formadores e Técnicos de Formação.

#### IV.3.6 – Parcerias Institucionais e Colaborações

*O Museu do Douro desenvolve uma "museologia de comunidade", ou seja, assume-se como um museu-processo cujo desenvolvimento deverá envolver a colaboração ativa com as instituições locais, regionais e internacionais.<sup>85</sup>*

O estabelecimento de parcerias dá às instituições um maior alcance, divulgação e impacto para as iniciativas lançadas. Entre todas as parcerias que permitiram a realização das iniciativas enunciadas neste capítulo acerca da Ação Cultural, o MD associa-se numa base regular a iniciativas de diversas naturezas, em parceria com as seguintes entidades:

- GlobalSport/EDP Meia Maratona do Douro Vinhateiro: o MD acolhe o secretariado e outros serviços de apoio à organização, e convida os participantes a visitar gratuitamente as exposições patentes. Cada edição desta prova contou com um número maior de participantes, tendo em 2017 ultrapassado as 20.000 pessoas. Tem também aumentado o impacto mediático, com a TVI e a TVI24 a fazer a cobertura total do evento a partir do edifício-sede do MD. Em 2016 a GlobalSport tornou-se membro Fundador da FMD;
- Nexple/Douro Ultra Trail: o MD associou-se desde a primeira edição (2014) à organização deste evento, que traz atletas de qualidade internacional e que tem partida e meta no edifício sede do MD, que acolhe também as exposições *Trail Running*, com fotografias do percurso, na sala de exposições temporárias;
- Douro Granfondo: o MD apoiou e foi local de apresentação da primeira edição desta prova de ciclismo, que se realizou em 2015;
- Caves Vale do Rodo/Porto Réccua Vinhos: é graças a esta parceria que, desde março de 2013, os visitantes que adquirem o bilhete Geral de acesso ao MD terminam a visita com a prova de um cálice de Vinho do Porto. Também no âmbito desta parceria, o MD oferece o programa “Laboratório de Sabores”, que inclui 4 modalidades de prova de vinhos comentada por um guia do Museu;
- Parceria Serralves, Museu do Douro e Museu do Côa: em abril de 2018 passou a ser possível visitar estes três espaços museológicos, que têm em comum o rio Douro, com um só bilhete;

---

<sup>85</sup> <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-do-douro/>. Consultado em 2 de novembro de 2019.

- CP – Comboios de Portugal: parceria estabelecida em 2010. O comboio é um dos principais meios de chegada de visitantes à região do Douro, pelo que o MD concede um desconto no ingresso, mediante a apresentação do bilhete da viagem. Existem também programas diferenciados de visita com prova de vinho ou almoço, que são adquiridos com a CP, em conjunto com o bilhete de comboio até à estação da Régua;



Figura 22 - Folhetos promocionais das parcerias com Serralves e Museu do Côa e com a CP  
Fonte: Museu do Douro

- Tertúlia João de Araújo Correia: além de um espaço permanente, que exhibe espólio do médico e escritor duriense, o MD acolhe a realização de reuniões gerais e fóruns;
- Confraria dos Vinhos do Douro: com sede no edifício do MD, que apoia regularmente os programas da Confraria, como a Regata de Barcos Rabelos no Douro, cuja primeira edição foi realizada em setembro de 2018;
- Liga dos Amigos do Douro Património Mundial: dispõe de espaço de secretariado no edifício do Museu;
- Destacamos ainda as várias ações enumeradas neste capítulo que foram realizadas em parceria com a EMD – CCDDR-N, CIM-Douro, Ministério da Cultura, Turismo de Portugal, Turismo do Porto e Norte de Portugal, APDL, UTAD, Universidade do Porto, AETUR (Associação dos Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes), EDP, IVDP, Associação Bagos D’Ouro, entre outras.

#### IV.4 – Serviços de Museologia

Aos Serviços de Museologia (SM) cabem, de uma forma geral, todas as operações relacionadas com o inventário, gestão e exibição das coleções pertencentes ao Museu ou à sua guarda, mas também, por se tratar de um Museu de Território, a identificação, preservação e divulgação de todas as fontes históricas e antropológicas, espirituais e materiais do património cultural da região do Douro. Esta é, de resto, a ideia expressa no *slogan* que acompanhou os primeiros *flyers* e brochuras emitidos pelo Museu, como ilustra a Figura 23.

A adesão do MD à Rede Portuguesa de Museus em 2017<sup>86</sup> veio certificar a uniformização dos procedimentos e o cumprimento das normas estipuladas para a prática museológica a nível nacional.

Este Serviço é composto por três unidades especializadas: Museologia, Centro de Informação (Arquivo e Biblioteca) e Conservação e Restauro.

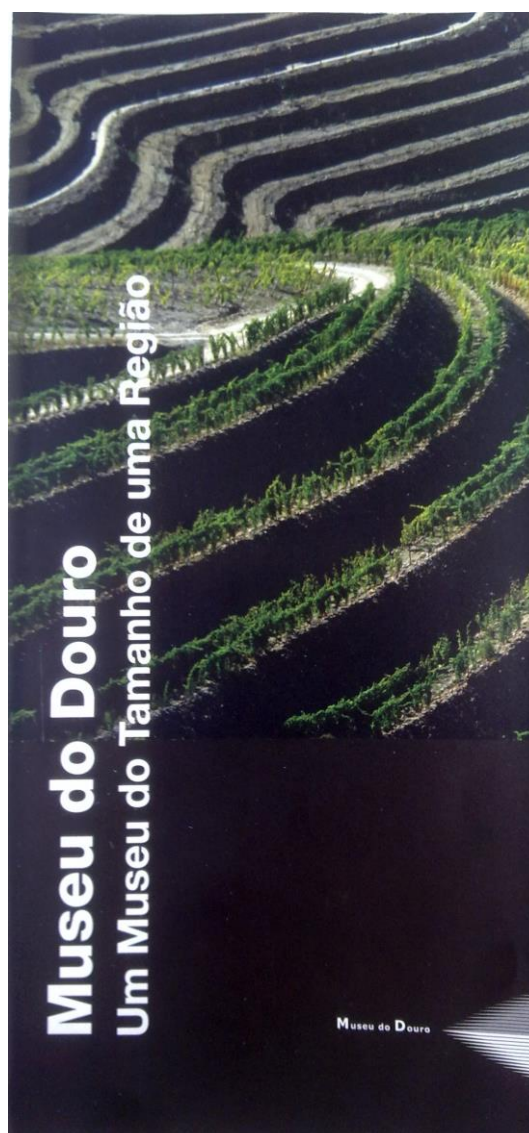


Figura 23 - Folheto informativo do MD (2009)  
Fotografia da autora

<sup>86</sup> Despacho n.º 5977/2017. Diário da República n.º 129/2017, série II de 6/07/2017.

#### IV.4.1 – Museologia

Nos primeiros anos da FMD (2006 e 2007), além do contacto com particulares ou instituições detentoras de património, deu-se início aos levantamentos e inventariação do património cultural da RDD, nomeadamente os estudos da Paisagem Vinhateira e dos Marcos de Demarcação, que deram depois origem a exposições e publicações.

Os métodos de incorporação de acervo são doação, legado, compra, empréstimo, troca/permuta, depósito, dação e transferência. Todo o Património que chega ao MD passa pelo processo estipulado no Manual de Gestão de Coleções do Museu do Douro (de 25 de setembro de 2014)<sup>87</sup>, que dita a criação do Processo da Peça. Este inclui vários documentos relativos aos detalhes do objeto, registo fotográfico, proveniência e percurso dentro do Museu. Inclui também uma cópia do registo no Livro de Inventário Geral, onde se atribui o número de inventário definitivo à peça e se identifica o anterior proprietário, o tipo de incorporação, descrição do objeto e levantamento do seu estado de conservação.

Peças em regime de Depósito ou Empréstimo têm o seu registo feito nos Livros respetivos.

Estes serviços asseguram continuamente o tratamento do espólio pertencente ao Museu ou à sua guarda. Ao longo do tempo várias peças vão sendo recuperadas e colocadas em exposição em espaços públicos da sede, de forma a dar visibilidade ao espólio em reserva.

De acordo com o estipulado na Lei-Quadro dos Museus (n.º 47/2004 de 19 de agosto), o Inventário das Coleções, além de estar em sistema informático, é mantido em ficheiros manuais ou livros de tombo. O *software* usado inicialmente foi o DocBase, no entanto, o desajuste do mesmo face às necessidades correntes do Serviço tornou necessário o planeamento da sua substituição.

Segundo o Manual de Gestão de Coleções do Museu do Douro (2014), a coleção do MD é composta pelas seguintes subcoleções temáticas: Vinha e Vinho, Etnografia, Arte (Pintura, Escultura e Fotografia) e o Legado de Irene Viana Pinto (Casa da Presegueda, que é composto por materiais de diferentes naturezas).

Salientamos que a totalidade das coleções e legado pertencentes ao Museu não se encontra ainda inventariada. Isto deve-se a fatores como o elevado número de peças que compõem

---

<sup>87</sup> Disponível para consulta em <http://www.museudodouro.pt/documentos-normativos>.

algumas das coleções ou a morosidade que o processo rigoroso de inventário implica. Segundo o Serviço de Museologia do MD, até ao início de 2019, os números relativos às coleções inventariadas eram os seguintes:

Peças da Coleção do Museu	2728 peças
Peças em Depósito	1334 peças
Património Imóvel da RDD	265 locais/monumentos
Património Móvel da RDD	463 peças
Biblioteca	6717 registos
Arquivo	24.285 registos
Número total de Fichas de Inventário	35.792

Está em curso a disponibilização *online* dos dados relativos às peças inventariadas, bem como a revisão do *Macrothesaurus* da RDD, no sentido de completar a informação existente sobre o espólio museológico, arquivístico, bibliográfico e fotográfico do MD e tornar as bases de dados virtuais acessíveis a todo o tipo de públicos. O *site* do MD apresenta um separador que permite explorar o acervo já disponibilizado, como mostra a Figura 24.

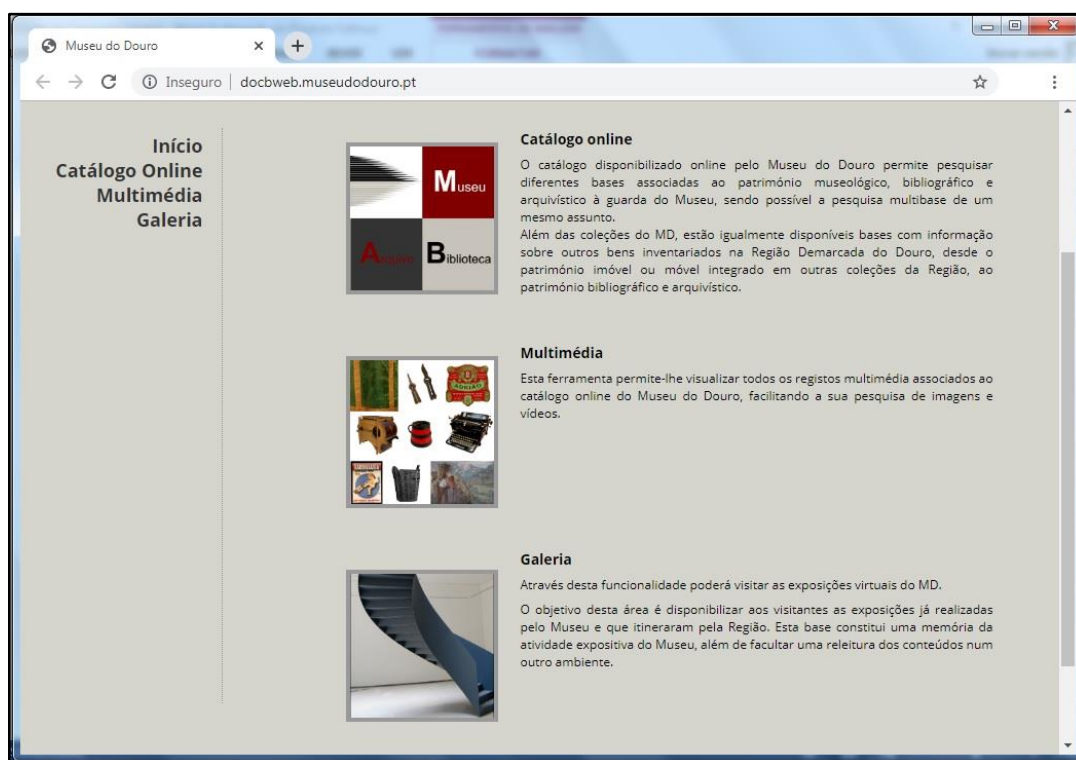


Figura 24 - *Print* do interface para consulta das coleções do MD  
Disponível em <http://docbweb.museudodouro.pt/>

Ao longo do intervalo 2008-2018 realizaram-se ações relevantes ao nível das seguintes coleções:

- **Casa do Vale (Presegueda), legado de D. Irene Viana Pinto ao MD:**

Além do inventário sistemático do espólio levou-se a cabo trabalho de pesquisa documental sobre a Casa, a aldeia da Presegueda e os objetos que compõem a coleção; em 2015 foi criado na Sede do MD um espaço para acolher e expor alguns dos objetos e mobiliário proveniente da Casa; em 2017, a exposição fotográfica da autoria de Ricardo Raminhos mostrou as marcas do tempo e da história da habitação, bem como modos de vida tradicionais da região impressos nos objetos de uso quotidiano;

- **Coleção de rótulos e cartazes de Vinho do Porto:**

Esta coleção deu origem à exposição “Imagens do Vinho do Porto” e respetivo catálogo; a coleção do MD é atualmente composta de 6175 rótulos e cartazes, que se encontram inventariados e digitalizados, permitindo a sua consulta por pesquisadores externos;

- **Espólio Fotográfico**

O arquivo fotográfico digital do MD reúne registos efetuados no âmbito de projetos de investigação e documentação de exposições. Destacamos também as doações recebidas de Georges Dussaud (2012), Noel Magalhães (2013), António Grácio (2014), Carlos Cardoso (2018) e as fotografias produzidas no âmbito do projeto Entre Margens (600 imagens do Douro contemporâneo);

Estas coleções de fotografia têm sido ao longo do tempo inseridas na base de gestão integrada do *software Archeevo*, que permite a articulação com bases nacionais de fotografia, como a do Centro Português de Fotografia.

- **Património Imaterial**

Trabalhos que conduziram à publicação dos três volumes da obra “Património Imaterial”, da autoria de Alexandre Parafita;

- **Inventariação de Património Imóvel Duriense:**

Aqui incluem-se os levantamentos de mais de 100 manchas de paisagem vinhateira na área classificada pela UNESCO pertencente ao Baixo Corgo (trabalho de investigação concluído em 2013), bem como a investigação e identificação de 108 Marcos Pombalinos;

Proposta em 2012, efetivou-se entre 2014 e 2015 a colocação de sete mesas interpretativas da paisagem em locais estratégicos de passagem de turistas pela região (Figura 25) e produção da brochura informativa *Miradouros da Paisagem Vinhateira*;



Figura 25 - Mesas interpretativas nos miradouros do Granjão e do Vale do Rio Torto  
Fonte: Museu do Douro

Os estudos sobre a Casa da Companhia, edifício sede do MD, deram origem a publicação de folheto informativo sobre a sua história<sup>88</sup> e conduziram à classificação do imóvel como Monumento de Interesse Público em 2017;

Destacamos também a conclusão do plano de estudos de Doutoramento em Museologia da Coordenadora do SM do MD, Natália Fauvrelle, apoiado pela FMD e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, com o tema “Fazer a paisagem no Alto Douro Vinhateiro: desafios de um território-museu”. A investigação centra-se nas questões da construção da paisagem e a sua dimensão patrimonial, à luz de critérios como o Património Mundial, paisagem de trabalho e gestão museológica. Este trabalho seria distinguido, em 2019, com o Prémio Estudo sobre Museologia da APOM.

---

<sup>88</sup> Este folheto pode ser consultado no Anexo 5.

#### IV.4.2 – Centro de Informação

Este é um “serviço especializado com a missão de adquirir, tratar, disponibilizar para consulta e divulgar informação, fontes documentais e bibliográficas sobre a Região Demarcada do Douro” (Relatório de Atividades e Contas 2014:4). É formado pelo Arquivo e a Biblioteca.

Desde 2008 encontra-se estabelecida a parceria com o Instituto Português de Arquivos e protocolos com outras bibliotecas especializadas da Região, assegurando um trabalho em rede.

À semelhança do que acontece com os artefactos, qualquer incorporação/depósito no Arquivo implica controlo, limpeza e devido acondicionamento dos objetos, como ilustra a Figura 26.



Figura 26 - Processo de limpeza de documentação do Arquivo  
Fonte: Museu do Douro

#### Arquivo

“O Arquivo procede ao tratamento técnico dos fundos documentais de instituições nucleares para o estudo do Douro. Orienta os trabalhos de recolha, organização, preservação, descrição de fundos documentais provenientes de diversas entidades públicas e privadas” (Relatório de Atividades e Contas 2015:8). A Lei de criação do MD atribuiu-lhe desde logo o Arquivo da CGAVAD e a possibilidade de receber materiais e coleções

da Casa do Douro e do IVDP. Seguiram-se diversas incorporações por parte de entidades e particulares da região.



Figura 27 - O Arquivo da CGAVAD à chegada ao MD  
Fonte: Relatório de Atividades e Contas 2014

No final de 2018, a ocupação da capacidade do depósito de documentação era de cerca de 45% da lotação total, isto é, 887,19 de 2016 metros/lineares. Os Fundos que constituíam o Arquivo do Museu à data eram os seguintes:

<b>Entrada</b>	<b>Fundo documental</b>	<b>N.º de documentos</b>	<b>Datas</b>
2002	Associação Cultural do Alto Douro	16	1981 - 1991
2004	Coleção Rótulos e Cartazes_ António Barreto.	1370	
2007	Real Companhia Velha	218	1812 - 1996
2009	Grémio dos Exportadores do Vinho do Porto	4	1948 - 1969
	Instituto do Vinho do Porto	5708	1911 - 2000
	Irmandade de Santo António de Alvações do Corgo	1	1827 - 1863
	Arquivo Família Vaz Osório	170	1543 - 1881
2010	Núcleo Agronómico da Beira Trasmontana e Reg. Duriense	1	1927 - 1930
	Núcleo Agronómico do Além Douro Trasmontano	4	1926 - 1930
	Posto Agrário da Região Duriense	5	1917 - 1931
	IV Brigada Móvel da Região Duriense	160	1937 - 1968
	Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro	248	1971 - 2000
	Estação Vitivinícola da Região Duriense	596	1926 - 1980
	Serviços Agronómicos do Além Douro Trasmontano	2	1927 - 1930
	Grupo Desp. Cult. e Recreativo Nossa Senhora do Socorro	1	1981 - 1982
2011	Arquivo da Quinta do Paço de Monsul	19	1414 - 1865
2012	Coleção Noel Magalhães	688	1940 - 1978

2013	Arquivo da Casa do Vale	1071	1716 - 2006
2014	Coleção António Grácio	70	1940 - 2000
2014	Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro	9819	1688 - 1994
2017	Arquivo Ferreira e Pereira de Lima	915	1701 - ?

Quadro 18 - Fundos que constituíam o Arquivo do MD no final de 2018

Fonte: Centro de Informação do Museu do Douro

O Gráfico 7 mostra a evolução temporal das incorporações de Fundos no Arquivo do MD.

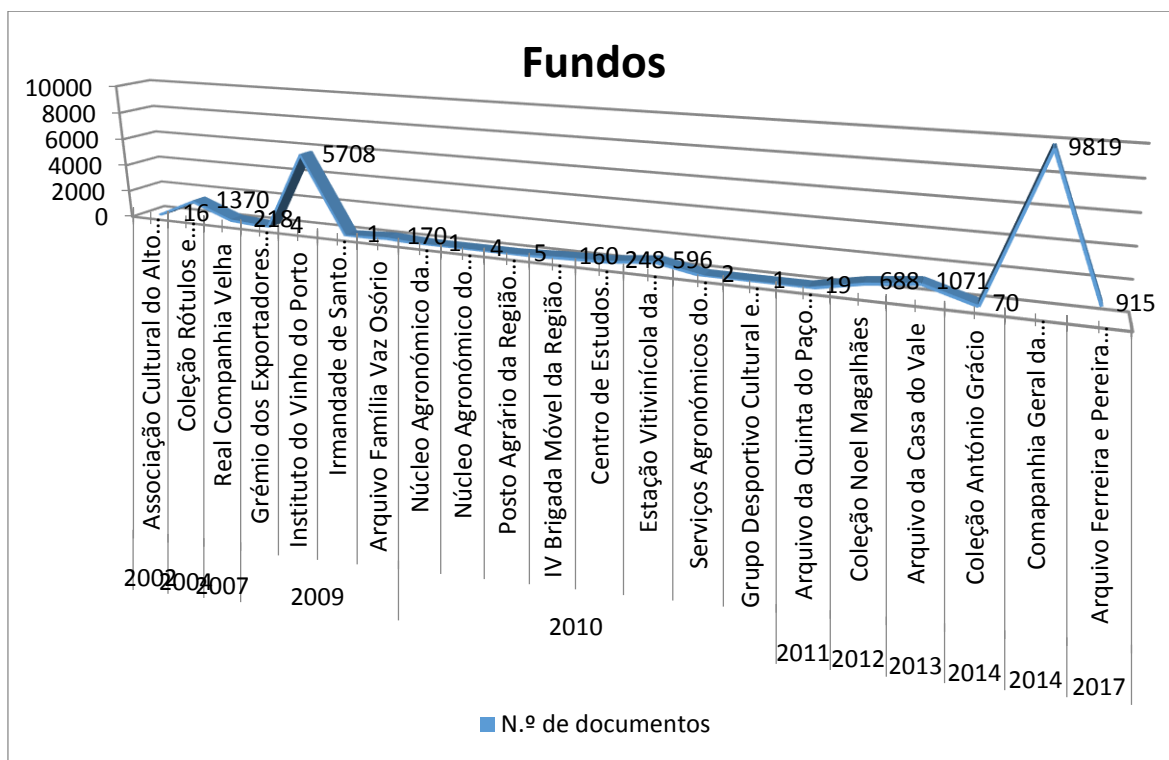


Gráfico 7 - Cronologia da incorporação de Fundos Documentais no MD

Fonte: Centro de Informação do Museu do Douro

Ao longo dos anos têm sido levadas a cabo ações de divulgação das boas práticas no tratamento técnico, higienização e acondicionamento destes bens. Ministraram-se (nas datas referidas no capítulo dedicado à ação cultural do MD) as ações de formação *Biblioteca – tratamento técnico-documental* e *Noções básicas de arquivo* para técnicos de bibliotecas e arquivos da Região; o tratamento de expurgo por anóxia do espólio da Casa do Vale foi registado em documentário audiovisual, que é exibido no percurso expositivo da sede do MD; o processo de higienização do Arquivo da CGAVAD esteve temporariamente na Sala de Leitura do MD, onde pôde ser observado pelos visitantes.

No sentido de garantir a acessibilidade *online* do sistema de gestão de Arquivos, utiliza-se o *software Archeevo*, conforme a Figura 28.

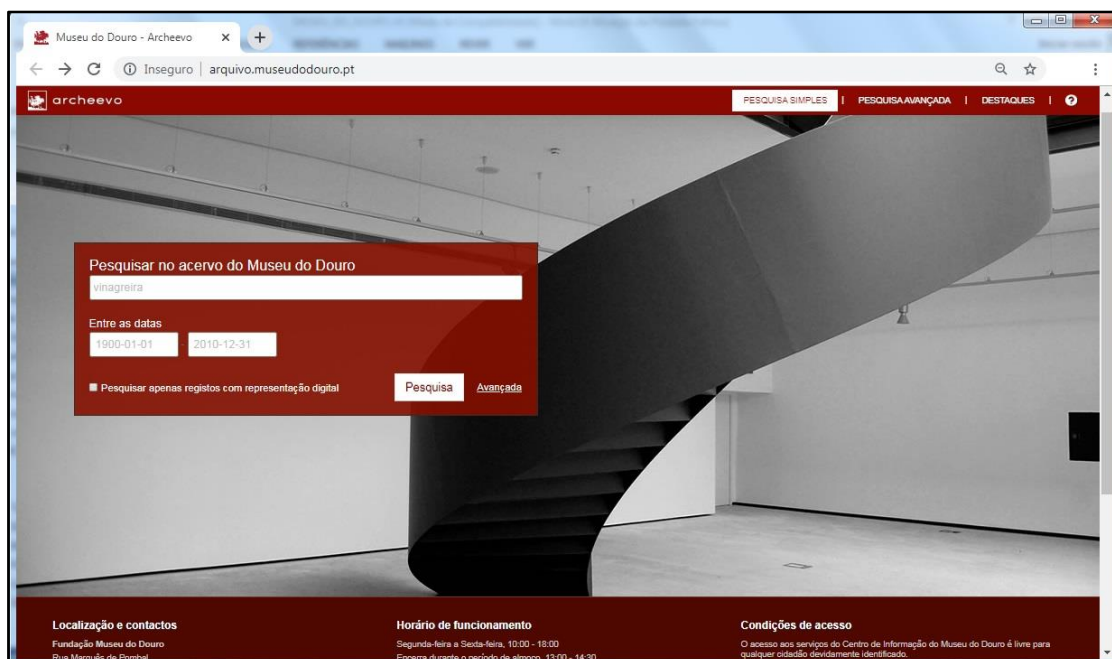


Figura 28 - *Print* do interface para consulta do Arquivo do MD  
Disponível em <http://arquivo.museudodouro.pt/>

## Biblioteca

A Biblioteca é exclusivamente de temática relacionada com a RDD. As obras que dão entrada são organizadas de acordo com a Classificação Decimal Universal e a descrição bibliográfica é feita segundo as Regras Portuguesas de Catalogação. Em 2018 a Biblioteca do MD tinha catalogados e disponíveis na base de dados em linha (DocBase) 1929 registos da biblioteca do MD e 2880 registos da biblioteca da Casa do Douro.

O Registo dos utilizadores do CI (incluindo por Serviço de Referência Virtual) foi feito como mostra o Quadro 19:

	Utilizadores	SRV
2013	100	17
2014	250	36
2015	167 (381 consultas)	116
2016	370 (333 consultas)	160
2017	255 (1025 consultas)	-
2018	-	-

Quadro 19 - Registo de utilizadores do Centro de Informação do MD  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

#### **IV.4.3 – Conservação e Restauro**

Tal como acontece nos restantes Serviços, a responsabilidade de realizar ações de diagnóstico, conservação curativa/preventiva e restauro ultrapassa a esfera dos bens culturais e patrimoniais das reservas ou exposições do MD, alargando-se a todo o património disperso pela RDD, de tutela pública ou privada.

Este Serviço é coordenado e executado pelo Técnico Superior de Conservação e Restauro da FMD, cujo trabalho é apoiado pontualmente por estagiários (especializados ou não) e colaboradores de outros serviços do Museu. Desde 2011, o Técnico orientou 8 estágios curriculares articulados no âmbito da conservação e restauro, 3 estágios do IAFP e 7 exercícios de voluntariado não especializado.

Tendo em vista o cumprimento das condições de segurança nos espaços de trabalho e a futura integração desses espaços no circuito da visita ao Museu, o Serviço (que estava instalado nas oficinas do piso -1) passou em 2015 para um espaço dotado de melhores condições no piso 1, o que possibilitou algum contacto com o público em condições de segurança. Entre 2015 e 2018 este espaço de trabalho recebeu cerca de 660 visitantes. Desde o final de 2018 o circuito de visita passou definitivamente a integrar este espaço, abrindo novas possibilidades de comunicação e sensibilização do público em geral para as questões da salvaguarda e manutenção do património.

Este serviço foi um dos que mais viu a sua atividade condicionada pelos constrangimentos financeiros que afetaram a FMD no período em análise mas, apesar da limitação do número de intervenções possíveis, a dimensão científica das ações é assegurada por protocolos com instituições como o Hospital de Lamego, o Laboratório HERCULES da Universidade de Évora e o Instituto Politécnico de Tomar.

As ações incluem a manutenção das exposições (permanentes ou temporárias), diagnóstico e intervenções em objetos da coleção do MD e em peças que vieram integrar cada uma das exposições temporárias, montagem e desmontagem das exposições e monitorização ambiental dos espaços expositivos. Acresce a prestação de apoio (consultoria ou tratamento de acervo) aos Núcleos e a outras instituições museológicas ou tutelares de património, com o objetivo de contribuir ativamente para a preservação dos bens culturais móveis de interesse patrimonial relevante para a RDD.

Apresentamos uma síntese das ações desenvolvidas no período 2009-2018:

	Espólio do MD		Espólio de outros Mus.		Protocolos		Particulares	
	C.C.	Rest.	C.C.	Rest.	C.C.	Rest.	C.C.	Rest.
2009	19*	12*						
2010	76*	15*						
2011	17	7	48	6			2	3
2012	23	21			5		2	8
2013	407			112	1		2	1
2014	19		5000**		1		1	
2015	20	3	34				1	9
2016	11	3				4***	1	
2017	43					5***	1	
2018	28					1***		21

Legenda: C.C.- Conservação Curativa; Rest. – Restauro  
 \* Este número inclui espólio do MD e peças em empréstimo  
 \*\* Livros da Biblioteca Macedo Pinto (Tabuaço) desinfestados por anóxia (Figura 29)  
 \*\*\* Intervenções no âmbito do projeto *Identificar para Conservar*

Quadro 20 - Intervenções de Conservação e Restauro entre 2009 e 2018

Elaboração própria com base em informação do Serviço de Conservação e Restauro do MD

O grande número de peças da coleção do Museu intervencionadas em 2013 deveu-se ao encerramento da exposição MTV e preparação da nova exposição permanente, DME.



Figura 29 - Tratamento por anóxia na Biblioteca Macedo Pinto (Tabuaço)  
 Fonte: Museu do Douro

Dentro das ações de Conservação/Restauro levadas a cabo incluem-se telas da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua (SCMPR) – ver Figura 30, peças do Museu de Lamego, dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua e 17 Marcos de Demarcação da margem sul do Douro.

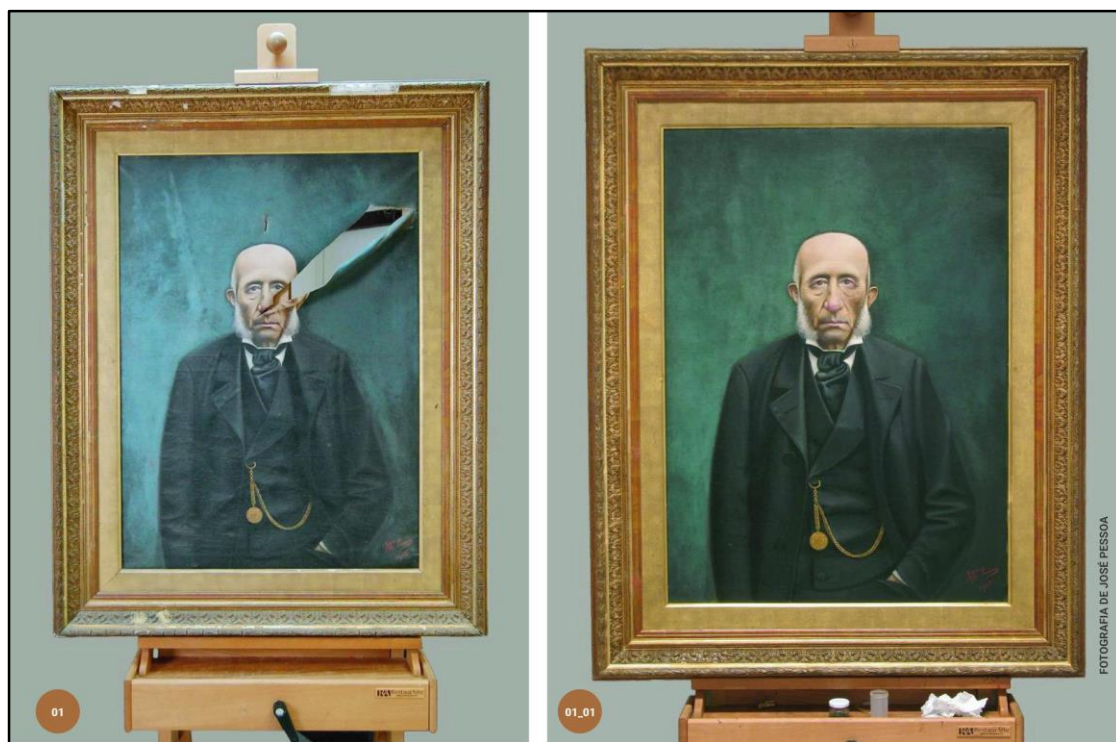


Figura 30 - Retrato de Pedro Verdial, Coleção SCMPR  
Fonte: Museu do Douro

Ao longo dos últimos anos, o Serviço de Conservação e Restauro tem procurado estabelecer uma coerência programática, de forma a evitar as intervenções isoladas e potenciar ao máximo os efeitos de cada ação, que tem sempre por base princípios de sustentabilidade material e ecológica e o envolvimento e formação dos zeladores do património. Desde 2015 a estratégia interventiva assentou em 3 projetos principais:

- **“Quo Vadis?”** – Projeto desenvolvido em torno desta pintura quinhentista pertencente ao Museu de Lamego. A intervenção contemplou, além do tratamento conservativo da obra, um trabalho de investigação e divulgação da mesma. Os estudos preliminares do estado da obra contaram com o envolvimento do Laboratório HERCULES, a Fundação para a Ciência e Tecnologia e o Museu de Lamego. Os tratamentos e trabalhos de restauro foram concluídos em 2016, após o que se organizou o colóquio *“Quo Vadis? Projeto de investigação e conservação de uma pintura quinhentista*

portuguesa”, e se produziu o artigo científico “Conservação-restauro: Projeto *Quo Vadis?*”;



Figura 31 - Apresentação do Projeto *Quo Vadis?*  
Fonte: Museu do Douro

- **“Identificar para Conservar”**: este projeto de conservação pretende identificar e preservar bens móveis de interesse relevante para a RDD, que se encontrem em situação de risco. Em 2015 procedeu-se à identificação e diagnóstico do estado dos bens culturais, numa ação conjunta com as autarquias interessadas. Cada intervenção foi documentada em vídeo e fotografia, para futura apresentação das ações realizadas. O projeto contempla também ações de formação dirigidas aos profissionais e voluntários que tutelam ou zelam pelos bens (Oficina de Cuidados Preventivos), facultando ferramentas básicas para retardar/evitar a necessidade de intervenções futuras.  
Desde 2017 que se vão apresentando ao público os resultados das intervenções realizadas, juntamente com o vídeo que ilustra o processo<sup>89</sup>;

---

<sup>89</sup> A lista dos objetos intervencionados no projeto Identificar para Conservar pode ser consultada no Apêndice 9.



Figura 32 - Sacrário intervencionado no âmbito do Projeto Identificar para Conservar  
 Fonte: Museu do Douro

- Preservar em Azoto:** este é um projeto de investigação que pretende contribuir para a compreensão da influência das condições termo-higrométricas (temperatura, humidade e ventilação) na preservação dos bens culturais. Sabendo que os principais fatores de degradação dos materiais têm a ver com a sua oxidação, submeteram-se amostras dos materiais mais comuns na coleção do MD (madeira, ferro, cobre e papel) a uma atmosfera artificial de azoto (99,98%). Os provetes preparados no MD são monitorizados com *data-logger* e controlados periodicamente. A investigação tem envolvido de forma direta a Universidade do Porto e o Laboratório HERCULES e tem enquadramento no programa de doutoramento do Técnico Superior de Conservação e Restauro do MD.



Figura 33 - Preservar em Azoto  
 Fonte: Museu do Douro



#### IV.4.4 – Rede de Museus e Núcleos Museológicos

Como vimos no Capítulo anterior, a criação de núcleos e a necessidade de desenvolver um forte trabalho em rede foram assumidas desde logo pelos documentos de criação do MD e da FMD, pois disso depende a verdadeira atuação de um Museu de Território. Os núcleos dedicam-se a evidenciar e interpretar os traços culturais e históricos distintivos de cada localidade da RDD, e a Rede assegura a valorização e divulgação conjunta das estruturas museológicas aderentes.

A organização da Rede de Museus do Douro teve como objetivo assegurar aos futuros membros o apoio técnico e científico por parte dos vários serviços do MD. A organização dos Núcleos locais fez-se em colaboração com autarquias e instituições públicas e privadas. Ao longo dos anos, os avanços neste campo estiveram dependentes da capacidade financeira e de execução das autarquias promotoras dos respetivos projetos.

O I Encontro de Museus do Douro (2007) reuniu várias instituições de cariz museológico da RDD para refletir e debater a proposta de criação de uma Rede de Museus do Douro;

No II Encontro (2012) foi apresentado o projeto de Base de Dados do MD para inventário de património duriense (móvel, imóvel, arquivístico, bibliográfico, etc.);

Do III Encontro (2014) resultou a resolução de que a MuD não deveria ficar circunscrita à RDD mas, tendo o rio Douro como “espinha dorsal”, estender a sua ação ao *Duero* Espanhol e ao Porto;

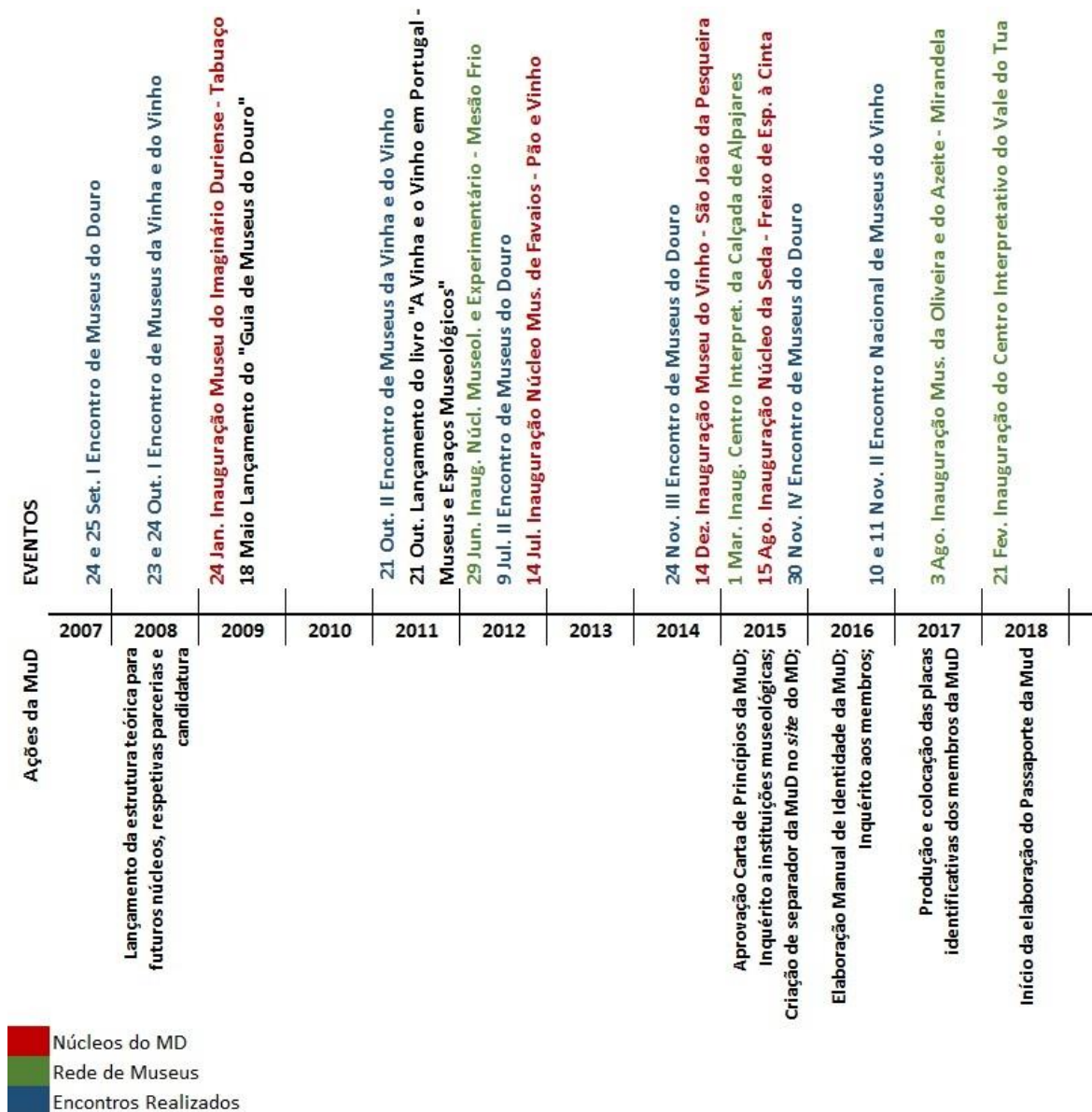
No IV Encontro de Museus do Douro (2015), com o tema “Rede de Museus do Douro – Que estratégia colaborativa?”, a Rede foi convidada a apresentar o seu modelo de trabalho à Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto.

Salientamos ainda a participação do MD na Rede de Museus da Vinha e do Vinho em Portugal, que une estruturas museológicas de temática vitivinícola a nível nacional. O primeiro e segundo encontros realizaram-se no MD, em 2008 e 2011, respetivamente.

Em 2016 o MD acolheu o II Encontro Nacional de Museus do Vinho, uma iniciativa da Rede de Museus Portugueses do Vinho e da Associação de Municípios Portugueses do

Vinho. Em 2018 elegeram-se o MD para presidir à Rede de Museus Portugueses do Vinho no triénio seguinte<sup>90</sup>.

Organizámos no Quadro 21 uma linha temporal que demonstra as várias metas atingidas pela Rede MuD no período de tempo analisado neste trabalho:



Quadro 21 - Cronologia das atividades da MuD  
Elaboração própria com base em Relatórios de Atividades e Contas da FMD

<sup>90</sup> <http://ampv.pt/noticias/museu-do-douro-preside-a-rede-de-museus-portugueses-do-vinho/>. Consultado a 10 de outubro de 2019.

Ao longo dos anos, a MuD tem sido promotora dos encontros e atividades comemorativas realizadas em diversos concelhos da região (como vimos no ponto IV.3.1), prestou apoio na preparação para a abertura dos vários núcleos e continuou depois a acompanhar o seu funcionamento, nomeadamente através da prestação de serviços de conservação, restauro e consultoria, da realização de sessões com o SE do MD no sentido de trabalhar o acolhimento aos públicos e desenvolver atividades e oficinas adequadas aos conteúdos específicos, e da iniciativa do Programa de Dinamização de Rede de Competências Associadas à Cultura e ao Património na RDD (2013 e 2014), que ministrou ações de formação dirigidas aos técnicos de museus, que vimos no ponto IV.3.5.

Em janeiro de 2015 aprovou-se a nova Carta de Princípios da MuD e, com o intuito de avaliar a adequação dos objetivos gerais da Rede às expectativas dos futuros membros, elaborou-se e distribuiu-se um inquérito por mais de 30 instituições da RDD, Vila Nova de Gaia e Porto, que revelou que a relevância central da MuD reside no facto de constituir uma plataforma de encontro e representação dos diferentes tipos de museus, e de permitir a divulgação das atividades dos membros, de forma a alcançar diferentes públicos.

Para garantir essa divulgação, foi criado um separador da MuD no *site* do MD, e uma página no Facebook. Foi ainda criado um Guia de Museus do Douro, distribuído via e-mail por todos os Agrupamentos Escolares da RDD, Porto e Vila Nova de Gaia.

O esforço mais recente da MuD tem sido no sentido de congregar da melhor forma as sinergias de todos os membros<sup>91</sup> (47 no final de 2018) e produzir uma programação cultural conjunta.

A Figura 35 mostra a localização dos membros que compunham a MuD no final de 2018.

---

<sup>91</sup> Lista completa dos membros pode ser consultada no Apêndice 10.

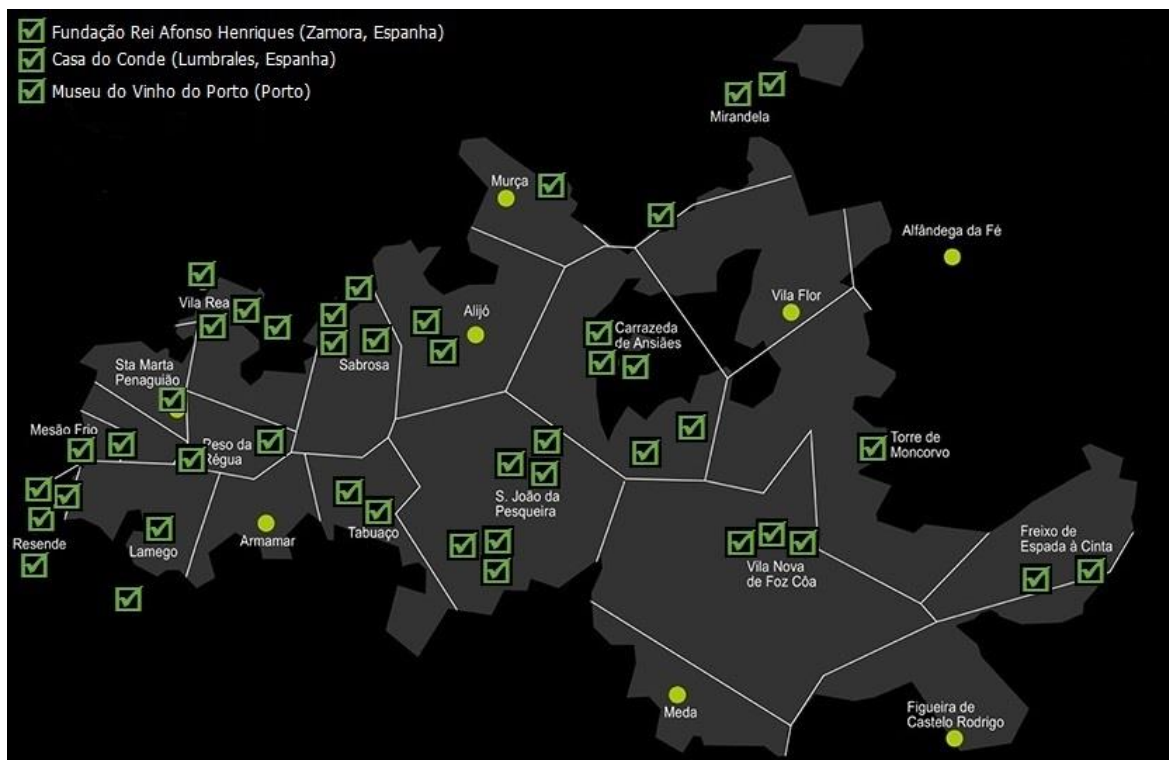


Figura 35 - Localização dos 47 membros da MuD no final de 2018  
 Elaboração própria com base em informação disponibilizada no *site* da MuD

No sentido de melhorar o conhecimento entre os diversos membros da MuD, as reuniões do Grupo de Trabalho são abertas a todos os membros e contemplam a visita ao espaço museológico onde decorresse a reunião. A produção das placas identificativas dos membros da MuD, em 2017, visou a consolidação da imagem da Rede no território.

A Rede tem recebido solicitações no sentido de participar em encontros e ações de divulgação de Redes Museológicas nacionais e internacionais, como demonstramos no ponto IV.3.4.

## IV.5 – Serviço Educativo

*Não é possível continuar a conceber a produção cultural e as relações sociais seguindo ‘visões comunitárias unificadas’<sup>92</sup> (Clifford, 1997:208).*

O SE do MD trabalha quotidianamente com o desafio de colocar o Museu, política e criticamente, no seu próprio contexto – como um espaço de diálogo, de encontro de diferentes perceções e de criação de novos significados (Valente, 2017:158).

O trabalho do SE está sempre ligado ao programa de exposições do MD, inclui a preparação de atividades para diferentes públicos (do infantil ao sénior) e formação aos guias do Museu para realização de visitas. Ano após ano, a presença no território é reforçada com a diversidade de atividades realizadas em diferentes espaços (no próprio Museu ou seus núcleos, na sala de aula, em auditórios, associações culturais ou no exterior), sobre temáticas da paisagem, das pessoas e suas histórias/estórias. Tem-se também apostado na área da edição e publicação pelo próprio serviço, para registo e disseminação das atividades realizadas.

Todas as ações do SE integram o programa de educação *Eu Sou Paisagem* e constituem-se simultaneamente como “práticas de pesquisa” e “pesquisa de práticas na paisagem e no território” (Relatório de Atividades e Contas 2018:43).

A paisagem, por envolver elementos naturais e culturais, pode e deve ser apreendida não só com o olhar mas com todos os sentidos. A sua leitura é influenciada pela sensibilidade própria do observador (Moreira, 2017). Ao mesmo tempo, as atividades e projetos anuais são concebidos de forma a provocar o confronto entre "educação científica vs. técnica" e "educação teórica vs. prática", como postula Bondía (2002), para quem a reflexão e experiência são a própria finalidade das ações.

Passamos a elencar as principais ações desenvolvidas por este Serviço.

---

<sup>92</sup> Tradução nossa.

#### IV.5.1 – Projetos Anuais com Escolas

Em cada ano escolar, o SE desenvolve um projeto em colaboração com dezenas de escolas de vários concelhos, de dentro e fora da RDD. Cada Projeto trabalha a sensibilização e consciencialização de crianças, jovens e seus professores nas questões e temáticas “glociais” (Montanari, 2013:567). A protagonista é sempre a Paisagem, que importa conhecer para cuidar. Os projetos são compostos por uma fase de conceção, divulgação junto da comunidade escolar, preparação, atividades em contexto de sala de aula, saídas de campo, troca de correspondência regular com os professores e uma exposição/mostra final dos trabalhos elaborados, muitas vezes acompanhada de DVD ou *fanzine* que sintetiza as atividades e apresenta o produto final. A calendarização das diferentes fases costuma ser a seguinte:

	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	maio	jun
Conceção e Desenvolvimento do Projeto	X	X	X	X	X							
Formação da Equipa			X	X	X	X	X	X	X			
Oficinas para Alunos			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Oficinas para Professores			X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Atividades de Encerramento											X	X
Início da Mostra Final												X
Avaliação do Projeto	X											X
Conceção do próximo Projeto							X	X	X	X	X	X

Quadro 22 - Calendarização das fases dos Projetos Anuais com Escolas do SE  
Elaboração própria com base em informação do Serviço Educativo

Os Projetos com Escolas realizados desde 2008 resumem-se da seguinte forma:

Nome do Projeto	Total de Participantes envolvidos nas ações	Atividades
<b>O Espaço – 2008/2009</b>	2279	Sem informação
<b>Meu Douro – 2009/2010</b>	918	Sem informação
<b>2X Espelhos e Identidades – 2010/2011</b>	1168	Sem informação
<b>BIOS – Biografias e Identidades – 2011/2012</b>	1905	(jan. a maio de 2012) 46 oficinas para alunos, 13 para professores, mais 7 ações
<b>2ª Edição do BIOS – Segredos – as pequenas grandes coisas – 2012/2013</b>	1677	66 oficinas para alunos, 10 para professores, mais 9 ações
<b>3ª Edição do BIOS – Cartas – cartas da paisagem e da liberdade – 2013/2014</b>	2078	86 oficinas para alunos, 12 para professores, mais 18 ações
<b>4ª Edição do BIOS – Matéria &lt;=&gt; Ficção – 2014/2015</b>	1776	86 oficinas para alunos, 6 para professores, mais 7 ações

<b>5ª Edição do BIOS – Ficção =&gt; Matéria – 2015/2016</b>	2068	97 oficinas para alunos, 6 para professores, mais 7 ações
<b>6ª Edição do BIOS – Fronteira – 2016/2017</b>	1718	82 oficinas para alunos, 5 para professores, mais 2 ações
<b>7ª Edição do BIOS – Fronteira II – 2017/2018</b>	1566	59 oficinas para alunos, 5 para professores, mais 6 ações
<b>8ª Edição do BIOS – Fronteira III – 2018/2019 (set. a dez. 2018)</b>	378	15 oficinas para alunos, 4 para professores, mais 2 ações

Quadro 23 – Projetos Anuais com Escolas, números de participantes e atividades  
Elaboração própria com base em informação do Serviço Educativo

O total de participantes (crianças, jovens e professores) envolvidos nesta atividade durante o período em análise é de 17.531 pessoas.



Figura 36 - Mostras Finais dos projetos Matéria <=> Ficção (2015) e Ficção => Matéria (2016)  
Fonte: Museu do Douro

O Gráfico 8 demonstra o número e tipo de ações que constituíram cada um dos Projetos enunciados, ao passo que o Gráfico 9 mostra a evolução do número total de participantes envolvidos em cada Projeto. Para o Gráfico 8, só dispomos de dados detalhados desde o ano 2012, pelo que os anos anteriores a esse foram omitidos.

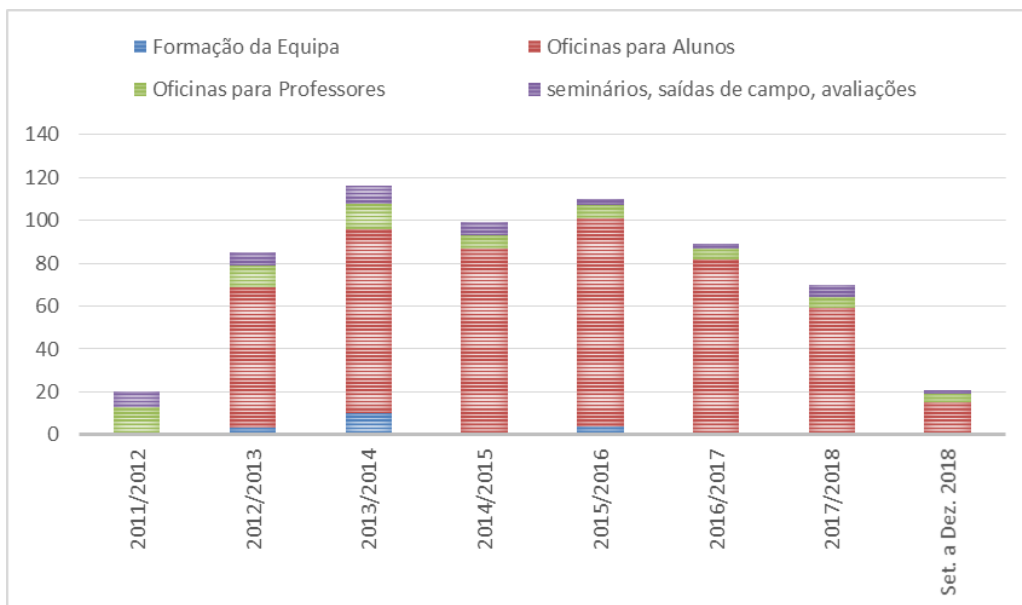


Gráfico 8 - Número de ações por Projeto do SE  
Elaboração própria com base em informação do Serviço Educativo

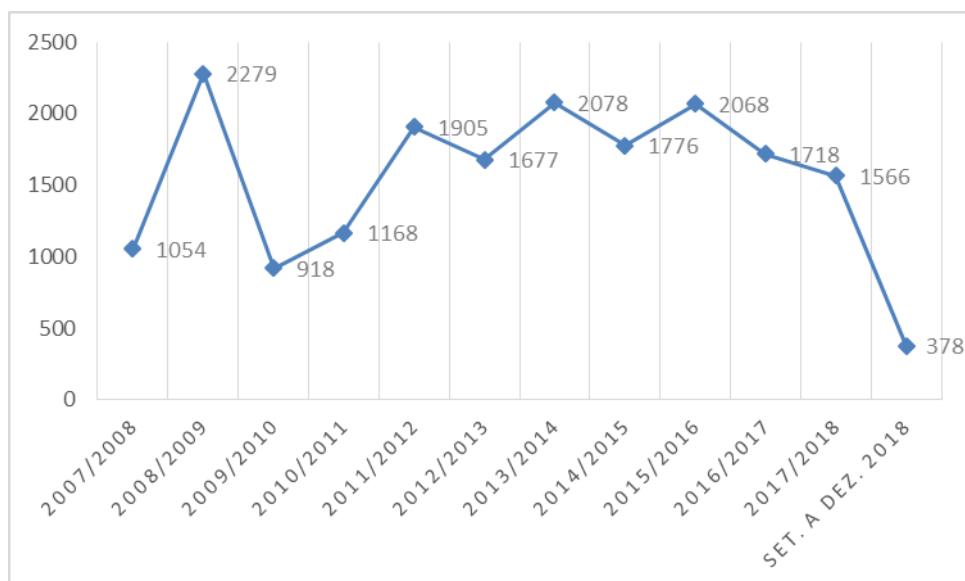


Gráfico 9 - Número total de participantes por projeto do SE  
Elaboração própria com base em informação do Serviço Educativo

#### IV.5.2 – Programa de Oficinas Anuais e Atividades Sazonais

Além dos Projetos anuais com Escolas, o SE mantém um programa de atividades temáticas ou para períodos de férias escolares que passamos a resumir, indicando o número de participantes anuais.<sup>93</sup>

	As Estações no MD em época de férias escolares	Percursos contacto direto com a paisagem	Rogas do SE atividades de vindima tradicional	1ª semana do Mês rotina de oficinas temáticas e experimentais	2+1 abrange áreas como o teatro, o som, a imagem ou a escrita
2009	152	80	51	191	-
2010	160	180	97	1031	-
2011	284	115	27	1187	-
2012	245	172	95	1418	-
2013	280	66	-	1466	-
2014	157	67	-	1621	-
2015	184	-	-	1799	-
2016	146	-	-	-	1790
2017	155	-	-	-	1450
2018	42	118	-	-	1529
Totais	1805	798	270	8712	4769

Quadro 24 - Participantes por Programas e Atividades  
Elaboração própria com base em informação do Serviço Educativo

O total de participantes envolvidos nestas atividades no período em análise é de 16.355 pessoas.



Figura 37 - Oficinas da Primavera no Museu do Douro  
Fonte: Museu do Douro

<sup>93</sup> Informação sobre as atividades pode ser consultada no Apêndice 11.

#### IV.5.3 – Outros Projetos e Ações Educativas

Além dos programas já referidos, o SE também desenvolve projetos de temática e abrangência diversa. Destacamos, pela continuidade no tempo, os projetos Bios - EDP, Café Central, Ler Debaixo de Uma Árvore e Residência L Veiga.<sup>94</sup>

Em resposta a solicitações feitas por instituições da região ou de fora dela, o SE também realiza itinerâncias.

O Quadro seguinte demonstra o número de participantes envolvidos nestas atividades.

	BIOS-EDP	Projetos Café Central Ler Debaixo de Uma Árvore e Residência L Veiga	Outros projetos e atividades	Itinerâncias (por número de ações)
2009	-	-	2318	8
2010	-	-	1602	9
2011	-	-	840	15
2012	-	-	1780	8
2013	432	-	847	8
2014	595	-	777	19
2015	403	-	532	13
2016	83	176	475	9
2017	1318	92	749	-
2018	Mostra Final	84	2144	-

Quadro 25 - Participantes de outros Projetos  
Elaboração própria com base em informação do Serviço Educativo

No conjunto destes projetos e ações (586, no total), o SE trabalhou com 15.247 pessoas, da região e de fora dela. As itinerâncias realizadas foram 89.

Em conclusão, as atividades realizadas pelo SE resumem-se no Quadro 26:

ATIVIDADE	PARTICIPANTES	AÇÕES
<b>Projetos Anuais</b>	<b>17.531</b>	<b>656</b>
<b>Oficinas Anuais e Atividades Sazonais</b>	<b>16.355</b>	<b>?</b>
<b>Projetos e Ações Educativas</b>	<b>15.247</b>	<b>586</b>
Total	<b>49.133</b>	

Quadro 26 - Total de participantes e ações do SE  
Elaboração própria com base em informação do Serviço Educativo

<sup>94</sup> Uma descrição destes e de outros projetos pode ser encontrada no Apêndice 11.

#### IV.6 – Comunicação e presença *online*

Apesar de crucial para o crescimento e desenvolvimento de uma instituição que se quer relevante do ponto de vista educativo, cultural e turístico, a área da comunicação institucional e divulgação foi das que mais sofreu os constrangimentos financeiros sentidos durante grande parte do período em análise. Nos últimos anos, houve um reforço da presença *online*, que permite chegar a um público mais alargado e diferenciado.

O *site* do MD, lançado em 2008 e merecedor da Menção Honrosa da APOM, registou um aumento significativo de utilizadores ano após ano, como demonstra o gráfico no Relatório de Atividades e Contas de 2014, que apresentamos de seguida.

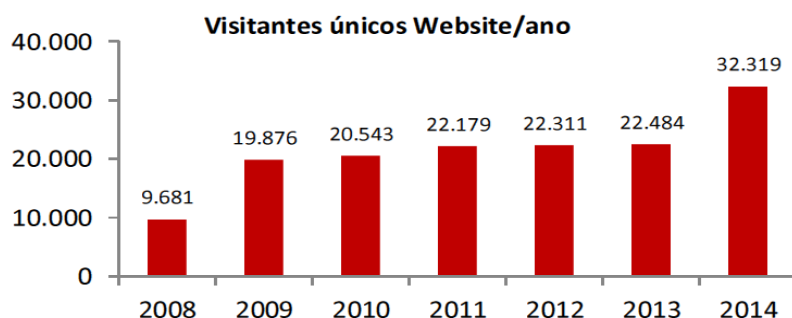


Gráfico 10 - Número de visitantes do *site* do MD até 2014  
Fonte: Relatório de Atividades e Contas 2014:31

Em 2015 a presença do MD *online* foi renovada, nomeadamente pelo lançamento do novo *website* do Museu – que contém um separador para o Serviço Educativo e para a Rede de Museus do Douro<sup>95</sup>; e pela criação da página de Facebook dos Sons do Douro, do SE e da MuD. Disparamos de dados relativos aos utilizadores do *site* e do Facebook do MD em 2017 e 2018, que apresentamos de seguida e que ilustram um crescimento apreciável do número de utilizadores.

	2017	2018	Evolução
<i>Site</i> - utilizadores únicos	14.060	22.979	+ 63%
<i>Site</i> – n.º de visitas	40.154	90.634	+ 126%
Facebook - utilizadores	11.072	12.030	+ 9%

Quadro 27 - Número de utilizadores do *site* e Facebook do MD  
Elaboração própria com base em dados do MD

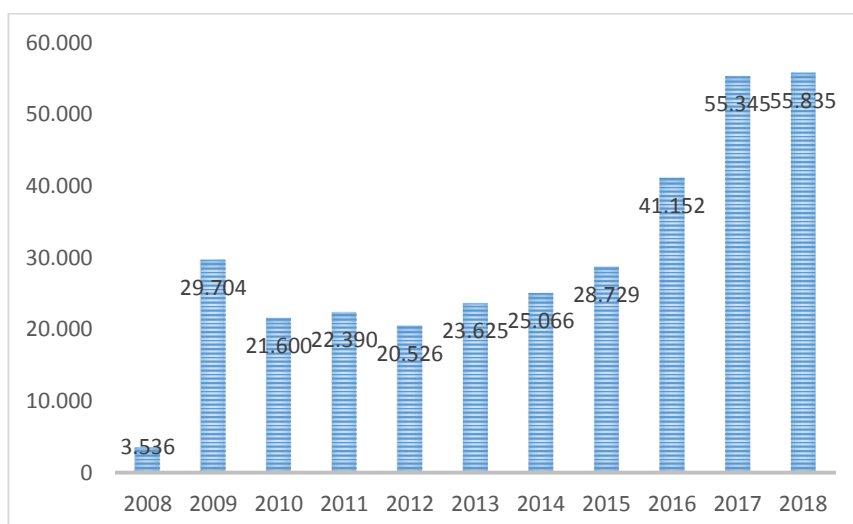
<sup>95</sup> <http://educativo.museudodouro.pt/> e <http://www.museudodouro.pt/rede-museus-douro>.

## IV.7 – Públicos e Prémios

Vimos, nos capítulos introdutórios deste trabalho, que a análise quantitativa de públicos já não é, por si só, reveladora do valor de uma instituição museológica. No entanto, este indicador merece ser considerado porque demonstra o efeito mais imediato do Museu, que é ao nível dos utilizadores do seu edifício e visitantes das suas exposições.

O facto de grande parte das atividades e ações realizadas pelo MD serem disseminadas pela Região, torna difícil a contagem de pessoas envolvidas em cada iniciativa. Por esse motivo, limitamo-nos a fornecer os indicadores de públicos na sede do Museu.

O bilhete de entrada no Museu contemplou sempre a visita de todas as exposições patentes e do próprio edifício, por esse motivo não se consideram números de visitantes por exposição, mas apenas o total global de visitantes do Museu.



Nota: dados de 2008 dizem respeito ao período a partir de 20 de dezembro

Gráfico 11 - Evolução do número de visitantes do edifício-sede do MD  
Elaboração própria com base em dados do MD

Apresentamos de seguida um gráfico que mostra a evolução da percentagem de estrangeiros nos números de visitantes.

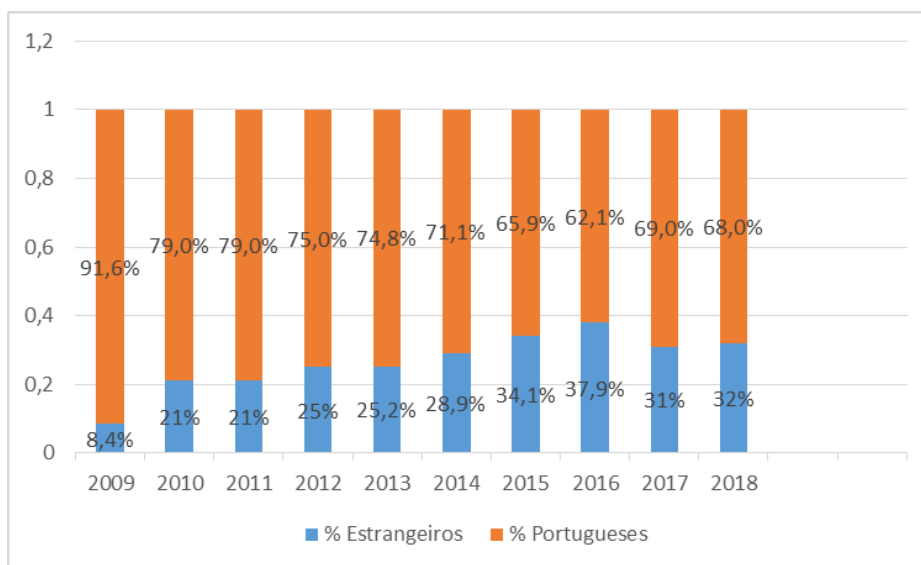


Gráfico 12 - Evolução da percentagem de visitantes nacionais e estrangeiros  
Elaboração própria com base em dados do MD

O número de visitantes encontra-se distribuído de forma muito heterogénea ao longo do ano, caracterizando-se por uma forte sazonalidade, que traz números elevados de visitantes entre os meses de abril e outubro, e uma redução muito significativa nos restantes meses. Apresentamos como modelo ilustrativo desta situação o Gráfico 13, com a distribuição dos visitantes do MD ao longo do ano de 2018. Salientamos que o mês de maio recebeu, além dos visitantes que constam no gráfico, mais 15.000 entradas no âmbito da Meia Maratona do Douro Vinhateiro. Optámos por não incluir este número no gráfico para fornecer uma imagem mais reveladora no fluxo normal de visitantes do MD.

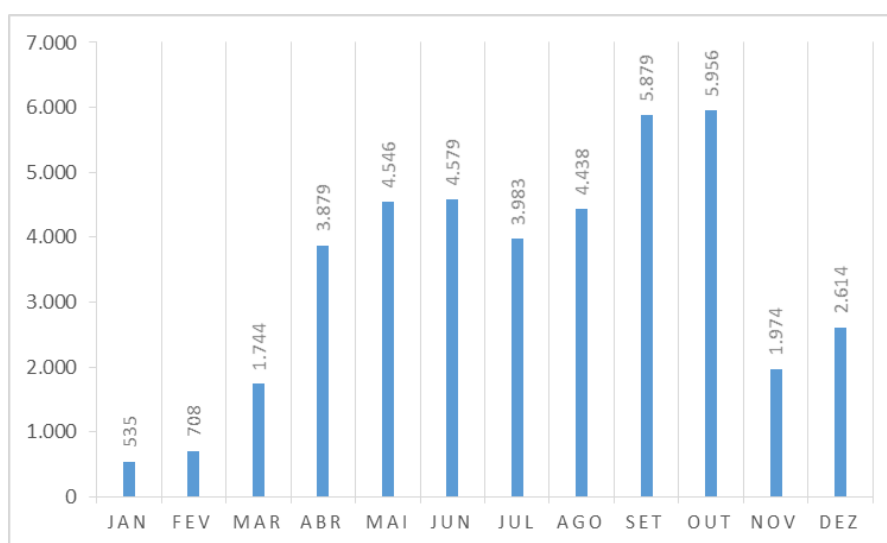


Gráfico 13 - Distribuição do número de visitantes de 2018 por mês  
Elaboração própria com base em dados do MD

No que respeita à distribuição do número total de visitantes por tipologia, o gráfico seguinte toma novamente como modelo o ano de 2018 para revelar os principais grupos nos registos de visitantes do MD.

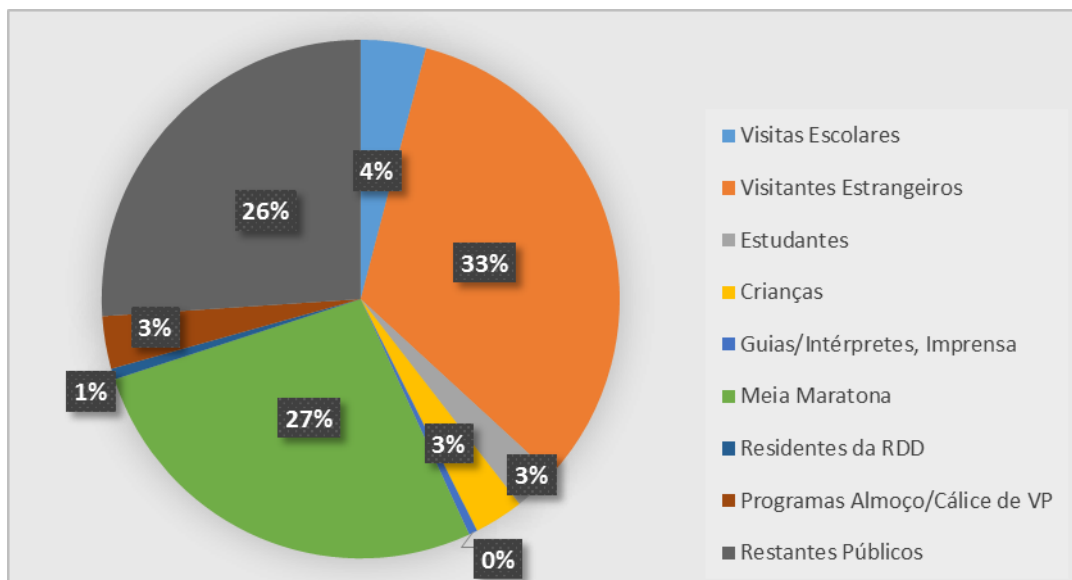


Gráfico 14 - Distribuição dos visitantes do MD em 2018 por tipo  
Elaboração própria com base em dados do MD

As visitas escolares são uma parte significativa da missão de qualquer Museu. Apresentamos de seguida a evolução registada ao nível dos números de alunos em visitas escolares.<sup>96</sup>

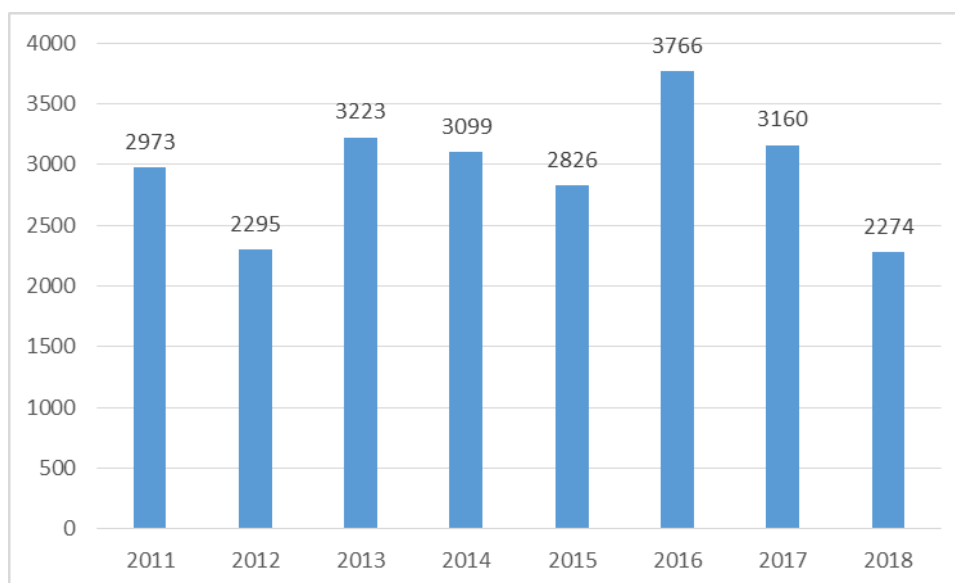


Gráfico 15 - Número de alunos em visitas escolares por ano  
Elaboração própria com base em dados do MD

<sup>96</sup> Uma alteração no sistema de registo de visitas escolares só nos permite ter acesso aos números exatos a partir do ano 2011.

Além do desconto no bilhete de ingresso para habitantes dos concelhos da RDD, a 1 de agosto de 2017 o MD passou a assinalar aos Sábados o “Dia do Duriense”, dias de entrada gratuita no museu para os habitantes da região. Sendo que a atribuição deste benefício está dependente da identificação pelos próprios visitantes, é possível que o número registado fique aquém do verdadeiro número de visitantes provenientes da RDD.

O número de visitantes da RDD identificados desde 2017 é de apenas 533 (dos quais 461 beneficiaram de entrada gratuita), o que indica que se pode melhorar a divulgação deste programa. Apresentamos de seguida um gráfico que mostra quais os concelhos com maior adesão a esta iniciativa.

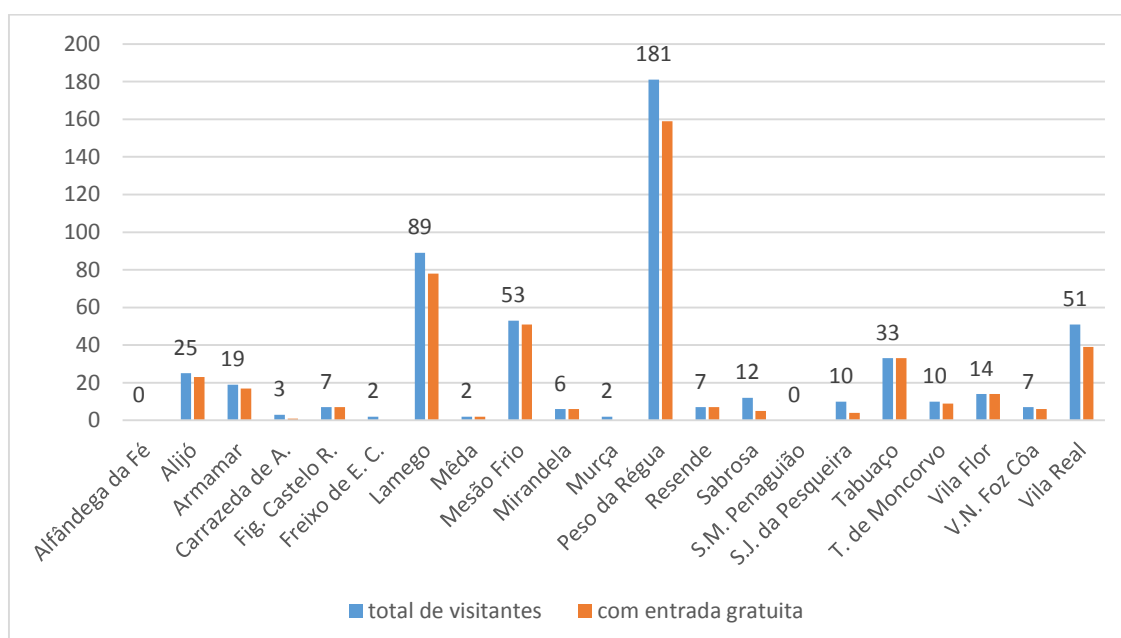


Gráfico 16 - Visitantes por Concelho da RDD e quantos beneficiaram de entrada gratuita  
Elaboração própria com base em dados do MD

Por último, passamos a analisar os resultados de duas parcerias realizadas no sentido de diversificar e completar os programas de visita, primeiro complementando a visita ao Douro com uma viagem de comboio (Programas com a CP); e o segundo, com as Caves Vale do Rodo/Réccua S.A, que permitiu a criação do programa “Laboratório de Sabores”, um conjunto de Provas comentadas por um guia do MD. Apresentamos o número de públicos destes programas no gráfico seguinte.

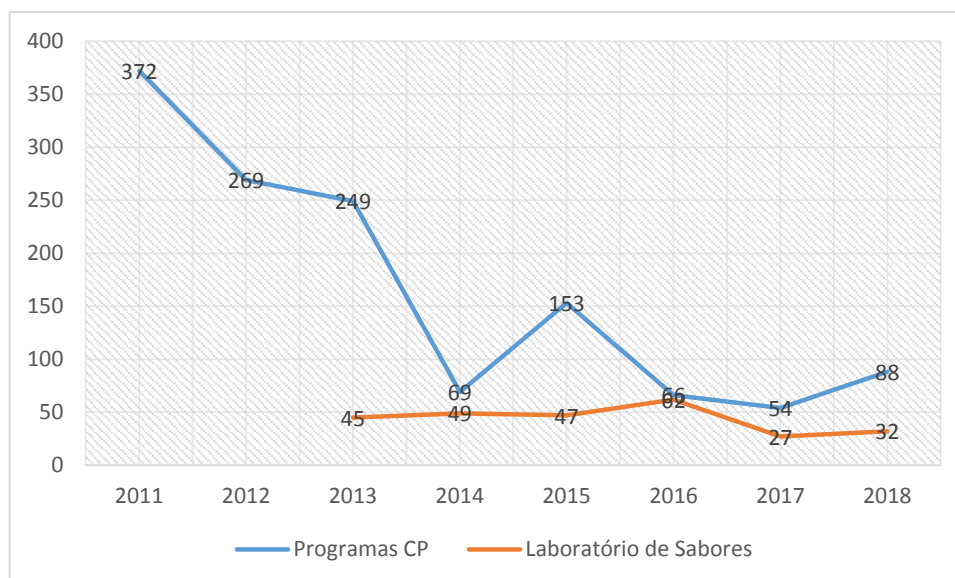


Gráfico 17 - Evolução nos programas do MD com a CP e com a Réccua S.A.  
Elaboração própria com base em dados do MD

Depois de olharmos a alguns pormenores dos números de público visitante das exposições na sede do Museu, passamos agora a observar a contagem de públicos totais das ações do MD. A aferição destes números considera os públicos de todas ações do MD, realizadas no edifício sede ou no território, e as ações realizadas em parceria com outras entidades.<sup>97</sup>

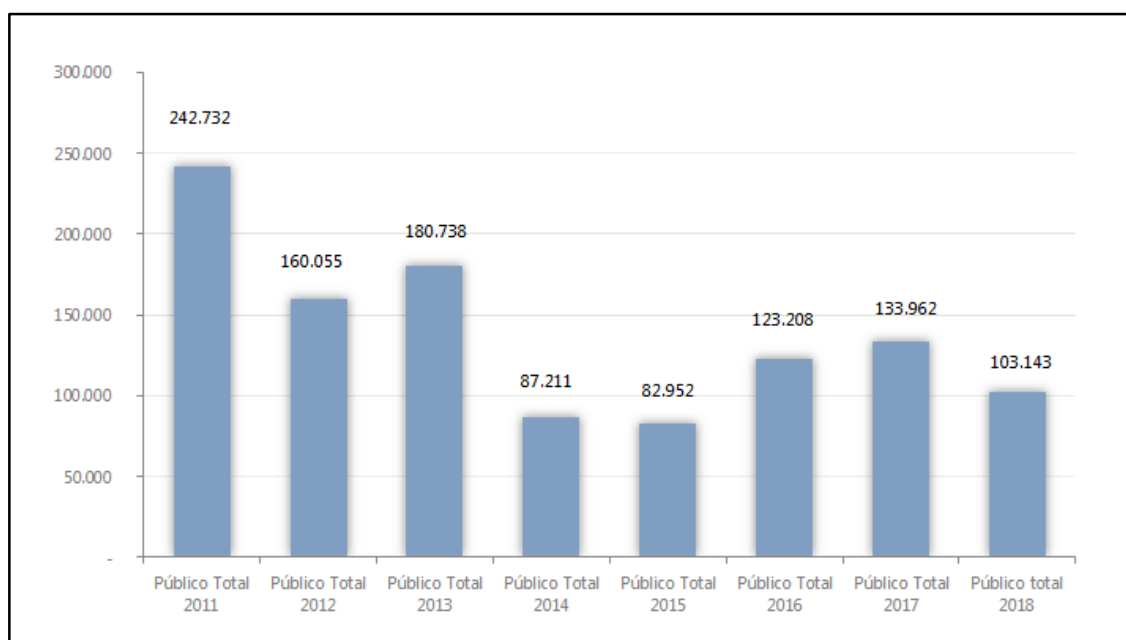


Gráfico 18 - Análise de públicos totais anuais do MD  
Elaboração própria com base em dados do MD

<sup>97</sup> Para esta contagem só dispomos de dados a partir de 2011, pelo que são esses que apresentamos.

Segundo Neves *et al.* (2013), os prémios recebidos são um dos indicadores qualitativos do desempenho de um Museu e de como ele é percebido pelo seu público. Ao longo do período em análise as distinções recebidas pelo MD foram as seguintes:

**Menção Honrosa nos Prémios Nacionais APOM 2008:** categoria de melhor *site*;

**Menção Honrosa nos Prémios do Turismo de Portugal 2009:** categoria de Espaço Museológico de Referência;

**Menção Honrosa do European Museum of the Year Award 2011:** pela qualidade e variedade de programas que contribuem para o conhecimento e orgulho da identidade cultural da RDD;

Finalista no prémio **Micheletti Award 2013**;

**Certificado de Excelência TripAdvisor 2014, 2016:** distinção concedida com base nas avaliações atribuídas pelos utilizadores;

**Best of Wine Tourism 2015 (Global) e 2017 (Regional), categoria de Melhor Experiência em Arte e Cultura:** prémio internacional da Rede Great Wine Capitals;

**Prémios Nacionais APOM 2015, categoria de Melhor Serviço de Extensão Cultural/Serviços Educativos;**

**Menção Honrosa no Wine & Flavours Film Festival 2016,** pelo filme “Gigantes do Douro” (2014) de André Valentim Almeida;

**Portugal Cinco Estrelas 2018 – Categoria Museus:** distinção que mede o grau de satisfação dos utilizadores, tendo como critérios de avaliação as cinco principais variáveis que influenciam a decisão de compra: satisfação pela experimentação, relação preço-qualidade, intenção de compra ou recomendação, confiança na marca e inovação;

**Menção Honrosa nos Prémios Nacionais da APOM 2018 – Categoria Inovação e Criatividade:** prémio atribuído pelo projeto *Sons do Douro*;

**Douro Creative HUB – Categoria de Projetos já realizados no âmbito das Indústrias Criativas:** pelo projeto *Sons do Douro*.

## Capítulo V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após um olhar detalhado sobre as várias “frentes de ação” deste Museu de Território, concentradas no edifício-sede e disseminadas pela região, passamos a avaliar essa atuação à luz dos princípios da Nova Museologia, segundo os critérios propostos pelos teóricos referidos na revisão da literatura. Estes pronunciaram-se acerca dos atributos relevantes das instituições museológicas contemporâneas, que cobrem uma análise simultaneamente quantitativa e qualitativa. Tomaremos também em conta as recomendações proferidas por Varine especificamente para o caso do MD, aquando da sua visita a Portugal, em 2007.

Relembramos, no entanto, a dificuldade de produzir uma síntese justa da vida do Museu.

*A parte visível (exposições, obras, projectos, música, edições, filmes, etc.) é fácil de apresentar. Números, mapas e informação organizada são o seu suporte, mas a parte oculta da actividade em que se procura uma imagem standard, uma linha de pensamento e de interesses só é visível atrás do espelho que é o museu de território (Relatório de Atividades e Contas 2008:7).*

Se, como referido anteriormente, “um museu é tanto melhor quanto mais for usado” (Kington, 1940:101 cit. por Mendes, 2013), estes são os critérios possíveis para uma análise quantitativa da atuação do MD segundo Mendes (2013).

Critérios de análise	Análise quantitativa (20 dez. 2008-2018)
Exposições (permanentes, temporárias e itinerantes)	Permanentes: 2 Temporárias: 88 (41 de produção própria) Itinerâncias: 157
Publicações	97
Datas Comemorativas	111 atividades realizadas
Encontros/conferências do MD	20 encontros, 48 atividades realizadas
Outros encontros/conferências realizados	62 encontros, 163 atividades realizadas
Programa Douro Vivo	57 ações, 6000 pessoas
Programa Entre Margens	154 ações, 448.616 pessoas
Ações de animação cultural	110 iniciativas, 323 atividades realizadas
Presenças institucionais	99
Formações ministradas/estágios orientados	25 formações/ 74 estágios
Fichas de Inventário preenchidas (acervo)	35.792
Espaço de estanteria ocupado (Arquivo)	887,19 metros/lineares
Participantes em ações do SE	49.133 pessoas
Utilizadores do edifício-sede	327.508 pessoas
Contagem de público geral (2011 a 2018)	1.114.001 pessoas

Quadro 28 - Análise Quantitativa das ações do MD  
Elaboração própria com base em dados do MD

No que respeita à análise qualitativa, Neves *et al.* (2013) sugere como indicador os prémios recebidos, que evidenciam os aspetos em que a ação do Museu se destacou. O MD arrecadou duas distinções do Trip Advisor e uma do Portugal 5 Estrelas, que têm a ver com a apreciação do público visitante. O SE mereceu a distinção de melhor Serviço Educativo da APOM e o projeto Sons do Douro conta já com duas distinções (uma a nível nacional e outra regional). Os restantes prémios são ao nível do trabalho museológico e da programação.

Para Varine (2013), os parâmetros de análise qualitativa de um museu podem ser divididos em três áreas: Cultural (ligado à gestão do património do território), Social (com impacto na vida da comunidade e na coesão social) e Económica.

	Cultural	Social	Económico
Ações de educação patrimonial ministradas à população	✓	✓	
Ser centro de recursos e documentação/banco de dados	✓		
Trabalho em rede/formação de rede de Museus	✓		✓
Promoção de iniciativas culturais	✓	✓	✓

Varine (2007) e Davis (2005) salientaram a importância das ações de educação patrimonial ministradas à população. A educação patrimonial, como explica Varine (2007), não se limita à educação formal ministrada nas escolas, mas é uma educação global, que tem por objetivo mudar a atitude da população sobre o seu património. É ela que dá ao cidadão comum a consciência clara da sua herança.

Relembramos Mendes (1999), que demonstra que a função educativa é da maior relevância entre as finalidades dos museus. Citando Harrison (1948-49:2), o autor aponta que “tudo o que se faz num museu tem valor educativo, mesmo na ausência de toda a intenção deliberada”, desde o arranjo e cuidado na apresentação das peças, à amabilidade e convicção do pessoal, passando pela qualidade estética das instalações e materiais.

A produção de exposições itinerantes é uma forma imediata de produzir efeitos disseminados pelo território; outra é a animação cultural. Se não se pode descentralizar coleções, pode-se facilmente descentralizar a atividade cultural do museu e este é um dos meios mais eficazes de tornar as coleções acessíveis e de produzir impactos, sobretudo em populações rurais (Júnior *et al.*, 2012; Varine-Bohan, 1976).

Podemos afirmar que todas as ações culturais elencadas no subcapítulo IV.3 (Comemorações; Encontros, Conferências e Tertúlias; Animação Cultural; Presenças Institucionais e Divulgação; Formação e Parcerias Institucionais) encerram uma faceta de educação patrimonial, no sentido em que centram a sua atenção nos vários tipos de Património, dando-lhe visibilidade, valorizando-o e sensibilizando os participantes para as questões ligadas à sua preservação. Especificamente, apontamos iniciativas como as investigações e exposições “Arquiteturas da Paisagem Vinhateira” e “Marcos Pombalinos” e as intervenções no âmbito do Projeto Identificar para Conservar como exemplos maiores da ação educativa específica para as questões do território ministrada a um público alargado.

Hobma (2014) explica que, se o visitante de um território se apercebe das ligações entre os elementos da paisagem, isso depende da qualidade da informação interpretativa que lhe chega, para o que contribuem as exposições e as mesas de interpretação da paisagem referidas no ponto IV.4.1.

Da mesma forma, a abertura do “outro lado do museu”, que permite um contacto direto com os técnicos e os espaços onde se trabalha o acervo e o arquivo do Museu, que é ao mesmo tempo da Região, as datas comemorativas e toda a ação pelo SE do MD comportam um valor educativo intrínseco.

Nas recomendações de Varine (2007) para o MD, aquele refere que um museu desta natureza deve manter um centro de documentação e constituir um banco de dados disponível a um público alargado. Neste âmbito, podemos afirmar que, graças aos vários protocolos celebrados com instituições e empresas da região, o Arquivo tem vindo a ser enriquecido, estando já ocupada cerca de 45% da capacidade de estanteria. Salientamos o trabalho que tem sido feito ao nível do tratamento do Arquivo da Real Companhia Velha, onde se encontra descrita com pormenor toda a história da Demarcação. A disponibilização desta informação *online* (que descrevemos no ponto IV.4 – Serviços de Museologia) é crucial para garantir o acesso alargado e livre à informação.

Outras formas de disponibilização da informação são as publicações editadas, e as próprias exposições, que constituem simultaneamente a fonte e o resultado de um trabalho de pesquisa. Por fim, destacamos o trabalho levado a cabo pelo SE na recolha de “Histórias na

1ª pessoa”, que permite a formação de uma coleção imaterial de narrativas pessoais únicas, ligadas à vivência e ao espírito do território e dos seus habitantes.

Outro aspeto sublinhado por Varine (2007) – e pela maioria dos autores – tem a ver com a necessidade de criar uma dinâmica de trabalho em rede, não só entre a rede de museus, mas com outras instituições dos vários sectores. Neste ponto, queremos lembrar as iniciativas enunciadas no âmbito da Rede MuD, que incluem não só o apoio ao nível do tratamento e exposição de acervos, mas também ao nível da programação conjunta entre os vários Núcleos e restantes estruturas museológicas da região. Como referimos, o bom trabalho levado a cabo neste âmbito já mereceu diversas solicitações para partilha das boas práticas e princípios.

Como manifestações deste trabalho em rede podemos destacar a realização de itinerâncias, o assinalar das datas comemorativas, encontros e conferências e as parcerias com entidades ligadas à cultura e ao vinho que listámos no ponto IV.3.6, e com instituições escolares e educativas, no caso das ações do SE.

Varine (2007) refere também a importância da promoção ou apoio à realização de iniciativas culturais. Sobre elas versa todo o nosso ponto IV.3. Aquelas iniciativas produzem efeitos a nível interno, de melhoria e desenvolvimento da qualidade de vidas das populações, reforço do seu sentido de identidade e responsabilização pelo seu legado; ao mesmo tempo, atraem a atenção e a visita de pessoas “externas” ao território, que trazem capital e desenvolvimento e levam a sensibilidade para as questões ligadas àquele património específico.

Parece-nos, no entanto, haver uma lacuna ao nível do contacto com a vizinhança do Museu, uma vez que a ação de abordagem aos “vizinhos do Museu” pela distribuição de vouchers de visita gratuita para que pudessem conhecer o Museu (referida no Apêndice 6, no ano de 2012), não surtiu efeitos visíveis. A este respeito Gonçalves (2007) sugere ações que proporcionem essa aproximação, nomeadamente dando à população local um papel mais ativo na gestão da operação turística e um intercâmbio ente turistas e os residentes. Fala concretamente na criação de pacotes de fim-de-semana ou programas de entretenimento para participantes em seminários e seus acompanhantes e em bilhetes alargados com desconto noutras atrações ou serviços.

Ao nível orgânico e de funcionamento interno da instituição museológica, os autores apontam-nos os seguintes parâmetros:

- Ao nível da gestão, vimos que a maioria dos autores apontam a gestão partilhada entre especialistas, instituições e a população como uma das principais marcas da Nova Museologia, principalmente para as tipologias museológicas de cariz mais comunitário ou ecomuseológico. No entanto, a génese do Museu do Douro enquanto criação por um Decreto-Lei, um projeto de valor e relevância a nível nacional e com um território de influência tão vasto, tornaram o modelo de gestão fundacional o mais adequado, uma vez que concilia os contributos da administração central (Ministério da Cultura), da administração local (Municípios) e de agentes e empresas públicos e privados da região.

- Num âmbito próximo da gestão, Gonçalves (2007) refere a importância de o museu dispor de recursos próprios, sejam eles financeiros, físicos e humanos. Vimos na caracterização formal que fizemos do MD no capítulo III que, por ser uma Fundação, o MD foi dotado destes recursos essenciais à prossecução dos seus objetivos. Ao longo dos anos tem sido feito um esforço, por parte da administração, no sentido de aumentar o número de fundadores e mecenas ligados ao MD. Os sucessivos anos de conjuntura desfavorável e de incumprimento das dotações devidas da parte de alguns fundadores, levaram a que a estrutura de proveitos e custos que vimos no ponto III.1.1 fosse revista e alterada para se tornar sustentável e equilibrada.

- Varine (2007) refere também como condição para a relevância de um museu no seu território, aquele constituir um lugar com importância económica e de apoio aos promotores de iniciativas culturais. Sabemos que a existência de um museu, por si só, já constitui um fator de atração turístico e dinamização cultural. No caso do MD, esse potencial é ampliado por iniciativas de animação cultural em grande escala, como foram os programas Douro Vivo, Entre Margens e Sons do Douro. Está em fase de execução o novo projeto CRIVO – Centro de Artes do Saber Fazer, que prevê a criação de um ponto de encontro entre as artes tradicionais e o público.

- Gonçalves (2007) e Davis (2005) falam nas questões ligadas à missão do museu, que deve estar claramente definida e ter a qualidade de se perpetuar no tempo. Diversos documentos oficiais do MD, como relatórios de atividades ou o próprio *site*, citam partes da Missão Institucional que ficou definida logo no texto da Lei de criação, tanto do MD

como da FMD (que citámos no ponto III.1). Iniciativas como o Entre Margens – que proporcionou um levantamento fotográfico exaustivo da região –, ou os concursos de fotografia contemporânea, sugerem novas perspectivas e leituras – contemporâneas – do mesmo Douro, tantas vezes já retratado nos moldes que conhecemos, em composições tipo “postal”, de rio, montanha e vinha.

Um outro exemplo desta ligação é o facto de o filme-documentário “Gigantes do Douro” não se limitar a compilar imagens históricas do Douro pitoresco e selvagem, mas combiná-las com imagens do Douro contemporâneo, da enologia científica, da tecnologia aplicada aos trabalhos e do turismo de luxo.

Concluimos que o conjunto destas valências conferem ao MD aquilo que Gonçalves (2007) classificou como “eficácia global”, isto é, ser capaz de fazer a diferença e produzir impacto. Isto torna o Museu aquilo que Varine (2007) idealizou para o caso específico do Douro: um pólo de dinamização do seu território, a nível cultural, social e económico.

Ao elaborar este trabalho, fica também mais clara a perceção dos aspetos a merecer alguma atenção. Apercebemo-nos que não houve, no período analisado, estudos detalhados ao nível dos públicos do Museu, de forma a conhecer os principais segmentos e os seus interesses, para poder criar uma programação que leve em conta os diferentes utilizadores e *stakeholders*. Carvalho (2016) enfatiza a necessidade de se conhecer o público para quem se trabalha. Enquanto esse trabalho não for feito, o público continua a ser um conceito algo abstrato e será difícil precisar que mudanças se pretende alcançar com cada ação.

Vimos também em algumas das fontes consultadas a referência ao papel importante das Associações de Amigos de Museus na dinamização dos programas e na aproximação do Museu à comunidade. Poderá ser um fator de valorização do MD no seu território, se a Associação de Amigos for capaz de renovar as suas atribuições, de modo a ser novamente relevante.

## Capítulo VI – CONCLUSÃO

A vida e ação de um museu, não nos cansamos de relembrar, não pode ser sintetizada em estudos nem estatísticas. Muitos dos efeitos gerados (como os que enunciámos ao longo da nossa análise) não têm uma qualidade mensurável e produzem apenas manifestações subtis e perceptíveis apenas no médio ou longo prazo.

Além da dificuldade de formar uma base teórica que pudesse sustentar a análise que nos propusemos apresentar, deparámo-nos com outros obstáculos de ordem diversa:

- A maioria dos estudos sobre a região do Douro (nomeadamente os de turismo) só são feitos uma vez e não há continuidade, pelo que não é possível perceber tendências ao longo do tempo;
- As estatísticas nacionais são feitas por NUT, o que dificulta a aferição de dados sobre a RDD que, como referimos, não corresponde a nenhuma delimitação territorial formal;
- A consulta de diferentes fontes estatísticas sobre Museus revela números e dados muito diversos. Isto deve-se, acima de tudo, à diferença de critérios na classificação de um espaço como Museu;
- A maioria das ações do Museu (não só deste em específico, mas de todos os outros) tem carácter qualitativo, o que dificulta a sua apresentação de forma objetiva. É o caso das ações de restauro e das atividades do Serviço Educativo;
- A maioria das atividades culturais do MD não é passível de uma contagem de públicos exata, pelo que é difícil aferir quantas pessoas envolveram, fazendo-se apenas uma estimativa.

Realizado este trabalho inicial, haverá espaço para aprofundar a temática dos impactos produzidos pelo Museu do Douro, não só na Região, mas na imagem projetada por ela a nível nacional e internacional.

Fica por conhecer a visão das pessoas – visitantes, locais, responsáveis da administração local, agentes educativos, próprios colaboradores – sobre o Museu. Davis (2005) sugere o interesse de conduzir entrevistas juntos das comunidades para perceber como as pessoas se referem ao museu e de que forma este influenciou a sua vida social e intelectual.

Ao mesmo tempo, pode-se vir a aprofundar ao nível institucional como evoluiu o discurso da instituição e o que é que esta pretende ser para a comunidade e para a região.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, R. (2012). A metrópole contemporânea e a proliferação dos “museus-espetáculo”. *Anais do Museu Histórico Nacional* vol. 44, 53-71.
- ALMEIDA, C. A. F. (1993). Património – Riegl e Hoje. *Revista da Faculdade de Letras – História*, n.º 10, 407-416.
- ANDRESEN, T. & REBELO, J. (2013). *Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro - Paisagem Cultural Evolutiva Viva, Volume 1 - Relatório de Avaliação*. Porto: CCDRN/EMD, CIBIO UP/UTAD.
- ANTUNES, S., VARELA, V. & NABAIS, A. (2008). *Museus do Vinho: Instrumentos de desenvolvimento local inseridos no mundo global*. Comunicação apresentada no I Encontro de Museus da Vinha e do Vinho em Portugal – Peso da Régua, São João da Pesqueira. Disponível em <http://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/Antonio%20Nabais.pdf>.
- BARROS, A. J. M. (Ed.). (2012). *Descrição do Terreno ao Redor de Lamego Duas Léguas [1531-1532] de Rui Fernandes*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- BERNARDO, E. (Coord.). (2018). Para um enfoque territorial do turismo no Douro [número especial]. *PASOS – Revista de Turismo Y Patrimonio Cultural – Colección PASOS Edita*, 21.
- BIAGIOLI, G., PRATS, M. & BENDER, J. (Ed.). (2012). *European Guidelines for Wine Cultural Landscape Preservation and Enhancement – with special regard to endangered areas and vineyards*. Itália: Vitur Landscape Project.
- BONDÍA, J. L. (2002, janeiro/abril). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 20-28.
- BRAMBILLA, A. (2015). *Cultura e Enoturismo: um estudo na Região Demarcada do Douro* (Tese de Doutoramento). Disponível em [https://ria.ua.pt/bitstream/10773/18309/1/adriana\\_TESE%20.pdf](https://ria.ua.pt/bitstream/10773/18309/1/adriana_TESE%20.pdf).
- CARDOSO, M. M. (2016). Centro de Memórias do Museu do Trabalho Michel Giacometti. In A. Carvalho, *Participação: Partilhando a Responsabilidade* (95-102). Almada: Acesso Cultura.
- CARMO, L. A. (2006, janeiro/junho). O Desenvolvimento do Turismo Local: a importância da informação como fator de potencialização turística. *PRETEXTO*, vol.7, n.º 1, 63-68.
- CARRERA, C. (2002). *Vinho do Porto e a Região do Douro – História da Primeira Região Demarcada*. Sintra: Colares Editora.
- CARRERA, C. (1999). *Vinhos de Portugal: da vinha ao vinho – variedades e regiões*. Sintra: Colares Editora.
- CARVALHO, A. (2016). *Museus e Diversidade Cultural – da representação aos públicos*. Casal de Cambra: Caleidoscópio e Direção Geral do Património Cultural.
- CARVALHO, A. & FALANGA, R. (2016). Da Democratização das Formas de Governação na Política à Partilha de Autoridade no Campo dos Museus e do Património. In A. Carvalho, *Participação: Partilhando a Responsabilidade* (29-44). Almada: Acesso Cultura.

- CARVALHO, P. D. C., SALAZAR, A. M. P. L. V. B. K. & NEVES, J. M. O. (2011). A imagem percebida e o perfil do turista de um destino turístico cultural: o caso do Alto Douro Vinhateiro, Património da Humanidade. In *Actas das Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica, 21*. Córdova: ETEA – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales.
- CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte). (2011). *Avaliação do Nível de Satisfação dos Turistas na Região Norte – Douro: resultados globais 2010/2011*. Disponível em [http://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros\\_ccdrn/missaodouro/satisfacao\\_turistas\\_douro\\_20110926.pdf](http://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros_ccdrn/missaodouro/satisfacao_turistas_douro_20110926.pdf).
- CHAGAS, M. & GOUVEIA, I. (2014, dezembro). Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM, Ano 27, n.º 41*, 9-22. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168/showToc>.
- CELLARD, A. (2012). A análise documental. In J. Poupart, J. Deslauriers, L. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer & A. P. Pires, *A Pesquisa Qualitativa – Enfoques epistemológicos e metodológicos (3ª ed.)* (pp.295-316). Petrópolis: Editora Vozes.
- CLIFFORD, J. (1997). *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge: Harvard University Press.
- COHEN, L., MANION, L. & MORRISON, K. (2007). *Research Methods in Education (6.ª ed.)*. Abingdon: Routledge.
- CORREIA, R. & BRITO, C. (2012). Influência recíproca entre empresas e destino turístico: o caso Aquapura no contexto da região do Douro. *Revista Turismo & Desenvolvimento, n.º 17/18*, 1711-1723.
- DAVIS, P. (2005). Standards, performance measurement and the evaluation of ecomuseum practice and ‘success’. In *Communication and Exploration – Guiyang China 2005: Documenti di lavoro di Trentino Cultura, n.º 9*, 73-79. Trento: Provincia Autonoma di Trento.
- DEBARY, O. (2000). L’ecomusée est mort, vive le musée. *Publics et Musées, n.º 17-18, L’ecomusée : rêve ou réalité*, 71-82. doi: <https://doi.org/10.3406/pumus.2000.1156>.
- DESVALLÉES, A. & MAIRESSE, F. (Edit.). (2010). *Key concepts of Museology*. Paris: Armand Colin.
- DUARTE, A. (2013). Nova Museologia : os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. *Revista Museologia e Património, vol. 6, n.º 2*, 99-107. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/issue/view/16/showToc>.
- DUCLOS, J. (2005). Depuis Rivièrè.... *Le Monde alpin et rhodanien. Revue régionale d’ethnologie, n.º 1-4 – Mémoire, patrimoine et musées*, 139-150. doi: 10.3406/mar.2005.1883.
- FARIA, Â. S. (2010). *MUSEU DA CIDADE – Um Crescimento Ilimitado Ampliação e Reestruturação dos núcleos dos séculos XX e XXI* (Dissertação de Mestrado). Disponível em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3338>.
- FAUVRELLE, N. (2006). O Douro das quintas do Cima Corgo. In *Viver e Saber Fazer – Tecnologias Tradicionais na Região do Douro* (181-239). Peso da Régua: Museu do Douro.
- FERNANDEZ, L. A. (1993). *Museología: introducción a la teoría y práctica del museo*. Madrid: Editora Istmo.

- FERREIRA, J. F. C. (2012). *A sustentabilidade do Alto Douro Vinhateiro: Realidade ou utopia? Contributo para a avaliação e melhoria da sustentabilidade da Região* (Tese de Doutoramento). Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/8614>.
- FERRETTI, F. (2013). «Eles têm o direito de expulsar-nos» : a Nova Geografia Universal de Élisée Reclus. *Espaço e Economia, Ano II, n.º 3*. doi: 10.4000/espacoeconomia.513.
- FIGUEIREDO, O. M. M. L. (2014). *Políticas e Estratégias do Turismo no Desenvolvimento do Douro – O impacto no concelho de Vila Nova de Foz Côa* (Dissertação em 2º Ciclo de Estudos). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/77522>.
- GARCÍA, C. O. (1975). La Casa del Museo, Mexico, D.F.: une expérience de «musée intégré». *Museum – Musée moderne, musée vivant: réflexions, expériences, vol. XXVII, n.º 2*, 71-77.
- GIL, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social (6.ª ed.)*. São Paulo: Atlas.
- GIL, F. B. (1993). O Objecto Como Gerador de Informação. In M. B. Rocha-Trindade, *Iniciação à Museologia* (77-86). Lisboa: Universidade Aberta.
- GODOY, K. E. & MORETTONI, M. M. (2017, agosto). Aumento de público em museus: a visitação turística como realidade controversa. *Caderno Virtual de Turismo, vol. 17, n.º 2*, 133-147. doi: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.17n2.2017.1163>.
- GONÇALVES, A. R. (2007). *Museus, Turismo e Território: como podem os equipamentos culturais tornar-se importantes atrações turísticas regionais?* Comunicação apresentada no Congresso Internacional de Turismo da Região de Leiria e Oeste, Peniche. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/316169906\\_Museus\\_Turismo\\_e\\_Territorio\\_Como\\_podem\\_os Equipamentos\\_culturais\\_tornar-se\\_importantes\\_atraccoes\\_turisticas\\_regionais\\_Introducao](https://www.researchgate.net/publication/316169906_Museus_Turismo_e_Territorio_Como_podem_os Equipamentos_culturais_tornar-se_importantes_atraccoes_turisticas_regionais_Introducao).
- GOUVEIA, P. H. (2016). Dez Ideias Feitas sobre Participação. In A. Carvalho, *Participação: Partilhando a Responsabilidade* (83-90). Almada: Acesso Cultura.
- GUERREIRO, A. (2016, 2 de novembro). O Património e os media. *Revista Punkto*. Disponível em <https://www.revistapunkto.com/2016/11/o-patrimonio-e-os-media-antonio.html>.
- HERITAGE SASKATCHEWAN & Museums Association of Saskatchewan. (2015). *Ecomuseum Concept: A Saskatchewan Perspective on “Museums without Walls”*. Saskatchewan: Edição de autor.
- HOBMA, H. (2014). *Digital killed the labelling star: approaching the territory-museum with mobile technology* (Dissertação de Mestrado). Disponível em <https://opus.uleth.ca/handle/10133/3542>.
- HOLSTEIN, M. S. (1875). *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal – A organização dos Museus e o serviço dos Monumentos Históricos e da Archeologia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- JÚNIOR, J. N., TRAMPE, A. & SANTOS, P. A. (2012). *Mesa Redonda de Santiago de Chile 1972, vol. I*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus.

- KRIPKA, R. M. L., SCHELLER, M. & BONOTTO, D. L. (2015, julho-dezembro). Pesquisa Documental na Pesquisa Qualitativa: conceitos e caracterização. In *Revista de investigaciones UNAD*, vol. 14 n.º 2, 55-73. Disponível em <http://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/viewFile/1455/1771>.
- LEITE, P. P. (2014, dezembro). A nova museologia e os movimentos sociais em Portugal. *Cadernos do CEOM*, Ano 27, n.º 41, 193-223. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168/showToc>.
- LOUREIRO, C. M. E. V. (2014). *Contextualização Museológica no Pós 25 de Abril (1974-1976)* (Relatório de Projeto). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/81001>.
- LYNCH, B. (2011). *Whose cake is it anyway? A collaborative investigation into engagement and participation in 12 museums and galleries in the UK*. Londres: Paul Hamlyn Foundation.
- MADUREIRA, L. (2005). Continuidade e mudança na paisagem do Alto Douro Vinhateiro: percepção, atitudes e preferências dos visitantes e turistas. *Douro – Estudos & Documentos*, n.º 19, 43-53.
- MAGGI, M. (2005). Ecomuseums worldwide: converging routes among similar obstacles. In *Communication and Exploration – Guiyang China 2005: Documenti di lavoro di Trentino Cultura*, n.º 9, 63-67. Trento: Provincia Autonoma di Trento.
- MAIRESSE, F. (2000). La belle histoire, aux origines de la nouvelle muséologie. *Publics et Musées*, n.º 17-18, *L'écomusée: rêve ou réalité*, 33-56. doi: <https://doi.org/10.3406/pumus.2000.1154>.
- MARQUES, H. T. (2006). Douro: a construção de um território. In *Viver e Saber Fazer – Tecnologias Tradicionais na Região do Douro* (73-101). Peso da Régua: Museu do Douro.
- MARQUES, C. P. (s/d). *Marketing do destino Douro – O papel da imagem afectiva*. Disponível em [http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/Marques\\_marketing.pdf](http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/Marques_marketing.pdf).
- MARTÍNEZ, S. G., RAFAEL, L. & TORRES, C. (2016). Mértola Vila Museu: um projeto arqueológico de desenvolvimento integrado. *Revista Arqueologia Pública*, vol. 10, n.º 3, 55-80. doi: 10.20396/rap.v10i3.8645842.
- MEDEIROS, L. V. M. (2010). *Aldeias Vinhateiras: aldeias com vida? Estudo de caso das aldeias de Favaios e Provesende* (Dissertação de Mestrado). Disponível em <https://repositorio.utad.pt/handle/10348/695>.
- MENDES, J. A. (2013). *Estudos do Património – Museus e Educação* (2ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MENDES, J. A. (1999) – O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências actuais. *Didaskalia*, vol. XXIX, 667-692.
- MONTANARI, E. (2013). Local Museums as Strategic Cultural Forces for 21<sup>st</sup> Century Society. In L. B. Peressut, F. Lanz & G. Postiglione, *European Museums in the 21<sup>st</sup> Century: Setting the Framework*, vol.3 (534-573). Milão: Mela Books.
- MOREIRA, M. A. N. (2017, maio/agosto). Estudos da paisagem e elaboração de roteiros turísticos. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, vol.3, n.º 2, 44-52. doi: <http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v3i2.430>.

- MOTA, G. & LOSADA, N. (2017). Promoção Turística nos Websites Municipais: O caso da Região do Douro (NUT III). *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n.º47. Disponível em <http://www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER47/47.4.pdf>.
- MUSEU DO DOURO (2014). *Paisagem: Matéria <=> Ficção*. Peso da Régua: Museu do Douro.
- NABAIS, A. J. C. M. (1993a). Museus na Actualidade. In M. B. Rocha-Trindade, *Iniciação à Museologia* (63-76). Lisboa: Universidade Aberta.
- NABAIS, A. J. C. M. (1993b). Museus de Região. In M. B. Rocha-Trindade, *Iniciação à Museologia*, (257-266). Lisboa: Universidade Aberta.
- NABAIS, A. J. C. M. & CARVALHO, J. M. C. (1993). O Discurso Expositivo. In M. B. Rocha-Trindade, *Iniciação à Museologia* (135-146). Lisboa: Universidade Aberta.
- NABAIS, A. (1985). The development of ecomuseums in Portugal. *Museum – Images of the ecomuseum*, n.º 148, vol. XXXVII, n.º 4, 211-216.
- NEVES, J. S. (coord.), SANTOS, J. A., LIMA, M. J. (2013). *O Panorama Museológico em Portugal: os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI*. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural.
- PARKHURST, S. (1996). A região na aldeia - uma etnografia sobre a produção local de regionalidade no Alto Douro. *Douro – Estudos & Documentos*, vol. I (1), 119-175.
- PAUPÉRIO, E., ROMÃO, X., VASCONCELOS, D. & FERREIRA, T. (ICOMOS Portugal). (2014, janeiro/junho). Alto Douro Vinhateiro Património Mundial – Índices Socioeconómicos: balanço de uma década [versão eletrónica]. *Revista Pedra & Cal*, n.º 56, 28-31. Disponível em [http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev56\\_Revista\\_Completa.pdf](http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev56_Revista_Completa.pdf).
- PEREIRA, G. M. (2006). A evolução histórica. In *Viver e Saber Fazer – Tecnologias Tradicionais na Região do Douro* (103-127). Peso da Régua: Museu do Douro.
- PEREIRO, X. (2018, janeiro/março). Abordagem exploratória do turismo rural de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). *Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, n.º 226, volume LIII, 58-87. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n226a03.pdf>.
- PIMENTEL, A. (2001, novembro). O Método da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. In *Cadernos de Pesquisa*, n.º 114, 179-195. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>.
- PINA, H. (2013). The Douro Rural Heritage: how to conciliate conservation, innovation and development? In *The Overarching Issues of the European Space* (183-205). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PINA, M. H. M. (1996/7). Algumas reflexões sobre as acessibilidades no Alto Douro [versão eletrónica]. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia Série I, Vol. XII/XIII*, 73-124. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1597.pdf>.
- PINHEIRO, Á., MOURA, C. & ANTUNES, A. R. (colaboração). (2016). Paisagens da Ilha: Património, Museus e Sustentabilidade. In A. Carvalho, *Participação: Partilhando a Responsabilidade* (45-28). Almada: Acesso Cultura.

- PRIMO, J. (2007). Documentos básicos de museologia: principais conceitos. *Cadernos de Sociomuseologia*, vol.28, n.º 28, *Actas do XII Atelier Internacional do MINOM*, 117-133. Disponível em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/517>.
- PRIMO, J. (2006). A importância dos museus locais em Portugal. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.º 25, *Actas do XIII Encontro Nacional Museologia e Autarquias*, 41-62. Disponível em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/422>.
- RAMOS, P. O. (1993). Breve História do Museu em Portugal. In M. B. Rocha-Trindade, *Iniciação à Museologia*, (19-62). Lisboa: Universidade Aberta.
- REBANDA, N. C. (2006). A evolução da paisagem agrária no Douro Superior. In *Viver e Saber Fazer – Tecnologias Tradicionais na Região do Douro* (241-315). Peso da Régua: Museu do Douro.
- RIBEIRO, J. A. (2006). A vegetação natural e os agroecossistemas do Alto Douro Vinhateiro. In *Viver e Saber Fazer – Tecnologias Tradicionais na Região do Douro* (49-71). Peso da Régua: Museu do Douro.
- RIBEIRO, J. A. F. S. (1993). Arquitectura do Museu. In M. B. Rocha-Trindade, *Iniciação à Museologia* (147-159). Lisboa: Universidade Aberta.
- RIBEIRO, J. S. (1876). *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarchia – Tomo VI*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- RIBEIRO, O. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora.
- RICHARDS, G. (2010). Tourism Development Trajectories – from culture to creativity? *Tourism & Management Studies* Nr. 6, 9-15. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/237139724\\_Tourism\\_development\\_trajectories\\_From\\_culture\\_to\\_creativity](https://www.researchgate.net/publication/237139724_Tourism_development_trajectories_From_culture_to_creativity).
- RIVIÈRE, G. H. (1985). The ecomuseum – an evolutive definition. *Museum – Images of the ecomuseum*, n.º 148, vol. XXXVII, n.º 4, 182-183.
- RIVIÈRE, G. H. (1989). *La Muséologie selon Georges Henri Rivière*. Paris: Dunod.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. (1993). Tratamento Museográfico. In M. B. Rocha-Trindade, *Iniciação à Museologia* (87-133). Lisboa: Universidade Aberta.
- SaeR – Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco. (2005). *Reinventando o Turismo em Portugal. Estratégia de desenvolvimento turístico português no 1º quartel do século XXI*, vol. I. Lisboa: Edição de autor.
- SANCHO, E. (2016). Museu do Traje de São Brás de Alportel. In A. Carvalho, *Participação: Partilhando a Responsabilidade* (103-108). Almada: Acesso Cultura.
- SOEIRO, T. (2006a). Apresentação. In *Viver e Saber Fazer – Tecnologias Tradicionais na Região do Douro* (11-15). Peso da Régua: Museu do Douro.
- SOEIRO, T. (2006b). Baixo Corgo, o velho Douro. In *Viver e Saber Fazer – Tecnologias Tradicionais na Região do Douro* (129-179). Peso da Régua: Museu do Douro.

- SOEIRO, T. (2005). Os museus na Região Demarcada do Douro em 2002. *Douro – Estudos & Documentos*, vol.11, n.º 20, 295-306.
- SOUSA, C., MONTE, A. P. & FERNANDES, P. O. (2013). *Impacto no turismo da Região Demarcada do Alto Douro Vinhateiro, após a Classificação de Património Mundial da Humanidade pela UNESCO*. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional de Turismo, Escola Superior de Gestão/Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Disponível em [https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/10716/1/Sousa%2BMonte%2BFernandes\\_Atas%20III%20CIT\\_IPCA\\_Out2013.pdf](https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/10716/1/Sousa%2BMonte%2BFernandes_Atas%20III%20CIT_IPCA_Out2013.pdf).
- SOUSA, F. (2007). O Alto Douro: da demarcação pombalina à classificação de património mundial. *População e sociedade*, n.º 13, 19-30. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20365/2/revpopsoc132007fsousa000085148.pdf>
- SOUZA, W. E. R. & CRIPPA, G. (2011, julho/dezembro). O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial [versão eletrônica]. *Em Questão*, vol. 17, n.º 2, 237-251. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/17609>.
- TEIXEIRA, D. J. V. (2005). *O Ecomuseu de Barroso. A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local* (Dissertação de Mestrado). Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6286>.
- TILDEN, F. (1977). *Interpreting our Heritage* (3ª edição). Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- TRENTINO CULTURA. (2005). *Communication and Exploration – Guiyang China 2005: Documenti di lavoro di Trentino Cultura*, n.º 9. Trento: Provincia Autonoma di Trento.
- UNWTO - United Nations World Tourism Organization. (2018). *2017 Annual Report*. Madrid: UNWTO.
- VALENTE, M. C. (2017). The Museum and the Landscape: The Educational Proposals of the Douro Museum. *Museum International*, vol. 69, issue 1-2, 156-163. doi: <https://doi.org/10.1111/muse.12159>.
- VARINE, H. (2014a, dezembro). O museu comunitário como processo continuado. *Cadernos do CEOM*, Ano 27, n.º 41, 25-35. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168/showToc>.
- VARINE, H. (2014b, dezembro). Entrevista de Hugues de Varine concedida a Mario Chagas. *Cadernos do CEOM*, Ano 27, n.º 41, 239-248. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168/showToc>.
- VARINE, H. (2013). Local Museums of the Future. In L. B. Peressut, F. Lanz & G. Postiglione, *European Museums in the 21<sup>st</sup> Century: Setting the Framework*, vol. 3 (574-587). Milão: Mela Books.
- VARINE, H. (2007). *Reflexões sobre um museu de território*. Comunicação apresentada no I Encontro de Museus do Douro, Vila Real. Disponível em <http://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/hugues.pdf>.
- VARINE, H. (2005). The origins of the new museology concept and of the ecomuseum word and concept, in the 1960s and the 1970s. In *Communication and Exploration – Guiyang China*

**2005: Documenti di lavoro di Trentino Cultura, n.º 9**, 51-55. Trento: Provincia Autonoma di Trento.

VARINE, H. (1996). Ecomuseum or community museum? 25 years of applied research in museology and development [versão *online*]. *Nordisk Museology*, **2**, 21-26. Disponível em <https://journals.uio.no/museolog/issue/view/302/66>.

VARINE-BOHAN, H. (1976). Le musée moderne: conditions et problèmes d'une renovation. *Museum*, vol. **XXVIII**, n.º **3**, 127-140.

YU, H. C. (2005). A crucial issue for ecomuseums: the link between idealism and reality. In *Communication and Exploration – Guiyang China 2005: Documenti di lavoro di Trentino Cultura, n.º 9*, 43-45. Trento: Provincia Autonoma di Trento.

## OUTRAS FONTES CONSULTADAS

### DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO MD:

*Manual de Conservação Preventiva do Museu do Douro* (2014). Disponível em <http://museudodouro.pt/tpls/mu/files/conteudos/pdfs/manual-conservacao.pdf>.

*Manual de Gestão de Coleções do Museu do Douro* (2014). Disponível em <http://museudodouro.pt/tpls/mu/files/conteudos/pdfs/manualgestaocole.pdf>.

*Museu do Douro em números [2012-2017]* (2018).

*Relatórios de Atividades e Contas* de 2008 a 2018. Disponíveis em <http://www.museudodouro.pt/relatorio-contas>.

Portugal. Lei n.º 125/97 de 2 de dezembro. *Diário da República n.º 278/1997, Série I-A*.

Portugal. Decreto-Lei n.º 70/2006 de 23 de março. *Diário da República n.º 59/2006, Série I-A*.

Portugal. Decreto-Lei n.º 16/2015 de 2 de fevereiro. *Diário da República n.º 22/2015, Série I*.

### IMPrensa REGIONAL CONSULTADA:

Tribuna Douro: set. 2010 n.º 77; jul. 2010 n.º 75; jun. 2010 n.º 74; maio 2010 n.º 73; fev. 2010 n.º 70; jan. 2010 n.º 69; nov. 2009 n.º 67; out. 2009 n.º 66; set. 2009 n.º 65; jul. 2009 n.º 63; jun. 2009 n.º 62; maio 2009 n.º 61; abr. 2009 n.º 60; mar. 2009 n.º 59; fev. 2009 n.º 58; jan. 2009 n.º 57; dez. 2008 n.º 56;

Versão eletrónica: dez. 2010 n.º 79, fev. 2011 n.º 80, mar. 2011 n.º 81.

Douro UP: maio/junho 2010; junho/julho 2009; março/abril 2009; dezembro/janeiro 2008/2009;

Arquivos do Jornal “A Voz de Trás-os-Montes” (em <https://www.avozdetrasosmontes.pt/>)

Arquivos do Jornal “Viva Douro” (em <http://www.vivadouro.org/>)

## APÊNDICES

### Apêndice 1 – Concelhos e Freguesias da RDD

Distrito	Concelho	Freguesias
Bragança	Alfândega da Fé	Vilarelhos
	Carrazeda de Ansiães	Beira Grande, Carrazeda de Ansiães, Castanheiro do Norte, Lavandeira, Linhares, Parambos, Pereiros, Pinhal do Norte, Pombal, Ribalonga, Seixo de Ansiães, Vilarinho da Castanheira
	Freixo de Espada à Cinta	Freixo de Espada à Cinta, Ligares, Mazouco, Poiares
	Mirandela	Avantos, Carvalhais, Frechas, Romeu
	Torre de Moncorvo	Açoreira, Adeganha, Cabeça Boa, Horta da Vilarça, Lousa, Peredo dos Castelhanos, Torre de Moncorvo, Urros
	Vila Flor	Assares, Freixiel, Lodões, Roios, Sampaio, Santa Comba da Vilarça, Seixo de Manhoses, Vale Frechoso, Vila Flor, Vilarinho das Azenhas, Vilas Boas
Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Escalhão
	Mêda	Fonte Longa, Longroiva, Mêda, Poço do Canto
	Vila Nova de Foz Côa	Almendra, Castelo Melhor, Cedovim, Chãs, Custóias, Freixo de Numão (integra a extinta freguesia de Murça), Horta, Muxagata, Numão, Santa Comba, Sebadelhe, Seixas, Touça, Vila Nova de Foz Côa (integra as extintas freguesias de Mós e Santo Amaro)
Vila Real	Alijó	Alijó, Amieiro, Carlão, Casal de Loivos, Castedo, Cotas, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Sanfins do Douro, Santa Eugénia, São Mamede de Ribatua, Vale de Mendiz, Vilar de Maçada, Vilarinho de Cotas
	Mesão Frio	Barqueiros, Cidadelhe, Mesão Frio - Santo André (antigas freguesias de Santa Cristina, São Nicolau e Vila Jusã), Oliveira, Vila Marim
	Murça	Candedo, Murça, Noura
	Peso da Régua	Canelas, Covelinhas, Fontelas, Galafura, Godim, Loureiro, Moura Morta, Peso da Régua, Poiares da Régua, Sedielos, Vilarinho dos Freires, Vinhós
	Sabrosa	Celeirós, Covas do Douro, Gouvães do Douro, Gouvinhas, Paços, Paradela de Guiães, Provesende, Sabrosa, São Cristóvão do Douro, São Martinho de Anta, Souto Maior, Vilarinho de São Romão
	Santa Marta de Penaguião	Alvações do Corgo, Cumieira, Fontes, Fornelos, São João de Lobrigos, São Miguel de Lobrigos, Louredo, Medrões, Sanhoane, Sever
	Vila Real	Abaças, Ermida, Folhadela, Guiães, Mateus, Nogueira, Parada de Cunhos, Vila Real (antigas freguesias de Nossa Senhora da Conceição, São Dinis e São Pedro)
Viseu	Armamar	Aldeias, Armamar, Folgosa, Fontelo, Santo Adrião, Vacalar, Vila Seca

Lamego	Cambres, Ferreiros de Avões, Figueira, Lamego (antigas freguesias de Santa Maria de Almacave e Sé), Parada do Bispo, Penajóia, Samodães, Sande, Valdigem, Várzea de Abrunhais
Resende	Barrô
São João da Pesqueira	Castanheiro do Sul, Ervedosa do Douro (integra as extintas freguesias de Casais do Douro e Sarzedinho), Espinhosa, Nagoselo do Douro, Paredes da Beira, São João da Pesqueira, Soutelo do Douro, Trevões, Vale de Figueira, Valongo dos Azeites, Várzea de Trevões, Vilarouco
Tabuaço	Adorigo, Barcos, Desejosa, Granjinha, Pereiro, Santa Leocádia, Sendim, Tabuaço, Távora, Valença do Douro

Legenda: concelhos do Baixo Corgo; do Cima Corgo; do Douro Superior

Fonte: Museu do Douro e

<https://www.ivdp.pt/pagina.asp?codPag=48&codSeccao=6&idioma=0&codLei=114>. Consultado em 5 de abril de 2019.

## **Apêndice 2 – Descrição das Exposições Temporárias exibidas no MD**

***Barão de Forrester, razão e sentimento. Uma história do Douro (1831-1861)*** – 20 de dezembro de 2008 a 1 de novembro de 2009. Inaugurada aquando da abertura do edifício sede do Museu, esta exposição ocupou os dois pisos da sala central do MD e celebrou o contributo dado pelo cidadão Inglês para o desenvolvimento da região, nas mais diversas áreas, da ciência à arte.

***Tito Roboredo (1934-1980) - Um corpo na Primavera*** – 20 de dezembro de 2008 a 1 de fevereiro de 2009. Exposição tripartida organizada pelo MD, em parceria com a Câmara Municipal de Mêda, a Casa Agrícola Roboredo Madeira, Lda. e Fund. Júlio Resende. Os núcleos, *Retratos de Família, Desenhos e Têmperas*, e *Óleos* estiveram expostos em Mêda, Gondomar e no MD, respetivamente.

***O Comboio Chegou a Barca d'Alva*** – Inaugurada a 28 de maio de 2009, na Galeria Ramos Pinto. Comemorativa do 120º aniversário da ligação da Linha do Douro com a fronteira Espanhola.

***Pinturas com Vinho \**** – maio de 2009. Exposição de pintura de Catarina Pinto Leite, realizada a convite da organização da Meia Maratona do Douro Vinhateiro.

***Metamorfoses Durienses \**** – Inaugurada a 29 de maio de 2009. Exposição de pintura realizada no âmbito das comemorações dos 200 anos do nascimento do Barão de Forrester, em parceria com o Conselho Cultural do Futebol Clube do Porto. Esteve patente na sala do restaurante.

***O Espaço – Mostra do projeto anual com escolas do SE*** – 1 de junho a 15 de outubro de 2009. Apresentou-se, no edifício do Serviço Educativo, uma coleção de histórias e suas ilustrações, num livro coletivo construído por cada grupo participante no projeto.

***Douro Sentido*** – Inaugurada a 9 de junho de 2009, na Galeria Ramos Pinto. Exposição dos trabalhos desenvolvidos por alunos no âmbito do Programa do Serviço Educativo.

***José Emídio – Três Décadas de Pintura*** – 11 de julho a 30 de setembro de 2009, na Galeria Ramos Pinto. Realizada em parceria com a Cooperativa Árvore. Apresentou cerca de 100 obras do artista, onde se incluíam as 7 grandes telas que representam 7 lendas do Douro.

***Norte de Portugal: Visões Contemporâneas \**** – 16 a 29 de julho de 2009. Exposição patente na sala do restaurante aquando da visita de 40 Embaixadores, no âmbito do programa “Mundo no Douro”, iniciativa do MD, Estrutura de Missão Douro, Turismo do Douro e Douro Azul.

***O Universo de Rafael Bordalo Pinheiro – da Caricatura à Cerâmica \**** – 31 de julho de 2009 a 31 de janeiro de 2010. Mostra do vasto núcleo de faianças e caricaturas de Bordalo Pinheiro pertencentes à Coleção Berardo, em colaboração com o Sintra Museu de Arte Moderna.

***O Douro... nos Caminhos da Literatura \**** – 23 de setembro a 31 de outubro de 2009. Exposição promovida pela DRC-N, dedicada ao património literário duriense e seus autores, ligada ao projeto que deu origem à série de livros retratistas “Viajar com...”. Foi exibida na sala do restaurante.

***A Cidade das Aldeias. Traços de Ruralidade no Porto Contemporâneo \**** – 18 de outubro a 1 de dezembro de 2009. Exposição fotográfica do Arquiteto Mário João Mesquita, reveladora dos lugares antigos da cidade do Porto. Organizada pela Faculdade de Arquitetura do Porto. Esteve patente na Galeria Ramos Pinto.

**Projeto Expositivo “Rios Douro”** – iniciado em dezembro de 2009, com a presença da Ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas. Composto de diversas ações com o tema “A Estética do Rio Douro” e as seguintes exposições temporárias:

***Mestre Joaquim Lopes – Douro*** – 16 de dezembro de 2009 a setembro de 2010. Partindo de um conjunto de nove telas pertencentes à Casa do Douro (criadas para a 1ª Exposição Colonial Portuguesa, em 1934 e restauradas no MD), reuniu-se um conjunto significativo de obras deste

Mestre da Arte em Portugal, através das quais se fez uma viagem pelo Douro, focando a paisagem natural e agrícola, trajes e costumes. Ocupou o piso 0 da sala central do MD.

***Vislumbre de Verdade, de Manuel Casal Aguiar*** – 16 de dezembro de 2009 a 5 de abril de 2010. Mostra retrospectiva do artista apresentada na Galeria Ramos Pinto.

***Faina Fluvial no Douro*** – 29 de janeiro a abril de 2010. Em parceria com a Cooperativa Árvore e a Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto, apresentaram-se, no piso 1 da sala central, obras de cinco artistas da Escola Superior de Belas-Artes do Porto: Amândio Silva, Augusto Gomes, Guilherme Camarinha, Júlio Resende e Sousa Felgueiras.

***Barco Rabelo da Casa do Douro*** – 18 de maio de 2010. Apresentação de um Barco Rabelo autêntico, recuperado e desde então exposto no jardim do MD.

***Meu Douro*** – 18 de maio a 31 de outubro de 2010. Mostra final do projeto anual com escolas do SE do MD, em que cada grupo de trabalho usou um garrafão de aguardente como cápsula para recriação da sua perspetiva sobre as várias identidades do Douro. A mostra esteve patente em vários espaços do edifício e incluiu um documentário em vídeo com as várias etapas do projeto e uma sequência de mesas de atividades propostas aos visitantes.

***Imagens do Vinho do Porto: Rótulos e Cartazes*** – 26 de fevereiro a 7 de julho de 2010. Exposição criada a partir da coleção de rótulos de Vinho do Porto doada pelo Professor António Barreto, pelo IVDP e por várias outras instituições. Foi concebida como exposição itinerante.

***Dario Alves*** – 18 de maio a 15 de agosto de 2010. Exposição retrospectiva, constituída por cerca de 70 quadros, na sua maioria da coleção particular do artista. Esteve patente na Galeria Ramos Pinto e seguiu depois em itinerância para Torre de Moncorvo, terra natal do pintor.

***Fotografia do Douro*** \* – maio de 2010. Exposição que reuniu as 51 melhores fotografias do Concurso de Fotografia do Douro promovido em 2009 pelo MD no âmbito do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, com o apoio do Turismo do Douro, da Estrutura de Missão Douro/CCDR-N e Douro Azul.

***5ª Bienal Internacional de Gravura do Douro e exposição de homenagem a Antoni Tàpies*** \* – 10 de agosto a 31 de outubro de 2010. Além da mostra de artistas internacionais, nos espaços do piso 2, o MD acolheu uma exposição de homenagem ao artista catalão, na Galeria Ramos Pinto.

***Ernst Lieblich*** – 15 de outubro de 2010 a maio de 2011. Exposição que reuniu no piso 0 da sala central do MD a coleção de arte deste cidadão Alemão a viver no Porto, composta por 47 obras de 22 artistas portugueses do século XX.

***Ode à Vinha, de Necas Nicolau de Almeida*** \* – 15 de outubro de 2010 a 31 de janeiro de 2011. Exposição patente na sala de exposições do piso 0, formada por obras onde colagens, folhas de videira, cachos de uvas, gavinhas e rolhas são apresentados sobre um fundo de aquarela. Reverteu a favor do Instituto de Surdos-Mudos da Imaculada Conceição.

***Máscaras Rituais do Douro e Trás-os-Montes, de Balbina Mendes*** \* – 30 de outubro a 31 de dezembro de 2010. Na Galeria Ramos Pinto apresentaram-se 35 telas de grande impacto visual, que mostram a diversidade e riqueza cultural de várias localidades Transmontanas e Durienses.

***Para um Altar, de José Rodrigues*** \* – 26 de novembro de 2010 a maio de 2011. Exposição composta de mais de 20 peças esculturais em terracota ou bronze, patente no piso 1 da sala central.

***A Arte da Luz*** \* – 26 de novembro a 31 de dezembro de 2010. Exposição de divulgação dos dois sítios de arte paleolítica ao ar livre no interior peninsular, Patrimónios Mundiais: Vale do Côa e Siega Verde (Vale do Águeda, Espanha). Organizada pela Associação para a Promoção da Arte e Cultura do Vale do Côa e Douro Superior. A estrutura expositiva esteve no espaço da garagem.

***Design Emocional, de Benedita Kendall*** \* – inaugurada a 11 de dezembro de 2010, esta exposição apresentou, no espaço do restaurante, os trabalhos recentes da artista.

***Gentes e lugares que se cruzam num cenário ocre...*** \* – 16 de abril a 27 de junho de 2011. Exposição de fotografias de paisagens e rostos captadas no deserto do Sahara e na Jordânia, por Clara Ramalhão. Ocupou os espaços do 2º piso do MD.

***A Rota do Vinho do Porto*** \* – 18 de maio a 31 de julho de 2011. 80 fotografias em platina e paládio de José Miguel Ferreira, realizadas entre 2008 e 2010 no Douro e no Porto.

***2X Espelhos e Identidades – Mostra do projeto anual com escolas do SE*** – 16 junho a 31 de outubro de 2011. A mostra esteve patente no edifício do Serviço Educativo.

***Guerra Junqueiro, de Freixo para o Mundo*** \* – 16 a 31 de julho de 2011. Exposição biobibliográfica, coordenada pelo Município de Freixo de Espada à Cinta e a Univ. Católica do Porto, no âmbito das comemorações do centenário da República. Esteve exposta no jardim do MD.

***Dona Antónia, uma vida singular*** – 8 de julho de 2011 a 15 de outubro de 2012. Grande exposição temporária, comemorativa dos 200 anos do nascimento da “Ferreirinha”, a figura mais notável da história do Douro. Ocupou os dois pisos da sala central.

***Por terras de Sol e de Dor*** \* – 19 de agosto a 5 de outubro de 2011. Reportagem fotográfica da autoria do arquiteto Mário João Mesquita, sobre a temática da litoralização do país e desertificação do interior duriense. Na Galeria Ramos Pinto.

***Franchini: Ideias, sensações, vivências*** – 8 de outubro de 2011 a 2 de janeiro de 2012. Exposição de pintura do artista plástico Franchini.

***Águas Para Almas*** – 5 de novembro de 2011. Exposição temporária do pintor Henrique Vaz Duarte, patente na sala do Restaurante do MD.

***Alves Redol – exposição biobibliográfica do centenário do nascimento*** \* – 14 de dezembro de 2011 a 22 de janeiro de 2012. Exposição realizada no âmbito das comemorações do 10º aniversário da Classificação do ADV, em parceria com a DRC-N. Esteve patente no wine-bar.

***10 Regiões Vinhateiras Património da Humanidade*** \* – 14 de dezembro de 2011 a março de 2012. Exposição itinerante de fotografia das regiões da Europa reconhecidas como Património Mundial. Parceria com a EMD, nas comemorações do 10º aniversário da Classificação do ADV.

***Pontes do Rio Douro*** – Inaugurada a 18 de abril de 2012. Em parceria com a Ordem dos Engenheiros e apoio da Douro Azul, a FMD apresentou as pontes que presentemente ou no passado atravessaram o Douro Português. Foi apresentada na sala de exposições temporárias do piso 0.

***Nós na Arte – tapeçaria de Portalegre e arte contemporânea*** \* – 17 de maio a 30 de setembro de 2012. Uma iniciativa do Museu da Presidência da República constituída por seis exposições recebidas nos mais importantes espaços museológicos de Trás-os-Montes e Alto Douro. O MD recebeu a exposição de Nadir Afonso, na sala de exposições temporárias do piso 0.

***Bios Biografias e Identidades – Mostra do projeto anual com escolas do SE*** – 5 de junho a 31 de outubro de 2012. Mostra final do projeto que exibiu os “bios” dos grupos participantes, na sala do tribunal.

***6ª Bienal Internacional de Gravura do Douro e exposição de homenagem a David de Almeida*** \* – 11 de agosto a 30 de setembro de 2012. Em parceria com o Núcleo de Gravura de Alijó, o MD recebeu a mostra de artistas internacionais e a exposição de homenagem a David de Almeida.

***Armanda Passos – Obra Gráfica*** – 22 de setembro a 31 de dezembro de 2012. No âmbito do centenário da Universidade do Porto, realizou-se uma exposição que reuniu a obra gráfica da artista reguense, desde os tempos de estudante na Escola de Belas Artes do Porto, até aos anos 90.

***Esquissos do Douro, de Álvaro Siza Vieira*** \* – 6 de outubro a 24 de novembro de 2012. Mostra constituída por 39 desenhos elaborados no decurso de uma viagem pela RDD em 1997, inserida na Trienal Movimento Desenho 2012, com o apoio da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. Esteve na Galeria Ramos Pinto.

***O Douro de Georges Dussaud*** – 18 de janeiro a 2 de dezembro de 2013. Em parceria com a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, apresentaram-se as imagens recolhidas pelo fotógrafo francês no Douro durante os anos 80 juntamente com algumas mais recentes. A exposição apresentou também o documentário realizado pelo SE do MD, que entrevistou algumas das pessoas fotografadas nos anos 80, para que dessem o seu testemunho sobre as mudanças desde a época até à atualidade. Foi apresentada no piso 0 da sala central.

***Coleção de Retratos da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua (SCMPR)*** – 18 de janeiro a 2 de dezembro de 2013. Exposição resultante da incorporação, a título de depósito, de parte da coleção de pintura da SCMPR e do protocolo celebrado para o seu restauro. As telas, que representam os retratos dos benfeitores daquela instituição, desde finais do século XIX ao início do século XX, estiveram expostas no piso 1 da sala central.

***Bios Segredos – Mostra do projeto anual com escolas do SE*** – 5 de junho a 31 de outubro de 2013. Esta mostra apresentou na Sala do tribunal do MD os conteúdos e reflexões desenvolvidos durante as atividades do projeto anual.

***Global Print 2013*** \* – 31 de agosto a 30 de outubro de 2013. Em parceria com a Câmara Municipal de Alijó e o Núcleo de Gravura de Alijó, a mostra, que se estende por vários concelhos da região, reuniu exemplares das várias técnicas de gravura de mais de 100 países.

***O México fotografado por Luís Buñuel*** \* – 7 de setembro a 30 de novembro de 2013. No âmbito do Festival CINECOA, realizou-se esta homenagem a um dos grandes nomes do cinema mundial na sala de exposições temporárias do piso 0. Além da exposição, realizou-se um ciclo de cinema.

***Mesão Frio: Percursos de uma identidade*** \* – 9 de novembro a 8 de dezembro de 2013. Apresentaram-se na Galeria Ramos Pinto 3 documentários e 7 projetos fotográficos de alunos de Mestrado em Comunicação Audiovisual da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo

***Ser e Devir/Being and Becoming*** \* – 14 de fevereiro a 23 de março de 2014. Exposição de fotografia de Virgílio Ferreira sobre o tema da emigração.

***Douro / Duero Ibérico – Rotas Património Mundial*** \* – 12 de abril a 30 de junho de 2014. Esta exposição foi concebida pela Fundação Rei Afonso Henriques (Zamora), que estabeleceu com o MD uma parceria para sua itinerância e divulgação em Portugal. Apresenta os dez sítios classificados pela UNESCO ao longo da bacia do Douro.

***Bios Cartas da Paisagem e da Liberdade – Mostra do projeto anual com escolas do SE*** – 4 de junho a 3 de novembro de 2014. Apresentou-se na Sala do Tribunal do MD um conjunto de elementos e símbolos de Liberdade e as Cartas partilhadas pelos participantes no projeto.

***Rostos do Douro*** – 20 de junho a 15 de dezembro de 2014. Exposição composta por 15 painéis de Gracinda Marques, criados no âmbito das comemorações dos 250 anos da Região Demarcada, em 2006, que retrata várias personalidades da região, evocando a paisagem vinhateira em socos. Depois de exposta na sala de exposições temporárias do piso 0, tornou-se exposição itinerante.

***7ª Bienal Internacional de Gravura do Douro e exposição de homenagem a Bartolomeu Cid dos Santos | 1931-2008*** \* – de 11 de agosto a 30 de outubro de 2014. A Bienal trouxe ao Douro 1200 obras de 530 artistas de 71 países, e o MD acolheu ainda, na Galeria Ramos Pinto, a exposição de homenagem desta edição, a Bartolomeu Cid dos Santos: *O Desenho pelos Ácidos*.

***Memórias de um olhar, por Noel Magalhães*** – 23 de dezembro de 2014 a 6 de abril de 2015. Fruto da doação conjunta ao MD e à Câmara Municipal do Peso da Régua, esta mostra exhibe o

vasto trabalho de 70 anos do “fotógrafo do Douro”, em fotografia, negativos e slides. Depois de exibida na sala de exposições temporárias do piso 0 do MD, fez itinerâncias.

**Hub Structures \*** – 9 de abril a 4 de maio de 2015. Exposição de fotografia de Carina Martins, sobre as centrais hidroelétricas da Aguieira, Baixo Sabor, Foz Tua e Bagaúste.

**Sou Ponte Sou Água \*** – 18 de maio a 5 de julho de 2015. Exposição de pintura de Isabel Saraiva, na sala de exposições temporárias do piso 0.

**Bios Matéria <=> Ficção – Mostra do projeto anual com escolas do SE** – 3 de junho de 2015 a 31 de janeiro de 2016. Mostra que exibiu na Sala do Tribunal uma síntese das atividades realizadas no âmbito deste projeto anual, bem como um conjunto de elementos que formam “Paisagem”.

**Douro, lugar de um encontro feliz** – 10 de julho a 28 de setembro de 2015. Mostra de fotografias realizadas por António Barreto, de 1978 a 2014. Em parceria com a UTAD, a CCDR-N e a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial. Após exibição na sede do MD, realizou itinerâncias.

**Memórias Douro IV, de Pedro SA** – 28 de agosto a 18 de setembro de 2015. Conjunto de óleos inspirados nas fotografias de Emílio Biel e Domingos Alvão. Esteve patente no Teatrinho.

**Extinção III, de Armada Passos** – 9 de outubro de 2015 a 21 de fevereiro de 2016. Exposição de 8 grandes composições da artista, patente na sala de exposições temporárias do piso 0.

**Conhecer a Paisagem com os Pés no Chão \*** – 15 de abril a 26 de julho de 2016. Exposição que propõe caminhos de pesquisa sobre a paisagem, da autoria de Carla Cabral e integrou o projeto anual do SE, *Ficção => Matéria 2015/2016*. Ocupou a sala de exposições temporárias do piso 0.

**Rota da Filigrana** – Inaugurada em abril de 2016, na Loja do MD, esta exposição foi organizada em parceria com o Município de Gondomar, para divulgação e venda das peças de artesãos do concelho. Incluiu demonstrações ao vivo das técnicas de criação e preenchimento das joias.

**Alma D'Ouro** – 4 de junho a 31 de julho de 2016, no espaço da Loja do MD. A artista Bela7 apresentou coleções de pintura e decoração inspiradas na temática da videira e do vinho.

**Filum & Granum** – 5 de agosto a 31 de outubro de 2016, no espaço da Loja do MD. Exposição que apresentou as técnicas e o design de filigrana desenvolvidos por Liliana Guerreiro.

**Bios Ficção => Matéria – Mostra do projeto anual com escolas do SE** – junho a dezembro de 2016. Mostra em cartazes exibida no edifício do SE do MD, que fornece elementos e reflexões sobre as atividades realizadas.

**8ª Bienal Internacional de Gravura do Douro e exposição de homenagem a Júlio Pomar \*** – 11 de agosto a 31 de outubro de 2016. Esta mostra contou 604 artistas de 70 países, e a exposição de homenagem apresentou, na sala de exposições temporárias do piso 0, cerca de 30 gravuras do pintor e escultor, feitas entre os anos 60 e 80 do século XX.

**A Natureza e o Homem, de Vítor Sá Machado** – 11 de novembro de 2016 a 31 de janeiro de 2017. Exposição de esculturas em pedra, madeira e ferro do artista natural de Escalhão.

**Caminhos do Ferro e da Prata \*** – 29 de novembro de 2016 a 15 de janeiro de 2017. Exposição de fotografias que reflete a construção da linha férrea do Douro e do Minho. Documenta, além do transporte ferroviário, a paisagem e os costumes. Exposição cedida pelo Museu de Lamego, esteve patente na sala de exposições temporárias do piso 0.

**Revisão, de Eduardo Brito \*** – 24 de fevereiro a 14 de maio de 2017. Exposição de fotografia que transporta o visitante para um cenário fotográfico que propõe uma ligação entre o imaginário das *Badlands* norte-americanas e o Douro português. Na sala de exposições temporárias do piso 0.

**Casa da Presegueda, por Ricardo Raminhos** – 18 de maio a 2 de julho de 2017. Exposição concebida como um reconhecimento pelo legado de Irene Viana Pinto ao MD e que constitui um

exemplo de habitação e vida familiar duriense. Após esta primeira exposição, na sala de exposições temporárias do piso 0, fez itinerâncias.

**Bios Fronteira – Mostra do projeto anual com escolas do SE** – junho a dezembro de 2017. Mostra em cartazes exibida no edifício do SE do MD, que fornece elementos e reflexões sobre as atividades realizadas.

**Unidade e Divisão, Plataforma Ci.Clo \*** – 7 de julho a 15 de setembro de 2017. Exposição coletiva de fotografias recolhidas ao longo de 12 meses por um grupo de fotógrafos que percorreu a região. Foi apresentada na sala de exposições temporárias do piso 0.

**III Global Print: arte global, comunicação e...que mais? \*** – 1 de agosto a 30 de setembro de 2017. Esta edição da mostra reuniu 543 artistas de 67 países.

**António Menéres: Percursos pela Arquitetura Popular no Douro** – 22 de setembro a 26 de novembro de 2017. Exposição que evidencia o valor da arquitetura popular, enquanto conjugação dos meios disponíveis com o engenho de responder às necessidades impostas pelo quotidiano. A inauguração contou com a presença do Senhor Ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes,

**Nove Meses de Inverno e Três de Inferno, de João Pedro Marnoto** – 2 de dezembro de 2017 a 25 de fevereiro de 2018. A perspetiva pessoal do autor, que se afastou do Douro mais “turístico” e viveu mais de uma década nas terras do Douro e Trás-os-Montes, onde encontrou um espaço em que se confrontam as tradições e o rural com a contemporaneidade e a tecnologia.

**adiVINHO, de Emerenciano** – 2 de março a 20 de maio de 2018. Exposição realizada em parceria com o IVDP, onde a temática central de cada pintura é o vinho, nas emoções, afetos e simbolismos que encerra. Foi apresentada na sala de exposições temporárias do piso 0.

**O Douro à tua frente, de Sobral Centeno** – 1 de junho a 5 de setembro de 2018. Trabalhos de desenho e pintura que evocam vivências passadas e presentes do artista, patente na sala de exposições temporárias do piso 0.

**Bios Fronteira II – Mostra do projeto anual com escolas do SE** – junho a dezembro de 2018. Mostra em cartazes exibida no edifício do SE do MD, que fornece elementos e reflexões sobre as atividades realizadas.

**9ª Bienal Internacional de Gravura do Douro e exposição de homenagem a José de Guimarães \*** – 12 de agosto a 4 de novembro de 2018. O programa desta edição da Bienal juntou 700 artistas de 70 países e expôs 1400 obras em 14 locais diferentes da Região do Douro e Trás-os-Montes.

**Via Estreita, de Carlos Cardoso** – 10 de setembro a 26 de novembro de 2018. Exposição de fotografias realizadas entre 2000 e 2002 nas estações de 4 ramais da linha do Douro desativados: Tâmega, Corgo, Tua e Sabor. As imagens registam a degradação e o abandono de imóveis de grande valor arquitetónico e artístico.

**Alto Douro – visão demarcada, de Dominique Pichou** – inaugurada a 2 de dezembro de 2018. Exposição do pintor residente em Bordéus, onde sobressaem a geometria da paisagem e as culturas dominantes da vinha e da oliveira. Foi também lançado, em parceria com a Rozès, um Porto Vintage 2016 com rótulo criado por Dominique Pichou.

**Bacantes, por Isabel Contreras do Botelho** – inaugurada a 1 de dezembro de 2018. Exposição associada à apresentação da antologia de poesia “Poemas da minha vida”, de Manuel de Novaes Cabral, cuja ilustração ficou a cargo da pintora.

\* Exposições de produção externa ao MD.

### Apêndice 3 – Itinerâncias realizadas

<i>Arquiteturas da Paisagem Vinhateira</i> Investigação e inventariação da paisagem pelo SM do MD	2009: Torre de Moncorvo, Sabrosa, Favaios (Alijó) e Alfândega da Fé; 2010: Vila Real, Burgos e Valladolid; 2011: Lisboa, Canelas (Peso da Régua), Porto e Ourense; 2012: Lisboa e Coruche.
<i>Marcos da Demarcação</i> Inventário dos exemplares ainda existentes, Imóveis de Interesse Público desde 1946	2009: Resende e Vila Nova de Gaia; 2010: Alfândega da Fé; 2011: Santa Marta de Penaguião; 2015: Favaios.
<i>O Comboio Chegou a Barca d'Alva - Comemorativa do 120º aniversário da ligação ferroviária com Espanha</i>	2009: Pocinho (V.N. de Foz Côa) e Carrazeda de Ansiães; 2014: Freixo de Espada à Cinta; 2017: Vila Nova de Foz Côa; 2018: Tabuaço.
<i>Museus do Vinho em Portugal</i> Divulgação de rede nacional de Museus de temática vinícola	2009: Vila Nova de Gaia; Santa Marta de Penaguião, Armamar, Barca d'Alva, Palmela e São Jorge (Madeira).
<i>Três olhares sobre Alpjares</i> Fotos de Egídio Santos, Luís Ferreira Alves e João Paulo Sotto Mayor	2009: esta exposição itinerante passou a estar como exposição permanente no MIDU (Tabuaço) em janeiro de 2009.
<i>A Central do Biel</i> Divulgação da primeira central hidroelétrica em Portugal	2009: Lisboa.
<i>Ciência e Saberes na Vitivinicultura Duriense. Gastão Tabora (1917-1983)</i>	2009: Vila Nova de Foz Côa e São João da Pesqueira; 2010: Alijó; 2012: Carrazeda de Ansiães; 2013: Murça.
<i>Fotografia no Douro. Arqueologia e Modernidade</i> Celebração dos 250 anos da RDD, reuniu fotografias desde os anos 40 do séc. XX	2009: Orleães (França) e Porto; 2010: Alijó; 2011: V.N. de Gaia, Carrazeda de Ansiães e Santa Cristina (Mesão Frio); 2012: Sabrosa e Vila Nova de Paiva; 2013: Favaios e Tondela.
<i>Imagens do Vinho do Porto: Rótulos e Cartazes</i> Ver exposições temporárias	2010: Lisboa, Vila Nova de Gaia e Mesão Frio; 2011: Pombal de Ansiães (Carrazeda de A.), Porto e S.João da Pesqueira; 2012: Mêda, Vila Flor e Porto; 2013: Murça e Tabuaço; 2014: Peso da Régua; 2015: Freixo de Espada à Cinta, Santa Marta de Penaguião e Resende; 2016 e 2017: Lamego.
<i>Dario Alves</i> Ver exposições temporárias	2010: Torre de Moncorvo.
<i>Viagem ao Douro por Joaquim Lopes</i> Ver exposições temporárias	2012: Lamego.
<i>O Douro de Georges Dussaud</i> Ver exposições temporárias	2012: Lamego; 2013: Mirandela e Celorico da Beira; 2014: Resende, Tabuaço, Santa Marta de Penaguião e Carrazeda de Ansiães; 2015: Luxemburgo, Sabrosa e Freixo de Espada à Cinta; 2016: Peso da Régua; 2017: São João da Pesqueira, Vila Real, Monforte de Lemos (Lugo, Espanha) e Vila Real;

	2018: Alijó e Bragança.
<i>Douro, Património Mundial</i> Exposição de 20 fotografias concebida para a ação “O Douro no Mundo”	2013: Nova Iorque, Newark e Washington D.C.; 2015: Favaios, Carrazeda de Ansiães e São João da Pesqueira; 2016: Vila Nova de Foz Côa e Vila Real; 2017: Lamego, Armamar e Tabuaço; 2018: Peso da Régua e Genebra (Suíça).
<i>Pontes do Rio Douro</i> Ver exposições temporárias	2013: Sabrosa, Resende e Lisboa; 2014: Vila Real, Carrazeda de Ansiães e Vila Flor; 2015: Leiria, Coimbra, Viseu e Guarda; 2016: Tabuaço, Faro, Murça, Castelo de Paiva e Mirandela; 2017: Vila Nova de Foz Côa.
<i>Douro   Duero Ibérico– Rotas Património Mundial</i> Ver exposições temporárias	2014: Santa Marta de Penaguião, Tabuaço e Sabrosa.
<i>O Douro em Imagens</i> Exposição no âmbito do Programa Entre Margens	2014: Vila Real.
<i>O Douro da Casa Alvão</i> Fotografias realizadas na campanha fotográfica de 1933	2015: São João da Pesqueira; 2016: Tabuaço, Murça e Lazarim (Lamego); 2017: Peso da Régua e Carrazeda de Ansiães.
<i>Memórias de um olhar, por Noel Magalhães</i> Ver exposições temporárias	2015: Freixo de Espada à Cinta e Tabuaço; 2016: Resende, Peso da Régua, S. João da Pesqueira e V.N. de Foz Côa; 2018: Murça, Mêda e Vila Real.
<i>Douro, lugar de um encontro feliz, de António Barreto</i> Ver exposições temporárias	2015: Sabrosa e Freixo de Espada à Cinta; 2016: Lisboa, Vila Real, Resende, Tabuaço, e Vila Nova de Foz Côa; 2017: Vila Nova de Foz Côa, Peso da Régua e Torre de Moncorvo; 2018: Bragança e Coimbra.
<i>Rostos do Douro, de Gracinda Marques</i> Ver exposições temporárias	2016: Allariz (Ourense) e Peso da Régua; 2017: Tabuaço e Vila Real.
<i>O Douro à volta do mundo</i> Fotografias do espólio do MD	2016: São Paulo (Brasil).
<i>Retratos da SCMPR</i> Ver exposições temporárias	2017: Peso da Régua.
<i>Revisão, de Eduardo Brito</i> Ver exposições temporárias	2017: Tabuaço.
<i>Casa da Presegueda</i> Ver exposições temporárias	2017: Peso da Régua.
<i>António Menéres: Percursos pela Arquitetura Popular no Douro</i> Ver exposições temporárias	2017: Mirandela; 2018: Badajoz, Torre de Moncorvo e São João da Pesqueira.
<i>Nove Meses de Inverno e Três de Inferno</i> Ver exposições temporárias	2018: Carrazeda de Ansiães, Alijó e Vila Nova de Foz Côa.
<i>O Douro à tua frente</i> Ver exposições temporárias	2018: Tabuaço.

## Apêndice 4 – Publicações

### 2009:

- *Guia de Museus do Douro*;
- *Metamorfoses Durienses* – editado em parceria com o Conselho Cultural do FCP;
- *José Emídio – Três Décadas de Pintura* – editado em parceria com a Árvore – Cooperativa de Actividades Artísticas;
- *O Universo de Rafael Bordalo Pinheiro – da caricatura à cerâmica* – editado em colaboração com o Sintra Museu de Arte Moderna;
- *Mestre Joaquim Lopes* – catálogo, desdobrável bilingue e documentário;
- *Douro à la carte* – da autoria de Álvaro Domingues, João Machado e João Paulo Sotto Mayor;
- Coleção de Postais *7 Douros*;
- *O Espaço* – documento síntese do projeto anual do SE 2008/2009;

### 2010:

- *Manuel Casal Aguiar*;
- *Coleção Ernst Liebllich*;
- *Máscaras Rituais do Douro e Trás-os-Montes, de Balbina Mendes*;
- *Para um Altar, do Mestre José Rodrigues* – editado em parceria com a Árvore – Cooperativa de Actividades Artísticas;
- *Faina Fluvial no Douro*;
- *Dario Alves*;
- *Imagens do Vinho do Porto*;
- *Património Imaterial do Douro: Narrações Orais vol.2 – concelhos de Carrazeda de Ansiães e Vila Flor* – da autoria de Alexandre Parafita;
- *Meu Douro – projeto com escolas 2009/2010* – catálogo/resumo do projeto do SE;

### 2011:

- *A Vinha e o Vinho em Portugal: museus e espaços museológicos* – edição bilingue;
- *SEI – serviço educativo informação* – boletim informativo digital mensal;
- *A rota do Vinho do Porto* – da autoria de José Miguel Ferreira;
- *Ideias, sensações, vivências, de Franchini*;
- *2X | Espelhos e Identidades 2010/2011* – publicação-síntese e documentário vídeo;

### 2012:

- *Dona Antónia, uma vida singular* – edição bilingue (Português e Inglês);
- *O Douro de Georges Dussaud*;
- *SEI – serviço educativo informação* – boletim informativo digital mensal;
- *SMI – serviço de museologia e investigação* – boletim informativo digital trimestral;
- *Projeto BIOS | Biografias e Identidades 2011/2012* – documentário síntese e fanzine;
- *Projeto BIOS | Segredos 2012/2013* – CD Materiais;
- *Favaios, Pão e Vinho*;

### 2013:

- *Arquiteturas da Paisagem no Alto Douro Vinhateiro vol.1 – Baixo Corgo*;
- Brochura/mapa *Miradouros da Paisagem Vinhateira*;
- Catálogo *Entre Margens*;
- Filme sobre restauro de Retrato de Pedro Verdeal da Coleção de telas da SCMPR;
- *BIOS Segredos | As pequenas grandes coisas* – fanzine das atividades e CD de Materiais;
- *SEI – serviço educativo informação* – boletim informativo digital mensal;

### 2014:

- Folheto *Casa da Companhia*, versão Português e Inglês;
- *Gigantes do Douro* – filme de André Valentim Almeida, para a exposição permanente DME;
- Para a DME foram ainda produzidos os filmes: “Vistas aéreas da Região Demarcada do Douro”, “Aproveitamento Hidroelétrico da Bacia do Douro”, “Construção do Barco Rabelo”;

“Navegabilidade do Douro”, “Arquiteturas da Paisagem”, “Filoxera e alteração da paisagem”, “Inverno”, “Primavera”, “Verão”, “Outono”, “Entrepasto de Vila Nova de Gaia”, “Coleção de Rótulos”, “Coleção de Cartazes”, “Controlo de qualidade” e “Decantação de um Vintage”;

- Filme *BIOS – Biografias. Municípios do Douro e Trás-os-Montes* e pen-drive com os resultados do 1º ano de trabalho do projeto;
- *SEI – serviço educativo informação* – boletim informativo digital mensal;
- *BIOS – Cartas – Cartas da Paisagem e da Liberdade* – Documento síntese do projeto;
- Filme *Desinfestação por anóxia com nitrogénio*, acessível *on-line* e também exibido continuamente no Museu;
- *Memórias de um olhar, por Noel Magalhães*;
- *Património Imaterial do Douro: Narrações Orais vol.3 – concelhos de Sabrosa e Vila Real* – da autoria de Alexandre Parafita;

#### **2015:**

- *Douro, lugar de um encontro feliz, de António Barreto*;
- *Roteiro Douro: Matéria e Espírito*;
- *Paisagem: matéria <=> Ficção* – documento impresso e digital do projeto, documentário-vídeo, e Atas do Seminário de 1 de dezembro de 2014, versão digital e papel;

#### **2016:**

- *Desdobrável Paisagem : Fronteira*;
- *BIOS-zine: Cartas da paisagem e da liberdade 2013/2014* – projeto do SE;

#### **2017:**

- *António Menéres: Percursos pela Arquitetura Popular do Douro* – catálogo e duas fanzines;
- Documentários pelo SE: *ZINGAROS* – Carraceda de Ansiães, *MALHAS* – Torre de Moncorvo e *FERROMINAS* – Torre de Moncorvo, da videasta Paula Preto; *BANDA MARCIAL DE MURÇA* – Murça e *BANDA FILARMÓNICA* – Mogadouro, por Artur Matos;
- *PAISAGEM: FRONTEIRA* – coleção de cartazes e desdobrável da mostra do SE;
- *Casa da Presegueda, de Ricardo Raminhos*;

#### **2018:**

- *Rio está morto* – Pesquisa de campo/registo videográfico, de João Figueiredo com Artur Matos no âmbito do programa Fronteira 2018/2019;
- *O que há de singular num coletivo?* – versão digital da mostra;
- *Fronteira 2017* – Versão em papel e digital da mostra;
- *897, caderno de viagem* – edição bilingue (Português e Espanhol) do projeto dos Sons do Douro e documentário *897 Kms de Douro*;
- *Nove Meses de Inverno e Três de Inferno* – edição da Âncora, MediaUtopia e MD;
- *adiVINHO, de Emerenciano* ;
- *O Douro à tua frente, de Sobral Centeno*;
- *Via Estreita, de Carlos Cardoso*;
- *Alto Douro – visão demarcada, de Dominique Pichou*.

## Apêndice 5 – Encontros de temática patrimonial/cultural e outros

		visita MD/Inauguração	visitas/percursos no território	Mesa Redonda/ Debate/Tert	Concerto Insendo em programa	CONCERTOS	Oficina pelo MD	Oficina	Degustações	Lançamento livro	Jantar/Almoço	Documentários/Filmes	Outros eventos públicos
Encontros - Património e Cultura	2009	Colóquio "Património Ferroviário no Vale do Douro"		1									
	2010	Jornadas do Património Cultural no Douro		1									
	2010	Apresentação das recomendações do ICOMOS ao ADV		1									
	2010	Jornadas Europeias do Património	2										
	2010	II Fórum João de Araújo Correia		2	3				1	1			
	2011	I Jornadas de Museologia (no Aud. Mun. de Resende)		1	1								
	2011	Workshop "Tourism & Culture: Cities 2.0"			1								
	2012	Apresentação Projeto da National Geographic para o Douro			1								1
	2012	Jornadas Europeias do Património	1	1									1
	2012	III Fórum João de Araújo Correia		1	2								
	2012	3º Semin. Internacional do Património Agroindustrial		1	7	1							
	2013	Jornadas Europeias do Património		1	1	1		3	2		1	1	
	2014	I Jornadas para Salvaguarda do Pat. Cult. Imat. da Reg. Norte			2								
	2014	Seminário "A Bioética, o Homem e a Natureza"		1	1							1	
	2014	Jornadas Europeias do Património			1								
	2014	Conferência Nacional de Enoturismo			2								
	2015	1º Encontradouro			2	1							
	2015	Jornadas Europeias do Património		1	12								
	2016	A Geologia na Rota da Vinha e dos Museus do Vinho no ADV		1	6	2			1				
	2016	Jornadas Europeias do Património		1	4								
	2017	"Cultura que Une" (no MD)		1	1								1
	2017	"Cultura que Une" (em Monforte de Lemos)		1			1					1	
	2017	Congresso Internacional Santuários		1	11				1				
	2017	Jornadas Europeias do Património		2	6	1							
	2018	Encontro "Turismo 2027 – Desafios e Oportunidades"			1								1
	2018	IMMER #1			1	1							
	2018	Fórum JOVENS SOMOS DOURO			2								
	2018	Conf. Contributos do Tur. e do Pat. Cult para o desenv. Sustentável			1								
2018	Jornadas Europeias do Património		1	1			3						
2018	Estratégia Turismo 2027 - Projetos e Iniciativas para o desenv. ...											1	
Outros Encontros	2010	Ciclo Debates da Esc. Paula Frassinetti			3								
	2010	III Encontro Sementes de Leitura			1								
	2010	Debate "Sim ou Não às barragens do Tua e Sabor?"			1								
	2011	Colóquio "Posicionamento Estratégico dos Vinhos DOC Douro"			1								1
	2011	Palestra da Liga Portuguesa Contra o Cancro			1								
	2011	Colóquio "Internacionalização/Exportação de Vinhos"			1								
	2011	Fórum de Debate Crítico Sobre a RDD			1								
	2011	Debate "Aguardentes do Douro"			1								
	2012	Workshop "Apoios ao investimento"			1								
	2013	Apresentação Manual Boas Práticas SUVIDUR			1					1			1
	2013	Seminário "Gestão do Stress Hídrico e Térmico da Videira"			1								
	2013	Conferência Internacional de Desenvolvimento Rural			1								
	2014	Conversas à 5ª "Antão de Carvalho: a República e o Alto Douro"			1								
	2014	Conversas à 5ª "Comércio, fonte de vida"			1								
	2014	Tertúlia-Concerto "O Vinho dos Poetas"			1	1			1				
	2015	Conversas à 5ª "Portugal Interior tem futuro?"			1								
	2015	Conversas à 5ª "Habitação, regeneração, sustentabilidade"			1								
	2015	Conv. à 5ª "Antão Fernandes de Carvalho e a República..."			1								
	2015	Jornadas Luso-Esp. Gestão da Região Hidrográfica do Douro			1								
	2015	Conferência ADVID "Doenças Lenho e Flavescência Dourada"			1								
	2016	Tertúlia "Saúde no Feminino"			1								
	2016	"Douro's Inland Waterway 2020"			1								
	2016	Laboratório Estratégico do Turismo			1								
	2016	IX Congresso da AGEPOR			1								
	2016	2ª Workshop PRODOURO "Prevenindo a Flavescência Dourada"			1								
	2017	Mesa-Redonda aniversário do MIMA			1								
	2017	Workshop "Empresas Familiares: enfrentar os desafios ..."			1								1
	2018	Encontro "Empreendedorismo – Desafios e Oportunidades"			1								1
	2018	Encontro IterVitis Portugal			1								
	2018	Conferência "Douro: Um canal para o território"			1								
	2018	Conversas à 5ª "Sustentabilidade a longo prazo"			1								
	2018	Conversas à 5ª "Um barco para uma odisseia"			1								



		visita MD/Inauguração	visitas/percursos no território	Mesa Redonda/ Debate /tert	CONCERTOS	Oficina	Concurso/ entrega de prémio	Degustações	Lançamento livro	Ação promocional na Loja	Jantar/ Almoço	Lançamento vinho	Documentários/Filmes	Outros eventos públicos
2011	Apresentação pública da Rádio Alto Douro				1									1
2001	Lançamento do livro "A Vinha e o Vinho em Portugal"							1						
2011	Lançamento do livro "Casas de Escritores no Douro"							1						1
2011	Jantar Comemorativo 200 anos D.Antónia A. Ferreira									1				
2011	Apresentação do livro "Retratos da Arte na Educação"							1						
2011	Provas de vinhos Martha's e Levandeira do Roncão						2							
2011	Entrega II Prémio de Arquitetura do Douro					1								
2012	Ação de entrega de vouchers de visita aos "vizinhos" do MD	1												
2012	Teatro "Ferreirinha, uma mulher fora do seu tempo"													1
2012	Documentário "Amanhã à mesma hora"												1	
2012	Vinho e Arte - Provas de vinhos na Loja do MD						4							
2012	Ação "Um Porto em Lisboa"	1												1
2012	Desfile pela LPCC													1
2012	Apresentação Catálogo "Dona Antónia, uma vida singular"							1						
2012	Douro Film Harvest		1					1				2	1	
2012	Lagaradas tradicionais em Celeirós	1		3			1							1
2013	Dia Mundial do Teatro				3									1
2013	Lançamento "Guia da Rede de Aldeias Vinhateiras"							1						1
2013	Provas de Vinhos e compotas na Loja (Jul. a Set.)						7							
2013	Dia Internacional da Juventude	1												
2013	Lagaradas tradicionais em Celeirós			7										4
2013	Festival Cinecôa - homenagem a Luís Buñuel	1										5	1	
2013	Apresentação livro "Ana Kelly, uma saga de amor e coragem"			1				1						
2013	Programa Utopia(s) - Imagens do Real Imaginado			3									3	
2013	Sessão de divulgação da Associação Bagos D'Ouro													1
2014	Lançamento livro "A Regoa na Memória da República"							1						
2014	Cine-concerto "Gigantes do Douro" com Filho da Mãe			3									3	1
2014	3ª edição do Concurso "Melhor Jovem Agricultor"					1								
2014	Lançamento "Arquiteturas da Paisagem no Alto Douro Vinhateiro"		1					1						
2014	Sessão da Rede EmpreendDouro e Prémio "Douro Empreendedor"		1			1								
2014	Provas de Vinhos da Quinta do Portal						1							
2014	Douro Wine Fest	1	4	3	7								1	
2015	Espetáculo "Pega-Monstros" pela Associação Bagos D'Ouro													1
2015	Concerto para as Estrelas no Castro de Palheiros)		1	1										1
2015	Dia Europeu das Fundações e Doadores	3												
2015	Lançamento livro "Proteção do Solo em Viticultura de Montanha..."							1						
2015	Espetáculo de Dança Escola Débora Rebelo													1
2016	Apresentação do XV Concurso Internacional de Vinhos					1								
2016	I Sessão de Cinema AJIC, "Pára-me de repente o pensamento"													1
2016	Workshop de Serigrafia (AJIC)				1									
2016	II Sessão de Cinema AJIC, "Cavalo Dinheiro"													1
2016	III Sessão de Cinema AJIC, "Rio Corgo"													1
2016	Lançamento livro "Paisagens de Baco..." de Ana Lavrador							1						
2016	Provas de Vinhos da Quinta da Devesa na Loja do MD						1							
2016	Cerimónia "Tradições EDP"					1								
2016	Lançamento "Ao Lume Brando da Urze..."							1						
2017	Lançamento do livro "O Vinho no Tempo da Guerra ..."							1						
2017	Gigantes do Douro na Cinemateca Portuguesa													1
2017	"Semana Acesso Cultura" (visitas em Língua Gestual Port.)	1												1
2017	Festa do Voluntariado Animal - GPAR			1										1
2017	Apresentação cartaz do VI Douro Film Festival				1								1	1
2017	Black Friday na Loja do MD								1					
2018	Encerramento projeto 897 - Sons do Douro	1	1	1										2
2018	Apresentação "Nossa Terra, Trás-os-Montes 2018"							1						
2018	"Nove Meses de Inverno" tour de verão			13									13	1
2018	Black Friday na Loja do MD								1					
2018	Lançamento "Poemas da Minha Vida"	1						1						

## Apêndice 7 – Presenças Institucionais e comunicações

### 2009

- Júri no concurso *Laboratório de Ideias e Projectos*, da Douro Alliance e VINIDEAs;
- Festival de Gastronomia de Trás-os-Montes e Alto Douro, na Alfândega do Porto;
- *Grundtvig Learning Partnership* (Serralves): apresentação do Projeto Anual com Escolas do SE;
- Programa Escolas UNESCO, no Colégio Salesiano de Poiares – *Douro Património Mundial*: participação do SE;
- Jornadas do Património Cultural no Douro, Auditório Municipal de Sabrosa;

### 2010

- Produção de texto para relatório sobre o Alto Douro Vinhateiro: Fauvrelle, Natália – Gestão da Paisagem classificada do Alto Douro Vinhateiro: 2001 – 2010;
- XIV Encontro Int. de Reflexão e Investigação: *Douro, vertentes de sentido* (UTAD): comunicação “Arquitecturas da Paisagem Vinhateira – um projecto de inventário no Museu do Douro”;
- Comunicação na palestra para os tradutores do Parlamento Europeu que teve lugar no MD;
- Conferências *Museus e Sociedade* (Caminha): comunicação “Museu do Douro: um museu para um território”;
- Palestra aos alunos do Mestrado em Museologia da FLUP sobre estudo de coleções no MD;
- VINDOURO – Festa Pombalina (S.J. Pesqueira): comunicação no painel “Turismo e Marketing”;

### 2011

- Prémio de Arquitetura do Douro (Museu da Vila Velha, Vila Real): participação na mesa-redonda;
- Seminário *Redes de Museus – Território. Identidade. Património* (Vila Nova de Famalicão);
- Festival Internacional de Marionetas do Porto: participação do SE;
- XIII Feira do Livro do Douro;
- 18ª Feira Franca *Douro que me Desafia*, no palácio das Artes – Fundação da Juventude, Porto;

### 2012

- BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa;
- Feira de Ciência da Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia: participação do SE;
- *Fête de L’Europe*, Bordéus: presença no âmbito do projeto Entre Margens;
- Jornadas do Património Cultural – *Património Mundial, 10 anos, 10 paisagens, 10 bens* (Museu do Côa): presença e moderação de mesa-redonda pelo Diretor do MD;
- XIV Feira do Livro do Douro;

### 2013

- Colóquio *Douro: o valor de um património único*: comunicação “A importância da Cooperação para a inovação e sustentabilidade de Territórios Património Mundial” pela Presidente da FMD;
- Comemorações do Dia das Misericórdias (Braga): comunicação sobre projeto de salvaguarda da coleção de retratos da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua;
- Encontro de Reintegração Cromática de Bens Culturais: comunicação “Reintegrar ou não? Casos práticos”;
- Feira do Património.PT, no Museu de Arte Popular, em Lisboa;
- XV Feira do Livro do Douro;
- *Expcidades\_2013* (Lugo, Galiza);
- BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa;
- Colóquio Internacional *Vinho, Paisagem e Desenvolvimento Turístico*, integrado no Encontro Europeu ITERVITIS;

### 2014

- “Restauro e Conservação - Projeto para salvaguarda da coleção de pintura”: comunicação sobre projeto de restauro da coleção de pintura da Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua;
- BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa;
- XVI Feira do Livro do Douro;
- Feira Património.PT (Guimarães);

- Douro Wine Fest – Festa das Vindimas (Peso da Régua);
  - Ação promocional *Douro – Património Mundial*, no Aeroporto Francisco Sá Carneiro;
  - *Processos de Musealização*, seminário de investigação internacional, organizado pela FLUP;
  - II Congresso Internacional da Rota do Românico (Amarante);
- 2015**
- FITUR – Feira Internacional de Turismo (Madrid);
  - BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa;
  - Expourense - Salão Galego de Gastronomia e Turismo;
  - Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas (Lamego): atuação Sons do Douro;
  - Vinexpo 2015 – Conferência Internacional em Bordéus;
  - "Há um rio que começa no Douro e termina no Brasil", ação promovida em parceria com a AETUR no Rio de Janeiro;
  - XVII Feira do Livro do Douro;
  - Júri de 5 Provas de Aptidão Profissional do Curso de Turismo Ambiental e Rural da E.S.J.A.C.;
  - Comemorações do Dia do Porto de Leixões, Matosinhos, em parceria com a APDL;
- 2016**
- *Short-cutz Xpress* (Vila Real): apresentação de trabalhos desenvolvidos pelo MD na área do cinema e audiovisual;
  - BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa;
  - Comunicação “A evolução recente da conservação e restauro no Museu do Douro”, Museu Armindo Teixeira Lopes;
  - XVIII Feira do Livro do Douro;
  - Comunicação “A contribuição da área da conservação e restauro para o estudo e gestão de coleções. Dinâmicas do Museu do Douro”, para Mestrado em Museologia da FLUP;
  - I Colóquio em Conservação do Património (Lisboa): comunicação “Preservar em azoto: contributo para a compreensão da influência da humidade na conservação de materiais encapsulados sob atmosfera anóxia”;
  - Seminário *Museus, Património e Desenvolvimento* (FLUP): comunicação “Conservação-restauro: Projetos em curso no laboratório de conservação e restauro do Museu do Douro”;
  - Colóquio *Quo Vadis - Projeto de Investigação e Conservação de pintura quinhentista portuguesa*, Museu do Douro/Museu de Lamego: comunicação “Conservação-restauro: Projeto *Quo Vadis*?”;
  - Conferência anual da UNICON (Executive Education Consortium): comunicação no painel *The art of the impossible – Port Wine Story makers*;
  - Congresso Internacional *Genius Loci: lugares e significados*: comunicação “De território a paisagem: o que é ‘paisagem’?”; texto também publicado nas respetivas atas;
  - Texto “Museus e paisagem - um encontro feliz entre o museu e o seu território”, para *Revista Museu* (Rio de Janeiro);
  - Seminário *Museus, Património e Desenvolvimento* (FLUP): moderação da sessão *Território e Identidade*;
  - Conferência *Museus e Paisagens Culturais* (24ª Conferência Anual do ICOM, em Milão);
  - Colóquio *Paysages, mises en scènes paysagères, patrimoines vitivinicoles, valorisations touristiques et développement territorial* (Orléans, França): comunicação *L'évolution du paysage et de la viticulture dans la région du Douro: au Carrefour du patrimoine*;
- 2017**
- II Jornadas da Rede de Bibliotecas de Lamego: Oficina de preservação e Conservação Documental;
  - XIX Feira do Livro do Douro;
  - IV Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus (Museu de Cerâmica de Sacavém): comunicação “O Património Documental do Museu do Douro”, publicada nas respetivas atas;
  - II Encontro Rede de Museus de Famalicão: comunicação “Serviços Educativos: pontes de acesso”;
  - Jornadas *Além do físico: reflexão sobre as barreiras à participação cultural* (Museu do Côa);
  - Encontros *Contrainterpretação*, realizados na Culturgest;

- Debate sobre o elitismo na cultura, no Museu Nacional Soares dos Reis;
- Encontro *Cultura/Natura*: MD integrou a Comissão Científica;
- Oficinas Criativas do Futebol Clube do Porto – Projétíl;
- Seminário *Revisão*, de Eduardo Brito (UTAD, Vila Real);
- Encontro Nacional APEI (Associação Portuguesa de Educadores de Infância), realizado no Porto;
- Seminário “O desafio do desenvolvimento para o [Museu do] Douro, um território Património da Humanidade” realizado no IPB, em Mirandela;
- Participação dos Projetos Anuais do SE do MD no programa anual do Núcleo de Educação Artística do Instituto de Artes, Design e Sociedade (Fac. De Belas Artes do Porto);

## **2018**

- XX Feira do Livro do Douro;
- *Photo history project – Caminhar na paisagem*, Régua;
- Escola de Inverno de Investigação para Investigadores para *NW29: Arts Education Winter School*;
- Debate Acesso Cultura: o *Design de comunicação é elitista?* (Teatro Nacional São João, Porto);
- Curso *Serviço Educativo - pontes de acesso* da Acesso Cultura (Casa da Arquitetura, Matosinhos);
- Seminário *Património, Turismo e Desenvolvimento Sustentável* (Porto);
- *Cultura... boas práticas na União Europeia* (Fundação Calouste Gulbenkian);
- 2.ª Edição *Douro TGV*, Vila Real;
- XX Feira do Livro do Douro;
- *IMMER - International Meeting On Museum Education Research*: comunicação sobre SE;
- *XIII Encontros da Primavera* (Conferências do Douro’18): apresentação do projeto *Gravar Sendim* - programa Bios do SE;
- *A paisagem rural como património cultural e a gestão de sítios arqueológicos públicos – novas cartas do ICOMOS*;
- 5.º Encontro da Assoc. Port. de Casas Museu (Condeixa-a-Nova, Casa Museu Fernando Namora);
- *Somos douro* – Programa da CCDR-N, Peso da Régua;
- Mesa-redonda *Gestão e dinamização de roteiros e redes*, do encontro anual de parceiros em Idanha-a-Nova, com a comunicação “MuD: uma rede colaborativa em construção”;
- Seminário Internacional sobre Gestão de Sítios Culturais dos Patrimónios Mundial, Brasil;
- Cerimónia dos 60 anos dos Acordos de Lisboa sobre Proteção das Denominações de Origem (Assembleia da WIPO, Genebra);
- Encontro *A Importância das Plataformas Digitais e das Bases de Dados para um Turismo Sustentável* (Lamego): comunicação “O caso exemplar da MuD – Rede de Museus do Douro”;
- II Colóquio *Investigações em Conservação do Património*, Fac. Belas Artes da Univ. de Lisboa;
- 2.º Workshop *Douro e Pico*: entre outros, apresentou-se o Projeto Identificar para Conservar;
- Fórum Internacional *Gestão do Património Mundial da UNESCO em contexto Europeu* (CCDRN, no Museu do Côa): comunicação “Rio Douro, um elo de ligação em rede”;
- *Modos de fazer*, colóquio internacional Citcem – FLUP;
- Exposição *Porto: Douro, l’air de la terre au bord des eaux*, patente na La Cité du Vin, em Bordéus: participação na conferência *Porquoi le Douro c’est Patrimoine Mondial?*;
- *Acesso à Música ao vivo*, Marvila - Lisboa;
- Encontros sobre políticas da receção e desenvolvimento de públicos (Teatro Meia Volta e São Luiz, Lisboa);
- Encontro de pesquisa em Educação Artística da Evens Foundation, Budapest;
- Encontro Regional da APEI (UTAD): comunicação “Práticas partilhadas”;
- *Master Class André Lira* – empreendedorismo criativo, S. Martinho de Anta;
- Júri no *Concurso Plano nacional de Leitura*, Biblioteca da E.S.J.A.C.;
- Seminário *Apre(e)nder a Paisagem: percepções pluridisciplinares* (FLUP);
- Produção de prefácio para a Revista *I Like this*, edição sobre Guia dos Museus, pela MuD.

## Apêndice 8 – Formações

Formações no âmbito do Programa de Dinamização da Rede de Competências Associadas à Cultura e ao Património da RDD, do PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos):

1. Museus: vigilância e atendimento de visitantes (no MD);
2. Segurança e prevenção/combate a incêndios (no MD);
3. Gestão e coleções e Inventário (Câmara Municipal de Armamar);
4. Cuidados preventivos (Biblioteca Municipal de São João da Pesqueira);
5. Biblioteca – tratamento técnico-documental (Bibl. Macedo Pinto – MIDU, Tabuaço);
6. Arquivo – Noções Básicas de Arquivos (no MD);
7. Preservação de coleções de fotografia (no MD);
8. Produção de vídeo – Exposição teórica e demonstração prática (no MD);
9. Da Museologia à Museografia – Concretização de ideias (no MD);
10. Atividades e Públicos I e II (MIDU e Museu de Favaios, Pão e Vinho);
11. Seminário “Paisagem: Matéria <=> Ficção”: pelo SE do MD.

Outras ações de formação ministradas por colaboradores do MD:

12. Oficina de Cuidados Conservativos ministrada no âmbito do processo de musealização do Museu do Azeite de Mirandela (14 a 17/04/2015);
13. Higienização e Acondicionamento de Documentos Gráficos (18/05/2015);
14. Oficina de Conservação e Preservação de Material Bibliográfico, pelo Centro de Informação do MD aos professores e bibliotecários da RDD (15/10/2015);
15. Gestão de Coleções e Inventário, dirigida aos técnicos das áreas do Património da MuD, no Museu do Vinho – São João da Pesqueira (11/01/2016);
16. Oficina de Cuidados Preventivos no Museu Municipal de Resende, no âmbito do projeto Identificar para Conservar (18/04/2016);
17. Oficina de Preservação e Conservação Documental no âmbito das II Jornadas da Rede de Bibliotecas de Lamego (18/02/2017);
18. Oficina sobre Gestão de Coleções no Núcleo Museológico de Favaios (2018);
19. Oficina de Cuidados Preventivos de Documentos Gráficos, na Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo (8/11/2018);

Outras Formações:

20. Formação “Vinho do Porto: Saber Servir, Vender Melhor” (pelo IVDP, 2/04/2013);
21. Reunião técnica realizada nas instalações da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas sobre “Política de aquisição de informação/documentação de arquivo em fundações com relevante património documental” (8/09/2014);
22. Acondicionamento de Bens Culturais e Reservas, orientada por Joana Amaral (dezembro de 2015);
23. Formação “Acolhimento de Grupos com Mobilidade Reduzida”, certificada pela ADECCO e acreditada pela DGERT (14/12/2015);
24. Ação de Formação Reservas Museológicas (15 e 16/12/2015);
25. Formação “Museus e Turismo”, ministrada por Helena Pereira (6, 13 e 20/03/2017).

## **Apêndice 9 – Projeto Identificar para Conservar**

Concelhos e objetos assinalados até 2018 no âmbito do projeto Identificar para Conservar:

De Armamar, um pano de retábulo, pintura do século XIX (intervenção concluída);

De Peso da Régua, um sacrário em talha dourada do século XIX (intervenção concluída);

De São João da Pesqueira, escultura de madeira policromada, século XVI (?) (intervenção concluída);

De Freixo de Espada à Cinta, uma rabeça chuleira, do século XX (intervenção concluída);

De Carrazeda de Ansiães, um tear, objeto etnográfico do século XIX (?) (intervenção concluída);

De Mirandela, uma escultura do século XX (intervenção concluída);

De Resende, um Ex-Voto, pintura do século XVII;

De Tabuaço, um relógio Rijomax do século XX;

Torre de Moncorvo, uma pintura “Milagre da bilocação de Santo António”;

De Vila Flor, pintura “Deixai vir a mim as criancinhas”, do século XVII.

## Apêndice 10 – Lista dos membros da MuD no final de 2018

1. Museu do Douro (Peso da Régua)
2. Adega das Giestas Negras (Covelinhas-Galafura, Peso da Régua)
3. Adega Museu de Lamego
4. Calçada de Alpajares (Poiaras, Freixo de Espada à Cinta)
5. Casa Agrícola de Cever (Santa Marta de Penaguião)
6. Casa Aires Torres (Parada de Pinhão, Sabrosa)
7. Casa do Conde (Lumbrales, Espanha)
8. Casa Museu Maurício Penha (Sanfins do Douro, Alijó)
9. Castro de Cidadelhe (Mesão Frio)
10. CEISDTAD – Espaço General Loureiro dos Santos, Centro de Estudos e Investigação de Segurança de Trás-os-Montes e Alto Douro (Sabrosa)
11. Centro Interpretativo da Cerâmica (São João de Fontoura, Resende)
12. Centro Interpretativo da Cereja (São Martinho de Mouros, Resende)
13. Centro Interpretativo de Montemuro (Feirão, Resende)
14. CICA – Centro Interpretativo do Castelo de Ansiães (Carrazeda de Ansiães)
15. CIMI - Centro Interpretativo da Máscara Ibérica (Lazarim, Lamego)
16. Crasto de Palheiros (Murça)
17. Espaço Miguel Torga (São Martinho de Anta, Sabrosa)
18. Favaio, Pão e Vinho (Favaio, Alijó)
19. Fundação Rei Afonso Henriques (Zamora, Espanha)
20. Jardim Botânico da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real)
21. Lagar do Avô (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa)
22. Moinho de Vento de Carrazeda de Ansiães
23. Museu Abel Botelho (Tabuaço)
24. Museu da Casa Grande de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)
25. Museu da Memória Rural (Vilarinho da Castanheira, Carrazeda de Ansiães)
26. Museu da Oliveira e do Azeite (Mirandela)
27. Museu da Seda e do Território (Freixo de Espada à Cinta)
28. Museu de Arte Sacra de Trevões (São João da Pesqueira)
29. Museu de Geologia Fernando Real (Vila Real)
30. Museu de Trevões (São João da Pesqueira)
31. Museu do Azeite (Espinhosa, São João da Pesqueira)
32. Museu do Côa (Vila Nova de Foz Côa)
33. Museu do Ferro e da Região de Moncorvo (Torre de Moncorvo)
34. Museu do Imaginário Duriense (Tabuaço)
35. Museu do Triciclo (Mesão Frio)
36. Museu do Vinho (São João da Pesqueira)
37. Museu do Vinho do Porto (Porto)
38. Museu Dr. Adérito Rodrigues (Abreiro, Mirandela)
39. Museu Eduardo Tavares (São João da Pesqueira)
40. Museu Etnográfico de Vila Real
41. Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes (Mirandela)
42. Museu Municipal de Resende
43. Núcleo Museológico da Telha (Carrazeda de Ansiães)
44. Núcleo Museológico do Azeite – Lagar da Lavandeira (Carrazeda de Ansiães)
45. Pólo Arqueológico da Garganta (São Martinho de Anta, Sabrosa)
46. Santuário de Panóias (Vila Real)
47. São Salvador do Mundo (São João da Pesqueira)

## Apêndice 11 – Descrição das Atividades e Projetos do SE

### Programa de Oficinas Anuais e Atividades Sazonais:

*As Estações no Museu do Douro:* “Primavera \_”, “Verão \_” e “Inverno no Museu do Douro” – atividades que decorrem em períodos intensivos em épocas de férias escolares;

*Percursos* – permitem o contacto direto com a paisagem; organizam-se segundo temáticas como vinha, mata, ferro, cidade, rio, montanha;

*Rogas do Serviço Educativo* – permite-se o contacto das crianças e jovens com as atividades da vindima tradicional, numa Quinta do Douro. A última edição realizou-se em 2012;

*A 1ª semana do Mês* – propõe uma rotina anual de oficinas temáticas e experimentais, que decorrem na primeira semana de cada mês; o programa teve início em 2009, com 9 oficinas e em 2013 atingiu-se o número máximo de 30 oficinas no programa. Incluíam temáticas como Cheiros e Sabores, Camuflagem, Biblioteca, Construção, Espelhos, Corpo, Ciência – Luz e Cor, Sombras, Mãos, Mapas, entre outras. Última edição em 2015;

*Programa de Oficinas 2+1 | doismaisum* (iniciado em 2016) – programa de oficinas que propõe a cada grupo de participantes a realização de duas oficinas e um percurso/visita ao MD, para encontrar formas diferenciadas de viver os lugares, as coisas e os seres. Abrangem diferentes áreas como o teatro, movimento, som, imagem ou escrita;

### Outros Projetos e Atividades Educativas:

*BIOS – EDP | Biografias – Municípios do Douro e Trás-os-Montes:* projeto implementado em parceria com a EDP, em 11 concelhos (Carraceda de Ansiães, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Macedo de Cavaleiros, Torre de Moncorvo, Alijó, Miranda do Douro, Murça, Alfândega da Fé e Sendim), iniciado em 2013. Envolveu 2831 participantes, em 103 ações realizadas e deu origem, em 2018, à Mostra/síntese “O que há de singular num coletivo?”;

*Café Central* (iniciado em 2016) – programa que procura “perceber os cafés como lugares entre o público e o privado, entre a rua e a casa” (Relatório de Atividades e Contas 2018). Elaboraram-se sínteses em suporte áudio, visual e audiovisual;

*Ler Debaixo de uma Árvore* (iniciado em 2016) – ciclos de leitura de prosa, poesia e património arbóreo da RDD;

*ResidenciaL Veiga* (Jardins Verticais) (iniciado em 2016) – programa de observação da criação de uma horta na aldeia da Veiga, Santa Marta de Penaguião. Em 2017 alterou-se para observação das Residenciais enquanto lugares de habitação e passagem para pessoas com perfis e motivações diversas (do trabalho ao turismo);

**Outros Projetos e Atividades:** neste grupo incluem-se oficinas para diversos públicos, trabalho com a comunidade, formações, reuniões, atividades comemorativas, apresentação ou representação do SE ou do MD noutras instituições, etc..

*IMATERIAL* (iniciado em 2013) – programa de investigação, produção, edição e montagem de documentação do património imaterial em vídeo e som, com vista à constituição de um banco de dados do imaterial no MD. As três principais linhas de ação:

- Apeadeiros – programa de recolha de vídeo e som em lugares específicos de estar ou parar na paisagem. A mostra decorre em espaços do edifício sede do MD;
- Histórias na 1ª Pessoa (iniciada em 2011 com a recolha de histórias para o BIOS – biografias e identidades) – recolha em vídeo de histórias singulares contadas por habitantes da região;

- Culturas e Pessoas – registos em torno dos vários momentos de culturas e das famílias que as mantêm, como as Maãs Rosas (2013), ou as cerejas José (2014 e 2015); em 2016, acompanhou o restauro do *Quo Vadis*, pelo Conservador Carlos Mota (MD), e o processo de cultura *in vitro* e identificação do genoma da videira com Fernanda Leal e Isaura Castro (UTAD);

*BILINGUE* (2018) – promove encontros de experimentação e cruzamento entre a Língua Gestual Portuguesa e a Educação Artística. Em parceria com o programa EREBAS, da Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia (ESJAC);

ilha território ilha (2018) – recolha fotográfica de espécies endémicas, exóticas, invasoras e autóctones do Douro e de São Jorge (Açores);

Uma horta em Galafura (2018) – programa de desenho e criação de uma horta por crianças e adolescentes. Em parceria com a ESJAC e a Arquiteta Paisagista Carla Cabral;

Analógico digital (2018) – programa que busca as contribuições pessoais/amadoras de gravações em película de paisagens, para visionamento e tratamento pelo SE;

Paisagem => Cinema (2017) – programa de interpelação e leitura cinematográfica de paisagens de diversos autores. Parceria de apoio na implantação do Plano Nacional de Cinema na ESJAC;

Práticas partilhadas (Vila Real, 2018) – pesquisa em educação artística para a primeira infância, usando as linguagens do teatro, da dança, do desenho e do audiovisual;

Caminhar (2015 a 2017) – experiências e pesquisas multissensoriais na paisagem, ao longo do rio Corgo. Uma parceria entre SE do MD e Mestrado em Arquitetura Paisagista da UTAD;

Filmes em Movimento (2012 a 2016) – desenvolve com os grupos um projeto de criação de pequenas sequências fílmicas, a partir de técnicas básicas de imagem animada.

# ANEXOS

## Anexo 1 – Lei de Criação do Museu do Douro (Lei n.º 125/97)

### ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

#### Lei n.º 125/97

de 2 de Dezembro

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 161.º, alínea c), e 166.º, n.º 3, da Constituição, o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Criação

É criado o Museu da Região do Douro, adiante designado de Museu.

#### Artigo 2.º

##### Sede

O Museu tem uma estrutura polinuclear distribuída por toda a Região do Douro, tendo a sua sede em Peso da Régua.

#### Artigo 3.º

##### Âmbito

O Museu terá como âmbito a Região do Douro em toda a sua diversidade cultural e natural.

#### Artigo 4.º

##### Tutela

1 — O Museu fica na tutela do Ministério da Cultura, transitando, logo que instituída e no âmbito das suas competências, para a respectiva região administrativa.

2 — As autarquias e as empresas públicas e privadas podem associar-se ao projecto do Museu, colocando à sua disposição colecções e serviços, nos termos que vierem a ser acordados entre as partes.

3 — Será criado no âmbito do Museu, em termos a regulamentar, um conselho de mecenas, aberto à participação das entidades referidas no número anterior e a personalidades que a título individual nele queiram participar.

#### Artigo 5.º

##### Colecções

1 — Constituem património do Museu:

- a) Os materiais de qualquer tipo que nele venham a ser incorporados por aquisição, expropriação, doação, dação em cumprimento, legado, oferta ou cedência;
- b) Os materiais de qualquer tipo que resultem da sua actividade.

2 — As colecções serão reflexo da estrutura polinuclear do Museu, dele fazendo parte todas as fontes espirituais e materiais que nele sejam incorporados.

3 — Poderão ser incorporados nas colecções do Museu todo o tipo de valores culturais ou naturais ligados à produção, história e comércio dos vinhos da Região do Douro, designadamente do vinho generoso do Douro (vinho do Porto).

#### Artigo 6.º

##### Atribuições

1 — O Museu tem como atribuições:

- a) Reunir, identificar, documentar, investigar, preservar, conservar e exibir ao público todas as fontes históricas e antropológicas, espirituais e materiais de todo o património cultural e natural da Região do Douro, em particular o ligado à produção, promoção e comercialização dos vinhos da Região do Douro, em especial do vinho generoso (vinho do Porto);
- b) Promover e apoiar, em qualquer tipo de suporte, no País e no estrangeiro, a publicação, edição, realização e exibição de materiais e de estudos de carácter científico e ou divulgativo da Região, do seu património, do Museu e das suas colecções;
- c) Promover exposições, congressos, conferências, seminários e outras actividades de carácter semelhante.

2 — O Museu prossegue as suas atribuições nas áreas da museografia, da investigação e da acção cultural, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março.

#### Artigo 7.º

##### Classificação

1 — Após a constituição do Museu, serão desenhacdados pelo departamento governamental competente, no prazo de 60 dias, os procedimentos necessários à classificação e incorporação no Museu do Arquivo da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho.

2 — Poderão ser também classificados, com vista à sua eventual incorporação no Museu, nos termos da legislação regulamentar, materiais e colecções existentes noutras instituições, designadamente na Casa do Douro e no Instituto do Vinho do Porto.

#### Artigo 8.º

##### Comissão instaladora

1 — No prazo de 60 dias após a publicação da presente lei o Ministério da Cultura procederá à constituição de uma comissão instaladora, a qual, presidida por um representante do Ministério, integrará instituições intimamente ligadas à Região Demarcada do Douro, no respeito pela realidade histórica, cultural, económica e social da Região.

2 — No prazo de 120 dias após a tomada de posse a comissão instaladora elaborará:

- a) Proposta para instalação da sede do Museu;
- b) Proposta de diploma regulamentar do Museu.

#### Artigo 9.º

##### Disposições finais

O Ministério da Cultura tomará as medidas necessárias para a entrada em funcionamento dos órgãos do Museu no prazo de 60 dias após a apresentação das propostas pela comissão instaladora.

**Artigo 10.º****Entrada em vigor**

Sem prejuízo do disposto no artigo 8.º, o presente diploma entra em vigor na data da publicação da lei do Orçamento do Estado para 1998.

Aprovada em 9 de Outubro de 1997.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

Promulgada em 5 de Novembro de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 13 de Novembro de 1997.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

**MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS****Aviso n.º 304/97**

Por ordem superior se torna público que em 18 de Setembro e em 28 de Outubro de 1997 foram emitidas notas, respectivamente por Portugal e pela Croácia, em que se comunica ter sido aprovado o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Croácia sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos e respectivo Protocolo e cumpridas as respectivas formalidades constitucionais internas.

Por parte de Portugal o Acordo foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 42/97 e pelo Decreto do Presidente da República n.º 42/97, publicados no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 140, de 20 de Junho de 1997.

Nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Resolução da Assembleia da República n.º 42/97, de 20 de Junho, o Acordo entra em vigor em 27 de Novembro de 1997.

Direcção-Geral das Relações Bilaterais, 6 de Novembro de 1997. — O Subdirector-Geral, *João Pedro Leone Zanatti Rodrigues*.

**Aviso n.º 305/97**

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Governo da Ucrânia depositou em 13 de Maio de 1997 o instrumento de ratificação à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, de 1992.

Esta Convenção entrou em vigor para a Ucrânia a 11 de Agosto de 1997.

A referida Convenção foi aprovada, para ratificação, por Portugal, nos termos do Decreto n.º 20/93, de 21 de Junho, segundo o *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 143, de 21 de Junho de 1993.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 12 de Novembro de 1997. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Perestrello Cavaco*.

**Aviso n.º 306/97**

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Governo do Burundi depositou em 6 de Janeiro de 1997 o instrumento de ratificação à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, de 1992.

Esta Convenção entrou em vigor para o Burundi a 6 de Abril de 1997.

A referida Convenção foi aprovada, para ratificação, por Portugal, nos termos do Decreto n.º 20/93, de 21 de Junho, segundo o *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 143, de 21 de Junho de 1993.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 12 de Novembro de 1997. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Perestrello Cavaco*.

**Aviso n.º 307/97**

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Governo de Singapura depositou em 29 de Maio de 1997 o instrumento de ratificação à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, de 1992.

Esta Convenção entrou em vigor para a Singapura a 27 de Agosto de 1997.

A referida Convenção foi aprovada, para ratificação, por Portugal, nos termos do Decreto n.º 20/93, de 21 de Junho, segundo o *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 143, de 21 de Junho de 1993.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 12 de Novembro de 1997. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Perestrello Cavaco*.

**MINISTERIO DAS FINANÇAS****Decreto-Lei n.º 335/97**

de 2 de Dezembro

Pelo artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 158/96, de 3 de Setembro, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 107/97, de 8 de Maio, foi criado o Fundo de Estabilização Tributário (FET), cujo activo será afecto ao pagamento de suplementos atribuídos em função de particularidades específicas da prestação de trabalho dos funcionários da Direcção-Geral dos Impostos e da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, bem como a obras sociais.

Na verdade, o elevado grau de especificidade das funções associadas à cobrança coerciva de impostos e a necessidade de ocorrer em tempo útil às solicitações daquele tipo de processos, bem como aos processos especiais de regularização de dívidas, exige um esforço adicional dos funcionários respectivos, os quais, aliás, são ainda confrontados com um volume considerável de processos e procedimentos cuja regularização para níveis compatíveis com uma administração fiscal moderna e justa só é possível com um empenhamento significativo dos seus intervenientes.

O estímulo a este empenho encontra-se indexado, precisamente, ao volume de trabalho e esforço suple-

## Anexo 2 – Lei de Criação da Fundação Museu do Douro (Decreto-Lei n.º 70/2006)

N.º 59 — 23 de Março de 2006

DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-A

2171

### Artigo 7.º

#### Norma revogatória

É revogado o Decreto Regulamentar n.º 5/2004, de 21 de Abril.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 22 de Dezembro de 2005. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *António Luís Santos Costa* — *Fernando Teixeira dos Santos* — *Alberto Bernardes Costa* — *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia* — *Jaime de Jesus Lopes Silva* — *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Promulgado em 5 de Março de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 6 de Março de 2006.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

#### ANEXO

(quadro a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º)

Número de lugares	Cargo
1	Director-geral.
5	Subdirector-geral.

### MINISTÉRIO DA CULTURA

#### Decreto-Lei n.º 70/2006

de 23 de Março

A Região Demarcada do Douro constitui, no panorama vitivinícola nacional e mundial, um património único, pela sua história, pela diversidade e qualidade reconhecida dos seus vinhos, por uma paisagem excepcional, resultante de uma actividade humana secular na criação e valorização da viticultura de encosta.

Importa preservar, valorizar e divulgar os testemunhos da cultura material e imaterial das populações que construíram a paisagem duriense. É por isso necessário investir em estruturas culturais dinâmicas que assumam esse património não só como valor de memória mas também como factor de desenvolvimento integral das pessoas, a utilizar quer no reforço da auto-estima, da identidade e da cultura das populações que aí vivem quer como instrumento de valorização das actividades associadas à vitivinicultura, ao turismo cultural e ao enoturismo. Na verdade, consagrado com o estatuto de Património Mundial pela UNESCO como paisagem cultural, evolutiva e viva, o Douro Vinhateiro assume crescente importância para o sector do turismo, cujo desenvolvimento reforçará a capacidade de sustentação das actividades tradicionais do território.

A necessidade de uma instituição museológica de âmbito regional, vocacionada para a inventariação, recolha, investigação, preservação, valorização e divulgação desses testemunhos da cultura, em especial do patri-

mónio material e imaterial do Douro Vinhateiro, tornou-se um imperativo nacional com a aprovação e publicação da Lei n.º 125/97, de 2 de Dezembro, de criação do Museu da Região do Douro.

Trata-se, de acordo com a referida lei, de uma estrutura com amplas atribuições nas áreas da museografia, da documentação e informação, da investigação e da acção cultural, adequando-se a um conceito inovador de museu de território, com estrutura polinuclear, integrando a própria relação com a região e a participação activa das populações que aí vivem.

Pelas suas características e amplitude, o projecto do Museu do Douro necessita, para a sua concretização e sustentação, da colaboração estreita entre o Estado, as autarquias locais, as instituições regionais de cultura, os sectores vitivinícola e do turismo e outras entidades públicas e privadas para viabilizar a obtenção dos recursos adequados ao exercício das funções previstas na lei. Para esse efeito, é necessário criar uma estrutura institucional que corporize a colaboração entre o Estado e a sociedade civil e que seja capaz de suportar a constituição e a gestão dos espaços, das colecções, do quadro técnico e das actividades do Museu.

O Governo considera que a forma institucional mais adequada para atingir os referidos objectivos é a de uma fundação, tendo em conta outros casos já existentes e de acordo com as sugestões do relatório da comissão instaladora e com a experiência efectuada pela estrutura de projecto do Museu do Douro.

A Fundação Museu do Douro, instituída pelo presente diploma, respeita integralmente o conteúdo da referida lei da Assembleia da República, designadamente quanto aos fins, ao património e à organização do Museu. No capítulo da organização, o conselho de fundadores corresponde ao conselho de mecenas previsto na citada lei.

Foi ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Instituição

É criada, pelo presente decreto-lei, a Fundação Museu do Douro, adiante designada por Fundação, e são aprovados os respectivos Estatutos, publicados no anexo I ao presente decreto-lei, dele fazendo parte integrante.

#### Artigo 2.º

##### Natureza, sede e duração

1 — A Fundação é uma pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica.

2 — A Fundação tem duração indeterminada e rege-se pelo presente decreto-lei e Estatutos a ele anexos e, subsidiariamente, pelo ordenamento jurídico em vigor que lhe seja aplicável.

3 — A Fundação tem a sua sede na cidade de Peso da Régua, na Casa da Companhia.

#### Artigo 3.º

##### Fins

A Fundação tem como fins a promoção de actividades culturais, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a

gestão do Museu da Região do Douro, criado pela Lei n.º 125/97, de 2 de Dezembro, nos termos dos respectivos estatutos.

#### Artigo 4.º

##### Património

O património da Fundação é constituído pelos bens e valores indicados no artigo 4.º dos respectivos estatutos.

#### Artigo 5.º

##### Contribuição financeira

1 — Pelo Ministério da Cultura será inscrita, anualmente, uma verba de € 500 000, para fazer face às despesas de funcionamento da Fundação e às despesas de funcionamento e actividades do Museu da Região do Douro, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — Nos quatro primeiros anos, após a instalação da Fundação, a verba prevista no número anterior será de € 100 000 no 1.º ano, de € 200 000 no 2.º ano, de € 300 000 no 3.º ano e de € 400 000 no 4.º ano.

3 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Ministério da Cultura assegurará as verbas correspondentes à comparticipação nacional necessária para as obras de adaptação e equipamento do edifício sede do Museu da Região do Douro.

#### Artigo 6.º

##### Registo

O presente decreto-lei constitui título suficiente para todos os efeitos legais, incluindo os de registo predial e de inscrição matricial do imóvel sede da Fundação.

#### Artigo 7.º

##### Isenção e benefícios fiscais

1 — A Fundação goza das isenções e benefícios fiscais de que aproveitem as pessoas colectivas de utilidade pública, nos termos da legislação em vigor.

2 — Os donativos concedidos à Fundação beneficiam, automaticamente, do regime estabelecido nos n.ºs 1 e 3 do artigo 1.º do Estatuto do Mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 160/99, de 14 de Setembro, 176-A/99, de 30 de Dezembro, 3-B/2000, de 4 de Abril, 30-C/2000, de 29 de Dezembro, e 30-G/2000, de 29 de Dezembro.

#### Artigo 8.º

##### Composição inicial dos órgãos da Fundação

A composição inicial dos órgãos da Fundação é a constante do anexo II ao presente decreto-lei, que dele faz parte integrante.

#### Artigo 9.º

##### Norma transitória

No ano de 2006, a contribuição financeira prevista no artigo 5.º do presente decreto-lei referenciada a € 100 000 é proporcional ao tempo decorrido entre a instituição da Fundação e o fim do ano.

#### Artigo 10.º

##### Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 19 de Janeiro de 2006. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *António Luis Santos Costa* — *Fernando Teixeira dos Santos* — *Alberto Bernardes Costa* — *Jaime de Jesus Lopes Silva* — *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Promulgado em 5 de Março de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 6 de Março de 2006.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

#### ANEXO I

#### ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO

#### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

##### Denominação, sede e duração

1 — A Fundação adopta a denominação de Fundação Museu do Douro.

2 — A Fundação tem a sua sede na cidade de Peso da Régua, na Casa da Companhia, podendo criar delegações ou outras formas de representação onde for julgado conveniente para o cumprimento dos seus fins.

3 — A Fundação tem duração ilimitada.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito

O âmbito de acção da Fundação é a Região do Douro, podendo, igualmente, desenvolver a sua acção em qualquer parte do País e do estrangeiro.

#### Artigo 3.º

##### Fins e actividades

1 — A Fundação tem como fins a prossecução de actividades culturais, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, criado pela Lei n.º 125/97, de 2 de Dezembro, e a concretização das atribuições estabelecidas nesta lei.

2 — A Fundação desenvolve as actividades estabelecidas na Lei n.º 125/97, de 2 de Dezembro, e as necessárias à prossecução dos seus fins, bem como as que contribuem para a rentabilização do património de que é titular.

#### CAPÍTULO II

#### Regime patrimonial

#### Artigo 4.º

##### Património

O património da Fundação é constituído:

- Pela dotação inicial de € 500 000, repartida por € 300 000 no 1.º ano e € 200 000 no 2.º, que

constituem a entrada do Estado, na sua qualidade de fundador;

- b) Pelas dotações dos restantes fundadores, no montante global de € 500 000, depositadas à ordem da Fundação, que podem ser repartidas por dois anos;
- c) Pelo direito de uso, por um período de 30 anos, prorrogáveis por iguais períodos, do imóvel Casa da Companhia, sito na cidade da Régua, cedido pelo Estado, e do imóvel cedido pelo Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, edifício designado por Teatrinho da Régua, e da área de exposições do edifício do Solar do Vinho do Porto (antigo armazém 43), ambos localizados na Rua da Ferreirinha, na cidade da Régua;
- d) Pelos subsídios que lhe sejam atribuídos por outras entidades públicas;
- e) Pelos bens de qualquer tipo que a Fundação adquirir, a título oneroso ou gratuito;
- f) Pelos bens de qualquer tipo que lhe advierem por doação, dação em cumprimento, herança, legado ou cedência;
- g) Pelos rendimentos dos seus bens próprios ou provenientes da prestação de serviços;
- h) Pelas dotações financeiras prestadas pelo Estado, para funcionamento da Fundação, nos termos do decreto-lei constitutivo desta;
- i) Pelas dotações financeiras anuais das autarquias locais, nos termos do Acordo de Fundadores, e dos restantes fundadores na proporção das respectivas entradas, em termos a definir pelo conselho de fundadores, sob proposta do conselho de administração.

#### Artigo 5.º

##### Gestão patrimonial

A Fundação pode praticar todos os actos necessários à realização dos seus fins e à gestão do seu património, adquirindo, onerando ou alienando qualquer tipo de bens, nos termos previstos na lei e nos presentes Estatutos.

#### Artigo 6.º

##### Participação noutras entidades

A Fundação pode, por deliberação do conselho de administração, filiar-se ou estabelecer acordos de cooperação com instituições nacionais ou estrangeiras.

### CAPÍTULO III

#### Organização e funcionamento

#### Artigo 7.º

##### Órgãos da Fundação

1 — São órgãos da Fundação:

- a) O conselho de administração;
- b) O conselho de fundadores;
- c) O conselho fiscal.

2 — O presidente da Fundação é o presidente do conselho de administração.

### SECÇÃO I

#### Conselho de administração

#### Artigo 8.º

##### Composição, designação e duração do mandato

1 — O conselho de administração é composto por cinco membros, todos pessoas singulares, sendo um presidente, dois vice-presidentes e dois vogais.

2 — Os membros do conselho de administração são designados, inicialmente, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do presente artigo, sendo, nos mandatos posteriores, escolhidos pelo conselho de fundadores.

3 — O conselho de administração deve ser sempre constituído, na sua maioria, por membros do conselho de fundadores.

4 — Dois dos administradores são obrigatoriamente designados, um pelo Estado e outro pelo conjunto das câmaras municipais fundadoras, sem prejuízo do disposto no n.º 8.

5 — O mandato dos membros do conselho de administração tem a duração de três anos, com início em 1 de Janeiro e termo em 31 de Dezembro do 3.º ano, sem prejuízo dos casos em que os presentes Estatutos disponham diversamente.

6 — Abrindo-se vaga no conselho de administração, o próprio conselho proverá ao seu preenchimento, por voto secreto e maioria absoluta dos seus membros, sem prejuízo da renovação trienal, salvo no caso dos membros designados pelo Estado e pelas autarquias, cujas vagas devem ser preenchidas por designação destes, respectivamente.

7 — O mandato dos administradores designados para a composição inicial do conselho de administração inicia-se na data da criação da Fundação e termina em 31 de Dezembro de 2008.

8 — No mandato correspondente ao 2.º triénio, o Estado designará dois administradores para o conselho de administração.

#### Artigo 9.º

##### Eleição do presidente e dos vice-presidentes

1 — O presidente e os vice-presidentes do conselho de administração são eleitos pelo próprio conselho de entre os seus membros, por voto secreto e por maioria absoluta dos seus membros, em reunião expressamente convocada para o efeito, a realizar até ao dia 15 do mês de Dezembro do último ano de cada mandato, com efeitos a partir do dia 1 de Janeiro do ano seguinte.

2 — No caso de, em primeira votação, não se formar a maioria absoluta prevista no número anterior, a votação é repetida, considerando-se eleitos como presidente e vice-presidentes os administradores que tiverem maior número de votos.

3 — Verificando-se a cessação antecipada de funções por parte do presidente, proceder-se-á a nova eleição nos termos da primeira parte do n.º 1 do presente artigo, não contando para a antiguidade do novo presidente o mandato que se encontre em curso se deste tiverem decorrido mais de 18 meses.

#### Artigo 10.º

##### Competência do conselho de administração

Compete ao conselho de administração praticar todos os actos necessários à prossecução dos fins da Fundação,

dispondo dos mais amplos poderes de representação e gestão e incumbindo-lhe, nomeadamente:

- a) Programar a actividade da Fundação;
- b) Aprovar o plano de actividade e o respectivo orçamento;
- c) Organizar e dirigir os serviços e actividades da Fundação;
- d) Emitir os regulamentos internos de funcionamento da Fundação;
- e) Administrar o património da Fundação, nos termos da lei;
- f) Constituir mandatários.

#### Artigo 11.º

##### Competência do presidente

1 — Compete ao presidente do conselho de administração:

- a) Representar a Fundação;
- b) Convocar e presidir às reuniões do conselho de administração.

2 — Compete aos vice-presidentes, alternadamente, substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos temporários.

#### Artigo 12.º

##### Funcionamento

1 — O conselho de administração reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo seu presidente, por iniciativa própria ou a solicitação de dois administradores.

2 — O quórum do conselho de administração é de três administradores, sendo as suas deliberações tomadas por maioria absoluta de votos expressos.

3 — O presidente tem voto de qualidade.

4 — De todas as reuniões é lavrada acta em livro próprio, assinada pelos membros presentes.

#### Artigo 13.º

##### Director

O conselho de administração pode delegar poderes para a prática de actos de gestão corrente num director, que assiste às reuniões do conselho, sem direito a voto, e sempre que para tal for convocado.

#### Artigo 14.º

##### Vinculação

A Fundação vincula-se:

- a) Pela assinatura conjunta de dois administradores, um dos quais será obrigatoriamente o seu presidente ou um dos vice-presidentes, em caso de substituição, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º;
- b) Pela assinatura do director no exercício de poderes que nele houver sido delegados por deliberação do conselho de administração;
- c) Pela assinatura de dois procuradores, nos termos dos respectivos mandatos;
- d) Pela assinatura de um procurador, tratando-se de mandato para a prática de acto certo e determinado.

## SECÇÃO II

### Conselho de fundadores

#### Artigo 15.º

##### Composição, designação e duração do mandato

1 — O conselho de fundadores é composto:

- a) Por todos os fundadores referidos no anexo II, bem como pelo Estado Português;
- b) Por todos aqueles aos quais o conselho de fundadores, por deliberação devidamente fundamentada e tomada por maioria absoluta dos seus membros, atribua tal qualidade, tendo em atenção os relevantes serviços prestados à Fundação ou os particulares méritos que neles concorram.

2 — O conselho de fundadores é presidido por um dos seus membros, eleito por deliberação maioritária deste órgão, pelo período de três anos, podendo ser reeleito uma vez.

3 — A eleição do presidente do conselho de fundadores realiza-se no ano em que terminar o respectivo mandato e na reunião anual prevista no n.º 1 do artigo 17.º

4 — Sempre que qualquer dos fundadores referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 seja uma pessoa colectiva, esta designa, com mandato por um período de cinco anos, renovável, uma pessoa singular para fazer parte do conselho de fundadores.

5 — Os representantes de cada um dos municípios no conselho de fundadores tem um mandato correspondente ao mandato autárquico, mantendo-se em funções enquanto não forem substituídos.

6 — No caso de renúncia ou impedimento definitivo da pessoa singular designada nos termos do n.º 4, a pessoa colectiva que a havia designado deve indicar, em carta enviada ao presidente do conselho de fundadores, novo representante que passará a integrar este órgão.

7 — Deixam de integrar o conselho de fundadores os membros que:

- a) Solicitem a respectiva renúncia ao conselho de fundadores, com efeitos a partir da data da recepção, por este órgão, de comunicação, dirigida ao presidente deste conselho, a dar conta de tal pretensão; e
- b) Violem, de forma grave e reiterada, os presentes Estatutos ou as deliberações dos órgãos da Fundação e, bem assim, aqueles que promovam o descrédito ou pratiquem actos em detrimento da Fundação, nos termos de deliberação tomada pelo conselho de fundadores.

#### Artigo 16.º

##### Competência

Compete ao conselho de fundadores:

- a) Dar parecer, até 15 de Dezembro de cada ano, sobre o plano de actividades da Fundação para o ano seguinte, o qual deve ser apresentado pelo conselho de administração até 15 de Novembro;
- b) Eleger, trienalmente, o conselho de administração e prover à substituição de qualquer dos membros desse conselho em caso de renúncia

- ou impedimento definitivo de exercício de funções;
- c) Eleger, trienalmente, um dos membros do conselho fiscal;
  - d) Designar, trienalmente, uma sociedade de revisores oficiais de contas ou um revisor oficial de contas para integrar o conselho fiscal, nos termos do artigo 18.º destes Estatutos;
  - e) Eleger, trienalmente, uma comissão para a fixação de remunerações, nos termos do artigo 24.º;
  - f) Dar parecer sobre qualquer matéria que lhe for apresentada para o efeito pelo conselho de administração;
  - g) Exercer todas as demais competências que lhe são conferidas pelos presentes Estatutos.

#### Artigo 17.º

##### Funcionamento

1 — O conselho de fundadores tem uma reunião anual entre 1 e 15 de Dezembro, para o exercício da competência referida na alínea a) do artigo anterior, para proceder, quando for caso disso, à designação e às eleições previstas nas alíneas b), c), d) e e) do mesmo artigo e para tratar de qualquer outro assunto da sua competência que constar da ordem de trabalhos.

2 — O conselho de fundadores pode ainda reunir sempre que o seu presidente o convoque, por iniciativa própria ou por solicitação do presidente do conselho de administração.

3 — As reuniões plenárias do conselho de fundadores são presididas pelo seu presidente e delas é lavrada acta.

4 — O quórum deliberativo do conselho de fundadores é constituído por metade e mais um dos seus membros.

5 — Se o conselho de fundadores não puder reunir por falta de quórum, é convocada uma nova reunião, a realizar dentro de 15 dias, qualquer que seja o número de fundadores então presentes.

### SECÇÃO III

#### Conselho fiscal

#### Artigo 18.º

##### Composição e duração do mandato

1 — O conselho fiscal é composto por três membros, sendo um eleito pelo conselho de fundadores de entre os seus membros, outro uma sociedade de revisores oficiais de contas ou um revisor oficial de contas designado pelo conselho de fundadores e o terceiro designado pelo Ministro das Finanças, que presidirá.

2 — O mandato dos membros do conselho fiscal é de três anos civis completos.

3 — O primeiro mandato dos membros do conselho fiscal inicia-se na data da criação da Fundação e termina em 31 de Dezembro de 2008.

#### Artigo 19.º

##### Competência

1 — Compete ao conselho fiscal:

- a) Verificar a regularidade dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos que lhes servem de suporte;

- b) Verificar, sempre que o julgue conveniente e pela forma que considere adequada, a existência de bens ou valores pertencentes à Fundação;
- c) Verificar a exactidão das contas anuais da Fundação;
- d) Elaborar um relatório anual sobre a sua acção de fiscalização e emitir parecer sobre as contas anuais apresentadas pelo conselho de administração.

2 — Os membros do conselho fiscal devem proceder, conjunta ou separadamente, e em qualquer momento, aos actos de inspecção e verificação que tiverem por convenientes para o cabal exercício das suas funções.

### SECÇÃO IV

#### Destituição do conselho de administração

#### Artigo 20.º

##### Fundamentos para a destituição do conselho de administração

1 — O Estado pode requerer, no Tribunal Cível da Comarca de Peso da Régua, a destituição do conselho de administração, sempre que a este seja imputável qualquer das seguintes situações:

- a) Desrespeito manifesto e reiterado dos fins estatutários da Fundação;
- b) Actos dolosos ou culposos que acarretem grave dano para o património da Fundação;
- c) Suspensão não justificada das actividades da Fundação por prazo superior a seis meses;
- d) Não preenchimento, durante um ano, das vagas que se verificarem no conselho de administração;
- e) Cessação, por parte do conselho de administração, do exercício das suas competências, expressa, designadamente, na não realização, durante um ano, de reuniões ordinárias, num mínimo de três consecutivas ou cinco intercaladas;
- f) Não apresentação das contas anuais da Fundação até 31 de Dezembro do ano seguinte.

2 — Se do procedimento judicial resultar que qualquer das situações invocadas como fundamento da destituição é imputável apenas a algum ou alguns dos administradores, a decisão judicial de destituição pode ser restrita a este ou a estes membros.

#### Artigo 21.º

##### Novo conselho de administração

1 — Destituída a totalidade ou a maioria dos membros do conselho de administração, por sentença judicial transitada em julgado, o novo conselho será composto pela forma seguinte:

- a) Três membros designados pelo Estado, um dos quais faz, obrigatoriamente, parte do conselho de fundadores;
- b) Dois membros eleitos pelo conselho de fundadores de entre os seus membros.

2 — Constituído o conselho de administração, nos termos do número anterior, o respectivo período de funções é de três anos civis completos, não se contando o ano da sua designação.

#### CAPÍTULO IV

##### Modificação dos Estatutos e extinção da Fundação

###### Artigo 22.º

###### Modificação dos Estatutos

O conselho de administração, através de deliberação aprovada por três quartos dos seus membros e ouvido o conselho de fundadores, pode propor ao Ministro da Cultura a modificação dos presentes Estatutos, sendo a alteração efectuada após publicação do decreto-lei.

###### Artigo 23.º

###### Extinção da Fundação

1 — A extinção e a liquidação da Fundação far-se-ão nos termos do disposto na lei.

2 — Em caso de extinção, o destino a dar ao património da Fundação é o da sua integração na instituição designada pelo Estado, por proposta do conselho de fundadores, para assumir a manutenção e gestão do Museu da Região do Douro.

3 — Em caso de extinção, a liquidação da Fundação compete a uma comissão para o efeito designada pelo Estado, por proposta do conselho de fundadores.

4 — Se a extinção vier a ter lugar por inviabilidade da Fundação, o património desta, com excepção do direito de uso do imóvel designado por Casa da Companhia, reverterá para a entidade que vier a ser designada pelo conselho de fundadores.

#### CAPÍTULO V

##### Disposições finais

###### Artigo 24.º

###### Remuneração dos membros dos órgãos da Fundação

1 — São remuneradas as funções do director que representa o conselho de administração na gestão corrente da Fundação.

2 — Podem ser pagas senhas de presença a todos os membros do conselho de administração por cada reunião em que participem.

3 — As remunerações do director da Fundação, bem como as senhas de presença dos membros do conselho de administração, são fixadas, trienalmente, por uma comissão de três membros do conselho de fundadores, denominada comissão de fixação de remunerações, que será eleita de três em três anos a contar da data da entrada em vigor do diploma que aprova os presentes Estatutos.

4 — Os membros da comissão de fixação de remunerações são designados inicialmente nos termos das disposições transitórias destes Estatutos.

###### Artigo 25.º

###### Contas da Fundação

1 — O conselho de administração deve manter a contabilidade da Fundação devidamente organizada, segundo critérios contabilísticos geralmente aceites, e elaborar, no fim de cada ano civil e até 30 de Abril do ano seguinte, um inventário do seu património e um balanço das suas receitas e despesas.

2 — As contas anuais da Fundação e o parecer sobre elas emitido pelo conselho fiscal são publicados, até 31 de Julho do ano seguinte àquele a que se reportarem, num jornal diário nacional de grande circulação e num jornal editado na Região do Douro.

###### ANEXO II

###### Composição inicial dos órgãos da Fundação

1 — O conselho de administração tem a seguinte composição inicial:

Prof. Doutor Artur Cristóvão, presidente;  
Dr.ª Luisa Amorim, vice-presidente;  
Dr. Agostinho Ribeiro, vice-presidente;  
Engenheiro Nuno Gonçalves, presidente da Câmara Municipal do Peso da Régua, vogal;  
Padre Amadeu Castro, presidente da Associação dos Amigos do Museu do Douro, vogal.

2 — O conselho de fundadores tem a seguinte composição inicial:

Ministério da Cultura;  
Município de Alfândega da Fé;  
Município de Alijó;  
Município de Amamar;  
Município de Carraceda de Ansiães;  
Município de Freixo de Espada à Cinta;  
Município de Lamego;  
Município de Mesão Frio;  
Município de Mirandela;  
Município de Murça;  
Município de Peso da Régua;  
Município de Resende;  
Município de São João da Pesqueira;  
Município de Sabrosa;  
Município de Santa Marta de Penaguião;  
Município de Tabuaço;  
Município de Torre de Moncorvo;  
Município de Vila Flor;  
Município de Vila Real;  
APDL — Administração dos Portos do Douro e Leixões;  
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro;  
Associação dos Amigos do Museu do Douro;  
Associação do Douro Histórico;  
Banco BPI, S. A.;  
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro, C. R. L.;  
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Douro, C. R. L.;  
Caves Vale do Rodó, C. R. L.;  
COMVAL — Comércio de Válvulas, L.ª;  
Douro Azul, SGPS, S. A.;  
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela;  
IVDP — Instituto dos Vinhos do Douro e Porto;  
IPTM — Instituto Portuário e dos Transportes Mantimos;

NERVIR — Associação Empresarial;  
Quinta de Ventozelo — Sociedade Agrícola e  
Comercial, S. A.;  
Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo;  
Região de Turismo do Douro Sul;  
Região de Turismo Serra do Marão;  
SOGRAPE Vinhos, S. A.;  
SPR Vinhos, S. A.;  
TOMEIFEL, Comércio e Indústria de Automóveis,  
L.da;  
UTAD — Universidade de Trás-os-Montes e Alto  
Douro;  
Comendador José Manuel Rodrigues Berardo;  
José Arnaldo Coutinho — Quinta de Mosteiró;  
Dr. João Van Zeller.

3 — O conselho fiscal tem a seguinte composição inicial:

Dr. Mário José Alveirinho Carrega, presidente;  
Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos,  
vogal;  
Sociedade Revisora Oficial de Contas Costa Pinho  
e Cambão, representada pelo Dr. Jorge Rui Reis  
de Pinho, vogal.

4 — A comissão de fixação de remunerações para o triénio de 2006-2008 tem a seguinte composição:

Dr. Valdemar Eduardo Moreira Silva Cabral;  
Engenheiro António Saraiva;  
Prof. Fernando Adriano Pinto.

## **Anexo 3 – Lista de Fundadores da FMD até 2018 (conforme *site* do MD)**

### **2006**

Ministério da Cultura  
Câmara Municipal de Alijó  
Câmara Municipal de Armamar  
Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães  
Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta  
Câmara Municipal de Lamego  
Câmara Municipal de Mesão Frio  
Câmara Municipal de Mirandela  
Câmara Municipal de Murça  
Câmara Municipal de Peso da Régua  
Câmara Municipal de Resende  
Câmara Municipal de Sabrosa  
Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião  
Câmara Municipal de São João da Pesqueira  
Câmara Municipal de Tabuaço  
Câmara Municipal de Torre de Moncorvo  
Câmara Municipal de Vila Flor  
Câmara Municipal de Vila Real  
Águas do Norte, S. A.  
APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, S. A.  
Associação dos Amigos do Museu do Douro  
Associação Douro Histórico  
Banco BPI, S. A.  
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro, C. R. L.  
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Douro, C. R. L.  
Casa do Douro  
Caves Vale do Rodo, C. R. L.  
COMVAL - Comércio de Válvulas, Lda.  
Instituto Politécnico de Bragança  
IVDP - Instituto dos Vinhos do Douro e Porto  
João Guilherme Andresen van Zeller  
José Arnaldo Coutinho - Quinta de Mosteirô  
José Manuel Rodrigues Berardo  
Mystic Invest, S.A  
NERVIR - Associação Empresarial  
Quinta de Ventozelo - Sociedade Agrícola e Comercial, S. A.  
Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo - Soc. Agrícola, Comercial e Turística, Lda.  
Rozès, S. A.  
SOGRAPE Vinhos, S. A.  
TOMEIFEL, Comércio e Indústria de Automóveis, Lda.  
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.  
UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

### **2007**

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa

### **2008**

Câmara Municipal da Mêda  
Nors  
Quinta dos Avidagos, Ld.<sup>a</sup>

**2009**

Galp Energia  
Adriano Ramos-Pinto Vinhos, S.A.

**2013**

ARISDOURO - Gestão Hoteleira, Lda.  
Symington Family Estates, Vinhos, Lda.

**2015**

Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, S.A.  
Longomai - Consultoria e Serviços, Unipessoal, Lda.

**2016**

Global Sport  
Fundação Rei Afonso Henriques

**2017**

Confraria dos Enófilos da Região Demarcada do Douro

**Fundadores Honorários 2017**

Assembleia da República  
António Martinho  
Artur Cristóvão  
Augusto Santos Silva  
Elisa Babo  
Irene Viana Pinto, *a título póstumo*  
Isabel Pires de Lima  
João de Araújo Correia, *a título póstumo*  
José António Sarsfield Cabral  
Lino de Carvalho, *a título póstumo*  
Pedro Roseta

**Fundadores Honorários 2018**

António Barreto  
Agostinho Ribeiro  
Amadeu da Costa e Castro  
Luísa Amorim  
Nuno Gonçalves

# Anexo 4 – Primeira alteração dos Estatutos da FMD (Decreto-Lei n.º 16/2015)

634

*Diário da República, 1.ª série—N.º 22—2 de fevereiro de 2015*

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

### Decreto-Lei n.º 16/2015

de 2 de fevereiro

A Fundação Museu do Douro foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de março, como pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, tendo como fins a promoção de atividades culturais, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, criado pela Lei n.º 125/97, de 2 de dezembro.

A Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, que aprovou a Lei-Quadro das Fundações, veio determinar a sua aplicação às fundações públicas de direito privado já criadas e reconhecidas, impondo-se a adequação da denominação e dos Estatutos da Fundação Museu do Douro ao estatuto na mencionada lei.

Deste modo, o presente decreto-lei vem dar cumprimento ao disposto na Lei-Quadro das Fundações, procedendo à adaptação dos Estatutos da referida Fundação Museu do Douro ao novo regime das fundações.

Assim:  
Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Objeto

O presente decreto-lei procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de março, que cria a Fundação Museu do Douro, adaptando os respetivos Estatutos à Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

#### Artigo 2.º

##### Alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de março

Os artigos 2.º, 4.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de março, passam a ter a seguinte redação:

##### «Artigo 2.º

[...]

1 — A FMD, F.P., é uma fundação pública de direito privado e utilidade pública.

2 — [...].

3 — [...].

##### Artigo 4.º

[...]

O património da FMD, F.P., é constituído pelos bens e valores constantes do artigo 5.º dos respetivos estatutos.

##### Artigo 7.º

[...]

1 — [...].

2 — Os donativos concedidos à FMD, F.P., beneficiam do regime estabelecido no Estatuto dos Benefícios Fiscais.»

#### Artigo 3.º

##### Alteração ao anexo I do Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de março

O anexo I ao Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de março, passa a ter a redação constante do anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

#### Artigo 4.º

##### Norma transitória

1 — Os membros dos órgãos da Fundação Museu do Douro à data da entrada em vigor do presente decreto-lei permanecem em exercício de funções até à designação dos titulares dos novos órgãos correspondentes.

2 — Os trabalhadores em exercício de funções na Fundação Museu do Douro, à data da entrada em vigor da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, mantêm a sua situação jurídico-funcional, sem prejuízo das alterações que venham a ocorrer no âmbito do desenvolvimento do regime que lhes seja aplicável.

3 — Aos trabalhadores não abrangidos pelo número anterior é aplicável o regime jurídico dos trabalhadores que exercem funções públicas, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 52.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

4 — As entidades e pessoas a quem foi atribuída pelo conselho de fundadores, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de março, a qualidade de fundadores, até à entrada em vigor do presente decreto-lei, integram o conselho consultivo nos termos previstos nos Estatutos aprovados em anexo ao presente decreto-lei.

#### Artigo 5.º

##### Repúblicação

1 — É republicado no anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de março, com a redação atual.

2 — Para efeito de republicação onde se lê «Fundação Museu do Douro», «Fundação» e «Ministério da Cultura» deve ler-se respetivamente «Fundação Museu do Douro, F.P.», «FMD, F.P.» e «departamento governamental da área da cultura».

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de dezembro de 2014. — *Pedro Passos Coelho* — *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque* — *Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes* — *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

Promulgado em 23 de janeiro de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 27 de janeiro de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

#### ANEXO I

(a que se refere o artigo 3.º)

«ANEXO I

#### ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO, F.P.

##### Artigo 1.º

##### Denominação, sede e tutela

1 — A Fundação Museu do Douro, F.P., adiante designada por FMD, F.P., é uma fundação pública de direito privado, dotada de órgãos e património próprio e de autonomia administrativa e financeira.

2 — A FMD, F.P., rege-se pelos presentes Estatutos, pela Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, e demais legislação aplicável.

3 — A FMD, F.P., encontra-se sujeita à supervisão e tutela do membro do Governo responsável pela área da cultura.

4 — Os municípios e as demais pessoas e entidades de natureza pública ou privada fundadores participam na gestão da FMD, F.P., nos termos e com as especificidades constantes dos presentes Estatutos.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito

O âmbito de ação da FMD, F.P., é a Região do Douro, podendo, igualmente, desenvolver a sua ação em qualquer parte do País e do estrangeiro.

#### Artigo 3.º

##### Objeto e beneficiários

A FMD, F.P., prossegue fins culturais, nomeadamente museológicos, de promoção, de valorização e preservação do património material e imaterial do Douro Vinhateiro, tendo por beneficiários os cidadãos em geral.

#### Artigo 4.º

##### Atribuições

1 — A FMD, F.P., tem como atribuições as atividades relacionadas com a prossecução dos seus fins, designadamente, a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, nos termos da Lei n.º 125/97, de 2 de dezembro.

2 — A FMD, F.P., desenvolve as atividades estabelecidas na Lei n.º 125/97, de 2 de dezembro, bem como as que contribuam para a rentabilização do património de que é titular.

#### Artigo 5.º

##### Património

O património da FMD, F.P., é constituído:

a) Pela dotação inicial de € 500 000, repartida por € 300 000 no 1.º ano e € 200 000 no 2.º, que constituem a entrada do Estado, na sua qualidade de fundador;

b) Pelas dotações dos restantes fundadores, no montante global de € 500 000, depositadas à ordem da FMD, F.P., que podem ser repartidas por dois anos;

c) Pelas dotações de todos aqueles a quem foi concedido o estatuto de fundador nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º dos anteriores Estatutos, e daqueles a quem venha a ser reconhecido o estatuto de membro do conselho consultivo;

d) Pelo direito de uso:

i) Do imóvel designado por «Casa da Companhia», cedido pelo Estado, sito na cidade da Régua, descrito na Conservatória do Registo Civil Predial de Peso da Régua, sob o n.º 645, da freguesia de Peso da Régua, inscrito a favor do Estado pela Ap. 10 de 2004/07/17, e nela registado a favor da FMD, F.P., o direito de uso consistente na utilização do imóvel para as suas atividades e fins, pelo prazo de 30 anos, renovável por iguais períodos;

ii) Do imóvel designado por «Teatrinho da Régua», sito na Rua da Ferreirinha, na cidade da Régua, cedido pelo Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P.;

iii) Da área de exposições do edifício do «Solar do Vinho do Porto» (antigo armazém 43), sito na Rua da Ferreirinha, na cidade da Régua.

e) Pelos subsídios que lhe sejam atribuídos por outras entidades públicas;

f) Pelos bens de qualquer tipo que a FMD, F.P., adquirir, a título oneroso ou gratuito;

g) Pelos bens de qualquer tipo que lhe advierem por doação, dação em cumprimento, herança, legado ou cedência;

h) Pelos rendimentos dos seus bens próprios ou provenientes da prestação de serviços;

i) Pelas dotações financeiras prestadas pelo Estado, para funcionamento da FMD, F.P., nos termos do decreto-lei constitutivo desta;

j) Pelas dotações financeiras anuais das autarquias locais, nos termos do Acordo de Fundadores e dos restantes fundadores na proporção das respetivas entradas, sob proposta do conselho diretivo.

#### Artigo 6.º

##### Autonomia financeira

1 — A FMD, F.P., goza de autonomia financeira, devendo a sua ação estar subordinada às regras dos presentes Estatutos, da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, e da demais legislação aplicável.

2 — A FMD, F.P., pode praticar todos os atos necessários à realização dos seus fins e à gestão do seu património, nos termos definidos nos presentes Estatutos, na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, e na demais legislação aplicável.

3 — Os investimentos da FMD, F.P., devem respeitar o critério da otimização da gestão do seu património, de acordo com os seus fins estatutários e, nomeadamente, com respeito pelos regimes legais aplicáveis ao seu património edificado e natural.

4 — A FMD, F.P., pode fazer investimentos, bem como participar no capital de sociedades comerciais ou criar sociedades, observados os requisitos legais, que sejam instrumento útil para a prossecução do objetivo de otimização da gestão do seu património, desde que necessárias ou úteis à prossecução dos seus fins estatutários, com prévia autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura, anualmente renovada, nos termos definidos nos presentes Estatutos, na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, e na demais legislação aplicável.

#### Artigo 7.º

##### Participação noutras entidades

A FMD, F.P., pode, por deliberação do conselho diretivo, filiar-se ou estabelecer acordos de cooperação com instituições nacionais ou estrangeiras.

#### Artigo 8.º

##### Órgãos da Fundação Museu do Douro, F.P.

São órgãos da FMD, F.P.:

- a) O conselho diretivo;
- b) O fiscal único;
- c) O conselho consultivo.

### Artigo 9.º

#### Composição e remuneração do conselho diretivo

1 — O conselho diretivo da FMD, F.P., é composto pelo presidente e por dois vogais.

2 — O presidente do conselho diretivo é designado pelo membro do Governo responsável pela área da cultura, ouvido o conselho consultivo.

3 — Os vogais são designados pelo membro do Governo responsável pela área da cultura, sendo um dos vogais proposto pelos municípios membros do conselho consultivo e o outro proposto pelas demais pessoas e entidades de natureza privada que integram o mesmo órgão.

4 — O mandato dos membros do conselho diretivo é de cinco anos, renovável nos termos legais.

5 — O presidente e os vogais não são remunerados, nem auferem senhas de presença, sem prejuízo do direito ao pagamento de despesas com as deslocações, decorrentes das funções exercidas, nos termos previstos no regime jurídico do abono de ajudas de custo e transporte relativos às deslocações em serviço público da generalidade dos trabalhadores em funções públicas.

### Artigo 10.º

#### Competência do conselho diretivo

1 — Sem prejuízo das competências conferidas por lei ou que nele sejam delegadas ou subdelegadas, compete ao conselho diretivo, no âmbito da orientação e da gestão da FMD, F.P.:

- a) Definir a organização interna;
- b) Proceder ao inventário anual do património e a submeter ao fiscal único;
- c) Definir as políticas gerais de funcionamento e exercício da atividade da FMD, F.P.;
- d) Definir as políticas e orientação de investimento da FMD, F.P.;
- e) Elaborar o orçamento e o plano anual de atividades da FMD, F.P.;
- f) Elaborar o balanço anual e as contas de cada exercício, obtido o parecer do fiscal único, bem como elaborar os relatórios de atividades.

2 — O conselho diretivo apresenta ao membro do Governo responsável pela área da cultura, para aprovação, os documentos previstos nas alíneas e) e f) do número anterior após o parecer do conselho consultivo.

3 — A FMD, F.P., é representada, designadamente, em juízo ou na prática de atos jurídicos, pelo presidente do conselho diretivo ou por mandatários especialmente designados.

4 — O conselho diretivo pode delegar competências em qualquer dos seus membros.

### Artigo 11.º

#### Presidente do conselho diretivo

1 — Sem prejuízo das competências que lhe são cometidas pela lei ou pelos presentes Estatutos, compete ao presidente convocar e presidir às reuniões do conselho diretivo.

2 — O presidente indica o vogal do conselho diretivo que o substitui nas suas faltas e impedimentos.

### Artigo 12.º

#### Funcionamento do conselho diretivo

1 — O quórum do conselho diretivo é de dois membros, sendo as suas deliberações tomadas por maioria.

2 — O presidente tem voto de qualidade.

3 — De todas as reuniões é lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros presentes.

### Artigo 13.º

#### Vinculação

1 — AFMD, F.P., obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros do conselho diretivo, sendo um deles o presidente.

2 — O conselho diretivo pode, em casos devidamente justificados, constituir mandatários, atribuindo-lhes competência para atos específicos previamente aprovados, podendo, nesse caso, a FMD, F.P., ficar obrigada pela sua assinatura.

### Artigo 14.º

#### Fiscal único

1 — O fiscal único é designado e tem as competências previstas na Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, aplicável nos termos da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, competindo-lhe ainda:

- a) Elaborar o parecer sobre o inventário, realizado e apresentado pelo conselho diretivo;
- b) Elaborar o parecer sobre se a aplicação dos rendimentos se realiza em harmonia com os fins estatutários.

2 — O fiscal único é remunerado nos termos definidos para os institutos públicos de regime comum pela Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.

### Artigo 15.º

#### Composição do conselho consultivo

1 — O conselho consultivo é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais da FMD, F.P.

2 — O conselho consultivo é composto por todos os fundadores referidos no anexo II ao decreto-lei que a instituiu, bem como pelo Estado Português e pelo presidente do conselho diretivo e pelas entidades e pessoas a quem foi conferida a qualidade de fundadores pelo conselho de fundadores nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º dos anteriores Estatutos;

3 — Integram ainda o conselho consultivo as pessoas e entidades às quais venha a ser reconhecido o estatuto de membro deste órgão, na sequência de aprovação pelo conselho consultivo sob proposta do conselho diretivo;

4 — O conselho consultivo elege, no início do seu mandato e de entre os seus membros, o presidente, que preside e tem voto de qualidade em caso de empate nas votações, e um vice-presidente.

5 — Sempre que qualquer membro seja uma pessoa coletiva, esta designa, com mandato por um período de cinco anos, renovável, uma pessoa singular para a representar.

6 — Os representantes de cada um dos municípios têm um mandato correspondente ao mandato autárquico, mantendo-se em funções enquanto não forem substituídos.

7 — No caso de renúncia ou impedimento definitivo da pessoa singular designada nos termos dos n.ºs 5 e 6,

a pessoa coletiva que a designou deve indicar o novo representante que passa a integrar o conselho consultivo.

8 — Os vogais do conselho diretivo têm assento no conselho consultivo, sem direito de voto.

9 — O exercício de funções de membro do conselho consultivo não é remunerado.

#### Artigo 16.º

##### Competência do conselho consultivo

Sem prejuízo das competências conferidas por lei, compete ao conselho consultivo pronunciar-se sobre:

- a) As políticas gerais de funcionamento e exercício da atividade da FMD, F.P.;
- b) As políticas e orientação de investimento da FMD, F.P.;
- c) O orçamento e o plano anual de atividades da FMD, F.P.;
- d) O balanço anual e as contas de cada exercício, obtido o parecer do fiscal único, bem como sobre os relatórios de atividades apresentados pelo conselho diretivo;
- e) A alienação ou oneração de bens que integrem o património privativo da FMD, F.P., observados os requisitos legais;
- f) As questões, iniciativas, projetos e ou matérias que lhe forem colocadas pelo conselho diretivo.

#### Artigo 17.º

##### Funcionamento

1 — O conselho consultivo reúne, ordinariamente, em março e novembro, para dar parecer sobre o balanço anual e as contas de cada exercício, obtido o parecer do fiscal único, e sobre o plano de atividades e o orçamento da fundação, e, extraordinariamente, sempre que seja convocado pelo seu presidente, ou, pelo menos, por quatro dos seus membros.

2 — O exercício de funções de membro do conselho consultivo não é remunerado, sem prejuízo do reembolso das importâncias respeitantes a despesas de deslocação feitas ao serviço da FMD, F.P.

3 — As deliberações do conselho consultivo são tomadas por maioria simples dos membros presentes.

4 — O conselho consultivo emite a sua pronúncia em reunião convocada para o efeito ou mediante a emissão de pareceres individuais de cada uma das entidades que o compõem, no prazo de 20 dias a contar da solicitação para esse efeito formulada pelo seu presidente.

#### Artigo 18.º

##### Modificação dos Estatutos

A alteração dos presentes Estatutos é efetuada por decreto-lei.

#### Artigo 19.º

##### Extinção da Fundação Museu do Douro, F.P.

1 — A FMD, F.P., é instituída por tempo indeterminado.

2 — A FMD, F.P., pode ser extinta nos termos aplicáveis à extinção de fundações públicas, aplicando-se o disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.»

#### ANEXO II

(a que se refere o artigo 5.º)

#### Republicação do Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de março

#### Artigo 1.º

##### Instituição

É criada, pelo presente decreto-lei, a Fundação Museu do Douro, F.P., adiante designada por FMD, F.P., e são aprovados os respetivos Estatutos, publicados no anexo I ao presente decreto-lei, dele fazendo parte integrante.

#### Artigo 2.º

##### Natureza, sede e duração

1 — A FMD, F.P., é uma fundação pública de direito privado e utilidade pública.

2 — A FMD, F.P., tem duração indeterminada e rege-se pelo presente decreto-lei e Estatutos a ele anexos e, subsidiariamente, pelo ordenamento jurídico em vigor que lhe seja aplicável.

3 — A FMD, F.P., tem a sua sede na cidade de Peso da Régua, na Casa da Companhia.

#### Artigo 3.º

##### Fins

A FMD, F.P., tem como fins a promoção de atividades culturais, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, criado pela Lei n.º 125/97, de 2 de dezembro, nos termos dos respetivos estatutos.

#### Artigo 4.º

##### Património

O património da FMD, F.P., é constituído pelos bens e valores constantes do artigo 5.º dos respetivos estatutos.

#### Artigo 5.º

##### Contribuição financeira

1 — Pelo departamento governamental da área da cultura será inscrita, anualmente, uma verba de € 500 000, para fazer face às despesas de funcionamento da FMD, F.P., e às despesas de funcionamento e atividades do Museu da Região do Douro, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — Nos quatro primeiros anos, após a instalação da FMD, F.P., a verba prevista no número anterior será de € 100 000 no 1.º ano, de € 200 000 no 2.º ano, de € 300 000 no 3.º ano e de € 400 000 no 4.º ano.

3 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o departamento governamental da área da cultura assegurará as verbas correspondentes à comparticipação nacional necessária para as obras de adaptação e equipamento do edifício sede do Museu da Região do Douro.

#### Artigo 6.º

##### Registo

O presente decreto-lei constitui título suficiente para todos os efeitos legais, incluindo os de registo predial e de inscrição matricial do imóvel sede da FMD, F.P.

**Artigo 7.º****Isonção e benefícios fiscais**

1 — AFMD, F.P., goza das isenções e benefícios fiscais de que aproveitem as pessoas coletivas de utilidade pública, nos termos da legislação em vigor.

2 — Os donativos concedidos à FMD, F.P., beneficiam do regime estabelecido no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

**Artigo 8.º****Composição inicial dos órgãos da Fundação Museu do Douro, F.P.**

A composição inicial dos órgãos da FMD, F.P., é a constante do anexo II ao presente decreto-lei, que dele faz parte integrante.

**Artigo 9.º****Norma transitória**

No ano de 2006, a contribuição financeira prevista no artigo 5.º do presente decreto-lei referenciada a € 100 000 é proporcional ao tempo decorrido entre a instituição da FMD, F.P., e o fim do ano.

**Artigo 10.º****Entrada em vigor**

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

**ANEXO I****ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO, F.P.****Artigo 1.º****Denominação, sede e tutela**

1 — A Fundação Museu do Douro, F.P., adiante designada por FMD, F.P., é uma fundação pública de direito privado, dotada de órgãos e património próprio e de autonomia administrativa e financeira.

2 — A FMD, F.P., rege-se pelos presentes Estatutos, pela Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, e demais legislação aplicável.

3 — A FMD, F.P., encontra-se sujeita à superintendência e tutela do membro do Governo responsável pela área da cultura.

4 — Os municípios e as demais pessoas e entidades de natureza pública ou privada fundadores participam na gestão da FMD, F.P., nos termos e com as especificidades constantes dos presentes Estatutos.

**Artigo 2.º****Âmbito**

O âmbito de ação da FMD, F.P., é a Região do Douro, podendo, igualmente, desenvolver a sua ação em qualquer parte do País e do estrangeiro.

**Artigo 3.º****Objeto e beneficiários**

A FMD, F.P., prossegue fins culturais, nomeadamente museológicos, de promoção, de valorização e preservação do património material e imaterial do Douro Vinhateiro, tendo por beneficiários os cidadãos em geral.

**Artigo 4.º****Atribuições**

1 — A FMD, F.P., tem como atribuições as atividades relacionadas com a prossecução dos seus fins, designadamente, a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, nos termos da Lei n.º 125/97, de 2 de dezembro.

2 — A FMD, F.P., desenvolve as atividades estabelecidas na Lei n.º 125/97, de 2 de dezembro, bem como as que contribuem para a rentabilização do património de que é titular.

**Artigo 5.º****Património**

O património da FMD, F.P., é constituído:

a) Pela dotação inicial de € 500 000, repartida por € 300 000 no 1.º ano e € 200 000 no 2.º, que constituem a entrada do Estado, na sua qualidade de fundador;

b) Pelas dotações dos restantes fundadores, no montante global de € 500 000, depositadas à ordem da FMD, F.P., que podem ser repartidas por dois anos;

c) Pelas dotações de todos aqueles a quem foi concedido o estatuto de fundador nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º dos anteriores Estatutos, e daqueles a quem venha a ser reconhecido o estatuto de membro do conselho consultivo;

d) Pelo direito de uso:

i) Do imóvel designado por «Casa da Companhia», cedido pelo Estado, sito na cidade da Régua, descrito na Conservatória do Registo Civil Predial de Peso da Régua, sob o n.º 645, da freguesia de Peso da Régua, inscrito a favor do Estado pela Ap. 10 de 2004/07/17, e nela registado a favor da FMD, F.P., o direito de uso consistente na utilização do imóvel para as suas atividades e fins, pelo prazo de 30 anos, renovável por iguais períodos;

ii) Do imóvel designado por «Teatrinho da Régua», sito na Rua da Ferreirinha, na cidade da Régua, cedido pelo Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, L.P.;

iii) Da área de exposições do edifício do «Solar do Vinho do Porto» (antigo amazém 43), sito na Rua da Ferreirinha, na cidade da Régua.

e) Pelos subsídios que lhe sejam atribuídos por outras entidades públicas;

f) Pelos bens de qualquer tipo que a FMD, F.P., adquirir, a título oneroso ou gratuito;

g) Pelos bens de qualquer tipo que lhe advierem por doação, dação em cumprimento, herança, legado ou cedência;

h) Pelos rendimentos dos seus bens próprios ou provenientes da prestação de serviços;

i) Pelas dotações financeiras prestadas pelo Estado, para funcionamento da FMD, F.P., nos termos do decreto-lei constitutivo desta;

j) Pelas dotações financeiras anuais das autarquias locais, nos termos do Acordo de Fundadores e dos restantes fundadores na proporção das respetivas entradas, sob proposta do conselho diretivo.

**Artigo 6.º****Autonomia financeira**

1 — A FMD, F.P., goza de autonomia financeira, devendo a sua ação estar subordinada às regras dos presentes

Estatutos, da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, e da demais legislação aplicável.

2 — A FMD, F.P., pode praticar todos os atos necessários à realização dos seus fins e à gestão do seu património, nos termos definidos nos presentes Estatutos, na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, e na demais legislação aplicável.

3 — Os investimentos da FMD, F.P., devem respeitar o critério da otimização da gestão do seu património, de acordo com os seus fins estatutários e, nomeadamente, com respeito pelos regimes legais aplicáveis ao património edificado e natural.

4 — A FMD, F.P., pode fazer investimentos, bem como participar no capital de sociedades comerciais ou criar sociedades, observados os requisitos legais, que sejam instrumento útil para a prossecução do objetivo de otimização da gestão do seu património, desde que necessárias ou úteis à prossecução dos seus fins estatutários, com prévia autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura, anualmente renovada, nos termos definidos nos presentes Estatutos, na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, e na demais legislação aplicável.

#### Artigo 7.º

##### Participação noutras entidades

A FMD, F.P., pode, por deliberação do conselho diretivo, filiar-se ou estabelecer acordos de cooperação com instituições nacionais ou estrangeiras.

#### Artigo 8.º

##### Órgãos da Fundação Museu do Douro, F.P.

São órgãos da FMD, F.P.:

- a) O conselho diretivo;
- b) O fiscal único;
- c) O conselho consultivo.

#### Artigo 9.º

##### Composição e remuneração do conselho diretivo

1 — O conselho diretivo da FMD, F.P., é composto pelo presidente e por dois vogais.

2 — O presidente do conselho diretivo é designado pelo membro do Governo responsável pela área da cultura, ouvido o conselho consultivo.

3 — Os vogais são designados pelo membro do Governo responsável pela área da cultura, sendo um dos vogais proposto pelos municípios membros do conselho consultivo e o outro proposto pelas demais pessoas e entidades de natureza privada que integram o mesmo órgão.

4 — O mandato dos membros do conselho diretivo é de cinco anos, renovável nos termos legais.

5 — O presidente e os vogais não são remunerados, nem auferem senhas de presença, sem prejuízo do direito ao pagamento de despesas com as deslocações, decorrentes das funções exercidas, nos termos previstos no regime jurídico do abono de ajudas de custo e transporte relativos às deslocações em serviço público da generalidade dos trabalhadores em funções públicas.

#### Artigo 10.º

##### Competência do conselho diretivo

1 — Sem prejuízo das competências conferidas por lei ou que nele sejam delegadas ou subdelegadas, compete ao conselho diretivo, no âmbito da orientação e da gestão da FMD, F.P.:

- a) Definir a organização interna;
- b) Proceder ao inventário anual do património a submeter ao fiscal único;
- c) Definir as políticas gerais de funcionamento e exercício da atividade da FMD, F.P.;
- d) Definir as políticas e orientação de investimento da FMD, F.P.;
- e) Elaborar o orçamento e o plano anual de atividades da FMD, F.P.;
- f) Elaborar o balanço anual e as contas de cada exercício, obtido o parecer do fiscal único, bem como elaborar os relatórios de atividades.

2 — O conselho diretivo apresenta ao membro do Governo responsável pela área da cultura, para aprovação, os documentos previstos nas alíneas e) e f) do número anterior após o parecer do conselho consultivo.

3 — A FMD, F.P., é representada, designadamente, em juízo ou na prática de atos jurídicos, pelo presidente do conselho diretivo ou por mandatários especialmente designados.

4 — O conselho diretivo pode delegar competências em qualquer dos seus membros.

#### Artigo 11.º

##### Presidente do conselho diretivo

1 — Sem prejuízo das competências que lhe são cometidas pela lei ou pelos presentes Estatutos, compete ao presidente convocar e presidir às reuniões do conselho diretivo.

2 — O presidente indica o vogal do conselho diretivo que o substitui nas suas faltas e impedimentos.

#### Artigo 12.º

##### Funcionamento do conselho diretivo

1 — O quórum do conselho diretivo é de dois membros, sendo as suas deliberações tomadas por maioria.

2 — O presidente tem voto de qualidade.

3 — De todas as reuniões é lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros presentes.

#### Artigo 13.º

##### Vinculação

1 — A FMD, F.P., obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros do conselho diretivo, sendo um deles o presidente.

2 — O conselho diretivo pode, em casos devidamente justificados, constituir mandatários, atribuindo-lhes competência para atos específicos previamente aprovados, podendo, nesse caso, a FMD, F.P., ficar obrigada pela sua assinatura.

**Artigo 14.º****Fiscal único**

1 — O fiscal único é designado e tem as competências previstas na Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, aplicável nos termos da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, competindo-lhe ainda:

- a) Elaborar o parecer sobre o inventário, realizado e apresentado pelo conselho diretivo;
- b) Elaborar o parecer sobre se a aplicação dos rendimentos se realiza em harmonia com os fins estatutários.

2 — O fiscal único é remunerado nos termos definidos para os institutos públicos de regime comum pela Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.

**Artigo 15.º****Composição do conselho consultivo**

1 — O conselho consultivo é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais da FMD, F.P.

2 — O conselho consultivo é composto por todos os fundadores referidos no anexo II ao decreto-lei que a instituiu, bem como pelo Estado Português e pelo presidente do conselho diretivo e pelas entidades e pessoas a quem foi conferida a qualidade de fundadores pelo conselho de fundadores nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º dos anteriores Estatutos;

3 — Integram ainda o conselho consultivo as pessoas e entidades às quais venha a ser reconhecido o estatuto de membro deste órgão, na sequência de aprovação pelo conselho consultivo sob proposta do conselho diretivo.

4 — O conselho consultivo elege, no início do seu mandato e de entre os seus membros, o presidente, que preside e tem voto de qualidade em caso de empate nas votações, e um vice-presidente.

5 — Sempre que qualquer membro seja uma pessoa coletiva, esta designa, com mandato por um período de cinco anos, renovável, uma pessoa singular para a representar.

6 — Os representantes de cada um dos municípios têm um mandato correspondente ao mandato autárquico, mantendo-se em funções enquanto não forem substituídos.

7 — No caso de renúncia ou impedimento definitivo da pessoa singular designada nos termos dos n.ºs 5 e 6, a pessoa coletiva que a designou deve indicar o novo representante que passa a integrar o conselho consultivo;

8 — Os vogais do conselho diretivo têm assento no conselho consultivo, sem direito de voto.

9 — O exercício de funções de membro do conselho consultivo não é remunerado.

**Artigo 16.º****Competência do conselho consultivo**

Sem prejuízo das competências conferidas por lei, compete ao conselho consultivo pronunciar-se sobre:

- a) As políticas gerais de funcionamento e exercício da atividade da FMD, F.P.;

- b) As políticas e orientação de investimento da FMD, F.P.;

- c) O orçamento e o plano anual de atividades da FMD, F.P.;

- d) O balanço anual e as contas de cada exercício, obtido o parecer do fiscal único, bem como sobre os relatórios de atividades apresentados pelo conselho diretivo;

- e) A alienação ou oneração de bens que integrem o património privativo da FMD, F.P., observados os requisitos legais;

- f) As questões, iniciativas, projetos e ou matérias que lhe forem colocadas pelo conselho diretivo.

**Artigo 17.º****Funcionamento**

1 — O conselho consultivo reúne, ordinariamente, em março e novembro, para dar parecer sobre o balanço anual e as contas de cada exercício, obtido o parecer do fiscal único, e sobre o plano de atividades e o orçamento da fundação, e, extraordinariamente, sempre que seja convocado pelo seu presidente, ou, pelo menos, por quatro dos seus membros.

2 — O exercício de funções de membro do conselho consultivo não é remunerado, sem prejuízo do reembolso das importâncias respeitantes a despesas de deslocação feitas ao serviço da FMD, F.P.

3 — As deliberações do conselho consultivo são tomadas por maioria simples dos membros presentes.

4 — O conselho consultivo emite a sua pronúncia em reunião convocada para o efeito ou mediante a emissão de pareceres individuais de cada uma das entidades que o compõem, no prazo de 20 dias a contar da solicitação para esse efeito formulada pelo seu presidente.

**Artigo 18.º****Modificação dos Estatutos**

A alteração dos presentes Estatutos é efetuada por decreto-lei.

**Artigo 19.º****Extinção da Fundação Museu do Douro, F.P.**

1 — A FMD, F.P., é instituída por tempo indeterminado.

2 — A FMD, F.P., pode ser extinta nos termos aplicáveis à extinção de fundações públicas, aplicando-se o disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

**ANEXO II****Composição inicial dos órgãos da Fundação**

1 — O conselho de administração tem a seguinte composição inicial:

- Prof. Doutor Artur Cristóvão, presidente;
- Dr.ª Luisa Amorim, vice-presidente;
- Dr. Agostinho Ribeiro, vice-presidente;
- Engenheiro Nuno Gonçalves, presidente da Câmara Municipal do Peso da Régua, vogal;
- Padre Amadeu Castro, presidente da Associação dos Amigos do Museu do Douro, vogal.

2 — O conselho de fundadores tem a seguinte composição inicial:

Ministério da Cultura;  
Município de Alfândega da Fé;  
Município de Alijó;  
Município de Armamar;  
Município de Carraceda de Ansiães;  
Município de Freixo de Espada à Cinta;  
Município de Lamego;  
Município de Mesão Frio;  
Município de Mirandela;  
Município de Murça;  
Município de Peso da Régua;  
Município de Resende;  
Município de São João da Pesqueira;  
Município de Sabrosa;  
Município de Santa Marta de Penaguião;  
Município de Tabuaço;  
Município de Torre de Moncorvo;  
Município de Vila Flor;  
Município de Vila Real;  
APDL — Administração dos Portos do Douro e Leixões;  
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro;  
Associação dos Amigos do Museu do Douro;  
Associação do Douro Histórico;  
Banco BPL, S.A.;  
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro, C.R.L.;  
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Douro, C.R.L.;  
Caves Vale do Rodó, C.R.L.;  
COMVAL — Comércio de Válvulas, Lda.;  
Douro Azul, SGPS, S.A.;  
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela;  
IVDP — Instituto dos Vinhos do Douro e Porto;  
IPTM — Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos;  
NERVIR — Associação Empresarial;  
Quinta de Ventozelo — Sociedade Agrícola e Comercial, S.A.;  
Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo;  
Região de Turismo do Douro Sul;  
Região de Turismo Serra do Marão;  
SOGRAPE Vinhos, S.A.;  
SPR Vinhos, S.A.;  
TOMEIFEL, Comércio e Indústria de Automóveis, Lda.;  
UTAD — Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;  
Comendador José Manuel Rodrigues Berardo;  
José Amaldo Coutinho — Quinta de Mosteiró;  
Dr. João Van Zeller.

3 — O conselho fiscal tem a seguinte composição inicial:

Dr. Mário José Alveirinho Carrega, presidente;  
Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, vogal;  
Sociedade Revisora Oficial de Contas Costa Pinho e Cambão, representada pelo Dr. Jorge Rui Reis de Pinho, vogal.

4 — A comissão de fixação de remunerações para o triénio de 2006-2008 tem a seguinte composição:

Dr. Valdemar Eduardo Moreira Silva Cabral;  
Engenheiro António Saraiva;  
Prof. Fernando Adriano Pinto.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

### Decreto-Lei n.º 17/2015

de 2 de fevereiro

O Decreto-Lei n.º 4/2014, de 14 de janeiro, prorrogou por um ano o período de transição, previsto no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de outubro, alterado pela Lei n.º 13/2011, de 29 de abril, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade funerária, para a habilitação dos responsáveis técnicos das agências funerárias, por via de formação adequada de acordo com o regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro. A prorrogação por um ano do período de transição para a habilitação dos responsáveis técnicos das agências funerárias terminou em 13 de dezembro de 2014.

A prorrogação do prazo foi motivada, por um lado, pela constatação de que as agências funerárias e as associações mutualistas não conseguiram, dentro do prazo previsto na norma transitória, habilitar os responsáveis técnicos com a necessária formação, devido à manifesta insuficiência de oferta formativa por parte de entidades formadoras credenciadas que viabilizasse o cumprimento daqueles requisitos. Por outro lado, pretende-se a revogação do Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de outubro, alterado pela Lei n.º 13/2011, de 29 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 4/2014, de 14 de janeiro, com a integração no regime jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), contemplando também o acesso e exercício da atividade funerária.

Mantendo-se os motivos que levaram à prorrogação do prazo previsto na norma transitória, afigura-se necessário proceder a uma nova prorrogação, no sentido de alargar o período transitório durante o qual as entidades que exercem a atividade funerária podem habilitar os seus responsáveis técnicos com o nível de qualificação específico requerido para o exercício do cargo, por via de formação adequada ao regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, até à data da entrada em vigor das normas respeitantes ao exercício da função de responsável técnico de atividade funerária constantes do RJACSR.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Objeto

O presente diploma prorroga o prazo previsto no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de outubro, alterado pela Lei n.º 13/2011, de 29 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 4/2014, de 14 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da atividade funerária.

#### Artigo 2.º

##### Prorrogação do prazo

O prazo previsto no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de outubro, alterado pela Lei n.º 13/2011, de 29 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 4/2014, de 14 de janeiro, é prorrogado até à data da entrada em vigor das normas respeitantes ao exercício da função de

## Anexo 5 – Folheto informativo “A Casa da Companhia”



**Museu do Douro**

**O MUSEU DO DOURO  
E A CASA DA COMPANHIA**





**TERCEIRO PISO**  
O último piso, nas águas furtadas, era uma área destinada aos aposentos de trabalhadores e aos vinhateiros que para negociarem vinho necessitavam de se deslocar à Régua. As camaratas eram extensamente ocupadas em Fevereiro na feira anual dos vinhos. O espaço nas últimas obras foi reconvertido em gabinetes.

Corredor e elevador do terceiro piso antes das obras de renovação do edifício, atual área de gabinetes do Museu do Douro

**INFORMAÇÕES ÚTEIS**

**FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO**  
Rua Marquês de Pombal  
5050-282, Piso da Régua  
Telefone | 254 310 190  
Fax | 254 310 199  
E-mail | [geral@museudodouro.pt](mailto:geral@museudodouro.pt)  
Coordenadas GPS  
Latitude | 41.09395°N  
Longitude | 74.726300

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO**  
Horário de Inverno (novembro - março)  
Terça-feira a domingo, 10h00 - 18h00  
Horário de Verão (abril - outubro)  
Todos os dias, 10h00 - 18h00  
Encerrado  
1 de Janeiro, 1 de maio, 25 de dezembro

**FOTOGRAFIAS**  
Centro Português de Fotografia  
Egídio Santos  
Luís Ferreira Alves  
Marco Aurélio Pereira

Projeto Culturalidade por  
**ON2**  
Operação Nacional de Apoio à Cultura

Projeto Culturalidade por  
  
Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020





## O MUSEU DO DOURO E A CASA DA COMPANHIA



A Casa da Companhia, que hoje alberga o Museu do Douro, é um dos mais emblemáticos edifícios da história da Região Demarcada. A sua construção está diretamente relacionada com a fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro que em 1756 criou a primeira zona vinícola regulada do mundo.

A Companhia foi responsável pela demarcação geográfica e regulação da produção e comercialização dos vinhos do Douro. Detentora do monopólio do "vinho do Porto", para o administrar mandou construir este edifício sede, de monumentalidade reveladora do seu poder, no entreposto da Régua.

O edifício foi projetado para congregar diversas funções: Acomodava serviços administrativos que cumpriam as diretrizes reguladoras e comerciais da Companhia; um tribunal para tratar dos processos jurídicos da sua esfera legal; áreas de vinificação e armazenamento de vinho; e ainda alojamento temporário para funcionários e para os vinicultores do Douro, que rumavam à Régua para negociar os vinhos na feira anual.

A vocação multidisciplinar do edifício conferiu-lhe características arquitetónicas particulares que combinam elementos das casas de quinta durienses e da arquitetura pombalina.

O programa arquitetónico é definido por um corpo único alongado em forma de U, com um pátio central, fixando nos dois pisos inferiores espaços de armazenamento de vinho e administrativos. As fachadas são marcadas pela simetria com vãos em moldura de granito, as varandas em gradeamento de ferro forjado e pelas escadarias. O conjunto exprime a sobriedade e funcionalidade típicas da arquitetura pombalina.

A inscrição "1783" na entrada da fachada norte, leva a crer que parte da construção estaria concluída, mas as obras de grande envergadura terão continuado até ao século XIX. Várias fases de obras foram-se processando no edifício até ao século XXI, sem no entanto lhe alterarem significativamente a traça original.

Ao longo do século XIX a Companhia foi perdendo o monopólio e privilégios sendo extinta em 1863. O edifício passou depois a ser propriedade da empresa Real Companhia Velha que manteve as funções de armazenamento de vinho e serviços administrativos no edifício. Em 1997 com a criação do Museu do Douro iniciaram-se diligências para adquirir a Casa da Companhia para que acolhesse a sua sede. O projeto para remodelação e ampliação do edifício foi iniciado em 2007 e concluído em 2008. O edifício encontra-se em processo de classificação patrimonial.



Edifício da Real Companhia Velha, atual Museu do Douro



A diferença de cota entre a margem e o edifício era ligada por um conjunto de rampas. Rua Marquês de Pombal, período da casa e o prepared casa de demarcação. Edifício da Real Companhia Velha, atual Museu do Douro



Sala de provas, atual White Bar



Sala de provas, antes das obras de remodelação do edifício

Os espaços Caba restituiu no pátio central da Real Companhia Velha

### PRIMEIRO PISO

A fachada principal do edifício é naturalmente voltada para o rio que era a grande via do comércio do vinho. Como o primeiro piso era originalmente destinado ao armazenamento de vinho, um conjunto de rampas estabelecia a ligação entre o edifício e a zona ribeirinha. Daqui seguia o vinho por barco para o Porto e daí para os vários destinos de exportação.

No centro da planta existia um grande pátio aberto que foi posteriormente fechado com uma cobertura metálica, preparando-o também para armazenamento. Com as obras do museu o antigo pátio passou a ser um dos principais espaços de exposição, albergando atualmente a exposição permanente.

### SEGUNDO PISO

O segundo piso é a parte nobre do edifício. O acesso principal era feito pela fachada sul através das duas escadarias, mas também pelo lado norte, na atual Rua Marquês de Pombal. Aqui estavam as salas de reuniões, de exposição de vinhos, escritórios, um tribunal e o salão nobre. Neste piso destacam-se: o antigo salão nobre – que mais tarde foi sala de provas, e hoje é o bar de vinhos; e a sala do tribunal. Esta última ainda mantém os armários originais cujas portas de madeira têm os nomes das freguesias da região, onde eram arquivados os respetivos processos. Este espaço recebe várias atividades do museu e a exposição anual do Serviço Educativo.

Neste piso existia uma grande cozinha, que ainda hoje é utilizada pelo restaurante do museu.



Sala do Tribunal, antes das obras de remodelação do edifício